

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS - ENCE
MESTRADO EM ESTUDOS POPULACIONAIS E PESQUISAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**A Burguesia Contra-Ataca: a Crise do Sindicalismo
Brasileiro nos anos 1990**

Renata Mena Brasil do Couto

**Rio de Janeiro / RJ
agosto de 2010**

A Burguesia Contra-Ataca: a Crise do Sindicalismo Brasileiro nos anos 1990

Renata Mena Brasil do Couto

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola
Nacional de Ciências Estatísticas como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Mestre em Estudos Populacionais e
Pesquisas Sociais.

Orientadora: Profª Drª Lavínia Davis Rangel Pessanha

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Rio de Janeiro / RJ
agosto de 2010

-
- C853b Couto, Renata Mena Brasil do
A Burguesia Contra-Ataca: a Crise do Sindicalismo Brasileiro nos anos 1990 /
Renata Mena Brasil do Couto. –
Rio de Janeiro : 2010.
263 f.
Inclui anexos.
Orientadora: Profa. Dra. Lavínia Davis Rangel Pessanha.
- Dissertação (Curso de Mestrado) – Escola Nacional de Ciências
Estatísticas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e
Pesquisas Sociais.
1. Sindicalismo – Brasil - Teses. 2. Mão-de-obra – Teses 3. Trabalho –
Teses. I. Pessanha, Lavínia Davis Rangel. II. Escola Nacional de Ciências
Estatísticas (Brasil). III. IBGE. IV. Título.
CDU: 331.88(81)
-

A Burguesia Contra-Ataca: a Crise do Sindicalismo Brasileiro nos anos 1990

Renata Mena Brasil do Couto

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Nacional de Ciências Estatísticas como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2010

Prof^a. Dra. Lavínia Davis Rangel Pessanha
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Prof. Alexandre Fortes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Agradecimentos

À minha família, especialmente à minha mãe Aida, pelo apoio ao longo deste processo de aprendizagem.

Ao Jobson, pelo incentivo e infinita compreensão.

Aos colegas de mestrado e aos amigos que me ajudaram a seguir em frente durante a elaboração deste trabalho.

À professora Lavínia Pessanha, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, pela orientação, dedicação e confiança.

Ao professor Paulo Jannuzzi, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, e ao professor Alexandre Fortes, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela atenção e dedicação.

Ao Paulo Mitchell, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelas contribuições e pela paciência.

Ao Professor Eduardo Noronha, da Universidade Federal de São Carlos, por disponibilizar os dados de sua pesquisa.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo apoio financeiro.

“O grito da batalha quem espera nunca alcança
Êê quando o sol nascer é que eu quero ver quem se lembrará
Êê quando amanhecer é que eu quero ver quem recordará
Eu não posso esquecer essa legião que se entregou por um novo dia
Eu quero é cantar essa mão tão calejada que nos deu tanta alegria
E vamos a luta!”

Gonzaguinha. Achados e Perdidos. 1981.

"[...] Estar em minoria, mesmo em minoria de um, não era sintoma
de loucura. Havia verdade e havia mentira, e não se está louco
porque se insiste em se agarrar à verdade mesmo contra o mundo
todo".

George Orwell. 1984. 1948.

Resumo

Nesta dissertação discutimos os impactos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva sob o sindicalismo brasileiro pós-1990. Para tal, no primeiro capítulo, adotamos uma abordagem histórica acerca dos caminhos seguidos pelo movimento operário brasileiro até os primeiros anos da implantação do projeto neoliberal no país, buscando destacar os processos político-econômicos que estabeleceram as bases de nosso sistema sindical atual e suas principais características. No segundo capítulo, analisamos a ascensão do projeto neoliberal ao poder e a implementação do processo de reestruturação produtiva capitalista no Brasil. Finalmente, no capítulo três, apresentamos indicadores acerca da evolução do movimento sindical, abordamos aspectos da crise atravessada pelo sindicalismo brasileiro nos anos 1990 e estudamos as estratégias e práticas adotadas pela Central Única dos Trabalhadores e pela Força Sindical frente às transformações ocorridas na sociedade brasileira.

Palavras- Chave: Trabalho, Neoliberalismo, Reestruturação Produtiva e Sindicalismo.

Abstract

In this paper we discuss the impacts of neoliberalism and the restructuring of production in the Brazilian unionism after 1990. To this end, on the first chapter, we take a historical approach regarding the paths followed by the Brazilian labor movement until the early years of the implementation of the neoliberal project in the country, seeking to highlight the political-economic processes that laid the foundations for our current system and its main characteristics. The second chapter analyzes the rise to power of the neoliberal project and the implementation of capitalist restructuring process in Brazil. Finally, in chapter three, we present indicators on the evolution of the union movement, we discuss aspects of the crisis experienced by the Brazilian trade unionism in the 1990s and we study the strategies and practices adopted by “Central Única dos Trabalhadores” and “Força Sindical” forward to the changes in Brazilian society.

Keywords: Labour, Neoliberalism, Restructuring of Production and Unionism.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Operários Sindicalizados da Empresa Pesquisa – 1977.....	p.86
Quadro 2 - Caracterização do Sindicato pelos Operários da Empresa Pesquisada – 1977	p.87
Quadro 3 - Distribuição de Renda no Brasil	p.92
Quadro 4 - Acidentes de Trabalho no Brasil	p. 96
Quadro 5 - Taxas de Desemprego, 2000	p.120
Quadro 6 - Total e Média de Jornadas Não - Trabalhadas, 1978 - 2007 – Brasil	p.175
Quadro 7 - Variação Percentual dos Sindicatos Filiados às Centrais Sindicais, 1992-2001 – Brasil	p. 200
Quadro 8 - Indicadores Selecionados da Filiação de Sindicatos à Centrais Sindicais, 2001 –Brasil	p. 201
Quadro 9 - Sindicatos Urbanos e Rurais, segundo os Serviços Prestados e Atividades Oferecidas aos Associados, 2001 - Brasil	p. 230
Quadro 10 - Sindicatos Urbanos e Rurais, segundo os Cursos de Educação, Qualificação e Requalificação de Mão-de-Obra, 2001 – Brasil	p. 232

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Evolução da População Economicamente Ativa, 1940 - 2000, Brasil	p. 159
Tabela 2 - Variação Percentual na Taxa de Filiação Sindical dos Trabalhadores Assalariados em Países Selecionados, 1985-1995	p. 168
Tabela 3 - Taxa de Sindicalização, 1986-2002, Brasil	p. 170
Tabela 4 - Número de Greves por Milhão de Empregados, 1980-1991	p. 174
Tabela 5 - Número de Grevistas por Mil Empregados, 1980-1991	p. 177
Tabela 6 - Número e Percentual de Sindicatos de Trabalhadores Segundo Setores Econômicos e Grandes Grupos Profissionais, 1992 - 2001 – Brasil	p. 185
Tabela 7 - Taxa de Desemprego, 1970-1990	p. 194

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Percentual de População Residente, 1940-2000 – Brasil	p. 67
Gráfico 2 - Greves no Brasil, 1978-1991	p. 101
Gráfico 3 - Evolução do Rendimento do Trabalho	p. 136
Gráfico 4 - Evolução Anual das Privatizações em US\$ Bilhões, 1991-2002 – Brasil	p. 143
Gráfico 5 - Taxa de Desemprego Aberto nas Seis Regiões Metropolitanas Pesquisadas, 1986-2002 – Brasil	p. 153
Gráfico 6 - Taxas de Desemprego, 1986-2002 – Brasil	p. 155
Gráfico 7 - Percentual de Pessoas Ocupadas na Semana de Referência por Classes de Rendimento Mensal em Dinheiro, 1990-2002 – Brasil	p. 156
Gráfico 8 - Taxa de Desemprego Aberto por Grupo de Anos de Estudo, 1986-2002 – Brasil	p. 157
Gráfico 9 - Grau de Informalidade, 1992-2002 – Brasil	p. 160
Gráfico 10 - Variação Real Anual do PIB per capita e do PIB (%), 1991-2002 – Brasil	p. 162
Gráfico 11 - Renda do Trabalho dos Ocupados em Reais, 1990 - 2002 - Brasil	p. 163
Gráfico 12 - Taxa de Participação (1) e Nível de Ocupação (2), 1986-2002 – Brasil	p. 164
Gráfico 13 - Greves no Brasil, 1978-2007	p. 172
Gráfico 14 - Jornadas Não-Trabalhadas, 1978-2007 – Brasil	p. 174
Gráfico 15 - Jornadas Não Trabalhadas por Setores de Atividade, 1978-2007 – Brasil	p. 176
Gráfico 16 - Percentual de Ocupados que Trabalham no Setor Industrial, 1986-2002 – Brasil	p. 182
Gráfico 17 - Nível de Emprego na Indústria de São Paulo, 1986 - 2002 – Brasil	p. 182
Gráfico 18 - Variação no número absoluto de filiados segundo setores econômicos: Brasil, 1988 - 1998, população assalariada de 18 anos ou mais	p. 184
Gráfico 19 - Pessoas Ocupadas na Semana de Referência, por Classes de Horas Trabalhadas, segundo Sexo, 1990 – Brasil	p. 189

Gráfico 20 - Pessoas Ocupadas na Semana de Referência, por Classes de Horas Trabalhadas, segundo Sexo, 2002 – Brasil	p. 190
Gráfico 21 - Taxas de Participação por Sexo, 1986-2002 – Brasil	p. 190
Gráfico 22 - Taxa de Sindicalização por Sexo, 1986-2002 – Brasil	p. 192
Gráfico 23 - Inflação IPCA, 1980-2000 – Brasil	p. 195

Sumário

Introdução	p. 15
-------------------------	--------------

Capítulo1 - Os (Des)Caminhos do Movimento Operário Brasileiro Rumo aos Anos 1990

p. 33

1.1- Mobilizações Trabalhistas no Alvorecer do Século XX	p. 33
1.2 - A Emergência de uma Nova Forma de Acumulação no Brasil e os Antecedentes da “Revolução de 1930”	p. 42
1.2.1 - Sobre o Corporativismo	p. 45
1.3 - A “Revolução de 1930” e o Estado Novo (1937-1945)	p. 48
1.4 – A “Transição Democrática” e o Governo Eurico Gaspar Dutra (1945-1950)	p. 55
1.5 - O Governo Vargas (1950- 1954)	p. 61
1.6 - Governo Café Filho (1954–1956), Governo Juscelino Kubitschek (1955-1960) e Governo Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)	p. 65
1.7 - O Regime Militar e a Posterior Transição para a Democracia (1964 - 1989)	p. 77

Capítulo 2 - Neoliberalismo, Reestruturação Produtiva e Mundo do Trabalho no Brasil dos anos 1990

p. 109

2.1 - O Ideário Neoliberal e seu Avanço Mundial	p. 109
2.2 - Os Princípios da Reestruturação Produtiva	p. 113
2.3 - Impactos sobre o Mundo do Trabalho Contemporâneo	p. 118
2.4 - A Reestruturação Produtiva e o Neoliberalismo no Brasil	p. 121
2.4.1 - Primeiros Impulsos de Reestruturação – Anos 1980	p. 121
2.4.2 - A Ascensão do Projeto Neoliberal ao Poder no Brasil – Governo Fernando Collor de Mello	p. 124
2.4.3 - O Governo Fernando Henrique Cardoso	p. 128
2.4.4 - Os Pilares do Neoliberalismo: Abertura ao Capital Externo, Flexibilização e Privatização	p. 132
2.4.5 - Reestruturação Produtiva – Anos 1990	p. 145
2.5 - Desemprego, Precarização e Informalidade	p. 151

Capítulo 3 - O Sindicalismo nos anos 1990	p. 166
3.1 - Indicadores do Movimento Sindical	p. 166
3.2 - As Causas da Crise	p. 180
3.2.1 - Fatores Socioeconômicos	p. 181
3.2.2 - Fatores Político-Institucionais	p. 196
3.3 - O Sindicalismo Brasileiro Durante os Anos 1990	p. 199
3.3.1 - A Central Única dos Trabalhadores	p. 201
3.3.2 - A Força Sindical	p. 217
3.3.3 - Mais Relações entre as Centrais Sindicais	p. 228
 Considerações Finais	 p. 233
 Anexo	 p. 248
Metodologia	p. 249
 Referências Bibliográficas	 p. 255

Introdução

[...] Eu deveria, como cabe a um historiador, fazer, tanto quanto possível, uma análise fria e objetiva dos fatos e documentos, tal qual um marciano julgando a Terra. Não sendo porém historiador, nem habitante de Marte, vi-me por vezes arrastado, contra minha vontade, em certos trechos, a um tom quase planfetário. É que como poeta, não posso pensar no passado, presente ou futuro do Brasil sem me comover. Estou, entretanto, convecido de que essa minha emotividade não prejudicou os objetivos do meu trabalho nem torceu a verdade dos fatos.

Leôncio Basbaum. História Sincera da República: das Origens a 1889. 1976

A presente dissertação é resultado de uma série de questionamentos com os quais me deparei ao longo de minha experiência como estudante, que se deu já na entrada do século XXI, quando emergiu a confirmação dos reajustes neoliberais e suas devastadoras conseqüências para a classe trabalhadora. Essa trajetória demarca meu interesse e compromisso com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, assim como a escolha do objeto a ser estudado.

Nesse trabalho pretendo analisar a maneira como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva afetaram as relações de trabalho brasileiras, e as conseqüências desse processo para a organização dos trabalhadores nos anos 1990. Dessa feita, os objetivos dessa dissertação são: analisar de que maneira as recentes configurações do mercado de trabalho afetaram a organização dos trabalhadores no Brasil durante os anos 1990 e, especificamente, estabelecer uma análise relacional entre as transformações ocorridas no cenário econômico, político e social da sociedade brasileira e o desenvolvimento das organizações de trabalhadores.

A relevância do tema foi percebida na medida em que compreendi que o neoliberalismo, como política econômica e como ideologia, e a reestruturação produtiva se tornaram um grande entrave para o estabelecimento de uma identidade entre os trabalhadores e, conseqüentemente, para o fortalecimento da cidadania através da qual se tornaria possível uma modificação na correlação de forças atual favorável a uma transformação totalizante da lógica societal capitalista. Dessa forma seria possível retomar o vínculo antes

existente entre trabalho e cidadania e que foi desfeito, vinculando a cidadania ao potencial de consumo dos indivíduos.

O levantamento e o estudo das referências bibliográficas que tratam do tema e seus efeitos sobre o mundo do trabalho me fizeram reconhecer a importância da análise das transformações ocorridas nas estratégias e práticas dos sujeitos atuantes no cenário político-social das relações trabalhistas, em consequência das transformações da sociedade capitalista a nível mundial, para a compreensão das conformações do ideário neoliberal no Brasil.

No que tange a metodologia de trabalho adotada, realizei uma revisão da bibliografia sobre o tema a fim de apresentar parte do acúmulo de discussão existente sobre a maneira como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva afetaram o mercado e as relações de trabalho no Brasil ao longo dos anos 1990, e as consequências desses impactos sob a organização dos trabalhadores no país. Devo ressaltar que o presente estudo terá como foco uma abordagem teórico-interpretativa centrada no campo da sociologia do trabalho, tendo como base a centralidade do trabalho e o potencial dos trabalhadores como sujeitos transformadores da questão social.

Aliada a essa abordagem, analisei os indicadores propostos sobre o tema, lançando mão daqueles que se ajustavam aos objetivos da pesquisa. Realizei uma análise descritiva dos indicadores elaborados, enfocando a comparação entre os dados do período anterior ao aprofundamento das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva e os dados do período posterior a essa implementação. Utilizei diferentes fontes de dados, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizadas pelo IBGE, pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, entre outras pesquisas apresentadas pelos autores estudados. Consultei bases de dados como o LABORSTAT, da OIT, e o IPEADATA, do IPEA. Além de utilizar como ferramenta de gerenciamento de bancos de dados o software Statistical Analysis System (SAS)¹.

Devo ressaltar que a análise das práticas adotadas pelo movimento sindical frente às mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos

¹ Apresentamos ainda, ao final desta dissertação, um anexo metodológico que se refere especificamente à construção dos indicadores, realizada por mim, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios com o uso do SAS.

anos 1990 se baseou na análise de duas das principais centrais sindicais brasileiras: a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical. Isso porque, a despeito da existência de outras centrais sindicais, só a CUT e a Força Sindical, chegaram ao ano 2000 com peso no cenário sindical nacional. Além disso, optei por focar a discussão nas duas centrais sindicais para que fosse possível ter uma visão mais abrangente dos projetos nacionais do sindicalismo brasileiro, extrapolando os limites das categorias e setores particulares.

Cabe lembrar que, devido ao fato do Governo Lula, reeleito em 2006, ainda estar em andamento, optamos por não debruçar nossos estudos acerca da ação sindical sob seu governo, focando nosso esforço teórico sobre as transformações ocorridas nos sindicatos durante os anos 1990. Fizemos esta opção levando em consideração que, em período recente, ocorreram significativas mudanças na conjuntura político-econômica da sociedade brasileira, e os impactos dessas transformações na atividade sindical do país ainda não podem ser analisadas em profundidade.

Os principais conceitos e indicadores de ocupação, desemprego e renda utilizados para medir as questões relativas ao trabalho são definidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919. No entanto, espera-se que estas noções reflitam o que as atuais sociedades reconhecem como trabalho e, com isso, dois problemas entram em cena: o primeiro relacionado à heterogeneidade e o segundo relacionado às mudanças das configurações econômicas e sociais entre as nações. Essas questões, trabalhadas por Deddecca (2006) em seu artigo, colocam em cena a necessidade de adequação dos conceitos definidos internacionalmente para a realidade brasileira.

Assim como Antunes (2001), entendo que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro afetaram a organização dos trabalhadores e o sindicalismo no país e, por isso, optei por comparar as condições existentes no final dos anos 1980 com aquelas existentes no início dos anos 2000. Cabe dizer que, para o autor, se durante os anos 1980 o sindicalismo brasileiro caminhou contra a tendência crítica observada nos sindicatos dos países de capitalismo central, na década de 1990 as pressões econômicas, políticas e ideológicas começaram a aumentar e envolveram o sindicalismo brasileiro em um processo regressivo.

Dessa forma, de acordo com o objeto de estudo dessa dissertação, desenvolvi este estudo em três momentos complementares, levando em consideração as particularidades brasileiras não só no que tange as transformações ocorridas no mercado de trabalho, mas também no que diz respeito às organizações de trabalhadores, uma vez que a trajetória dessas organizações, desde sua formação, também foi determinante para a definição das estratégias de ação adotadas por elas frente ao avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

De acordo com Cardoso (2003), a literatura acerca do declínio da filiação sindical a nível mundial identifica, além de fatores estruturais mais gerais, uma combinação de determinantes relacionados à trajetória específica do sindicalismo nas diferentes nações como responsável por esse fenômeno. Dessa forma, no capítulo um, realizei uma retomada histórica acerca dos caminhos seguidos pelo movimento operário brasileiro até os primeiros anos da implantação do projeto neoliberal no país, buscando destacar os processos político-econômicos que estabeleceram as bases de nosso sistema sindical atual e suas principais características.

Vejo uma importância significativa no estudo das práticas utilizadas pelo movimento operário no início do processo de industrialização brasileiro, pela sua relevância na formação do posterior quadro do movimento sindical do país. Particularmente, acredito que as experiências vividas no final do século XIX e no início do século XX configuraram uma das formas de organização que mais trouxe avanços na luta pela conquista de direitos dos trabalhadores. Isso porque, com a utilização de práticas autônomas e a criação de uma cultura social alternativa, e em condições particularmente difíceis, de violenta repressão, e com uma classe operária numericamente fraca e inexperiente, conseguiu-se desenvolver organizações de resistência que, travando duras lutas, conseguiram impor direitos básicos, como a liberdade de expressão e de organização, alcançando vitórias no campo econômico e em questões relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

A partir dessa realidade, pretendi compreender o que gerou o enfraquecimento do movimento operário combativo na década de 1930 e a repressão crescente desencadeada pelo Estado contra o sindicalismo autônomo. Esse quadro teve seu ápice com a institucionalização corporativa

dos sindicatos e com a adoção de instrumentos de cooptação por parte das políticas populistas de Estado.

No que diz respeito à formação das primeiras organizações de trabalhadores no Brasil, pode constatar que o crescimento das cidades ocasionado pela expansão da economia cafeeira, ainda em fins do século XIX, criou as condições necessárias para a formação de um movimento operário no país. Ainda que o núcleo da economia brasileira residisse no campo, o conflito social concentrou-se nos setores secundários e de serviços.

Ainda que a Constituição de 1834 proibisse qualquer tipo de associação operária, os trabalhadores se organizavam em torno da luta por direitos fundamentais do trabalho, como a melhoria salarial e a redução da jornada de trabalho (SILVA, 1999). Assim, já no início do século XX, de acordo com Simão (1981), a necessidade de uma articulação mais ampla entre os trabalhadores se impôs e, em 1908, nasceu a Confederação Operária Brasileira (COB). Desde 1907, quando os trabalhadores tiveram seu direito de livre organização sindical reconhecido, estes mantinham total autonomia em relação ao Estado. A COB afirmou os princípios anarco-sindicalistas, a importância da ação cultural e a solidariedade às lutas em outros países e aos estrangeiros expulsos, tendo ainda aprovado o início de uma propaganda anti-militarista.

Para Konder (2003), a deflagração da I Guerra Mundial intensificou as lutas operárias e a repressão, provocando uma onda de deportações e prisões em massa. Nesse período, a Igreja intensificou a propaganda de um sindicalismo católico de conciliação, e o Estado promoveu a cooptação de trabalhadores da capital com livre trânsito junto ao governo.

Nessa época também começaram a chegar notícias contraditórias acerca da evolução da Revolução Soviética, e as polêmicas entre anarquistas e comunistas se acirraram, provocando definitivas divisões no movimento operário brasileiro, que culminaram com a fundação do Partido Comunista, em 1922. A partir de então, os comunistas foram assumindo a hegemonia do sindicalismo brasileiro, tentando estabelecer uma política nacional e intervir nas eleições parlamentares (SADER, Eder, 1980).

O fortalecimento e a dinamização das forças produtivas industriais brasileiras, em consequência da substituição de importações forçada pela I Guerra Mundial, foram acompanhados pela consolidação de núcleos operários

nos principais centros urbanos do país. Em uma tentativa de recompor as relações no interior da classe dominante e assegurar o consentimento dos demais segmentos sociais, o Estado estabeleceu um sistema corporativo de relações de trabalho. Para Oliveira (2003), a política sindical e trabalhista que Vargas adotou foi essencial para controlar os fatores produtivos capazes de permitir um desenvolvimento industrial baseado em recursos escassos.

Getúlio Vargas foi responsável pela introdução de novas institucionalidades no mundo do trabalho. Para evitar a resistência dos setores mais radicalizados do movimento operário, Vargas deu início a um processo de regulamentação das relações de trabalho no Brasil, visando transformar a luta de classes em uma colaboração de classes (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, em 1932 foi instituída a carteira de trabalho e o sistema público de previdência teve início em 1933, com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Além disso, foram promulgadas várias leis sociais e trabalhistas em resposta ao desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho e, sobretudo, como conquistas dos trabalhadores. No entanto, Lowy (1980) afirma que muitos dos trabalhadores que chegaram às cidades no final dos anos 1930, viram estas medidas como dádivas do Estado, e isso fez com que Vargas estabelecesse uma nova relação entre Estado e classe trabalhadora.

Para Antunes (1988), a classe trabalhadora começou a se desmobilizar no pós-1930, mas especificamente no pós-1935, em decorrência da ação controladora do Estado. A aliança entre técnicas repressivas e o estabelecimento de normas e instituições legais foi fundamental para a consolidação das bases do sistema sindical vigente até nossos dias.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), firmada em 1943, materializou o sistema corporativo de relações de trabalho, e atrelou a organização sindical ao Ministério do Trabalho, estabelecendo a forma através da qual se dariam as relações entre Estado e trabalhadores até 1964. Nesse período, a classe trabalhadora permaneceu excluída de qualquer participação política efetiva, e a aplicação das leis se deu de forma seletiva, sendo que seus benefícios só incidiam sobre os sindicatos oficiais. Os trabalhadores filiados aos poucos sindicatos autônomos, que resistiam à interferência estatal, não eram cobertos pela proteção social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

A partir de 1944, a necessidade de realização de eleições presidenciais fez com que Vargas adotasse um tipo de populismo distinto daquele em curso desde o início dos anos 1930. O controle e a manipulação das classes subalternas foram substituídos pela aliança do Estado com as classes subalternas contra certos setores das classes dominantes. Antecipando-se a seus opositores e pressionado por estes, Vargas, nos últimos anos de seu governo, adotou medidas democratizantes, entre elas a legalização do PCB e a convocação das eleições presidenciais. No entanto, a idéia de que a Constituinte poderia ser encaminhada pelo então governante desagradou diferentes setores das classes dominantes e, por isso, em 1945, Vargas foi deposto e o general Eurico Gaspar Dutra acabou eleito nas eleições seguintes (VIANNA, 1978).

Segundo Giannotti (2007), o PCB, que tinha maior influência sobre os sindicatos neste período, havia conseguido conter os ímpetos grevistas por conta de sua aliança com Vargas, mas após a deposição do então governante, teve início uma onda de greves no país. Então, o Governo Dutra lançou mão de todos os mecanismos repressivos mantidos desde o Estado Novo para reprimir os trabalhadores.

Quando foi reeleito, em 1950, Vargas defendeu um programa antiimperialista, a favor da industrialização, da justiça social e da liberdade sindical, arregimentando o apoio das massas. Essa aliança foi possível porque o amplo programa de expansão econômica do candidato abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida tanto para as classes operárias, quanto para as camadas médias (FAUSTO, 1986). No entanto, a política de Vargas se mostrou contraditória e diversas greves foram realizadas entre 1950 e 1954. Vargas chegou ao final de seu mandato sem nenhum apoio político, pois mesmo as elites já demonstravam seu descontentamento. Segundo Fausto (1986), antes de ser deposto, Vargas se suicida e tem seu carisma renovado, fortalecendo o regime populista por mais dez anos.

Analisamos depois os Governos de Café Filho (1954-1956), Juscelino Kubitschek (1955-1960), Jânio Quadros e João Goulart (1960-1964). Destacamos o fato de que foi neste período que a sociedade brasileira se tornou predominantemente urbana, sobretudo por conta da intensa migração interna do campo para a cidade. Isso modificou o perfil dos trabalhadores

urbanos que passaram a exigir melhorias nas condições de trabalho, fazendo com que, ao final dos anos 1950, o nível de conflito alcançasse níveis expressivos. Diversas parcelas da sociedade foram envolvidas nas manifestações por melhores salários, melhores condições de trabalho e pela redução do custo de vida. Nesta época multiplicaram-se as reuniões intersindicais que, mesmo proibidas, reuniam federações e sindicatos e setores populares, como estudantes e associações de bairro.

Até 1958, as greves alcançaram elevações no salário real e lograram certa mobilidade ascendente do trabalho. No entanto, paralelo a isso, os gastos governamentais e a redução das trocas comerciais fizeram aumentar os déficits no orçamento federal e a inflação (CASTRO, 1980 e FAUSTO, 2001).

A estagnação econômica e a diminuição do ritmo de crescimento das empresas fez aumentar também os índices de desemprego e, conseqüentemente, as manifestações sindicais, sobretudo em defesa das reformas de base, o que, segundo Giannotti (2007), levou a uma politização do movimento. Com isso, no início dos anos 1960, o Brasil já despertava preocupações internacionais. Quando Jânio Quadros assumiu, suas tentativas de estabilização econômica não foram bem sucedidas e sua falta de apoio interno fez com que o então presidente renunciasse. Quando João Goulart assumiu o cargo, o momento era de instabilidade política, por conta dos temores de que o vice-presidente da chapa de Jânio Quadros pudesse conduzir o país para uma república sindicalista.

João Goulart, em uma manobra conciliadora do Congresso Nacional para evitar um golpe militar, assumiu o governo em regime parlamentarista, tendo seus poderes reduzidos, mas um plebiscito convocado pelos sindicalistas do Comando Geral de Trabalhadores (CGT) fez com que o presidencialismo fosse reinstituído no país. A partir de 1963, a radicalização de diferentes posições fez com que a instabilidade política aumentasse no país e quase todos os atores políticos já estavam convencidos de que os conflitos não seriam resolvidos através da via democrática. Para L. M. Rodrigues (1974), a radicalização dos movimentos populistas estava abalando as estruturas de poder e poderiam levar a reivindicações que questionassem o modo de organização da produção e o sistema social e político em seu conjunto.

Com isso, em 1964, ocorre o golpe militar que, segundo Ianni (1968), tinha por objetivo afastar o risco da tomada do poder pela esquerda ou por grupos nacionalistas exaltados, controlar as consequências negativas da inflação, reinserir o país ao sistema capitalista mundial e reintegrar os poderes políticos e econômicos, afastados durante o período de democracia populista.

Durante o regime militar, o sindicalismo sofreu violentos golpes de desarticulação. A repressão policial se intensificou e os sindicatos, sob intervenção, foram obrigados a adotar funções assistencialistas, ficando afastados das reivindicações políticas e salariais (MATTOS, 2009).

Em 1966, o país encontrava-se arrasado economicamente, politicamente e culturalmente e, passado o primeiro impacto da ditadura militar, a oposição ao regime vinha se organizando. Quando Costa e Silva chega ao poder, em 1967, ele vê a necessidade de estabelecer diálogos com estes setores e passa a incentivar a organização de sindicatos (FAUSTO, 2001). Assim, chegam à direção dessas organizações alguns militantes pouco conhecidos, mas que se identificavam com os partidos de esquerda. Em 1968, foram realizadas duas grandes greves operárias, que, segundo Weffort (1972), foram um esboço de formas alternativas de orientação e organização, já que se mostraram independentes do Estado e das empresas, se diferenciando do modelo populista adotado até os anos 1960. Para Hirata (1980), as greves de Contagem e Osasco se diferenciaram das greves realizadas anteriormente por atacarem frontalmente as bases da política econômica da ditadura militar, uma vez que se posicionaram contra o arrocho salarial.

No entanto, em 1969, quando o general Médici assumiu a presidência, teve início o período mais repressivo do regime militar e os militantes mais combativos do movimento, impedidos de se organizar nos sindicatos, lançaram mão de formas diferenciadas de mobilização centradas nos locais de trabalho, o que já sinalizava os caminhos que seriam seguidos pelo movimento sindical anos mais tarde com o surgimento do chamado Novo Sindicalismo. A partir de 1973, com o início da abertura política, as atividades sindicais se intensificaram através da ampliação das comissões de fábrica (HIRATA, 1980). Nessa época, os sindicatos, ainda sob intervenção, tentavam impedir essas manifestações mais espontâneas dos trabalhadores.

Cabe ressaltar que, nesta época, existia uma polêmica crescente no interior no movimento dos trabalhadores no que diz respeito ao papel dos sindicatos e, segundo Frederico (1990), formaram-se duas grandes tendências neste movimento. A Unidade Sindical, formada majoritariamente pelo PCB, defendia a formação de uma frente democrática de atuação junto com os sindicatos. Os autênticos, compostos por um conjunto heterogêneo de grupos de esquerda, por sua vez, rejeitavam a participação na frente democrática e defendiam a criação de canais alternativos de participação dos trabalhadores. As polêmicas entre esses dois grupos culminariam com a formação de duas centrais sindicais distintas nos anos 1980. Enquanto o primeiro grupo fundaria a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), o segundo grupo seria responsável pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Apesar das divergências, diversas mobilizações foram organizadas, e as greves de massa realizadas em 1978 colocaram em evidência a crise do modelo sindical implementado pela ditadura, revelando o isolamento no qual se encontravam os sindicatos oficiais. Pressionado, o Governo Figueiredo, eleito em 1979, definiu uma política de abertura sindical e atraiu as emergentes lideranças sindicais para o interior da estrutura oficial. Isso fez com que parte daqueles trabalhadores que queriam construir um sindicalismo livre, a partir da organização por local de trabalho, acabassem isolados e parte deles fosse incorporada pelo modelo corporativo.

Apesar das polêmicas existentes no que diz respeito ao desenvolvimento do modelo sindical corporativo brasileiro, de acordo com Boito Jr. (1999), as medidas reformistas adotadas no campo da política sindical não alteraram a estrutura do sindicalismo brasileiro, e a Constituinte de 1988 acabou elevando os principais elementos da estrutura corporativa ao patamar de norma constitucional. Dessa forma, o sindicalismo brasileiro chegou aos anos 1990 com características marcadamente corporativas, que viriam a influenciar sua estratégia de ação frente às transformações ocorridas no mundo do trabalho, em consequência da implantação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva capitalista.

No capítulo dois da dissertação, discuti a ascensão do projeto neoliberal ao poder no Brasil, através do discurso de modernização adotado, inicialmente, pelo Governo Fernando Collor de Melo, e a implementação do processo de

reestruturação produtiva capitalista no país, iniciado nos anos 1980, mas que se aprofundou ao longo dos anos 1990, facilitado pelo avanço das políticas neoliberais. Apresentei também as principais técnicas organizacionais propostas pela reestruturação produtiva, relacionando sua implementação aos contextos político-econômicos brasileiros.

De acordo com Perry Anderson (1995), a ideologia neoliberal surgiu como uma reação à hegemonia do estado intervencionista e do estado de bem-estar social keynesiano. Essa ideologia, surgida em 1944, procurava demonstrar a superioridade do mercado frente ao Estado. No entanto, só em 1970, quando vimos o desencadear de um quadro crítico no modo de produção capitalista, devido à crise do sistema de produção taylorista-fordista, essa ideologia se fortaleceu. Esse cenário permitiu que os neoliberais avançassem com o discurso acerca do poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário e dos gastos excessivos do Estado, responsabilizando-os pela crise. A partir daí, o Estado passou a ser considerado um freio à livre circulação de capitais e o discurso assumido foi em defesa da desregulamentação, da abertura comercial ao mercado internacional e da privatização das empresas públicas (BOITO Jr., 1999).

De acordo com Antunes (2003), neste período, a globalização dos avanços tecnológicos passaram a interferir nas relações de trabalho e de produção do capitalismo e o sistema taylorista-fordista começou a se misturar com outros processos produtivos, com destaque para o toyotismo. Segundo o autor, esses novos processos produtivos devem ser entendidos como uma resposta do capital ao acirramento da concorrência intercapitalista e à necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho. Dentre as principais conseqüências desse processo, Antunes (2002) destaca a intensificação do trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas. Por isso, esse processo revela sua necessidade de dismantelar a organização do trabalho e o sistema jurídico, responsável pela regulação da exploração da força de trabalho.

Para Alves (2005), foi a partir da crise da dívida externa, em 1981, que surgiram os primeiros impulsos desse processo de reestruturação produtiva no Brasil. Esse período foi caracterizado pela falta de investimentos em novas tecnologias microeletrônicas, e pela intensificação da exploração e da

flexibilização do uso da força de trabalho nas empresas, sobretudo nas subsidiárias das corporações transnacionais. O período recessivo forçou as empresas à uma racionalização defensiva, pautada na redução de custos, que tinha como principal mecanismo as demissões em massa. Essa forma de implantação da reestruturação produtiva não permitiu que um de seus principais objetivos fosse atingido: a articulação do consentimento operário e a subordinação de sua subjetividade à lógica do capital. Para o autor, esse primeiro impulso de reestruturação foi incentivado não só pela ampliação da concorrência capitalista, mas também pela necessidade do Capital de controlar o avanço da luta de classes, que atingia um novo patamar no Brasil dos anos 1980. No entanto, a reação ofensiva do novo sindicalismo impôs obstáculos significativos à retirada de direitos dos trabalhadores e à cooptação dos mesmos por formas mais participativas de gestão.

Nos anos 1990, a intensificação do choque competitivo imposto pelas transformações neoliberais fez avançar a reestruturação produtiva no Brasil, iniciando um processo de consolidação do toyotismo sistêmico no país. Para Alves (2005), a nova etapa do capitalismo mundial, o avanço da política neoliberal e a crise das estratégias políticas e sindicais de matriz socialista foram os principais determinantes desse avanço da reestruturação produtiva no país.

No que diz respeito ao neoliberalismo, Emir Sader (1999) afirma que o Governo Collor apresentou o primeiro projeto neoliberal coerente, que teve como pilares as privatizações, a desregulamentação e a abertura ao capital estrangeiro. O então presidente facilitou as importações, dispensou um grande número de funcionários públicos, liberou os preços dos produtos de consumo básico e vetou os aumentos salariais. Além disso, ele deu início a um plano de privatizações das empresas nacionais. Fernando Henrique Cardoso seguiu aprofundando o projeto neoliberal, legitimado pela estabilização monetária alcançada pelo Plano Real. Dessa forma, o governo pôde implementar as reformas que permitiram a redução do papel do Estado na economia e a aceleração das privatizações.

Para Cardoso (2003), a exposição das empresas nacionais à competição internacional e o aumento do desemprego no país foram os

principais argumentos de sustentação do discurso de flexibilização das relações de trabalho no Brasil proposto pelos neoliberais.

Para Pochmann e Borges (2002), ao invés de adotar uma política de estímulo à produção e à geração de empregos em âmbito nacional, o Governo FHC optou por alardear que a rigidez do mercado de trabalho, ocasionada pelo atraso da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e o alto custo do trabalho no país seriam entraves para o crescimento econômico e para geração de novos empregos. Com isso, a adoção de medidas desregulamentadoras das relações de trabalho foi responsável pela degradação do emprego ocorrida ao longo dos anos 1990. Através de medidas provisórias, projetos de lei em regime de urgência e portarias e normas do Ministério do Trabalho, o Governo FHC foi o principal agente da desregulamentação no Brasil.

A política de privatização, intensificada durante o Governo FHC, foi responsável pela transferência de serviços públicos e estratégicos para a iniciativa privada. Essa medida não só visava redefinir o papel do Estado como refletia o interesse das elites em definir políticas de apropriação dos bens públicos (BIONDE, 1999).

O aprofundamento das políticas neoliberais e o avanço da reestruturação produtiva fizeram surgir o que Alves (2005) chamou de “novo (e precário) mundo do trabalho”, revelando uma crescente precarização dos empregos e salários, e um crescente desemprego estrutural no Brasil. Pochmann (2008) afirma que não só o desemprego explodiu nos anos 1990, como também mudou de perfil e se generalizou, afetando diversos setores sociais. Em consequência, a insegurança no que se refere à entrada e permanência no mercado formal de trabalho, assim como a informalidade, aumentou.

Finalmente, no capítulo três, abordei a crise do sindicalismo brasileiro, ou melhor, a crise de um modelo específico de sindicalismo, desencadeada durante os anos 1990. A estratégia e a prática sindical de confronto adotada durante os anos 1980, se transformou no que Melo (2007 apud Noronha, 2009) chamou de sindicalismo cidadão, sobretudo em virtude das transformações ocorridas em consequência do avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva a nível mundial.

Apresentei também os indicadores comumente utilizados na análise do movimento sindical, dentre eles a taxa de sindicalização e o número de greves, grevistas e jornadas não-trabalhadas.

A discussão acerca dos elementos responsáveis pelo recuo dos indicadores quantitativos do sindicalismo apresentados ao longo do capítulo três é extensa e, dessa forma, optamos por utilizar os dois grandes blocos propostos por L. M. Rodrigues (1999) na exposição desses elementos. Os fatores socioeconômicos tendem a ser fenômenos estruturais de longa duração e com menor chance de reversão, enquanto os fatores político-institucionais revelam-se mais sujeitos a intervenção dos atores políticos ligados ao trabalho, ou seja, do governo, empresários e sindicatos.

Entre os fatores socioeconômicos, destacamos: a introdução da automação e da informatização, a fragmentação dos interesses da classe trabalhadora, a flexibilização da legislação trabalhista, a queda da inflação e o aumento do desemprego. Entre os fatores político-institucionais, merecem destaque: o tipo de sistema político geral e a ascensão de partidos neoliberais ao governo.

Uma vez apreendido o contexto brasileiro dos anos 1990 e as transformações político, econômicas e sociais ocorridas no período, assim como as principais causas apontadas como responsáveis pelo declínio do sindicalismo combativo, ainda no capítulo três, discuti a trajetória assumida pelo movimento sindical brasileiro ao longo dos anos 1990. Optei pela análise das estratégias e práticas adotadas pelas duas principais centrais sindicais do país, a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical, com o objetivo de estabelecer uma visão mais abrangente dos projetos nacionais do sindicalismo brasileiro, extrapolando os limites das categorias e setores particulares.

De acordo com Boito Jr. (1999), na metade da década de 1980, a CUT já abrigava as correntes sindicais mais ativas na luta reivindicativa. Durante os anos 1980, a Central organizou campanhas pelo não-pagamento da dívida externa, contribuiu para a garantia de importantes direitos nos textos constitucionais, realizou greves contra a política econômica do governo e divulgou sua plataforma de mudanças econômicas e sociais. No entanto, a consagração da política neoliberal nas urnas, com a eleição de Collor, mudou a conjuntura brasileira e a corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical,

optou por uma mudança na prática sindical da entidade, adotando estratégias propositivas, que romperam com a ação essencialmente reivindicativa e grevista experimentada pela Central ao longo dos anos 1980.

A CUT adotou uma estratégia participacionista, e sua atuação institucional e a negociação dentro dos limites impostos pelo discurso neoliberal tornaram as reivindicações da Central, de acordo com Galvão (2002), cada vez mais enquadradas nesses limites. Além disso, como abandonou a defesa de uma luta unificada, o neocorporativismo começou a crescer na base do movimento, sendo que as câmaras setoriais, que também fizeram parte da estratégia cutista ao longo dos anos 1990, contribuíram para as disputas entre os sindicatos, que procuravam reduzir suas perdas particulares frente a uma conjuntura de crise (BOITO Jr., 1999).

A CUT também adotou estratégias de intervenção nas brechas do Estado, assumindo a execução de serviços relegados pelo Estado. Com o esvaziamento das câmaras setoriais, após a eleição de FHC, a Central passou a atuar nos Conselhos de Saúde, do Trabalho, da Previdência Social, no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, no Conselho Curador do FGTS e no Conselho de Administração do BNDES. Os serviços assistenciais também adquiriram maior peso, e a Central passou a oferecer serviços de educação, formação profissional e intermediação de mão-de-obra.

No entanto, essas estratégias de atuação, denominadas de sindicalismo cidadão, não são hegemônicas no interior da Central, e a disputa interna é acirrada. Dessa forma, ao final dos anos 1990, após frustradas tentativas de estabelecer acordos com os governos neoliberais, a CUT viu reavivarem posições mais críticas em seu interior.

A despeito da estratégia de negociação adotada pela CUT, de acordo com Galvão (2002), Boito Jr. (1999) e Alves (2000), a Central não aderiu ao neoliberalismo, uma vez que não estabeleceu acordos com nenhum governo alinhado a esta política, seja porque estes não fizeram concessões efetivas, seja por conta da pressão exercida pelas correntes minoritárias da Central, que, de maneira geral, se posicionaram contrárias às estratégias participacionistas. Estes autores apontam que a atuação da Central foi marcada por uma oscilação entre a assimilação de elementos do discurso

neoliberal e uma contraposição às políticas neoliberais, que em alguns momentos imprimiu uma prática mais combativa à Central.

No que diz respeito à Força Sindical, fundada em 1991, a Central sempre teve uma identificação bastante clara com a ideologia neoliberal. Esta apoiou o Governo Collor durante as eleições presidenciais e depois recebeu do mesmo apoio para sua fundação e consolidação no início dos anos 1990. O pacto social foi fundamental para o crescimento da FS, e a idéia de que trabalhadores e empresários desejavam igualmente uma economia estável, capaz de garantir um maior nível de emprego e melhores salários, abriu espaços para a FS nas mesas de negociação, e permitiu que a Central recebesse apoio de parte dos trabalhadores interessados nas conquistas imediatas que a Central era capaz de alcançar.

Mesmo após as denúncias de corrupção que envolveram o Governo Collor, os dirigentes da Central foram capazes de desvincular a imagem da FS do então presidente e, dessa forma, a Central garantiu sua sobrevivência ao longo dos anos 1990, se apoiando, majoritariamente, em duas linhas de atuação. De acordo com Trópia (2002), a primeira delas diz respeito à elaboração de propostas e à implantação das políticas neoliberais, e a segunda está ligada à oposição da FS à CUT e ao MST.

A Força Sindical, como afirma Giannotti (2002), não se limitou a declarar apoio às políticas neoliberais. Nos sindicatos sob seu controle, defendeu ativamente as privatizações e a desregulamentação das relações de trabalho, através do banco de horas, do contrato de trabalho por tempo determinado e das Comissões de Conciliação Prévia.

Sobre a oposição da Força Sindical à CUT e ao MST, Trópia (2002) destaca três episódios ilustrativos desta oposição. O primeiro foi a greve geral de 1991, contra a política econômica do Governo Collor, convocada pela CUT e pela CGT. Na ocasião, a FS foi a público declarar a ação ultrapassada e retrógrada, fazendo coro com as críticas do governo à greve. O segundo ocorreu no início do Governo FHC, quando a Força Sindical se opôs à Greve dos Petroleiros e se posicionou favorável à privatização da Petrobrás e das empresas de telecomunicações. O terceiro episódio relaciona-se à oposição da Força Sindical à reforma agrária e ao MST, sendo que, desde 1999, a Central

atua no campo com o intuito de formar lideranças rurais e formar dissidências contrárias a estes movimentos.

De acordo com Cardoso (2003), enquanto marcava posição contra a CUT, a Força Sindical apoiou as discussões acerca das Reformas da Previdência e Administrativa durante o Governo FHC.

Ao final do capítulo três pude perceber que a CUT e a Força Sindical adotaram visões distintas acerca das transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo dos anos 1990. Enquanto a CUT entendeu que este cenário trouxe sérios riscos para os trabalhadores, a Força Sindical viu uma possibilidade de melhoria das condições de vida e trabalho da população através da modernização da economia e das relações trabalhistas. Além disso, a CUT manteve um papel de destaque para o Estado, entendendo que este seria fundamental na redução dos impactos nocivos causados pela implantação das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva, enquanto a FS defendeu a reestruturação do Estado através da privatização, da desregulamentação e da reforma administrativa e previdenciária.

Apesar das divergências, e diante dos graves problemas apresentados aos trabalhadores na década de 1990, as Centrais Sindicais tentaram realizar algumas atividades conjuntas. Segundo Santana (2000), existem várias menções a reuniões e encontros entre as Centrais em seus documentos, refletindo uma tentativa de elaboração de uma pauta unificada. No que diz respeito às ações concretas, destacam-se as iniciativas de qualificação profissional.

Para finalizar, levantamos algumas observações acerca da crise do sindicalismo brasileiro, uma vez que questionamentos têm sido feitos no que tange o caráter da crise e sua extensão.

Baseamos nosso estudo na certeza da centralidade do trabalho² e no fato de que os trabalhadores nunca perderam seu papel de potenciais transformadores das questões sociais, estejam eles organizados em sindicatos ou em movimentos populares dos “sem”: os sem-terra, sem-teto, sem-emprego, etc., mas que mantêm, em seu íntimo, um desejo de mudança, pois

² Ver: ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

sofrem, mais que quaisquer outros, a cada vez mais violenta exploração capitalista e os impactos da mesma.

Capítulo 1 - Os (Des)Caminhos do Movimento Operário Brasileiro Rumo aos Anos 1990

“Na manhã de 9 de janeiro de 1858, os diários cariocas Jornal do Comércio, Correio Mercantil e Diário do Rio de Janeiro não circularam. Sintoma, sem dúvida, de algum acontecimento bastante grave. E era. Os 80 compositores tipográficos desses três importantes jornais da Corte haviam paralisado simultaneamente suas atividades. Nada igual havia acontecido antes: uma greve de trabalhadores livres e assalariados era coisa inédita num país ainda escravagista como o Brasil. Da mesma forma, do lado das autoridades, não se sabia como enfrentar essa situação. Os trabalhadores simplesmente cruzaram os braços e puseram em circulação, em vez dos jornais que deviam compor, o diário Jornal dos Tipógrafos, denunciando suas condições de trabalho, que consideravam muito semelhantes à dos escravos, e apregoando a necessidade de renegar ‘a falsa crença da obediência e dedicação a seus pretendidos senhores’. Era abuso demais.”

Artur José Renda Vitorino

Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 56, maio 2010.

Neste primeiro capítulo, apresentamos os caminhos seguidos pelo movimento operário brasileiro até os primeiros anos da implantação do projeto neoliberal no país, buscando destacar os processos político-econômicos que estabeleceram as bases de nosso sistema sindical atual e suas principais características.

1.1 - Mobilizações Trabalhistas no Alvorecer do Século XX

Inicialmente iremos destacar nosso conhecimento acerca da existência de mobilizações trabalhistas de massa desde fins do século XIX. De acordo com Boris Fausto (1986), a primeira etapa de formação da classe operária brasileira está ligada a um processo de transformações cujo eixo foi a expansão da economia cafeeira. Isso gerou condições para que se constituísse um núcleo de trabalhadores no Rio de Janeiro que, por muitos anos, reuniria a maior concentração operária do país, sendo superado pela capital de São Paulo, em algum momento entre 1920 e 1938.

Com as mudanças no interior da economia cafeeira, principalmente relacionada à abolição da escravidão e à expansão urbana no interior da província de São Paulo, surgem as primeiras manifestações de atividade industrial no Estado.

O crescimento das cidades se deu não apenas devido a sua consolidação como mercado distribuidor, mas também ao influxo da massa de imigrantes. Ainda de acordo com o autor, é provável que os primeiros fluxos rural-urbano tenham ocorrido nos primeiros anos de 1900, com o fim dos primeiros contratos de formação do café³.

Segundo Estatísticas do Centro Industrial (CARONE, 1970 apud SADER, Eder, 1980), em 1900, o Rio de Janeiro, a maior cidade do país, possuía 690 mil habitantes, São Paulo apenas 240 mil e só outras duas, Salvador e Belém, ultrapassavam os 100 mil habitantes. Em 1907, o número de operários brasileiros não ultrapassava a casa dos 150 mil em uma população de 20 milhões pessoas, o que demonstra como o país ainda mantinha características predominantemente rurais.

Ainda que muitos fatores tenham dificultado a formação de um movimento operário, a cidade reuniu os requisitos mínimos para o seu surgimento. Existia ali um quadro objetivo de exploração que podia ser organizado coletivamente, dada à facilidade de contatos. Deste modo, embora o núcleo estrutural da economia ainda residisse no campo, o conflito social concentrou-se nos setores secundários e de serviços.

De acordo com Eder Sader (1980), os ideólogos revolucionários e organizadores do movimento operário, muitos deles estrangeiros que chegavam ao país em busca de trabalho, não eram vistos como estranhos pelos trabalhadores, mas havia certo distanciamento cultural entre esse segmento mais avançado politicamente e a massa de trabalhadores brasileiros. Os imigrantes⁴ tiveram uma importância determinante na introdução das idéias socialistas no Brasil e na criação das primeiras associações de classe. Muitos

³ Para um maior aprofundamento sobre os eixos da produção mercantil brasileira no início do século XX, ver FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo: Difel, 1986.

⁴ Entre 1890 e 1900 entraram no país cerca de 1.130.000 imigrantes que seriam amplamente utilizados como mão-de-obra já que eram mais qualificados que os ex-escravos. Neste período, 79% dos trabalhadores industriais de São Paulo e 39% dos trabalhadores industriais do Rio de Janeiro eram estrangeiros (FAUSTO, 1986).

deles eram experimentados militantes das lutas sociais em seus países de origem e aqui chegavam fugindo da perseguição política ou da miséria que, na Europa, eram uma ameaça constante aos trabalhadores envolvidos nos conflitos sociais.

Desta forma, segundo Azis Simão (1981), ao mesmo tempo em que o mercado de bens e serviços dava seus primeiros passos, surgiam, criadas por estrangeiros em colaboração com os trabalhadores brasileiros, as primeiras associações de auxílio mútuo. As caixas beneficentes de empresas, apesar de serem, em sua maioria, instituídas por iniciativa dos empregadores e mantidas por descontos compulsórios e multas aplicadas aos trabalhadores, também eram consideradas outra espécie de associação mutuária. Para o autor, os dados disponíveis a esse respeito, ainda que incompletos, apontam alguns aspectos do mutualismo operário durante este período. As primeiras mutuais datam de 1872 e eram formadas, majoritariamente, por imigrantes, artífices gráficos e assalariados de diversas categorias profissionais.

Cabe registrar que a Constituição vigente no país, datada de 1834, proibia toda e qualquer associação operária, mas mesmo assim elas iam se formando na ilegalidade e na tolerância vigiada. Uma das primeiras foi a Associação Tipográfica Fluminense, considerada uma das mais antigas organizações profissionais do Brasil. Não nos é estranho que os gráficos tenham constituído um dos mais combativos setores dos trabalhadores, já que estes tinham uma realidade cultural diferente dos demais: a maioria sabia ler e tinha condição de acesso à informação e ao conhecimento em decorrência da própria profissão (FAUSTO, 1986).

Para Simão (1981), as associações de auxílio mútuo, de maneira geral, se propunham a realizar programas assistenciais no campo do desemprego, da invalidez, dos serviços médico-farmacêuticos e funerários. Apesar de contribuírem para a emergência do movimento operário, essas mutuais não foram a gênese do sindicalismo que emergiu quase na mesma época. Poucas delas precederam o surgimento das ligas operárias propriamente ditas que já foram surgindo aos moldes do sindicalismo europeu, buscando melhorar as condições de trabalho e aumentar a solidariedade de classe. Ainda que alguns sindicatos tenham adotado a assistência social como fim, este não foi o encaminhamento da maior parte do sindicalismo brasileiro.

Os anarquistas, que formavam a maior corrente do movimento operário da época, consideravam que as mutuais conformavam os trabalhadores à sociedade de classes e, por isso, se opunham a inclusão do mutualismo entre as finalidades do sindicato. No entanto, cabe afirmar que, apesar de excluírem os serviços assistenciais de seus objetivos, as ligas operárias, tanto anarquistas quanto socialistas, tinham o auxílio aos seus associados e às suas famílias como base da solidariedade de classe.

De acordo com Jorge E. Silva (1999), várias formas de associação entre os trabalhadores foram se constituindo, e as últimas décadas do século XIX se caracterizaram pela multiplicação de organizações operárias, na sua maioria de tendência anarquista e anarco-sindicalista, ao lado de simpatizantes de um socialismo reformista. O marxismo, que alguns acreditam ser uma das principais correntes ideológicas operárias de hoje, só surgiria mais tardiamente, se fazendo sentir no pós-revolução russa.

Nesta época, a luta operária encontrava-se centrada nos direitos fundamentais do trabalho, sendo a melhoria salarial, a redução da jornada de trabalho e a regulamentação do trabalho infantil e das mulheres, as principais reivindicações dessas organizações. Essa pauta, mais voltada para os aspectos econômicos, que negligenciava a luta pelo poder estatal, estabelecia limitações na luta pela superação do capitalismo, fazendo com que alguns autores, como Ricardo Antunes (1988) e Luiz Werneck Vianna (1978), questionem o caráter revolucionário do movimento operário vigente à época.

Apesar de o anarquismo ser preponderante, a característica dominante da época era uma cooperação entre as várias correntes anti-capitalistas, pois, apesar das divergências nos princípios, anarquistas e socialistas agiam quase de acordo nas manifestações. Para Silva (1999), outro exemplo disso é o curioso fato de que algumas publicações libertárias como *A Vida* e *A Plebe* destacavam *O Capital*, de Karl Marx, e *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, de Friederich Engels, como contribuições importantes ao pensamento socialista.

Segundo o mesmo autor, nesta época, nascia uma ativa imprensa operária. Títulos como: *O Trabalho* (São Paulo, 1876), *O Proletariado* (Rio de Janeiro, 1878), *A Luta* (Porto Alegre, 1894) agitavam as principais cidades, divulgando idéias, informando sobre as lutas dos trabalhadores, sobre

acontecimentos internacionais, contribuindo para uma cultura operária alternativa que seria a fonte do associativismo e da solidariedade que marcaria as décadas seguintes. Esses jornais, assim como as revistas e livretos publicados na época permitiram que os trabalhadores brasileiros criassem uma visão coletiva da luta que os colocava em campo oposto ao Capital, ou seja, eles puderam entender que cada indivíduo ou grupo não estava isolado e que os avanços sociais eram possíveis.

Já no início do século XX, começou a se impor a necessidade de articulação mais ampla e progressiva entre os trabalhadores, como afirma Simão (1981). Isso levou a um crescimento acelerado de lutas que culminou em 1906 com o I Congresso Operário Brasileiro, que aconteceu de 15 a 20 de abril no Rio de Janeiro. Delegados de vários estados aprovaram as bases para a constituição da Confederação Operária Brasileira (COB), nos moldes do sindicalismo revolucionário da CGT francesa e do anarco-sindicalismo europeu. Neste Congresso foi recusada, em diversas moções, a vinculação do sindicalismo a partidos políticos; foi aprovada a ação direta como forma de atuação dos trabalhadores; e os delegados se manifestaram ainda contra a existência de funcionários remunerados nos sindicatos, exceto em situações excepcionais. Além disso, foi desaconselhada aos sindicatos⁵ a utilização de caixas para obras de beneficência, mutualismo ou cooperativismo, sendo recomendada, sobretudo, a resistência dos trabalhadores às condições impostas pelos empregadores.

De acordo com Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti (2008), caminhava-se na direção da formação de uma consciência de classe ao passo em que a organização política dos trabalhadores se desenvolvia, sobretudo após 1907, quando o direito de livre organização sindical é reconhecido e os sindicatos mantêm total autonomia em relação ao Estado.

A COB nasceria finalmente em 1908, tendo 50 organizações operárias contribuído para sua formação. Foram reiterados os princípios anarco-sindicalistas, a importância da ação cultural, a solidariedade às lutas em outros países e aos operários em greve e estrangeiros expulsos, sendo ainda

⁵ Nas Resoluções do I Congresso Operário Brasileiro (1906 apud SIMÃO, 1981), as associações operárias adotaram o nome de sindicato.

aprovado o início de propaganda anti-militarista contra as ameaças de guerra (SADER, Eder, 1980).

Silva (1999) afirma que essa intensificação crescente das lutas dos trabalhadores levou à aprovação de algumas leis repressivas, como a que foi proposta em São Paulo pelo deputado Adolfo Gordo, em 1907, e que recebeu o nome de seu proponente. Sua finalidade era expulsar sumariamente estrangeiros considerados, pelo Estado, indesejáveis. Essa lei teria uma aplicação freqüente sobre os militantes dos movimentos sociais e levaria à expulsão de cerca de mil trabalhadores nascidos na Itália, Portugal e Espanha, chegando até mesmo a ser aplicada sobre brasileiros natos.

Essa política de expulsões teve uma importância particular no objetivo de desarticular o movimento operário, já que, como já dissemos anteriormente, a maioria dos imigrantes expulsos eram ativos e experientes militantes operários. Os trabalhadores iriam, inúmeras vezes, se posicionar contra essa lei numa mostra clara de solidariedade, marcante entre os operários à época (SILVA, 1999).

De acordo com Fausto (1986), as idéias socialistas e a organização sindical tiveram dificuldades de penetrar nas pequenas cidades e no interior do Brasil, pois as condições econômicas e sociais da época, dentre elas a incipiente industrialização e a reduzida importância do operariado fora do eixo Rio, São Paulo e Porto Alegre, não eram favoráveis a isso. A estrutura fundiária, com seu controle repressivo através do coronelismo, dificultou, e muito, o surgimento do sindicalismo rural, que só viria a desabrochar bem mais tarde, nos anos 1960. Para Vianna (1978), a ausência de um sistema estruturado de alianças capaz de influenciar os aspectos políticos e sociais deste início de século também desempenhou um papel decisivo na limitação da ação sindical. Os trabalhadores do campo, os dissidentes da oligarquia e a juventude militar rebelada ficavam às margens dessas organizações operárias. Por esses e por outros motivos, tais como as características do processo migratório brasileiro e o sistema de dominação coronelista no mundo agrário, muitos estados não foram atravessados pelos conflitos sociais ligados ao sindicalismo e as idéias socialistas.

Em setembro de 1913, no Rio de Janeiro, foi realizado o II Congresso Operário Brasileiro. Segundo Silva (1999), neste congresso foi reafirmado o

caráter do sindicalismo brasileiro com sua autonomia em relação ao Estado e à atividade partidária. Entre as decisões destaca-se a de recusar a utilização de tribunais para garantir o pagamento de salários, servindo-se apenas da ação direta; foram aprovadas moções contra a utilização de fórmulas coercitivas e burocráticas nos estatutos sindicais; a continuidade no esforço de envolver os meios rurais; uma crítica à Igreja Católica; e uma moção de reforço à propaganda anti-militarista. No que diz respeito à Igreja Católica, esta tentava interferir no mundo do trabalho com a criação de “sindicatos católicos que são escolas de passividade” (Resoluções do II Congresso Operário Brasileiro, 1913 apud SIMÃO, 1981).

Segundo Leandro Konder (2003), o deflagrar da I Guerra Mundial intensificou a crise econômica e também as lutas operárias, o que provocou uma onda de repressão, com deportações em massa, prisões e fechamento de sindicatos. O período que se seguiria seria marcante para o movimento operário brasileiro. Aconteceram muitas mobilizações, greves e ações reivindicatórias. Entre 1917 e 1920 foram mais de duzentas greves no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1919, foi comemorado na Praça Mauá, por uma multidão de cinquenta mil pessoas, o Dia do Trabalhador onde se lançou uma campanha pedindo a limitação da jornada de trabalho em oito horas. Fausto (1986) sintetiza esse período da história:

A questão da organização autônoma da classe operária é um dos eixos da conjuntura 1917-1920. Gradativamente, ganham relevância os temas do reconhecimento do sindicato pelos empresários e de um modo implícito pelo Estado; do direito de associação; da competência do sindicato para intervir na ordem interna das empresas, através de seus delegados. Na raiz da luta está o processo, ainda que efêmero e desigual, da transformação das entidades sindicais em organismos representativos (FAUSTO, 1986, p.179).

Foi em abril de 1920 que se realizou o III Congresso no Rio de Janeiro. O movimento operário continuava tendo como objetivos centrais os salários, as oito horas de trabalho, a igualdade de salários entre homens e mulheres, o

custo de vida e o preço dos aluguéis. Com a intensificação das lutas, mais uma vez o governo intensificou a repressão, usando leis para deportar ativos militantes (SILVA, 1999).

No entanto, não foi só através de repressão que as classes dominantes agiram. A Igreja intensificou sua propaganda de um sindicalismo católico de conciliação e o Estado promoveu a cooptação de trabalhadores da capital federal, sustentando lideranças pelegas⁶ com livre trânsito junto ao governo. Segundo Ricardo Antunes (1988), desde esse período já se podia acompanhar a forma diferenciada através da qual eram tratados os trabalhadores dos diferentes ramos do processo produtivo brasileiro. Para aqueles indivíduos vinculados às atividades fundamentais para a exportação do café, como os ferroviários e os marítimos, o tratamento dispensado buscava a integração e a conciliação. Já os trabalhadores fabris, que não compunham uma fração politicamente dominante, eram “simplesmente” reprimidos.

De acordo com Konder (2003), o movimento operário atravessaria então um período de conseqüências irreparáveis para a história da organização das lutas dos trabalhadores. Arthur Bernardes, presidente entre 1922 e 1926, intensificou ainda mais a repressão durante seu governo. Foi decretado estado de sítio e foram deportadas centenas de opositores e militantes operários para os campos de concentração do Oiapoque, tendo muitos deles ali morrido.

Foi neste período que começaram a chegar as notícias contraditórias sobre a evolução da Revolução Soviética, que até então achava-se que era uma revolução libertária. As articulações para a criação de um Partido Comunista vinculado a Internacional Comunista, provocaria profundas e definitivas divisões no movimento operário brasileiro.

O Partido Comunista seria formalizado em março de 1922 e todos os seus fundadores, menos um, eram anarquistas, que ainda estavam longe de conhecer profundamente o leninismo e, menos ainda, o marxismo. Segundo Vianna (1978), os fundadores do PC optaram por uma forma de organização político-partidária que tinha como objetivo organizar o operariado em um bloco hegemônico alternativo que englobasse o proletariado urbano e os demais

⁶ “As expressões ‘peleguismo’ e ‘pelego’ [...] são conceitos e referem-se a um tipo de comportamento de dirigentes sindicais que não têm um real compromisso com as necessidades e interesses dos trabalhadores, mas que favorecem a exploração capitalista” (ROSSI e GERAB, 2009, p. 49).

setores subalternos, sobretudo aqueles do campo, para lutar pelo controle do Estado.

Segundo Silva (1999), a polêmica entre anarquistas e comunistas se acentuaria definitivamente quando começaram a ser publicados textos de anarquistas russos criticando o caminho seguido pelos dirigentes comunistas. Mas essas divisões ainda não afetariam definitivamente o movimento operário que seguia com suas lutas econômicas e intensa solidariedade contra as arbitrariedades que iam sendo cometidas com os militantes operários.

No entanto, ainda segundo o autor, foi o aumento da repressão aos revolucionários que discordavam das orientações leninistas na Rússia, que acabou intensificando os conflitos entre anarquistas e comunistas aqui no país. Alguns ainda se esforçavam buscando a conciliação, como Otávio Brandão, ainda anarquista, que publicaria na Voz do Povo o lema “Paz entre nós, guerra aos senhores”. Mas esse ideal se tornava cada vez mais distante, pois começavam a ocorrer violentas agressões, até mesmo físicas, como noticiaria A Plebe em 12 de maio de 1923.

Os anos seguintes seriam determinantes para o declínio do sindicalismo autônomo que ainda tentava lutar contra a crescente interferência do governo nos sindicatos. Poucos anos antes da Revolução de 1930, essa luta se intensificou quando os sindicatos se voltaram para a luta por liberdade e por direitos que começavam a ser seriamente ameaçados. Cabe dizer que, neste período, o anarco-sindicalismo deixaria de ser a orientação hegemônica das organizações operárias brasileiras (SILVA, 1999).

Segundo Eder Sader (1980), neste período, o Partido Comunista buscava aumentar sua influência nos sindicatos, estabelecer uma política nacional e, além dos temas relativos ao movimento operário, tentava intervir nas eleições parlamentares. Em 1927, o PC lançou um bloco operário no Rio de Janeiro apoiando candidatos com plataformas que apontassem para: a luta política contra a oligarquia e o imperialismo, a anistia e contra as leis de exceção e a legislação social (jornada de oito horas, salário mínimo, proteção à mulher e à criança, etc.). Um ano depois, essa política se estendeu nacionalmente com o nome de Bloco Operário e Camponês (BOC). Mas apesar desses avanços do PC, a luta pela resolução da crise oligárquica

acabaria se decidindo em outro nível, com a formação da Aliança Liberal de Vargas, em 1930.

Para Fausto (1986), foi a partir de 1930 que houve um fortalecimento e uma dinamização das forças produtivas brasileiras e o Estado, assim como a conjuntura internacional, foi de grande influência no estabelecimento de uma “nova” estrutura sindical. Segundo Marcio Pochmann,

[...] foi estabelecida uma nova estrutura sindical, potencialmente de massa para à época e com capacidade de lançar à cena política não apenas parte da força de trabalho vinda do campo, como também segmentos industriais regionalmente dispersos (POCHMANN, 1998, p. 150).

Foram criadas as condições para que o sindicalismo se tornasse um instrumento político, nas mãos de direções sindicais que passaram a deter recursos e poder até então inexistentes. Para Michael Löwy (1980), essa nova etapa na história do movimento operário brasileiro, especialmente no que diz respeito aos sindicatos, será marcada pela progressiva integração destes aos marcos do Estado, ou seja, pelo fim da autonomia do movimento que, a partir daí, só se manifestaria esporadicamente à revelia das burocracias sindicais.

1.2 - A Emergência de uma Nova Forma de Acumulação no Brasil e os antecedentes da “Revolução de 1930”

De acordo com Eder Sader (1980), a Guerra de 1914 obrigou a economia brasileira a realizar um grande esforço no sentido da substituição de importações⁷, o que consolidará um núcleo operário nos principais centros urbanos do país. Com isso, setores crescentes da burguesia e das camadas médias irão buscar abrir canais legais capazes de incorporar esses operários.

⁷ A crise de 1929 intensificará ainda mais esse quadro, pois a forma como afetou o mercado internacional manteve baixa a capacidade de importação do Brasil, o que acabou por acelerar ainda mais seu processo de industrialização. Essa questão será retomada em um momento posterior (SADER, Eder, 1980).

Internamente, vimos surgir, em consequência dessas transformações na economia mundial, uma nova classe média, que podemos também caracterizar como uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno, e um novo proletariado, que passa a exigir seu lugar na sociedade política.

Neste período foi criado o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo que agia como centro organizador e ideológico dos empresários industriais paulistas. O chamado CIESP, exemplificando uma nova vontade política que crescia nos entremeios da reestruturação da classe dominante, defendia a intervenção do Estado para intensificar a industrialização e controlar o movimento operário, propondo uma superação do Liberalismo Clássico adotado até então.

Segundo Antunes (1988), a “Revolução de 1930” veio responder à crise de hegemonia que se desenvolvia no momento de substituição das classes dominantes agrárias pela burguesia industrial. O Estado teria assumido para si a responsabilidade de recompor as relações no interior da classe dominante e buscar o consentimento dos demais segmentos sociais, através de uma legislação trabalhista e sindical que incorporava estes grupos limitando seu caráter autônomo e transformador.

Francisco de Oliveira (2003) aponta que, ao contrário da Revolução Burguesa clássica, esse processo de transformação não exigiu uma ruptura total do sistema, tendo os proprietários rurais mantido o controle das relações externas da economia, dando continuidade ao modelo de reprodução do capital pautado numa economia primário-exportadora. Sônia Regina de Mendonça e Virginia Maria Fontes (1991) esclarecem que a exportação dos produtos agrícolas garantiu a entrada de divisas estrangeiras, com as quais foram adquiridas máquinas e equipamentos para a implantação e manutenção do parque industrial brasileiro. A produção agrário-exportadora era uma condição para a industrialização, mas não devia ser estimulada como núcleo central da economia. Em contrapartida, o fortalecimento do parque industrial permitiu a construção e modernização de vias de acesso, de sistemas de transportes e comunicações, facilitando o escoamento da produção agrícola. Além disso, as oligarquias rurais contavam com o apoio industrial para manter intocada a estrutura de terras no meio rural.

A partir daí compreendemos que, apesar da década de 1930 ser um marco para o início da modernização e da industrialização no país, a burguesia industrial não foi o principal agente desse processo. Foram os interesses agrários, não vinculados à economia cafeeira, que exigiram do Estado essas mudanças. Essa “Revolução pelo Alto”⁸ também gerou o fortalecimento do mercado interno brasileiro e, mesmo tendo assumido um papel coadjuvante, podemos perceber que a burguesia industrial foi a maior beneficiária das medidas adotadas pelo Estado Vargas. De acordo com Vianna,

Pretendemos acentuar que a modernização como ‘revolução pelo alto’ não se associa à idéia de que tal processo tenha levado a burguesia industrial ao poder político, e sim, que os interesses específicos da indústria tenham encontrado apoio e estímulo eficaz na nova configuração estatal (VIANNA, 1978, p. 135).

Temos marcado, então, o fim de um ciclo e início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância de uma estrutura produtiva de base urbano-industrial. No entanto, precisamos lembrar que só em 1956 a renda do setor industrial superará, pela primeira vez, a da agricultura (FAUSTO, 1986).

Neste período vemos o enquadramento do proletariado em uma organização sindical rígida subordinada a um Estado centralizador, intervencionista e desenvolvimentista, dentro de um modelo corporativista. Deve-se destacar que esse Estado não se posicionou apenas como um mediador entre os setores dominantes, mas, aproveitando-se das divergências existentes, encaminhou um projeto de industrialização para o país que foi além dos interesses imediatos das classes dominantes, garantindo a expansão capitalista no Brasil.

Ainda de acordo com Fausto (1986), foi com a definição de um projeto de industrialização nacional, que se tornou viável ampliar as possibilidades de difusão do assalariamento urbano, e assim, consolidar o sistema corporativo de

⁸ Para maior aprofundamento do conceito, ver Vianna (1978). O autor faz um estudo aprofundado acerca da Revolução de 1930.

relações de trabalho, abrindo novas possibilidades de incorporação de parte da população trabalhadora urbana nacional que se encontrava excluída dos espaços políticos, ao mesmo tempo em que se transformou num controle estatal dos sindicatos.

1.2.1 - Sobre o Corporativismo

As reflexões de Antonio Gramsci⁹ sobre a noção de revolução passiva e a sua relação com os conceitos de hegemonia e corporativismo têm significativa relevância para o entendimento das transformações que se desenvolveram no Brasil no período pós-1930. Nos textos sobre o fascismo, Gramsci (2002) identifica as instituições corporativas como mecanismos centrais de recomposição das bases sociais do Estado já que atendem parcialmente aos interesses dos movimentos de trabalhadores e se constituem como um meio eficaz de cooptação de suas lideranças.

De acordo com Eli Diniz e Renato R. Boschi (1991), no Brasil, o modelo corporativo forneceu as bases institucionais para um novo modelo de regulação entre o público e o privado, transformando as prévias relações estabelecidas entre estes dois espaços, nas quais o público era uma mera extensão do privado. Os autores destacam que isso não significou a extinção do patrimonialismo, mas que aos poucos o corporativismo foi se firmando como um modelo dominante. Foi este modelo então que consolidou a direção do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, e consequentemente, se tornou responsável pelo processo de modernização e crescimento econômico do país, através da inclusão dos interesses industriais emergentes em um sistema fechado e excludente.

Dessa forma, a modernização no país ficou limitada pela própria matriz corporativa, de inspiração fascista, e porque esta foi instaurada em um contexto de restrição das liberdades democráticas, quando o fortalecimento do Estado esteve associado ao esvaziamento do sistema representativo-

⁹ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Record, 2002. Neste momento ele pensa o processo de transformação político e econômico italiano, iniciado com o fim da Primeira Guerra e com a crise do Estado Liberal, e a experiência fascista.

parlamentar. Além disso, o contraste entre as formas de inserção do empresariado e do operariado no arranjo corporativo revelou a incapacidade do modelo de promover a democratização através da extensão dos frutos do desenvolvimento ao conjunto da sociedade. Para os autores,

O que se teve foi a institucionalização de um sistema excludente, que consagrou a desigualdade de acesso de atores ao Estado e às instâncias decisórias estratégicas, marginalizando amplos segmentos da população dos mecanismos básicos de vocalização das demandas e de configuração da agenda pública (DINIZ; BOSCHI, 1991, p.20).

O empresariado organizava-se em sindicatos de base corporativa e em associações paralelas, que funcionavam às margens do sistema oficial e de forma mais independente. Além disso, este setor tinha acesso a canais de representação de seus interesses no âmbito do próprio aparelho do Estado, através de órgãos consultivos responsáveis pela elaboração de políticas setoriais. Enquanto isso, o operariado teve suas organizações autônomas, que vinham se fortalecendo desde as primeiras décadas do século, desmanteladas e se viram enclausurados, nas palavras de Diniz e Boschi (1991), sob o controle do Estado através da subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, consolidando uma estrutura verticalizada e hierarquizada de representação de interesses.

Cabe ressaltar que ao estado coube o papel não só de financiador e gestor da industrialização, mas este também participaria diretamente da atividade produtiva, se tornando responsável pela implantação da infraestrutura necessária para o avanço do processo de industrialização através da substituição de importações. Dessa forma, o estado se tornou uma arena privilegiada para a tomada de decisões acerca dos rumos a serem seguidos pela economia. No entanto, Diniz e Boschi (1991) acrescentam que, ainda que inicialmente o Estado tenha se tornado responsável até mesmo pelas metas do setor privado, ao longo do tempo, o Estado se tornou permeável ao jogo de interesses privados, provocando uma privatização do público.

Para João Bernardo (2000), o Estado brasileiro buscou promover o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que atendia certas reivindicações vindas da classe trabalhadora. No entanto, o fortalecimento do Estado não eliminou a existência de uma direção consciente que tinha um projeto transformador para o Brasil e que negava a participação às massas e que acabaria reorganizando o cenário político-econômico da sociedade brasileira.

O Estado Varguista integrou a emergente classe trabalhadora urbano-industrial, atrelando seus interesses a uma estrutura que limitava sua participação política ao mesmo tempo em que incorporava suas reivindicações como benefícios concedidos por um Estado paternalista, que teve seu executor conhecido como “pai dos pobres”.

Ainda de acordo com Bernardo (2000), na forma clássica do corporativismo, implementada na década de 1930, era o Estado Restrito, enquanto conjunto das instituições que compõem o governo: executivo, legislativo e judiciário, que exercia a hegemonia no triângulo governo, empresas e sindicatos. Sendo que, na fase atual do capitalismo, mesmo quando este arranjo se mantém, inverte-se a hierarquia e é o Estado Amplo, que inclui também os proprietários privados e gestores, que possui uma enorme latitude na administração, na condução e na punição da força de trabalho. Com o aumento da influência das empresas nos mais variados aspectos da vida social, o caráter amplo deste Estado continua aumentando muito.

Na forma como concebo, o Estado capitalista é sempre resultado de uma conjugação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito. Fala-se muito de corporativismo, e todos sabemos que se trata de um equilíbrio entre os poderes do governo e os dos empresários, com a participação secundária das burocracias sindicais. Os vários tipos de corporativismo, na sua origem e no seu desenvolvimento, ficam esclarecidos mediante a análise da articulação daqueles dois tipos de Estado (BERNARDO, 2000, p. 12).

1.3 - A “Revolução de 1930” e o Estado Novo (1937-1945)

Segundo Löwy (1980), com a “Revolução de 1930” chegam ao poder político outras oligarquias agrárias, assim como um setor industrialista, rompendo com a hegemonia dos latifundiários de café de São Paulo. A coligação política responsável por esse processo era bastante heterogênea e composta por setores da oligarquia agrária dos estados do norte, do centro e do sul e por setores da pequena burguesia, representados, sobretudo, pelo chamado tenentismo. Essa coligação chamada de Aliança Liberal possuía uma agenda modernizadora e o movimento de 1930 acabou criando as condições necessárias à aceleração da industrialização no país e a emergência de uma nova classe dominante. Para Antunes (1988), este processo só pode ser visto como uma “revolução burguesa” na medida em que a burguesia industrial, mais do que um agente deste movimento, foi produto dele.

Getúlio Vargas esteve à frente dessa ampla coalizão de forças caracterizada como um Estado de compromisso cuja perspectiva era fazer o país avançar no ponto de vista econômico. No entanto, para isso ainda seria necessário regulamentar o trabalho e enfrentar a questão social, até então vista exclusivamente como uma questão de polícia, como pensava Washington Luís (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

De acordo com Behring e Boschetti (2008), a “Revolução de 1930” veio acompanhada da introdução de novas institucionalidades no mundo do trabalho urbano. Vargas, que também enfrentou com repressão os setores mais radicalizados do movimento operário, passou a combinar essa atitude com a regulamentação das relações de trabalho no Brasil, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e com os primeiros encaminhamentos para a construção de um Estado social, em sintonia com os processos internacionais.

Uma das primeiras medidas adotadas por Vargas, ainda em 1930, foi a criação do Ministério do Trabalho, onde se aglutinaram vários advogados relacionados ao movimento sindical, que, em março de 1931, iriam redigir a Lei de Sindicalização. Essa Lei tinha a aparente finalidade de legalizar a atividade sindical, mas, no entanto, ela submeteu os sindicatos ao controle do Estado,

reprimindo os setores autônomos e concedendo às categorias com menor tradição de luta e organização, o direito de se organizarem em sindicatos. Com isso, Vargas deu início à desestruturação do sindicalismo autônomo existente nos anos pré-1930 e estabeleceu uma estrutura verticalizada no sindicalismo brasileiro (LÖWY, 1980 e SIMÃO, 1981).

Logo em seguida, em 1932, foi instituída a Carteira de Trabalho que passou a ser o documento da cidadania no Brasil, pois eram portadores de alguns direitos àqueles que dispunham de emprego registrado em carteira, reforçando o caráter corporativo e fragmentado da política social no país (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

O sistema público de previdência, que começou, em 1933, com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), se expandiu ao longo da década de 1930 passando a cobrir os riscos ligados à perda da capacidade laborativa nas categorias estratégicas da produção. Como os trabalhadores participavam da direção das IAPs, esses institutos foram decisivos na cooptação de dirigentes sindicais.

Neste período foram também promulgadas várias leis sociais e trabalhistas, como: pensões de aposentadorias, jornada de trabalho de oito horas, proteção do trabalho das mulheres e seguro-desemprego que surgem como respostas ao desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho e como conquistas dos trabalhadores. No entanto, Löwy (1980) acredita que a nova geração de operários que vai chegar às cidades no final da década de 1930 verá essas medidas como dádivas do Estado Varguista.

Desta forma, Vargas foi estabelecendo uma nova forma de relação entre o Estado e a classe trabalhadora, pois ele precisava do apoio desta para manter-se no poder. A política Varguista tinha como eixos principais na sua relação com o trabalho: a conciliação de classes, que buscava uma harmonia entre patrões e trabalhadores visando o desenvolvimento nacional; o sindicalismo assistencialista, que proibia qualquer propaganda ideológica; e a ingerência total do recém-criado Ministério do Trabalho nos sindicatos.

Um dos lemas mais representativos desta política foi dito pelo então ministro do trabalho, Lindolfo Collor: “Já é hora de substituir o velho e negativo

conceito de luta de classes pelo conceito novo, construtivo e orgânico de colaboração de classes”¹⁰.

Ainda que protegesse os trabalhadores contra a perseguição dos empregadores e legitimasse a existência dos sindicatos, a legislação trabalhista estabelecida no período restringiu as áreas de ação legal dos sindicatos e limitou severamente sua capacidade de promover os interesses dos trabalhadores, tornando difíceis as ações coletivas conseqüentes do trabalho. Para Antunes (1988), a classe operária começou a se desmobilizar no pós-1930, mais especificamente no pós-1935, em decorrência desta ação controladora do Estado que incorporou as reivindicações dos trabalhadores através de suas instituições sociais. Estas instituições acabaram colaborando para o controle social e político de parcelas significativas das massas urbanas, principalmente dos setores surgidos pós-industrialização e que agora reivindicavam maior espaço no cenário político do país¹¹.

A intervenção do Estado através, não só de técnicas repressivas, mas também sua organização segundo instituições e normas legalmente estabelecidas, foi fundamental para a consolidação das bases do sistema sindical vigente no país até nossos dias. Os decretos desta época fixaram os padrões organizativos que reduziram e uniformizaram os tipos de associação de trabalhadores com o objetivo de instituir um sistema único que envolvesse diferentes espécies de associações (ANTUNES, 1988).

Ainda assim, segundo Löwy (1980), houve resistência do movimento sindical autônomo às normas estabelecidas pelos decretos 19.770, de 19/03/1931, 24.694, de 12/07/1934, e 1.403, de 05/07/1939, e até 1934 o número de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho era muito pequeno. A principal força da resistência dos sindicatos anarquistas era a

¹⁰ O conceito de colaboração de classes encontra-se intimamente ligado ao corporativismo e possui um caráter desmobilizador da luta dos trabalhadores que será mostrado ao longo deste trabalho. Os setores mais organizados dentro do movimento sindical repudiaram e desconsideraram essa determinação do Ministério do Trabalho tanto que o discurso do então ministro do trabalho, durante um comício, em 1931, foi interrompido e a polícia precisou intervir para acalmar o movimento operário (LÖWY, 1980 e ANTUNES, 1988).

O conceito de colaboração de classes merece um maior aprofundamento e será retomado ao longo deste trabalho, já que foi usado em muitos momentos, principalmente com o avanço do neoliberalismo, com a intenção de frear a organização da classe trabalhadora em busca de sua emancipação.

¹¹ Ver IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 1995.

Federação Operária de São Paulo (FOSP), enquanto os comunistas resistiam calcados em sua própria central sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), fundada em 1929.

Nas áreas mais industrializadas, a resistência era maior e a penetração do “sindicalismo de Estado” deu-se inicialmente nas categorias mais atrasadas e sem experiência de luta. No entanto, em 1935, a onda repressiva desencadeada pela Lei de Segurança Nacional dificultou ainda mais a atuação dos trabalhadores dos sindicatos autônomos e, por isso, em 1936, o sindicalismo oficial já tinha aumentado em 55% (ANTUNES, 1988).

De acordo com Löwy (1980), essa Lei de Segurança Nacional foi assinada por Vargas, em 1935, colocando na ilegalidade a Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em março do mesmo ano. No momento de sua ilegalização, esse movimento declarava ter 1.600 seções locais com um total de 400.000 membros.

A ANL, desde sua formação, contou com o apoio ativo de civis e militares de esquerda independentes, surgindo como um renascimento do tenentismo de 1920, supostamente traído por Vargas e seus colaboradores. Ainda em seu primeiro comício, em março de 1935, a ANL elegeu Luis Carlos Prestes como presidente de honra do movimento e publicou um manifesto pela luta contra o integralismo. Em poucos meses a ANL tinha uma base sólida junto às massas com suas bandeiras de luta anti-fascista e anti-imperialista (LÖWY, 1980).

No entanto, ao ser posta na clandestinidade, ainda em 1935, a ANL viu seus setores mais moderados começarem a se afastar e o movimento acabou reduzido ao PCB. O processo insurrecional da ANL estourou em novembro de 1935, em Natal, no Rio Grande do Norte, mas logo seguiram-se rebeliões em Recife/PE e no Rio de Janeiro/RJ, todas rapidamente derrotadas. Depois desses acontecimentos, toda a burguesia nacional se reuniu em torno de Vargas para acabar com a chamada “Intentona Comunista” e a repressão que se seguiu foi, segundo Löwy (1980), a mais intensa já sofrida pelo movimento operário brasileiro.

Ainda segundo o autor, em 1937, devido ao início da campanha das eleições presidenciais, a repressão ao movimento operário diminuiu. Mas, logo em seguida, o então ministro da guerra, general Dutra, declarou ter descoberto

um plano de subversão comunista, o “Plano Cohen”, que na verdade tratava-se de uma armadilha elaborada por um oficial integralista. No entanto, isso bastou como pretexto para que Vargas suspendesse as eleições e dissolvesse o parlamento, concentrando todo o poder em suas mãos. A partir daí, tem início o “Estado Novo”, institucionalizado pela Constituição de 1937, inspirada na constituição polonesa e na Carta Del Lavoro de Mussolini.

Essa repressão que se abateu sobre a esquerda brasileira, sobretudo a de orientação comunista, e a eliminação das lideranças operárias classistas¹² entre 1935-1944, principalmente, permitiu que Vargas exercesse um controle ainda maior sobre o proletariado, como dito anteriormente. Mas, as mudanças ocorridas na composição da classe trabalhadora, devido ao processo de industrialização, intensificado entre 1930-1945, também explicam o “sucesso” da política populista do Estado Vargas. O aumento de quase 500% no número de operários industriais no país, sendo a maioria desses novos trabalhadores de origem rural, sem qualificação e sem experiência de organização, ao contrário do cenário encontrado no país no início do século XX, fez com que as garantias sociais oferecidas por Vargas fossem vistas como um avanço inegável, o que explica o apoio de muitos trabalhadores ao então governante (LÖWY, 1980).

Como dito, a organização do Estado, através de instituições e normas legalmente estabelecidas, também foi fundamental para a consolidação das bases do sistema sindical vigente no país até nossos dias. Segundo Simão (1981), uma das mudanças mais significativas realizada durante os dois primeiros Governos Vargas veio através do decreto-lei de 1931 que substituiu o princípio da pluralidade pelo da unicidade, ou seja, não poderia haver mais de um sindicato da mesma profissão, bem como de profissões similares ou conexas, na mesma base territorial. Se fosse pleiteado o registro por duas ou mais entidades, deveria ser concedido reconhecimento àquele que reunisse dois terços dos componentes da categoria em questão, ou o maior número de associados. Cabe ressaltar que esses decretos não afetaram imediatamente a pluralidade, mas, a partir de 1939, o Estado Novo fixou a unicidade e ainda

¹² O classismo, além de um referencial ideológico relacionado ao projeto socialista, no caso do sindicalismo brasileiro, quando nos referimos à política classista, nos referimos mais especificamente à uma política de representação dos interesses gerais da classe trabalhadora (MARQUES, 2005).

proibiu a existência de sindicatos que não estivessem inseridos no sistema oficial.

O decreto de 1931 também impediu que os sindicatos se articulassem segundo suas categorias profissionais, restando a estes apenas a organização de acordo com o âmbito territorial ao qual pertenciam. Os sindicatos registrados no mesmo Estado poderiam formar suas federações regionais e estas deveriam se reunir em uma Confederação Brasileira de Trabalho. Já o decreto de 1934 estabeleceu um modelo diferente de federação, que estabeleceu que cada grupo de sindicatos de profissões idênticas, similares ou conexas poderia constituir sua federação no limite de cada estado. No entanto, estas federações, em âmbito nacional, deveriam se reunir de acordo com os amplos setores das atividades econômicas estabelecidos pelo Estado. Seriam eles: agricultura e pecuária, indústria, comércio e transportes e comunicações. Estas instâncias superiores, por sua vez, não se articulavam entre si, ficando, separadamente, subordinadas ao Ministério do Trabalho (SIMÃO, 1981).

Outra mudança importante ocorrida no período foi o fato dos sindicatos serem obrigados a oferecer serviços assistenciais e manter quadros burocráticos através do decreto de 1939. Os sindicatos tiveram que criar e manter cooperativas de consumo e crédito, assistência judiciária, hospitais e escolas, especialmente profissionais com o objetivo de colocação de mão-de-obra. Para isso, eles poderiam requerer financiamento público. No entanto, com a instituição do imposto sindical, também em 1939, os sindicatos passaram a ter uma fonte certa de recursos financeiros e, com isso, assumiram funções anteriormente exercidas pelas mutuais e pelas cooperativas (SIMÃO, 1981).

O sistema sindical oficial estabelecido à época ainda permitiu a admissão de funcionários permanentes, tanto em quadros eletivos da administração quanto em cargos de representação sindical, o que acabou facilitando o estabelecimento, anos mais tarde, de uma burocracia sindical que cresceu graças aos recursos do imposto sindical, ao crescimento da indústria brasileira e à ampliação das atividades sindicais. Essa regulamentação abriu margem ainda para o chamado afastamento da produção, ou seja, os diretores e delegados eleitos puderam, a partir daí, caso fosse necessário para o

exercício de seus mandatos, deixar de exercer suas funções produtivas, passando a ser gratificados pelo sindicato (SIMÃO, 1981).

Como dito, a legislação trabalhista e sindical instauradas neste período fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação no país, não só atraindo o movimento operário, como também garantindo à economia empresarial um mercado de fatores regulados, onde o preço da força de trabalho encontrava-se reduzido. O Estado Vargas buscava superar uma conjuntura internacional adversa que, com a queda do preço externo do café, dificultava a importação de tecnologias para o desenvolvimento industrial brasileiro. Além disso, os grandes centros se recuperavam da Crise de 1929, o que dificultava ainda mais alguma mudança na estrutura produtiva do país, gerando um processo de industrialização restringida, como o denomina Cardoso de Mello (1982 apud ANTUNES, 1988).

O que Vargas teria feito foi definir algumas medidas essenciais para um desenvolvimento industrial baseado em recursos escassos, revelando uma grande diretriz da política econômica adotada no período: o controle dos fatores produtivos enquanto instrumento de acumulação industrial. Ou seja, de acordo com Oliveira (2003), o Estado desvia os rumos naturais da economia criando condições para o desenvolvimento de um novo modo de acumulação.

A política sindical e trabalhista adotada por ele seria um exemplo claro dessa ação reguladora do Estado, sendo a fixação do salário mínimo em 1940 e a obrigatoriedade de um sindicato único atrelado ao Estado, as principais ilustrações dessa política. É necessário destacar que, para além de sua dimensão política, a fixação do salário mínimo foi um instrumento importante para a acumulação urbano-industrial. Isso porque, mesmo sendo fruto de mais de duzentas greves da classe trabalhadora, ao substituir o mercado como instância formadora do preço da força de trabalho, o salário mínimo evitava o confronto direto entre capital e trabalho. Além disso, ao ser fixado em níveis biológicos, a lei do mínimo garantia aos empresários expressiva redução de gastos com a folha de pagamento, pois, deslocava a produtividade de cada ramo da base de fixação dos salários (OLIVEIRA, 2003).

A legislação sindical estabelecida pelo Ministério do Trabalho acabou conformando o sistema corporativo de relações de trabalho, materializado, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho. Para Behring e Boschetti (2008),

a CLT reconheceu as categorias de trabalhadores e atrelou sua organização sindical ao Ministério do Trabalho, estabelecendo a forma através da qual se daria a relação entre o Estado e a sociedade civil nos anos seguintes até 1964. A classe trabalhadora permaneceu excluída de qualquer participação política efetiva e no cotidiano ficava clara a distância entre o que afirmavam as leis e a realidade dos trabalhadores em seus locais de trabalho¹³.

1.4 - A “Transição Democrática” e o Governo Eurico Gaspar Dutra (1945-1950)

De acordo com Barbosa Lima Sobrinho (apud VIANNA, 1978), em 1942, teve início no país a decadência do Estado Novo. Desde então, se instaurara no país uma crise político-institucional, dado que o liberalismo norte-americano, tido como modelo¹⁴ a ser implementado nas instituições e procedimentos sindicais brasileiros, conflitava com a prática corporativa adotada no país. Como as eleições plebiscitárias foram suspensas por conta da II Guerra Mundial, as pressões redemocratizantes estavam ocorrendo em um quadro de indefinição institucional onde o mandato presidencial não tinha sequer data para acabar.

Em 1944, Vargas coloca tal impasse em evidência e Dutra, então ministro da guerra e um dos principais pilares da política estadonovista, aponta para a necessidade de ruptura com a ordem vigente, declarando urgência na preparação de um calendário eleitoral. Vargas, por sua vez, acreditava que as eleições deveriam ser realizadas após o termino da guerra, cujo fim ainda não podia ser antecipado. De acordo com Vianna (1978), a intenção de Vargas era liderar a reorientação da ordem institucional e do sistema político no país

¹³ A elaboração de muitos projetos de lei não leva em conta sua aplicabilidade dentro das regras do jogo existente, ou seja, da luta de classes, que atravessa as sociedades capitalistas. A aplicação seletiva das leis é uma característica marcante da cultura política brasileira, e percebemos este traço já no surgimento da legislação trabalhista, na década de 1930, quando os “benefícios” destas leis incidiam apenas sobre os trabalhadores filiados aos sindicatos oficiais que, naquele momento, ainda coexistiam com os sindicatos autônomos, deixando, assim, a proteção do trabalho condicionada ao atrelamento da luta dos trabalhadores ao aparelho de Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

¹⁴ Os Estados Unidos, já em 1942, saíram, junto com o bloco dos aliados, vencedores, tendo derrotado a ofensiva germânica em Stalingrado.

através do estabelecimento de novas alianças, mas para isso ele precisaria de mais tempo. Tendo percebido esta manobra, Dutra defende um encurtamento dos prazos do calendário eleitoral sob o pretexto de manter a ordem no país evitando possíveis distúrbios político-sociais.

Neste período, Vargas adota um populismo que iria se tornar radicalmente diferente daquele do início do século, que foi caracterizado pelo duro controle e pela manipulação das classes subalternas. A partir de 1944, o populismo adotado por Vargas buscou representar uma aliança do Estado com as classes subalternas contra certos setores das classes dominantes, que romperam o pacto corporativo que até então as unia a Vargas, reivindicando uma assembléia constituinte, conduzida por autoridades isentas e capazes de inspirar confiança na sociedade brasileira, que fosse capaz de reorientar o país (Vianna, 1978).

Antecipando-se à seus opositores, o próprio Vargas dá início à transformação do regime. De acordo com Sandra Castro (1980), a pressão social pela redemocratização das instituições políticas, fez com que Vargas fosse obrigado, nos últimos meses de seu governo, a adotar as primeiras medidas democratizantes, entre elas a legalização do PCB e o estabelecimento das eleições. Apesar do acelerado crescimento industrial, a qualidade de vida dos trabalhadores urbanos continuava piorando, com o valor real do salário mínimo em constante declínio, assim como suas condições de trabalho.

A participação direta do país na II Grande Guerra aumentara a impopularidade do governo e fortalecera a oposição ao regime. O movimento operário se rearticulou focado nas lutas anti-fascistas e na atuação grevista sindical, encaminhada por grupos que se organizavam paralelamente à estrutura corporativa através de intensa movimentação contestatória (KONDER, 2003).

Durante os últimos anos do Estado Novo, o PCB cresce muito e no momento de sua legalização, em 1945, conta com cerca de 180.000 militantes. Nas eleições de dezembro de 1946, o partido contaria com 600.000 votos em um eleitorado de cerca de 5.000.000 de pessoas (CASTRO, 1980).

De acordo com Konder (2003), neste período, era o PCB que exercia maior influência sobre os dirigentes sindicais com objetivo de “atuar como organização política do proletariado e também agir pela compreensão mútua

internacional dos trabalhadores”, como determinava o “Movimento Comunista”, órgão nacional do partido. A reivindicação de um padrão democrático de relações de trabalho, com a contratação coletiva e novos mecanismos de representação dos interesses dos assalariados, como centrais sindicais e comissões de fábrica, obteve grande apelo entre os sindicatos do Centro-Sul.

Os militantes comunistas voltaram a atuar nos sindicatos e com a participação de 300 dirigentes sindicais de todo o país, em abril de 1945, é fundado o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT). O MUT, organização sindical paralela à estrutura oficial, não tinha como objetivo romper com o Ministério do Trabalho, mas exigia maior autonomia dentro dos limites impostos pela estrutura do Estado Novo (LÖWY, 1980).

Para Leôncio Martins Rodrigues (1974), a inexistência de comissões sindicais nos locais de trabalho, a baixa taxa de sindicalização e as motivações assistenciais da maioria dos trabalhadores que aderiam aos sindicatos fizeram com que, de uma maneira geral, as greves realizadas no período se destinassem, principalmente, a exercer pressão sobre o governo que, em última instância, decidia qual seria o reajuste dos salários. O autor enfatiza a questão salarial porque acredita que a grande maioria das greves do período eram desencadeadas por questões econômicas, ainda que as estatísticas sobre o movimento sindical fossem bastante deficientes. Eram poucas as greves mantidas após uma decisão dos tribunais do trabalho, o que reforça a idéia de que esses movimentos grevistas eram reflexos do desespero dos trabalhadores, provocado pelas péssimas condições de trabalho.

Vargas fundaria ainda o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para organizar, via Ministério do Trabalho e sindicatos, sua base popular. Junto com o PCB, esse partido realizou uma campanha a favor da permanência de Vargas no poder¹⁵. O chamado “queremismo” mobilizou importantes setores operários e populares em defesa de uma “Constituinte com Getúlio” (LÖWY, 1980).

¹⁵ Alguns autores, como Francisco Weffort (apud VIANNA, 1978), afirmam que a aliança entre o PCB e o PTB teria sido desastrosa por sustentar a conservação da ordem sindical corporativa. No entanto, para Vianna (1978), essa não foi a causa da manutenção dos princípios sindicais da CLT. Essa teria sido uma determinação da Constituição de 1946, promulgada durante o Governo Dutra, que contou com a oposição dos petebistas egressos do “queremismo” e da esquerda operária.

Na proposta constituinte de Vargas, o liberalismo apareceria na configuração da ordem política do país com o reestabelecimento da federação, com a eliminação da forma corporativa de representação e com a restauração do voto direto na eleição de todos os postos políticos executivos. No entanto, no campo econômico, Vargas não abriria mão da forma corporativa de se relacionar com a força de trabalho, o que seria determinante para o processo de modernização e industrialização do país (VIANNA, 1978).

No entanto, a idéia de que a constituinte poderia ser encaminhada pelo então governante desagradou diferentes setores dominantes, inclusive aqueles que até então apoiavam a política estadonovista. Dessa forma, em 29 de outubro de 1945, um golpe militar derrubou Vargas e colocou na presidência provisória um representante do poder judiciário (LÖWY, 1980).

Inicialmente havia dois candidatos à presidência, como afirma Castro (1980). O Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) reunia os setores anti-Vargas, e o general Eurico Gaspar Dutra (PSD) era o candidato das forças mais conservadoras e das oligarquias rurais. Se, inicialmente, Vargas recusa-se a apoiar qualquer um dos candidatos, às vésperas da eleição, temendo a eleição de Eduardo Gomes, Vargas conclama os “queremistas” a votar em Dutra, que acaba eleito.

Ainda neste mesmo ano, os comunistas elegem 15 deputados federais e um senador que, no parlamento, defenderiam, junto com a UDN, o “direito de greve e de associação”, mas aceitariam a manutenção do controle do Estado sob os sindicatos. Neste momento, a tentativa do PCB em manter uma aliança com o governo faz com que sua política em relação à organização sindical esteja voltada para a manutenção da estrutura elaborada pelo Estado Novo, reformando os sindicatos apenas para criar melhores condições de conduzir o movimento operário a colaborar com as forças progressivas (CASTRO, 1980).

Com a deposição de Vargas, o MUT busca organizar a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). De acordo com Francisco Weffort (1972), para a formação desta central sindical, os comunistas chegam a reivindicar a colaboração do governo. Mas, se até o final de 1945, o PCB tinha conseguido conter os impulsos grevistas em nome da aliança estabelecida com Vargas, a partir de dezembro deste mesmo ano, após a eleição de Dutra, a greve da Light, ocorrida no Rio de Janeiro, deu início a uma onda de greves em

todo o país. Com o fim da ditadura, o movimento não poderia mais ser contido com apelos à manutenção da ordem, e reivindicações por aumentos de salários tomam conta de todas as cidades industriais (CASTRO, 1980).

Dessa forma, o movimento operário se volta contra o PCB que, junto com o MUT, se mostra incapaz de controlar esse movimento. Por outro lado, a política repressiva encaminhada pelo Governo Dutra faz com que o PCB comece a repensar sua atitude em relação às greves. O partido passa a adotar uma política de tolerância, e as greves, que antes chamavam de desordem, passam a ser chamadas de “direito dos trabalhadores” (CASTRO, 1980).

O rápido crescimento das lutas operárias ocorrido nos primeiros meses do Governo Dutra logo encontra um obstáculo. A partir do decreto 9.070, de março de 1946, o governo poderia considerar qualquer greve ilegal, permitindo que esta fosse violentamente reprimida. Assim, o Governo Dutra, eleito sob a fachada de transição democrática, usaria de todos os mecanismos repressivos mantidos desde o Estado Novo para reprimir os trabalhadores e colocar em refluxo o então emergente sindicalismo (POCHMANN, 1998).

As relações com a URSS são rompidas e o PCB, o MUT e a CGTB são levados à ilegalidade. Um novo período de acomodação à estrutura corporativa de representação de interesses tem início no país, sustentado pela ação governamental e com apoio empresarial no meio urbano. Houve uma redução significativa no número de greves e na sindicalização. Desapareceram uma série de instituições paralelas e se intensificou a aglutinação em torno das ações do Ministério do Trabalho, possibilitando o retorno ao sistema corporativo de relações de trabalho, mantendo-se as bases do modelo de dominação impostas na época (POCHMANN, 1998).

O PCB, maior partido comunista da América Latina, não recebeu apoio, pois sua política de aliança com o governo havia causado um profundo descrédito entre as massas e levado diversos militantes a abandonar o partido. Pouco antes de terem seus mandatos cassados, a bancada comunista apresentou um projeto de lei pedindo a renúncia de Dutra, dando o primeiro passo do PCB em sua ruptura definitiva com o governo (CASTRO, 1980).

Em 1950, o PCB consolida sua guinada à esquerda e funda a Frente Democrática de Libertação Nacional com o objetivo de conquistar imediatamente o poder. A FDLN tinha por objetivo unir a todos para a

derrubada da “atual ditadura feudal burguesa serviçal do imperialismo” (Manifesto de Agosto, 1950 apud CASTRO, 1980). Mais uma vez o PCB busca uma aliança com a burguesia nacional, agora para derrubar o governo brasileiro.

Apesar do PCB ter proposto voto branco, em 1950, Vargas é eleito defendendo um programa anti-imperialista, a favor da industrialização, da justiça social e da liberdade sindical, conclamando o apoio das massas¹⁶ trabalhadoras (CASTRO, 1980).

A aliança proposta por Vargas foi possível porque o amplo programa de expansão econômica abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida tanto para a classe operária quanto para as camadas médias urbanas. As bases do compromisso entre a elite latifundiária e a burguesia industrial já tinham começado a ruir devido, principalmente, ao conflito de interesses existente entre o crescimento constante do setor industrial e as atividades agro exportadoras (FAUSTO, 1986).

As crescentes pressões das massas, que buscavam novas conquistas sociais, tornaram possível o fortalecimento do interesse na instauração de um “pacto” entre as classes trabalhadora urbana e industrial burguesa. Se a primeira intensificava suas lutas por condições dignas de vida, com acesso à educação, transporte, moradia, etc.; a segunda esperava evitar que a economia, no pós-guerra, com o aumento dos preços das matérias-primas de origem agropecuária e extrativa, revertere o processo de industrialização encaminhado desde os anos de 1930 (FAUSTO, 1986).

O retorno de Vargas ao poder pela via eleitoral significou a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento que entendia a industrialização como condição para o progresso social (FAUSTO, 1986).

¹⁶ A classe operária começa a aparecer como base de apoio para a política Varguista desde os anos 1930 e, dessa forma, o vínculo paternalista de Vargas com a massa de trabalhadores é um elemento constitutivo do regime populista brasileiro. Mas, se por um lado a massa operária aparece como aliada desde o início da formação do regime, a aliança com o movimento organizado só surge quando o regime já se encontra plenamente estabelecido. Vargas conseguiu manter por um longo período relações difusas e massivas com os trabalhadores, sobretudo por intermédio das leis sociais e do salário mínimo. Essas relações se estabeleciam independente de qualquer organização social, seja de partidos ou sindicatos (WEFFORT, 1972).

1.5 - O Governo Vargas (1950- 1954)

De acordo com Vito Giannotti (2007), depois que seu governo estava constituído, Getúlio Vargas, observando a nova correlação de forças existente no país, definiu seu programa de governo, que previa apoio à industrialização e o desenvolvimento de uma política trabalhista destinada a atrair o apoio operário.

Inicia-se, a partir daí, um período denominado pelos teóricos do pensamento social brasileiro como populista. Segundo L. M. Rodrigues (1974), deve-se entender por populismo os movimentos políticos urbanos que mobilizam diversos setores da população pobre em torno de reivindicações relacionadas ao aumento do potencial de consumo, melhorias urbanas e serviços assistenciais. Esses movimentos não possuem uma unidade de classe e têm como programa uma melhor participação das camadas baixas na ordem social vigente, visando torná-las parte do sistema. O autor afirma ainda que o aumento do peso eleitoral das camadas populares urbanas forçou uma mudança no estilo de política “elitista” vigente na República Velha, criando as condições sociais para a emergência do populismo. A importância dessas novas camadas heterogêneas foi percebida bastante cedo por uma nova geração de políticos que exploraram as expectativas dos novos grupos urbanos. No Brasil, os líderes dos diferentes tipos de movimentos populistas surgidos no pós-1945 provinham das camadas superiores ou médias, como Luiz Carlos Prestes, Getúlio Vargas, Adhemar de Barros, Jânio Quadros, João Goulart, entre outros.

De acordo com Giannotti (2007), para conseguir o apoio e o controle da população, os governos populistas precisaram fazer várias concessões que beneficiassem imediatamente o povo. No Brasil, as bases do populismo foram lançadas por Vargas através de sua política trabalhista e sindical, ainda em 1930. O populismo teve seus principais eixos resumidos pelo autor como: uma sociedade vista como uma corporação de interesses comuns, e por isso não existem classes sociais; e um estado que cuida dos interesses de todos, especialmente daqueles que dependem da “boa vontade” do governo, que distribui favores graças à sua concentração de recursos.

O populismo deslanchou de vez entre 1951-1964 e durante toda a década de 1950 foi difícil distinguir as duas classes antagônicas: burguesia e proletariado. Os diferentes sindicatos que seguiam o PCB recebiam orientações contraditórias e a classe operária acabou sem rumo, ora apoiando o governo, ora se opondo a ele (GIANNOTTI, 2007).

Ainda assim, em 1951, os trabalhadores realizaram cerca de duzentas greves, reivindicando o que Vargas havia prometido ao longo de sua campanha: o aumento do salário mínimo, que não era reajustado desde sua criação em 1942, e o estabelecimento de um sistema de Previdência Social que substituísse o corporativismo vigente no setor, que atendia às diferentes categorias isoladamente (GIANNOTTI, 2007).

A política de Vargas se mostraria contraditória ao longo dos anos, uma vez que reprimia com violência as greves, seguindo a linha anticomunista imposta pelos EUA, ao mesmo tempo em que concedia o aumento de 100% no salário mínimo e chamava os trabalhadores a apoiarem seu governo.

No ano seguinte, seria registrado um número reduzido de greves. As promessas de Vargas teriam surtido efeito sobre o movimento operário. O PCB, ainda estava na ilegalidade, com pena de prisão ou exílio para quem a ele fosse filiado ou simpatizante, e tentava se aproximar dos sindicatos adotando, mais uma vez, uma política que deixava de lado os encaminhamentos de ruptura com o governo, proposto no Manifesto de Agosto (CASTRO, 1980).

Em 1953, é criada a Petrobrás, uma bandeira antiga de um dos movimentos nacionalistas mais populares da história do Brasil: “Petróleo é Nosso”. A campanha pela criação da estatal vinha desde 1947 e os comunistas situavam-se entre os principais organizadores desta campanha, que seria vitoriosa com o estabelecimento do monopólio de prospecção e extração do petróleo (CASTRO, 1980 e GIANNOTTI, 2007).

De acordo com Castro (1980) e Giannotti (2007), em 1953, ocorre uma recuperação no número de greves no país e são contabilizadas mais de oitocentas. Neste ano, registram-se as mais importantes greves do movimento operário brasileiro, como veremos a seguir.

O movimento dos têxteis, no Rio de Janeiro, provocou uma reação violenta da Associação Comercial e do Sindicato das Indústrias Têxteis contra

Vargas, acusando-o de aplicar uma política demagógica de apoio aos sindicatos operários. Alguns dias depois, a greve chega a São Paulo atingindo várias outras categorias: metalúrgicos, ferroviários, gráficos e trabalhadores da alimentação. A cidade ficou paralisada por quase um mês porque os grevistas buscaram um entendimento direto com o patronato, mas este se mostrou irredutível, provocando uma radicalização do movimento que escapou do controle sindical. Formou-se então o Comando Geral de Greve (CGG), do qual participavam tanto dirigentes sindicais quanto operários não sindicalizados. Os trabalhadores conseguiram um aumento de, em média, 32%, variando de acordo com cada categoria (CASTRO, 1980 e GIANNOTTI, 2007).

Ao final desta greve, foi formada a Comissão Inter-Sindical (CIS). De acordo com Castro (1980), a CGG foi o primeiro passo para a formação da CIS, composta majoritariamente por dirigentes sindicais apoiados na estrutura vertical do sindicato, mantendo os interesses operários subordinados ao Estado. A CIS, que passa a dirigir o movimento, se mostra mais capaz de controlá-lo, e tem como uma de suas diretrizes a necessidade de aprovação das diretorias sindicais oficiais para a realização de qualquer manifestação.

Anos mais tarde, em 1956, a partir da CIS nasce o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que foi a primeira organização intersindical do período e contava com mais de cem sindicatos filiados. Cabe destacar que, de acordo com a lei sindical vigente, era proibido aos trabalhadores a criação de uma central sindical, por isso o PUI, de acordo com Giannotti (2007), poderia ser visto como um “drible” na estrutura sindical oficial. Mais adiante, durante o Governo Juscelino Kubitshek, será retomada a discussão acerca da formação das primeiras reuniões intersindicais brasileiras.

Já a greve dos marítimos, que envolveu mais de cem mil grevistas, acabou levando à demissão do então ministro do trabalho, Segadas Viana. Foi então que João Goulart, presidente do PTB, foi nomeado para o cargo. Goulart tenta ampliar a política de aproximação com as massas. O CGG se reuniu com o patronato e o próprio Jango três dias após iniciada a greve dos marítimos e a maioria de suas reivindicações foram atendidas, colocando um fim na mobilização (CASTRO, 1980).

Em fins de 1953, Vargas já tinha perdido grande parte de seu prestígio e nem mesmo a nomeação de Jango seria capaz de reverter esta situação. No

início de 1954, as greves reivindicavam principalmente aumentos de salário, a criação do 13º salário e férias remuneradas em dobro. Jango anunciou um aumento de 100% no salário mínimo, mas os empresários não admitiram essa medida. Sob forte pressão da UDN e dos militares, Goulart é demitido, mas Vargas anuncia que o aumento será concedido. O patronato recorre à Justiça e o aumento acaba sendo fixado em 42% (GIANNOTTI, 2007).

Junto com Jango, cai também o ministro da guerra do Governo Vargas, Ciro do Espírito Santo Cardoso, o que faz com que o presidente perca o apoio que lhe restava entre os militares. As tentativas de Vargas de controlar o capital estrangeiro e a remessa de lucros já o haviam distanciado dos grupos pró-imperialismo. Vargas acaba enredado em meio a políticas contraditórias que fazem com que ele perca paulatinamente seu apoio (CASTRO, 1980).

Em agosto de 1954, os militares pedem a renúncia de Vargas que, em meio à crise política, acaba se suicidando. Segundo Fausto (2001), Vargas teria preferido morrer a ser derrubado por um golpe político, e em sua carta testamento ele teria responsabilizado grupos internacionais aliados a seus inimigos internos pelo seu ato¹⁷. As massas saíram às ruas em quase todas as grandes cidades e realizaram uma série de manifestações indignadas, depredaram jornais anti-getulistas e a representação diplomática dos EUA no Rio de Janeiro. O suicídio do então presidente, de acordo com Castro (1980), marcaria a conjuntura brasileira por mais dez anos de regime populista, articulado sobre o carisma, renovado, de Vargas. O movimento operário também ficaria profundamente marcado pelo Governo Vargas, estabelecendo uma relação de dependência com o regime populista que se manteria até 1964 (WEFFORT, 1972).

No IV Congresso do PCB, realizado em novembro do mesmo ano, os comunistas, surpreendidos pelas mobilizações de massas ocorridas após o

¹⁷ A política americana em relação aos países de Terceiro Mundo começou a mudar no ano de 1953. O general Eisenhower assumiu o mandato presidencial neste mesmo ano, convertendo o anticomunismo em uma verdadeira cruzada e adotando uma postura rígida diante dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento. Em linhas gerais, o governo norte-americano deveria abandonar a assistência estatal e dar preferência aos investimentos privados. As possibilidades de o Brasil obter créditos para cobrir os déficits do balanço de pagamentos encolheram. Esse declínio de ingresso de capital estrangeiro no Brasil e a pressão internacional sobre a balança de pagamentos, acaba contendo a expansão industrial brasileira. Ocorre uma desvalorização da moeda, dificultando as importações essenciais (FAUSTO, 2001).

suicídio de Vargas, abandonaram as acusações que desferiam contra o governo, passando para o lado dos nacionalistas pró-Vargas. No programa do partido aprovado neste Congresso, o PCB propõe a formação de um governo de transição, de libertação nacional e de coalizão entre a classe operária, os camponeses, os intelectuais, a pequena burguesia e a burguesia nacional (CASTRO, 1980).

1.6 – Governo Café Filho (1954–1956), Governo Juscelino Kubitschek (1955-1960) e Governo Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)

De acordo com Fausto (2001), a cúpula do exército optou por uma saída legal para a crise. Isso, aliado às intensas manifestações populares, impediu que fosse concretizado um golpe contra as instituições políticas do país.

Depois da morte de Vargas, o vice-presidente Café Filho assumiu a presidência do país e assegurou a realização das eleições presidenciais, marcadas para outubro de 1955. Ele colocou em prática uma política econômica e social que seria a base do “milagre econômico” da segunda metade dos anos 1960 e início dos anos 1970. Criaram-se estímulos para os investimentos estrangeiros e os salários permaneceram congelados (CASTRO, 1980).

Segundo Castro (1980), toda a legislação existente foi utilizada para controlar os sindicatos. Ocorreram intervenções e os setores combativos foram impedidos de tomar posse das diretorias, como é o caso do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, cuja chapa vitoriosa, liderada pelos comunistas, teve sua vitória anulada pelo Ministério do Trabalho. Houve resistência à repressão ao movimento sindical e, apesar de certa desarticulação, ocorreram numerosas greves entre maio de dezembro de 1955, sobretudo de caráter econômico. Nesta época, percebe-se também um aumento no número de manifestações sindicais no campo.

Durante a campanha eleitoral, a chapa de Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart (Jango) prometia dar continuidade ao programa nacional desenvolvimentista de Vargas, apresentando seu Plano de Metas que tinha

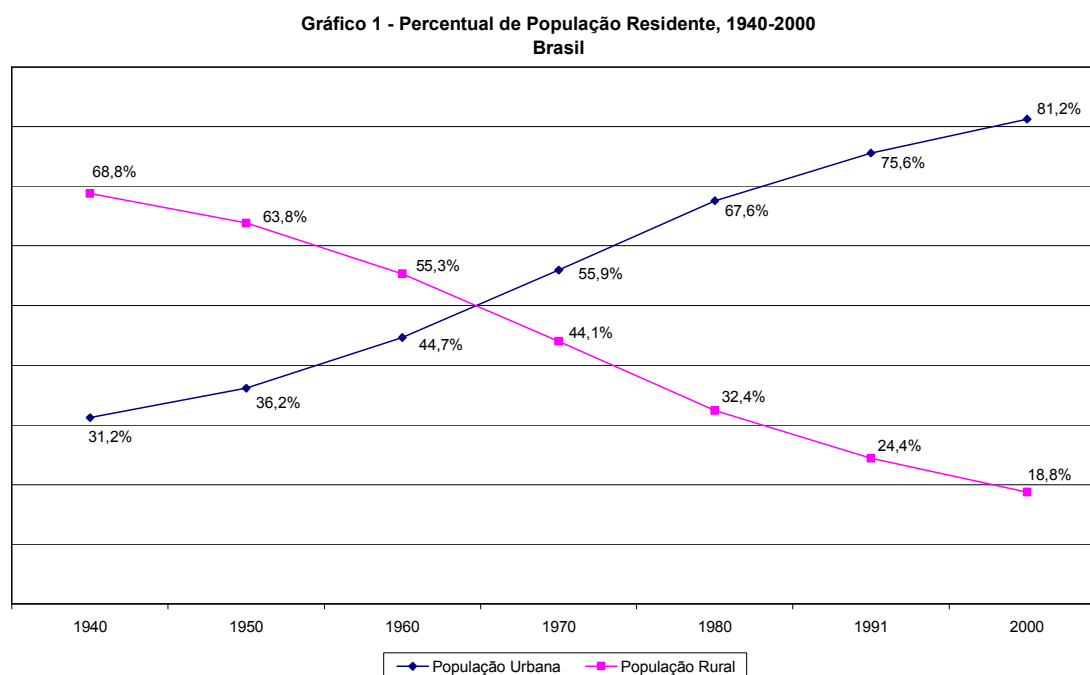
como lema os “50 anos em 5”¹⁸. Em linhas gerais, o objetivo da chapa era completar a substituição de importações e produzir no Brasil bens de consumo duráveis. O apoio operário foi fundamental para a vitória de Juscelino, pois as forças conservadoras tentaram impugnar sua candidatura. A UDN e vários militares tentaram impedir a posse do presidente eleito, mas Giannotti (2007) afirma que o golpe ainda não estava maduro e, como veremos mais adiante, seria tentado novamente. A maior parte das forças armadas ainda estava disposta a garantir o regime democrático, preservando a ordem interna e combatendo o comunismo. O “getulismo” encaminhado pelo Governo Juscelino Kubitschek só receberia restrições deste setor quando viesse a adotar um nacionalismo agressivo ou quando apelasse para a organização dos trabalhadores (FAUSTO, 2001).

A segunda metade dos anos 1950 trouxe modificações significativas para o país. Uma série de medidas implementadas durante o Governo JK aceleraram o crescimento econômico do país, que alcançou a casa dos 7% ao ano. A entrada de capital estrangeiro no país e a remessa de lucros foram facilitadas. A economia nacional se viu engendrada em uma multiplicidade de movimentos da economia mundial, e surgiram questionamentos acerca de que relações manter com o mercado mundial; como o Brasil se defenderia de parceiros mais fortes; quais seriam as consequências do consumo desenfreado dos produtos importados; entre outras. JK se viu dividido entre “a política do FMI, de estabilidade, controle de inflação e redução dos gastos públicos, e a política desenvolvimentista, que defendia o pleno emprego e aumentos salariais” (GIANNOTTI, 2007, p. 161). Ao final de seu mandato, em 1959, JK chegaria a decretar uma moratória, indicando a forte tensão existente entre as duas políticas presentes em seu governo, mas a pressão do capital internacional aumentou e os juros voltaram a ser pagos.

Além disso, durante os anos em que JK foi presidente, a sociedade brasileira começou a se tornar predominantemente urbana, como indica o

¹⁸ O Plano de Metas demarcava a política econômica que seria adotada por JK. Seus 31 objetivos estavam divididos em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília (FAUSTO, 2001).

gráfico 1. Nessa época, milhões de pessoas migraram do campo para as cidades, sobretudo dos estados mais pobres para os mais industrializados¹⁹.



A nova fase da industrialização, aliada às migrações internas, acabou modificando o perfil dos trabalhadores urbanos que passaram a exigir melhorias nas condições de trabalho. A luta por aumentos salariais, incentivada pela inflação crescente, gerou um clima crescente de politização e a partir daí ocorreram várias greves. O ambiente de conflito, protagonizado pelos trabalhadores que tentavam retomar seu espaço na política nacional, alcançou níveis expressivos ao final da década de 1950 e foram surgindo novas formas de articulação de interesses que passavam ao largo da estrutura sindical oficial. Sem o rígido controle estatal, essas organizações passaram a envolver diversas parcelas da sociedade, com mobilizações por aumentos de salários, melhorias nas condições de trabalho e pela redução do custo de vida (GIANNOTTI, 2007).

¹⁹ O êxodo rural bateria recordes entre 1960 e 1980, quando cerca de 29 milhões de brasileiros chegariam às cidades, sendo a cidade de São Paulo o principal destino dessa migração interna (GIANNOTTI, 2007).

Essas greves acabaram incentivando ainda mais a participação das bases²⁰ nos aparatos sindicais e, com isso, vão surgindo grupos sindicalistas chamados de “renovadores”. Esses grupos se opunham às direções do PTB e do PCB e às direções pelegas, exigindo maior democratização dos aparelhos sindicais. Os “renovadores” eram compostos por católicos de esquerda, comunistas dissidentes, lideranças independentes, etc., mas como não havia uma direção clara para este grupo, ele acabou se dividindo e se aproximando de grupos burgueses e anti-comunistas (CASTRO, 1980).

O verticalismo e o corporativismo da estrutura sindical começam a ser rompidos a partir de 1955, quando multiplicam-se as reuniões intersindicais. O Pacto de Unidade Intersindical (PUI), criado neste mesmo ano, em São Paulo, era composto, fundamentalmente, por petebistas e comunistas e, apesar de ilegal, firmou-se como interlocutor entre os trabalhadores, o Ministério do Trabalho, o governo do estado e o Governo JK. No PUI, as federações e os sindicatos tinham igual participação, e, a partir de 1957, o PUI passaria a agregar também setores populares. Suas assembléias semanais chegaram a juntar mais de doze mil pessoas, entre elas estudantes, federações de mulheres, associações de bairros, etc. (CASTRO, 1980).

Já o Pacto de Unidade e Ação (PUA), instituído no Rio de Janeiro, atuava no setor público, em setores controlados por empresas do Estado ou em concessionárias de serviços públicos. A criação do PUA acentuou a tendência, já existente nos anos anteriores, de concentrar a atuação dos sindicatos no setor público (FAUSTO, 2001).

Ao mesmo tempo em que iam se constituindo essas organizações paralelas²¹ à estrutura oficial, os dirigentes sindicais tentavam politizar os

²⁰ As bases eram compostas por aqueles trabalhadores que não estavam diretamente envolvidos com partidos políticos, sindicatos, ou com a intelectualidade. Mais adiante utilizaremos ainda o conceito de “trabalho de base” que, de acordo com Celso Frederico (1990), implica uma crítica à tradição leninista que apontava a necessidade de uma vanguarda operária para centralizar e dirigir as lutas operárias. Para o autor, “no limite, o ‘basismo’ expressa a negação do partido político e da própria teoria revolucionária”. No lugar da tradição leninista, surgiria no Brasil, em meados de 1970, a crença na existência de um saber próprio da classe operária, “tido como uma força revolucionária adormecida” (FREDERICO, 1990, p.152). Setores do movimento operário ligados à Igreja Católica e sob forte influência da pedagogia de Paulo Freire seriam os expoentes deste discurso.

²¹ De acordo com Weffort (1972), a expressão “organizações paralelas”, utilizada pelos estudiosos do sindicalismo brasileiro para se referir às organizações inter-sindicais, como o PUI

sindicatos, fazendo com que estes apoiassem a corrente nacionalista e as propostas de reformas sociais, que mais tarde seriam chamadas de reformas de base²² (FAUSTO, 2001).

As greves ocorridas no período conseguiram promover uma elevação do salário real até 1958. Além disso, houve certa mobilidade ascendente do trabalho, pois a procura por mão-de-obra qualificada permitiu que segmentos dos trabalhadores melhorassem seus níveis de renda. A produtividade crescente do trabalho, sobretudo o mais moderno, fez com que o patronato pudesse compensar essa redução na extração da mais-valia absoluta com vantagens na extração da mais-valia relativa²³ (CASTRO, 1980).

No entanto, havia problemas nas áreas ligadas ao comércio exterior e às finanças governamentais. Os gastos com o programa de industrialização e com a construção de Brasília geraram déficits no orçamento federal. A inflação avançava continuamente, atingindo seu nível mais alto em 1959, com a variação de 39,5%. Segundo Fausto (2001), os gastos com a construção de Brasília, os aumentos salariais dos funcionários públicos, a redução das trocas comerciais internacionais, a compra do café para evitar a queda do preço e o crédito facilitado ao setor privado, foram as principais causas do aumento da inflação.

Por isso, em outubro de 1958, sob forte pressão do FMI, JK lança um programa de estabilização da economia, que tentava aliar o combate à inflação e o déficit público com os objetivos do Plano de Metas. Só que nenhum grupo social estava disposto a perder seus benefícios em nome da estabilidade e, assim, houve fortes reações contrárias ao programa. Para os trabalhadores

e o PUA, que complementavam e dinamizavam a estrutura oficial, talvez não seja a mais adequada. Ele sugere o uso o termo “organizações complementares”.

²² Essas reformas visavam justiça social, melhor distribuição de renda e um desenvolvimento independente para o país. Dentre elas destacam-se as reformas agrária, bancária, tributária, urbana, política, universitária e administrativa (GIANNOTTI, 2007).

²³ De acordo com Karl Marx (1994), a produção da mais-valia absoluta ocorre através do prolongamento da jornada de trabalho, para além da produção do equivalente ao valor da força de trabalho de um indivíduo, permitindo que o Capital se aproprie do excedente. Enquanto isso, a mais-valia relativa ocorre quando este excedente produzido pelo trabalhador é maximizado através da introdução de mecanismos que permitam que o equivalente ao salário seja produzido em um tempo menor, revolucionando processos técnicos de produção e as relações de trabalho. Ou seja, nesta época, no Brasil, a elevação dos salários dos trabalhadores foi compensada pelo aumento da produtividade do trabalho, que permitiu um aumento da produção e dos lucros das empresas.

organizados, a estabilização estava associada a acordos com o imperialismo e a restrições adicionais. Os dirigentes sindicais temiam que os trabalhadores tivessem que “apertar os cintos” enquanto outros setores não tivessem nenhuma nova restrição (FAUSTO, 2001).

Multiplica-se o número de manifestações sindicais pelo aumento do salário mínimo, congelado desde 1956. JK congela os preços dos gêneros de primeira necessidade e, mais tarde, é obrigado a conceder um aumento de 53% no salário mínimo, mas, nesta altura, a inflação já se encontrava muito acelerada. A economia do país começou a estagnar e a diminuição do ritmo de crescimento das empresas fez aumentar os índices de desemprego. As greves se intensificam e ocorrem choques violentos entre os manifestantes e a polícia. As propostas dos sindicatos sob liderança comunista exigiam reformas estruturais, chamadas de reformas de base, fazendo com que as greves não tivessem um caráter apenas econômico, mas também político. Essa pressão constante e o descontentamento da classe média levaram JK a romper com o plano de estabilização proposto pelo FMI, como afirma Giannotti (2007).

Ainda assim ocorreram 954 greves em 1959 e, foi nesse clima de forte agitação sindical que, no início dos anos 1960, os EUA intensificam suas preocupações em relação aos rumos políticos do Brasil e começam a agir no movimento operário através do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL). O IADESIL organizava pequenos cursos e chegou a treinar mais de trinta mil dirigentes sindicais. O IADESIL, segundo Giannotti (2007), teria sido responsável pela formação de milhares de sindicalistas que, unidos ao patronato e aos militares, dariam o Golpe Militar de 1964. Fato é que junto com as articulações para as eleições presidenciais marcadas para outubro de 1960, o IADESIL colaborou para o aprofundamento das divisões internas do movimento sindical.

Jânio Quadros agregou os anti-comunistas e contou com o apoio dos pelegos, os “renovadores” e alguns descontentes com JK. O general Teixeira Lott, mesmo tendo apoio dos conservadores do PSD e sendo declaradamente anti-comunista, foi o candidato do PCB por sua política anti-imperialista. João Goulart foi o vice de Lott, mas com as confusas alianças políticas estabelecidas na eleição de 1960, o operariado acabou optando pela dupla Jânio Quadros e João Goulart (CASTRO, 1980). Jânio obteve 48% dos votos para presidência e

Lott apenas 28%. Nesta eleição o eleitorado crescera bastante por conta da urbanização e houvera também um aumento da participação da população nos processos políticos brasileiros. De 5,9 milhões em 1945, o eleitorado no país passou para 7,9 milhões em 1950, 8,6 milhões em 1955, chegando a 11,7 milhões em 1960 (FAUSTO, 2001).

Logo no começo do novo governo, as greves voltam a se intensificar, pois a economia ia mal com a produção interna caindo mês a mês. A primeira alternativa era a estabilização com controle da inflação e retração econômica, o que aumentaria os índices de desemprego. A segunda opção era o incentivo ao desenvolvimento nacional, o que ia de encontro aos encaminhamentos do FMI. Jânio anunciou então um plano para enfrentar os problemas herdados do governo Juscelino, optando por um pacote de estabilização que envolvia forte desvalorização cambial, contenção de gastos públicos e expansão monetária. Essas medidas foram bem recebidas pelos credores do Brasil e pelo FMI e, por isso, novos empréstimos puderam ser contraídos nos EUA. Jânio era visto como uma possibilidade de evitar que o Brasil caminhasse para a instabilidade e para o comunismo. No entanto, o presidente vinha governando sem apoio e agia sem consultar a liderança udenista no Congresso (FAUSTO, 2001).

Enquanto o movimento sindical buscava se reorganizar, surgiu a notícia da renúncia de Jânio que, segundo Giannotti (2007), estaria arriscando uma jogada e esperava ser levado de volta ao poder pelo povo. Para Fausto (2001), a renúncia se tratou de um cálculo político equivocado já que, para ele, Jânio esperava obter maior soma de poderes para governar.

O plano parecia perfeito, já que o Congresso era composto por uma maioria de direita que apoiaria seu retorno ao governo e seu vice, João Goulart, estava na China comunista, buscando estabelecer relações comerciais e diplomáticas. Para Jânio, os conservadores e militares nunca entregariam o país nas mãos de Jango. Mas, apesar dos poucos apelos de alguns governadores de estado para que ele reconsiderasse seu ato, a renúncia de Jânio foi aceita pelo Congresso e os líderes sindicais que, inicialmente, se mobilizaram pelo retorno de Jânio Quadros, logo mudaram sua exigência para que o vice, João Goulart, assumisse em seu lugar (CASTRO, 1980 e GIANNOTTI, 2007).

A Constituição deixava claro que, neste caso, o vice-presidente deveria assumir, mas a posse ficou suspensa diante da iniciativa de setores militares que acreditavam que João Goulart encaminharia o país para uma república sindicalista, abrindo brechas para que os comunistas chegassem ao poder. No entanto, logo se iniciaram manifestações a favor de Jango. A principal delas ocorreu no Rio Grande do Sul quando Leonel Brizola iniciou sua campanha da legalidade (FAUSTO, 2001). Rapidamente o movimento se espalhou e diferentes setores entraram na chamada “Greve da Legalidade”, que exigia que a Constituição fosse respeitada e que o vice assumisse. Num ato simbólico, Brizola invadiu uma fábrica de armas e as distribuiu para a população para garantir a posse de Goulart.

Segundo Giannotti (2007), uma parcela dos militares ainda tentou impedir a posse através de um golpe, mas diante desse insucesso e da forte pressão popular, o Congresso propõe uma solução de conciliação e institui o parlamentarismo, reduzindo os poderes do presidente e nomeando Tancredo Neves como primeiro-ministro. Jango chega ao governo enfraquecido politicamente e assume compromissos com os sindicatos, que garantiram sua posse, mas que se encontravam decepcionados por ele ter aceitado a manobra conciliadora proposta pelo Congresso. Sua política populista de governo acabou fazendo com que Jango se tornasse dependente do apoio dos sindicatos que se engajavam, cada vez mais, em lutas por soluções mais profundas, as já mencionadas reformas de base.

Um exemplo marcante dessa relação estabelecida entre presidente e movimento sindical ocorreu em julho de 1962, quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), ligada ao PTB-PCB, exigiu que Jango nomeasse um ministro do trabalho e um primeiro-ministro aliados dos trabalhadores. As lideranças sindicais teriam combinado, segundo Giannotti (2007), uma greve nacional com o então presidente. A primeira greve de caráter nacional ocorrida no país foi convocada pela CNTI, pelo Pacto de Unidade e Ação (PUA) e por outras articulações regionais. Ela acabou sendo vitoriosa e o governo mudou o ministério. Um mês depois, o Congresso, pressionado pelos trabalhadores, instituiu o 13º salário. Após essa grande greve de 1962, o Comando Geral de Greve (CGG) convoca o IV Congresso

Nacional dos Sindicatos e transforma-se no Comando Geral de Trabalhadores (CGT), que possuía um caráter mais político do que sindical²⁴.

O CGT lançou uma campanha pedindo um plebiscito para que a população pudesse decidir entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Apesar de ter resistido, após uma greve geral de três dias, comandada pelo CGT, o Congresso marca o plebiscito para janeiro de 1963. Neste plebiscito, 85% dos votos foram favoráveis ao presidencialismo, e Goulart, em posse de plenos poderes, lança o Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado. O plano de estabilização econômica foi logo combatido pelos sindicatos e uma série de greves paralisou a economia do país. Em junho, Goulart cede aos apelos de aumentos salariais e volta a se aliar ao CGT.

O processo de radicalização das manifestações populares revelou novos sujeitos sócio-políticos, como as ligas camponesas e os católicos de esquerda da Ação Popular. Os setores progressistas logo perceberam a importância dessa frente e buscaram institucionalizá-la. O Ministério do Trabalho iniciou o processo de sindicalização dos camponeses²⁵. Em 1961 o número de sindicatos rurais reconhecidos era 6, em 1962 passou para 60, em 1963 para 270 e em 1964 para 1.300. No entanto, as ligas camponesas, que alegavam ter mais de quinhentos mil filiados, continuaram na semi-legalidade até se dissolverem em 1964, de acordo com Castro (1980).

²⁴ O CGT acaba representando mais os interesses das direções dos sindicatos e das federações do que os trabalhadores da base. Seu caráter político e seu grande potencial de mobilização não vinham do estreito relacionamento com as bases e sim de uma aliança com o governo e com os militares progressistas. Seu programa de 1963 exigia unidade com as forças burguesas para: democratizar o poder, controlar o capital estrangeiro, o estado ter maior participação na economia, e para realização das reformas de base. Faziam parte do CGT: PUA (RJ), PUI (SP), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Terrestres (CNTTT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA). A Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) passará a fazer parte anos depois. (GIANNOTTI, 2007)

²⁵ As organizações sindicais rurais conseguem ser legalizadas em 1962, quando é, também, criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG). Isso provoca um acirramento das lutas no campo e uma maior aproximação desse setor com os trabalhadores urbanos. Havia um setor progressista da Igreja Católica que defendia a criação de sindicatos rurais e atuava no Movimento de Educação de Base (MEB), que mantinha relações estreitas com a esquerda. Essa se tornaria a base de atuação da “Teologia da Libertação”. Enquanto isso, a ala mais conservadora da Igreja católica, financiada pelos EUA e por setores que preparavam o Golpe, disputava a liderança dos camponeses com os comunistas organizados na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB) e nas Ligas Camponesas (GIANNOTTI, 2007).

As relações entre João Goulart, o sistema sindical, os grupos nacionalistas e de esquerda eram interpretadas como manifestações claras de um programa subversivo. Segundo Octavio Ianni (1968), a democracia populista estava atingindo um desenvolvimento que era inesperado para a classe dominante. Para L. M. Rodrigues (1974), a radicalização dos movimentos populistas, a partir de pressões originadas de reivindicações consumistas e assistenciais, além de abalar as estruturas de poder, poderiam levar a reivindicações alternativas que pusessem em questão o modo de organização da produção e o sistema social e político em seu conjunto.

A partir de meados de 1963, a radicalização de diferentes posições se intensificou. O número de greves chegou a 172, sendo que em 1958 foram realizadas 31 greves. Foi também neste ano que o setor público passou a ser majoritário na organização dessas paralisações. Além disso, as greves começaram a se deslocar de São Paulo para outras regiões do país. No campo, as ligas camponesas, a sindicalização rural e a ocupação de terras se intensificaram enquanto os proprietários rurais começaram a se armar, pois encaravam que a reforma agrária seria uma catástrofe. A esquerda do PTB exigia avanços no campo das reformas sociais e, ainda em 1963, Brizola começou a organizar grupos em todo o país para resistir às tentativas golpistas. Nos meios militares cresceu a conspiração contra Jango, sendo que o próprio chefe do Estado-maior do exército, o general Humberto de Alencar Castelo Branco estava envolvido. A direita obteve avanços até mesmo entre os conservadores moderados, convencendo-os de que só uma “revolução” poria fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo. Já neste ponto, quase todos os atores políticos estavam convencidos de que a resolução dos conflitos não se daria através da via democrática (Fausto, 2001).

Os conflitos sociais e a incapacidade de Jango em conter as massas gerou, junto às forças do centro e da direita, uma reação favorável à deposição do presidente. Os conservadores, entre eles grandes empresários, veteranos políticos do centro e da direita e importantes chefes militares, acompanhavam, apreensivos, as atividades presidenciais. A política populista de Jango ainda buscava negociar com todos os setores oscilando entre a austeridade econômica e a tentativa de se aproximar do FMI, e as concessões salariais e suas medidas reformadoras (CASTRO, 1980).

Sob forte pressão conservadora, em fins de outubro de 1963, Jango propõem Estado de Sítio, tentando enfraquecer seus adversários de direita e esquerda, mas acaba sendo forçado a retirar o pedido. Ainda em outubro, setecentos mil operários, sobretudo dos setores metalúrgico, químico de papel e papelão, entram em greve em São Paulo, buscando uma negociação conjunta entre 78 sindicatos e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Apesar de ter sido reprimida, a “Greve dos 700 mil” parou a indústria paulista por quatro dias e saiu vitoriosa conseguindo um aumento de 80% para todas as categorias. Fausto (2001) aponta que esta foi a última grande paralisação operária em São Paulo antes da queda de Jango.

O então presidente ainda tenta estabelecer um governo de coalizão para restringir as greves e aumentar as manifestações em favor das reformas de base e, em 13 de março de 1964 é organizado um grande comício com mais de duzentas mil pessoas no Rio de Janeiro. Neste comício, Jango assinou dois decretos: o primeiro desapropriava as refinarias de petróleo que ainda não estavam sob controle da Petrobrás e o segundo, chamado de decreto Supra (Superintendência da Reforma Agrária), declarava sujeitas a desapropriação as propriedades subutilizadas. Neste comício, Jango declarou estar preparando a reforma urbana e elaborando propostas para serem encaminhadas ao Congresso acerca de mudanças nos impostos e de concessão de voto aos analfabetos e aos inferiores das forças armadas.

Ainda segundo Fausto (2001), este primeiro ato de reformas marcou o começo do fim de seu governo. Em reação, foi organizada, em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Cerca de 500 mil pessoas foram às ruas demonstrando que os partidários do golpe possuíam uma significativa base social de apoio.

Apesar do clima de Golpe já evidente nos meios militares, no patronato e no Congresso, a CGT, seguindo diretrizes do PCB, manteve sua crença na tradição democrática das forças armadas, afirmando que se houvesse um Golpe seria decretada uma Greve Geral, e João Goulart manteve sua confiança em seus militares. Só Brizola, como já dissemos, organizara os “Grupos dos Onze” em todo o Brasil, preparando-os para a resistência armada, mas a falta de orientações claras fez com que o movimento não avançasse (CASTRO, 1980).

Foi então, em março, no Rio de Janeiro, que os marinheiros e os fuzileiros navais se amotinaram reivindicando direitos básicos. Isso fez com que a hierarquia militar se sentisse ameaçada dando início ao golpe. Setores do exército de São Paulo e Minas Gerais se dirigiram ao Rio de Janeiro e, em 1º de abril de 1964, os trabalhadores e o movimento sindical foram rapidamente derrotados pelo Golpe Militar. Deposto, João Goulart foi se refugiar no Uruguai (GIANNOTTI, 2007).

Sabe-se que as preocupações com o destino da ordem política, econômica e financeira do Brasil não eram exclusividade das oposições, das Forças Armadas e do governo. Essas preocupações ultrapassavam os limites nacionais e houve uma participação ativa do governo norte-americano, que discordava, obviamente, dos discursos “antiimperialistas”, na articulação de uma forte corrente contra Jango. Essa intervenção se deu através de ajudas econômicas a governos reacionários, do financiamento de campanhas de candidatos “pró-ianques”, do controle de meios de comunicação e da participação direta de agentes da CIA na articulação do Golpe. A classe média e mesmo os setores sindicais também foram afetados por essa campanha anti-comunista coordenadas por órgãos como o Instituto de Pesquisa e Estudos Socioeconômicos (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), todos financiados pelo conservadorismo brasileiro e o capital estrangeiro²⁶.

Foi a partir da Escola Superior de Guerra (ESG) e de órgãos como o IPES e o IBAD que foram surgindo as bases de um regime considerado capaz de conter a subversão da ordem e de garantir o desenvolvimento econômico do país. De acordo com Fausto (2001), à medida que o Governo Goulart se radicalizava e se instabilizava com o avanço das mobilizações sociais, ficava mais forte para esses grupos a convicção de que só um movimento armado poderia acabar com a “anarquia populista”, contendo o avanço do comunismo.

De acordo com Ianni (1968), a classe média acabou se revelando um elemento importante para as soluções autoritárias já que ela já vinha sendo

²⁶ O IPES, formado sob a tutela do IBAD, tinha função de centro de elaboração estratégica de oposição às estruturas populistas e dessa forma, o complexo IPES/IBAD era o verdadeiro partido da burguesia para a ação ideológica política e militar, de acordo com DREIFUSS (1981 apud MENDONÇA; FONTES, 1991). De acordo com Waldemar Rossi e William Jorge Gerab (2009), o IBAD teria dado treinamento a cerca de trinta mil ativistas sindicais aqui e nos EUA e estes serão os futuros interventores sindicais após o Golpe Militar de 1964.

preparada para aderir o autoritarismo, através de campanhas de opinião pública. Isso será importante para explicar alguns aspectos do sucesso popular das reações anti-democráticas, das drásticas modificações das instituições políticas e da reformulação completa da política econômica. Ainda de acordo com o autor, foi por conta da evolução do salário mínimo que certos setores militares e de classe média sentiram um rebaixamento relativo de suas condições de vida. A inflação e a redução das diferenças entre salários, vencimentos e soldos dos trabalhadores e da classe média estavam provocando a “proletarização” desta segunda e essa situação alimentou as inquietações políticas de setores civis e militares.

1.7 - O Regime Militar e a Posterior Transição para a Democracia (1964 - 1989)

Segundo Ianni (1968), o Golpe de 1º de abril de 1964 foi uma operação político militar destinada a efetivar os seguintes objetivos: afastar o risco da tomada do poder pela esquerda ou por grupos nacionalistas exaltados, adeptos de uma política externa independente e da doutrina do Brasil potência; controlar as consequências negativas da inflação; reintegrar o país ao sistema capitalista mundial; e restaurar a integração entre os poderes políticos e econômicos, dissociados da democracia populista.

O Golpe marca uma transição efetiva do Brasil para um modelo de desenvolvimento econômico associado. A partir daí, inicia-se no Brasil uma combinação e um reagrupamento de empresas brasileiras e estrangeiras sob uma nova concepção de interdependência econômica, política, cultural e militar entre a América Latina e os EUA²⁷. Dessa forma, as multinacionais puderam assumir papéis decisivos no que diz respeito à política econômica e, com isso,

²⁷ A doutrina de interdependência era oposta ao modelo de desenvolvimento econômico autônomo e da política externa independente propostos por Vargas. O acordo sobre a garantia de investimentos privados, assinado entre Brasil e EUA, é representativo dessa mudança, uma vez que tratava de estabelecer uma aliança para o progresso: “promover condições que estimulem o fluxo de inversões estrangeiras, que contribuam para o aumento dos recursos de capital dos países participantes...” (“O Acôrdo”, publicado em Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 11/12/1965, p.2 apud IANNI, 1968).

modificaram substancialmente a organização e o desenvolvimento da economia brasileira (IANNI, 1968).

No que diz respeito ao movimento operário, Helena Hirata (1980) afirma que este rompeu com a colaboração de classes do pacto populista e tentou enfrentar os obstáculos impostos pelo regime militar. Esse “novo” movimento acompanhou as mudanças trazidas pela industrialização marcada pela implantação de grandes empresas multinacionais modernas e a ruptura com as formas tradicionais de mobilização operária. Ruptura no sentido de que os piquetes, por exemplo, tão importantes em momentos anteriores não puderam mais ser utilizados já que podiam ser facilmente identificados pelos agentes da repressão²⁸. Isso provocou um fortalecimento da necessidade de se desenvolver um trabalho no interior das fábricas. Além disso, as reivindicações do movimento foram alteradas em resposta à mudança da política salarial do regime militar, que forçou os trabalhadores a deslocar o eixo da luta em defesa das políticas anti-imperialistas e nacionalistas para a manutenção das conquistas econômicas antes alcançadas.

Cabe destacar que, mais uma vez, o modelo de organização operária implementado a partir de 1964 não se aproximaria daquele vigente nos países “desenvolvidos”, pois os trabalhadores brasileiros ainda possuíam uma relação pouco estreita com os sindicatos e os partidos políticos no país. Não existiam organizações de base nos sindicais oficiais e não havia discussão política, uma vez que o Partido Comunista teve sua influência ainda mais reduzida após o Golpe e as organizações de esquerda ainda encontravam-se debilmente implementadas no país, destacando-se o caráter espontâneo das lutas (HIRATA, 1980).

O enfraquecimento do PC após o Golpe pode ser relacionado tanto à ligação estabelecida entre este e o Governo de João Goulart, através da política de aliança entre Estado, burguesia nacional e trabalhadores; quanto à derrota da burguesia nacional, base do programa de libertação nacional estabelecido pelo partido. A burguesia nacional teve sua importância diminuída por conta do processo de concentração e centralização de capital provocado pelos militares, sendo este setor o mais afetado, através de falências, pela

²⁸ Os piquetes seriam retomados nas greves de 1978 e 1979, devido à diminuição da repressão aos movimentos grevistas no final da década de 1970.

reestruturação industrial encaminhada por Castelo Branco (1964-67). Além disso, Hirata (1980) aponta a multiplicação de cisões internas como causa do enfraquecimento do partido que, naquele momento não tinha mais respostas de como enfrentar as forças armadas, que exerciam o poder independente da vontade dos trabalhadores²⁹. As dissidências formaram grupos armados que se tornaram hegemônicos entre 1968-72, enfraquecendo o poder numérico do partido já reduzido por conta da repressão que seguiu o Golpe.

O sindicalismo do período populista, de caráter corporativista, que havia conseguido criar estruturas horizontais inter-profissionais (como o CGT e o PUA) com o objetivo de encaminhar reivindicações essencialmente políticas, sofre violentos golpes de desarticulação por parte do regime militar. A repressão policial aos sindicatos, tidos como pilares do Governo Jango, se intensifica, e estes adotam funções assistencialistas, despidos de reivindicações políticas e salariais. Eles passam a administrar a parte que lhes cabe do imposto sindical com o objetivo de melhorar os serviços médicos e dentários, os serviços de formação profissional e de assistência jurídica, o lazer e a assistência social à família dos sindicalizados (HIRATA, 1980). Essa discussão será retomada mais à frente, quando discutirmos o papel dos interventores do regime militar nos sindicatos.

De acordo com Fausto (2001), o novo regime começou a mudar as instituições do país através dos Atos Institucionais (AI), que formalmente mantiveram a Constituição de 1946 com várias modificações e também o funcionamento do Congresso. Esta seria uma das características marcantes do regime militar brasileiro, que nunca aceitou ser caracterizado como uma ditadura militar³⁰. Embora o poder real fosse deslocado para outras esferas e

²⁹ O programa e as resoluções do PC eram considerados ultrapassados por afirmarem que o Brasil possuía um caráter feudal e que, por isso, a burguesia nacional teria um papel fundamental na revolução democrático burguesa. Além disso, suas teses possuíam caráter pacifista frente ao regime autoritário (HIRATA, 1980).

³⁰ Alguns oposicionistas e até mesmo alguns observadores estrangeiros, considerando o grande número de militares que passaram a ocupar cargos civis, a disciplina repressiva imposta ao povo, os desmandos de militares, que decidiam a eleição e a deposição de prefeitos e vereadores, e a universalização da Justiça Militar tentaram caracterizar o novo regime como sendo uma ditadura militar, mas o governo negou, apontando que o Congresso permaneceu aberto, os jornais continuaram sendo publicados e os tribunais de justiça se mantiveram funcionando (BASBAUM, 1977).

os direitos civis fossem violados, essas medidas sempre foram apresentadas como temporárias.

O primeiro Ato Institucional foi decretado em 09 de abril de 1964. Várias de suas medidas tinham como objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir a ação do Congresso. O presidente poderia enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser apreciados na Câmara e no Senado em trinta dias. Caso isso não ocorresse, estes seriam considerados aprovados automaticamente. Como era fácil obstruir votações no Congresso, as aprovações por “decurso de prazo” se tornaram comuns.

As imunidades parlamentares foram suspensas e a estabilidade conferida aos demais servidores públicos foi suspensa por seis meses para facilitar o expurgo do setor. O governo passou a ter o direito de cassar os direitos políticos de quaisquer cidadãos, por dez anos, sem necessidade de justificativa ou julgamento.

Este Ato firmou também as bases para a instalação dos inquéritos policial-militares (IPMs), a que ficaram sujeitos os responsáveis “pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio, contra a ordem política e social, ou por atos de guerra revolucionária”. Mas o sistema ainda não estava totalmente fechado, nesta época ainda havia possibilidade de se usar o recurso do hábeas corpus e a imprensa ainda se mantinha relativamente livre (FAUSTO, 2001).

Começam então as prisões de militares e civis que lotaram os quartéis. De acordo com Leôncio Basbaum (1977), a repressão do regime foi imediata. No Rio de Janeiro, cinquenta mil pessoas foram presas no dia seguinte ao Golpe. A União Nacional dos Estudantes, que vinha se destacando ao longo do governo de Jango por sua luta contra todo tipo de opressão, teve sua sede invadida e incendiada³¹.

Passados poucos dias após o golpe, o Comando Supremo da Revolução³² determinou que era necessário começar a governar e implantar

³¹ Em junho de 1964, a UNE foi suspensa por seis meses e sua sede foi desapropriada. A União Metropolitana dos Estudantes também foi extinta e as greves estudantis proibidas pelo decreto-lei 4.105. Em outubro do mesmo ano foi oficialmente aprovada a lei que acabou com a UNE e a substituiu pelo Diretório Nacional de Estudantes, para o qual todos os estudantes eram obrigados a votar.

³² A composição deste Comando Supremo da Revolução era desconhecida, mas BASBAUM (1977) aponta que, possivelmente, ele era formado por dezenas de brigadeiros, generais, almirantes e coronéis, que surgem no cenário político, desconhecidos pelo grande público,

uma nova ordem. Para isso, o primeiro passo dado foi a escolha do general Castelo Branco, em 11 de abril de 1964, para presidente, com mandato até 31 de janeiro de 1966. Essa escolha se explica pelo fato de que Castelo Branco representava o grupo mais forte e organizado do exército, conhecido como Sorbonne³³. Como já foi dito, enquanto chefe do Estado-maior das Forças Armadas, ele transmitiu ordens contra o Governo Jango, incentivando o golpe (BASBAUM, 1977).

Ainda de acordo com o autor, a característica da ação política deste novo governo foi a implantação do terror. Prisões eram efetuadas ao longo do dia e da noite, e as pessoas desapareciam nos meandros dos quartéis e delegacias da polícia política. Ao fim de 1964, havia cerca de trinta mil presos. Nesta época começaram também as delações. Muitas pessoas, para se verem livres de suspeitas, denunciavam amigos, parentes e vizinhos, e ainda existiam aqueles que achavam que quanto mais subversivos eles denunciassem mais próximos estariam dos donos do poder.

Muitos parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cerca de sessenta deputados e senadores perderam seus direitos políticos e cerca de seiscentas outras pessoas que eram dirigentes sindicais ou conhecidos de dirigentes sindicais ou simplesmente não apoiavam o governo também perderam seus direitos políticos. Calcula-se que mais de mil e quatrocentas pessoas foram afastadas da burocracia civil e cerca de mil e duzentas das Forças Armadas. Eram especialmente visadas aquelas que tinham se destacado por suas posições nacionalistas e de esquerda (BASBAUM, 1977).

Outra medida adotada foi acabar com os professores subversivos das universidades, tendo sido atingidas principalmente as da Guanabara, de São Paulo e Brasília. Sendo que esta última foi praticamente liquidada com a prisão, expulsão e demissão de 90% de seu corpo docente. Essa ação atingiu também jornalistas e escritores que tiveram suas casas invadidas e seus livros roubados.

considerados donos da revolução, mas que em sua maioria, se limitaram a conspirar nos quartéis e torcer pela vitória.

³³ Da Sorbonne faziam parte os militares da elite. Eles eram letrados e cultos e propunham a reformulação institucional da corporação através da ampliação de sua autonomia frente à política civil (MENDONÇA; FONTES, 1991). Nas palavras de Basbaum (1977), a política deste grupo podia ser considerada anticomunista, antidemocrática, anti-reformista, anti-desenvolvimentista e pró-americana.

A ordem era prender os corruptos e os subversivos, mas muitos ainda conseguiram escapar das prisões, por habeas corpus ou mesmo fugindo, e as embaixadas ficaram lotadas de refugiados que pediam asilo político. Antes mesmo do AI-1 autorizar os inquéritos policial-militares (IPMs), as prisões do país já estavam lotadas e com isso, ao fim de 1965, foi necessário limitar o período legal dessas prisões em cinquenta dias para poder dar lugar a novos presos.

Os interrogatórios não se limitavam a procurar descobrir o pensamento político dos acusados, mas vinham quase sempre acompanhados de torturas que levavam os presos ao limite de sua resistência física. O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) ficou conhecido como palco das mais sádicas torturas praticadas no período. Basbaum (1977) acredita que os torturadores sequer estavam interessados nas respostas dos presos, eles queriam instaurar o terror e usá-lo como arma contra a resistência às ações do novo governo.

As ligas camponesas, alvo da mais violenta repressão, praticamente desapareceram. Nas cidades houve intervenções em muitos sindicatos e federações de trabalhadores. Essas intervenções visavam principalmente os sindicatos mais expressivos, atingindo 70% dos sindicatos com mais de cinco mil membros (FAUSTO, 2001).

Castelo Branco criou também, em abril de 1964, a Comissão de Investigações, responsável pelas sanções que deveriam ser aplicadas aos acusados de crimes políticos, tirando-lhes o direito de defesa. Um mês depois, o presidente afirma que só poderiam ser cassados os direitos dos cidadãos com base nas informações do Conselho de Segurança Nacional. Mais tarde essa função caberia ao Serviço Nacional de Informação (SNI), que trabalhava com milhares de agentes infiltrados e tinha como objetivo “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”. O SNI, com o passar dos anos, se tornaria quase tão importante quanto o executivo, de acordo com Fausto (2001), agindo por contra própria na “luta contra o inimigo interno”.

Ainda de acordo com Fausto (2001), além de estabelecer uma “democracia restringida”, sob o ponto de vista econômico, o grupo político de Castelo Branco visava reformar e modernizar o sistema capitalista, e para isso

eles precisavam enfrentar a situação econômica financeira não favorável herdada de João Goulart, controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade e promover reformas no aparelho de Estado.

Para tentar reverter a situação econômica do país, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que tentou reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. Esta última investida veio acompanhada de medidas destinadas a impedir a realização de greves, tendo a Lei de Greve, aprovada em junho de 1964, criado exigências que praticamente tornaram impossíveis as paralisações legais. Além disso, o governo acabou com a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, sendo esta substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Em relação ao campo, em novembro de 1964, o Congresso aprovou o Estatuto da Terra, com o objetivo de realizar a reforma agrária e promover uma política agrícola, mas esta lei não foi efetivamente implementada.

No plano internacional, o Governo Castelo Branco se alinhou à política norte-americana. De acordo com Basbaum (1977), a política econômica que vinha se desenrolando no Brasil era resultado de um Plano estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que tinha dois pontos principais: eliminar os pontos de atrito entre os interesses brasileiros e americanos, e acabar com a inflação.

Já em 1965 era difícil se iludir com a propaganda de avanço da ditadura e com isso, nas eleições da Guanabara e de Minas Gerais, ainda diretas, os candidatos do governo foram derrotados. O regime militar ainda corria ainda risco de ser derrotado nos demais pleitos diretos, o que acabou acontecendo no ano seguinte em mais nove estados. Dessa forma, sob forte pressão, em outubro de 1965, Castelo Branco decreta o AI-2 que estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República deveriam ser realizadas pela maioria absoluta do Congresso, em sessão pública e com voto nominal. O AI-2 determinou ainda que o governo poderia legislar sobre assuntos relativos à segurança nacional através de decretos-leis e extinguiu os partidos políticos, já que os militares consideravam que o multipartidarismo era uma das causas das crises políticas. A legislação partidária forçou a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), cuja maior parte dos filiados pertencia à UDN, e o

Movimento Democrático Brasileiro (MDB), formado pelo PTB e que reunia a oposição com o objetivo de dar uma aparência democrática ao novo regime (BASBAUM, 1977).

Em fins de 1966, iniciaram-se as inquietações acerca da sucessão presidencial. A situação geral do povo, principalmente dos mais pobres, era complicada, sobretudo por conta da inflação crescente e do arrocho salarial. O que impediu as revoltas foi a esperança da população na candidatura do Marechal Costa e Silva, que prometia uma política mais humana, e fez com que o povo acreditasse que ele mudaria a política econômica do governo. Nesta altura, a Linha Dura³⁴ já manobrava para que os civis dessem andamento ao processo de eleição indireta pelo Congresso. Dessa forma, a Arena se reuniu e elegeu Costa e Silva para a presidência e Pedro Aleixo, civil e udenista, para a vice-presidência.

Depois de aceitar que não tinham sido capazes de fazer um sucessor e de estar diante de um fato consumado, os sorbonistas decidem estabelecer um esquema que garantisse a continuação da política da Sorbonne. Para isso, em janeiro de 1967, Castelo Branco aprovou uma nova Constituição que incorporou a legislação que ampliara os poderes executivos. Além disso, mudou a Lei de Imprensa, proibindo que o poder executivo fosse criticado ou acusado de crimes. E a nova Lei de Segurança Nacional estabeleceu que todos os cidadãos eram responsáveis pela Segurança Nacional, institucionalizando a delação (Basbaum, 1977).

Entre 1964 e 1967, os sindicatos sofreram com as intervenções e perseguições aos seus militantes mais conhecidos. Entre abril e dezembro de 1964, ocorrem intervenções militares em 425 sindicatos e 45 federações (HARDING, 1973 apud LÖWY; ALMEIDA, 1976 apud HIRATA, 1980). Os militares substituíram as direções sindicais por interventores que já eram conhecidos no meio sindical e que, de acordo com Marcelo Badaró Mattos (2009), eram representantes dos antigos grupos dirigentes que haviam sido derrotados pelo PCB e pelo PTB nos últimos anos antes do golpe. Muitos deles

³⁴ Apesar do sorbonismo ter predominado logo após o Golpe de 1964, os militares não eram um grupo homogêneo e a coalizão vitoriosa englobava pelo menos outros três segmentos: os nacionalistas de direita, os “linha dura” e as chefias. Esses grupos irão divergir em diferentes momentos da história brasileira interferindo nos níveis de autoritarismo do regime militar (MENDONÇA; FONTES, 1991).

tinham vínculos com círculos operários católicos e com entidades ligadas ao sindicalismo estadunidense. Estes interventores logo trataram de se apresentar como ponto de apoio para a ditadura militar e de caçar seus antigos adversários, agora tidos como subversivos.

A colaboração com o governo ficou clara já em junho de 1964, quando ocorreu a Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia e Bem-Estar do Trabalhador, no Rio de Janeiro. De acordo com documentos da própria conferência, esta

[...] objetivou, como finalidades principais, o refortalecimento das aspirações democráticas nacionais, o estudo das melhores formas de colaboração dos trabalhadores e de suas respectivas organizações sindicais com os poderes públicos e a necessidade de mais amplo desenvolvimento do sindicalismo, sempre atuante e autenticamente livre (Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia e Bem-Estar do Trabalhador apud MATTOS, 1998, p.133).

Internamente aos sindicatos, os interventores buscavam reunir provas para incriminar antigas lideranças subversivas, encaminhando o resultado de suas buscas aos inquéritos policial-militares, os IPMs, instaurados pela ditadura. O resultado dessa intervenção foi o esvaziamento dos sindicatos que perderam seu expressivo contingente, conquistado nos anos anteriores ao golpe. Para os interventores isso não era um problema, pois já tinham a representatividade desejada concedida pelos militares. Nessa etapa os sindicatos dedicaram-se a ampliar seu segmento assistencial e seu patrimônio físico, valendo-se das somas do imposto sindical (MATTOS, 2009).

Já que os sindicatos perdem o papel de negociadores dos salários no conflito entre capital e trabalho e encontram-se esvaziados de seu caráter político, eles passam a servir de mediadores na gestão do processo de trabalho. Dessa forma passam a ter uma imagem assistencialista ou mesmo negativa para uma parcela significativa dos trabalhadores. Os dados de uma

pesquisa realizada pela Revista Contexto, de 1977 (apud HIRATA, 1980)³⁵, apresentados nos quadros 1 e 2 abaixo, revelam que, apesar de um número significativo de trabalhadores da empresa pesquisada ser sindicalizado, 41,3%, cerca de 34,0% dos operários dessa mesma empresa, consideram que o sindicato não faz nada ou é dominado por uma panelinha. Além disso, 29% achavam a ação sindical boa porque oferece assistência médica ou de outro tipo.

Quadro 1 - Operários Sindicalizados da Empresa Pesquisada - 1977

Caracterização	Total de Operários
São sindicalizados	264 41,3%
Não são sindicalizados	258 40,4%
Pretendem ser sindicalizados	66 10,3%
Não querem ser sindicalizados	51 8,0%

Fonte: Pesquisa da Revista Contexto, nº3, SP, 1977 (apud HIRATA, 1980).
Elaboração própria.

³⁵ Apesar de parciais, optamos por utilizar essas informações porque encontramos pouquíssimos dados sobre o operariado industrial brasileiro neste período. Por se tratar de uma pesquisa realizada em uma empresa dinâmica da indústria automobilística de São Paulo ela pode ser ilustrativa do período. Ressaltamos que o nome da empresa pesquisada foi omitido no texto estudado e, por isso, não disponibilizamos esta informação.

Quadro 2 - Caracterização do Sindicato pelos Operários da Empresa Pesquisada - 1977

Caracterização	Total de Operários
Defende os interesses dos operários	209 37,0%
É bom porque dá assistência médica, etc.	164 29,0%
Não faz nada	51 9,2%
É dominado por uma panelinha	140 24,8%

Fonte: Pesquisa da Revista Contexto, nº3, SP, 1977 (apud HIRATA, 1980).
Elaboração própria.

A burocracia sindical assegura o cumprimento das exigências impostas pela ditadura militar e a oposição sindical é diminuta nesta época. Essa submissão leva os grupos de extrema esquerda a boicotarem os sindicatos, indo de encontro à posição do PCB que continuava presente nos sindicatos oficiais (HIRATA, 1980).

Ao final de seu governo, Castelo Branco entrega a seu sucessor um país arrasado economicamente, politicamente e culturalmente. O regime perdera o apoio de quase todas as camadas sociais e só as forças armadas ainda o mantinham no poder. O Governo Castelo Branco consegue romper ainda com a Igreja Católica, ao impedir seus sacerdotes de cumprir as recomendações encíclicas de defender as populações desprotegidas e mais atingidas pela ditadura. De acordo com uma declaração do general Lucídio Arruda, diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Guanabara, ao Jornal “Última Hora”:

A Igreja pode perturbar a ordem, atuando no campo político. Não pela atuação propriamente dita da Igreja, mas pela de alguns elementos da Igreja. [...] A atuação no campo político, parece-nos uma exorbitância. E, quando agimos fora de nossa órbita de ação, só podemos levar confusão, levar agitação (Jornal “Última Hora”, 08/01/1968, Rio de Janeiro apud BASBAUM, 1977, p.189)

De acordo com Basbaum (1977), a política econômica proposta por Roberto Campos, então ministro do planejamento, e encaminhada durante o Governo Castelo Branco não conseguiu acabar com a inflação. A chamada solução monetarista tentou fortalecer a moeda retirando dinheiro da mão dos consumidores que não podiam comprar nem investir. Desta forma, as fábricas, que não tinham para quem vender, também não podiam comprar, nem investir. Com isso, ocorreram fechamentos, falências e concordatas. Esse fenômeno, que acabou liquidando com as pequenas empresas, Roberto Campos chamou de saneamento econômico, que teve como consequência o desemprego em massa. Com isso menos pessoas podiam comprar e assim os preços dos produtos caíram promovendo um rebaixamento artificial dos preços. Artificial porque os custos de produção continuavam os mesmos.

Em 1966, o sub-emprego aumentou e estima-se que haviam cerca de quinhentos mil desempregados em todo país. As falências e concordatas atingiram seu ponto mais alto quando a média atingiu 215, o que antes não ultrapassava a casa de 30 ou 40 casos. O custo de vida também aumentou, saltando de 100, em 1965, para 203, em 1966, de acordo com dados da FIESP (BASBAUM, 1977).

É neste contexto que Costa e Silva assume a presidência do Brasil, em março de 1967. Levando em conta as pressões existentes na sociedade, o então presidente estabeleceu diálogos com os setores da oposição e ouviu os discordantes, ao mesmo tempo em que iniciou uma ofensiva na área trabalhista, incentivando a organização de sindicatos e a formação de lideranças confiáveis (FAUSTO, 2001).

A partir de 1967, o Ministério do Trabalho adotou um discurso de liberalização das atividades sindicais e promoveu eleições em várias entidades. Com isso, e apesar do controle das candidaturas, em alguns sindicatos, assumiram a direção militantes pouco conhecidos, mas identificados com as comissões por locais de trabalho e com os partidos de esquerda. Na II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais pela Defesa da Democracia e Bem-Estar do Trabalhador, realizada em novembro de 1967, já se podia perceber um tom oposicionista, diferente daquele existente na primeira conferência. As principais reivindicações aprovadas foram: o fim do arrocho

salarial; liberdade de acordo com os empregadores; reajuste dos salários de acordo com o aumento do custo de vida; e reforma agrária (MATTOS, 2009).

A oposição vinha se rearticulando desde finais de 1966, passado o primeiro impacto da repressão. Setores da Igreja se confrontavam com o governo, os estudantes se articulavam em torno da UNE, Lacerda se aproximou de Jango e Juscelino para formar a Frente Ampla e lutar pela redemocratização do país e, em 1968, diferentes formas de mobilização ganham ímpeto incentivadas pela conjuntura internacional daquele ano. O ponto alto dessa convergência de forças foi a realização da passeata dos cem mil, em junho (FAUSTO, 2001).

Neste ano aconteceram ainda duas grandes greves operárias: a de Contagem, em Minas Gerais, e a de Osasco, em São Paulo. A primeira contou com quinze mil grevistas e a segunda com seis mil. De acordo com Weffort (1972), estas greves foram um esboço de formas alternativas de orientação e de organização, já que manifestaram uma atitude de independência frente ao Estado e às empresas, o que as diferenciou enormemente do sindicalismo do período populista. A greve de Contagem teve um caráter mais espontâneo, se prolongou e acabou parcialmente vitoriosa. Já a de Osasco foi resultado de um trabalho conjunto entre trabalhadores e estudantes e, como foi realizada meses mais tarde, essa greve encontrou maior resistência por parte do governo. A ocupação de uma grande empresa pelos grevistas fez com que o Ministério do Trabalho interviesse no Sindicato dos Metalúrgicos realizando, de forma violenta, a desocupação.

Apesar de limitadas pela conjuntura repressiva da época, essas duas greves merecem uma avaliação mais profunda, pois suas características, como dito, são bastante distintas daquelas greves ocorridas nos anos anteriores ao golpe, sob o regime populista. De acordo com Hirata (1980), algumas dessas particularidades foram: ambas foram greves de ocupação de fábrica; lançaram mão da prática da autogestão; em Osasco, houve o seqüestro de chefes; nestas greves formaram-se comandos de greve independentes da direção sindical, sendo estes eleitos pelos grevistas; foram realizados piquetes de auto-defesa; comissões foram eleitas em assembléia geral de grevistas; e foram organizados grupos de trabalho. Podemos identificar ainda que, apesar das exigências por aumentos salariais serem similares àquelas encaminhadas

durante o período de alta inflação do Governo Kubitschek, neste momento a defesa da bandeira “Só a greve derruba o arrocho!” atacava frontalmente as bases da política econômica da ditadura militar.

Havia, entretanto, uma discordância entre os grupos de esquerda que atuavam no meio sindical. Diferentes organizações acabaram surgindo, criticando a posição conciliatória do PCB³⁶. Estes grupos defendiam a luta armada no campo da ação política, e no campo sindical defendiam as greves e uma organização mais autônoma dos trabalhadores a partir de seus locais de trabalho, buscando romper com o corporativismo.

A ação desses grupos que defendiam a luta armada, que se intensificou nos anos de 1968, aliada à rearticulação da oposição fez com que a linha dura do regime militar acreditasse que a revolução, como era chamada por eles, estava se perdendo. Por isso, era preciso criar novos instrumentos para conter a oposição, pondo fim à liberalização restrita. Foi instituído então, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5. Este concedeu ao presidente poder para fechar o Congresso, cassar mandatos e suspender direitos políticos. O AI-5 ainda enquadrava como crime contra a Segurança Nacional qualquer ato de oposição ou de desobediência ao regime. Ao contrário dos anteriores, o AI-5 não tinha prazo de vigência. O governo militar se concentrou nas instituições de vigilância e repressão, estabeleceu a prática da censura aos meios de comunicação e a tortura voltou a ser um dos principais métodos do governo para conter a resistência ao regime (FAUSTO, 2001).

Os grupos de luta armada urbanos que pareciam capazes de desestabilizar o regime, logo começaram a declinar devido à intensa repressão e ao afastamento destes da massa da população. O foco guerrilheiro que mais tempo durou se estabeleceu no meio rural, no leste do Pará, numa região

³⁶ Como já mencionamos anteriormente, as numerosas cisões do PC, a partir de 1964, resultam principalmente das posições pacifistas e da inação do partido frente à ditadura militar. A intensificação dessa confrontação direta com o Estado se deu, principalmente, segundo Giannotti (2007), por conta da derrota dos movimentos grevistas de massa ocorrida em 1968.

Ainda em 1961, surge o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e no período pós-64 surgem: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Var-Palmares, o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).

As duas organizações de maior projeção no país, a ALN e a VPR são destruídas pela repressão e as demais vão de desmantelando aos poucos frente à intensa repressão. Cabe destacar que muitas dessas organizações farão auto-crítica nos anos seguintes ao fim do regime militar e retornarão para o PC ou para outras organizações de linha política similar.

banhada pelo rio Araguaia, por volta de 1970. Em 1972, quando descobriu o foco, o governo não se mostrou tão capaz de reprimi-lo como fizera nos centros urbanos, e só em 1975, quando transformou a área em zona de segurança nacional, o exército conseguiu desarticular o grupo do PC do B.

Em meados de 1969, por conta de um derrame, Costa e Silva é afastado do cargo de presidente e, passando por cima da Constituição, os ministros militares não permitem que o vice-presidente Pedro Aleixo assuma o comando e convocam novas eleições. Assume então o general Emilio Garrastazu Médici e para vice-presidente é eleito Augusto Rademaker (FAUSTO, 2001).

Neste que pode ser considerado “um dos períodos mais repressivos, se não o mais repressivo da história brasileira”³⁷ (FAUSTO, 2001, p. 267), o governo finalmente alcançou êxitos na área econômica. As finanças estavam equilibradas, o crescimento econômico voltou a ser incentivado e foi estabelecido um controle de preços para conter a inflação, que começou a declinar.

O período do “Milagre Brasileiro” se estendeu de 1969 a 1973. O PIB crescia a uma taxa anual de 11,2% e a inflação anual não passou de 18% no período, sendo que esta tinha chegado a 25,4% em 1968. Além de grandes empréstimos, o capital estrangeiro chegava ao país também na forma de investimentos. Houve uma grande expansão do comércio exterior e uma diversificação da produção exportada através de incentivos.

Segundo Mattos (2009), as bases do “Milagre Brasileiro” estariam assentadas sobre a forte recessão provocada pelo regime militar nos anos anteriores, que gerou grande concentração de capital em torno dos grandes grupos monopolistas, sobretudo os de capital estrangeiro, e do sistema financeiro. O Brasil se capitalizou através de um grande endividamento externo numa conjuntura internacional favorável a isso. Internamente, o arrocho salarial e a super-exploração do trabalho, garantidas pelo intenso controle sob as atividades sindicais, permitiram uma significativa elevação na lucratividade do capital.

³⁷ Além do AI-5, foram criadas: uma pena de banimento do território nacional para aqueles brasileiros que se tornassem nocivos à Segurança Nacional; e também a pena de morte para os casos de guerra subversiva, que nunca foi aplicada formalmente. De maneira geral, era alegada morte em consequência de suicídio (tortura) ou de confrontos entre oposição e repressão.

Mattos (2009) e Fausto (2001) concordam no que diz respeito aos efeitos negativos do “milagre”. A corrosão do salário mínimo e o enorme aumento da dívida externa são tomados como indicadores desses efeitos. Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo em janeiro de 1959, percebemos que o mesmo despencou para 39 em janeiro de 1973. A dívida externa que, em 1964, era de cinco bilhões, chegou a 20 bilhões, em 1975. A economia brasileira se tornou muito dependente do sistema financeiro e do comércio internacional, e a política econômica acabou favorecendo a acumulação de capitais. No entanto, cabe dizer que o impacto social da concentração de renda acabou sendo atenuado naquele período porque a expansão das oportunidades de emprego permitiu que aumentasse o número de pessoas que trabalhavam por família urbana e isso, segundo Giannotti (2007), diluía a percepção do achatamento dos salários. Guido Mantega e Maria Moraes (1979 apud Mendonça; Fontes, 1991) afirmam que, enquanto os salários reais dos trabalhadores passavam por um arrocho, a expansão das grandes empresas criava um grupo de funcionários ligados ao controle da produção e à administração com uma remuneração muito mais elevada, que chegava a ser quatro vezes maior que a dos operários no período entre 1958 e 1969. O quadro 3 mostra que a estrutura de renda, que já era concentrada na década de 1960, quando os 20 % mais ricos se apropriavam de 54% da renda nacional, se tornou ainda mais concentrada durante nos anos 1970, sendo que, em 1976, os 20% mais ricos já concentravam 67% da renda nacional.

Quadro 3 - Distribuição de Renda no Brasil, 1960, 1970 e 1976

População Remunerada (%)	Participação		
	1960	1970	1976
50% mais pobres	17,7	14,9	11,8
30% seguintes	27,9	22,9	21,1
15% seguintes	26,7	27,4	28,0
5% mais ricos	27,7	34,9	39,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fontes: GUIMARÃES, 1981 (apud MENDONÇA; FONTES, 1991). Elaboração própria.

Além disso, neste período houve um abandono, por parte do Estado, dos programas sociais, e o Brasil ficou conhecido mundialmente por seus baixos indicadores de saúde, educação e habitação. O início da crise da saúde pública e o fim dos institutos de aposentadorias e pensões fez com que o regime militar, através de uma nova série de intervenções nos sindicatos, passasse a incentivar um certo tipo de intervenção sindical pautado na ação assistencial. O governo passou a injetar recursos nessas organizações através de financiamentos e doações (MATTOS, 2009).

De acordo com Mattos (2009), os sindicatos assumiram o papel de “órgão(s) auxiliar(es) do Estado junto aos trabalhadores” (MATTOS, 2009, p. 112). Eles deveriam colaborar com a propaganda do desenvolvimento econômico acelerado e fortalecer serviços assistenciais. O artigo “Estas são as vantagens que o sindicato pode lhe oferecer”, publicado no jornal do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, exemplifica os serviços oferecidos por essas organizações: “Assistência médica, odontológica e jurídica integrais aos associados [...] Assistência educacional [...] Auxílio funeral [...] No caso de morte de dependentes [...], dois salários mínimos” (Jornal Meta, 11/07/1975 apud MATTOS, 2009, p. 113).

Cabe dizer que a industrialização, incentivada pela política econômica vigente e pelo milagre econômico, levou a um crescimento do número de operários industriais e isso levou a um aumento significativo no número de sindicatos entre 1964, quando se registravam cerca de duas mil organizações, e 1977, quando se contabilizavam cerca de três mil e novecentos sindicatos (Jornal Movimento, ago. 1978 apud HIRATA, 1980). De acordo com Mattos (2009), foi o sindicalismo rural³⁸ que mais cresceu no período e o sindicalismo urbano apenas incorporou o equivalente ao incremento da população empregada em atividades urbanas.

Nesta época, devido à intensificação da repressão após as manifestações de 1968, as greves por categoria e a ascensão de grupos de esquerda às direções sindicais se tornaram muito difíceis. Desta forma, os militantes mais combativos, sem desistir da organização dos trabalhadores

³⁸ O sindicalismo rural só foi autorizado em 1962, no Governo João Goulart. Entre 1962 e 1976, o número de sindicatos rurais passou de 625, em um total de 2.730 sindicatos, para 1.745, em um total de 3.845 (MATTOS, 2009).

dentro das empresas, lançaram mão de formas diferenciadas de mobilização, como as operações-tartaruga e as operações-zelo³⁹. Também ocorriam greves parciais em um setor das fábricas ou a paralisação de algumas máquinas. Essas atividades organizadas nos locais de trabalho anunciavam um novo tipo de sindicalismo, que despontaria definitivamente em 1978, com a retomada dos movimentos grevistas⁴⁰.

Em meados de 1973, assume a presidência, o general Ernesto Geisel, responsável pelo início de uma abertura política que ele mesmo definiu como lenta, gradual e segura. De acordo com René Armand Dreifuss (1981 apud MENDONÇA; FONTES, 1991), a estratégia de abertura foi adotada devido às divergências existentes no interior das forças armadas no que dizia respeito ao fato dos órgãos repressores terem, naquela altura, assumido o poder no país, desordenando a hierarquia militar. A questão da autonomia institucional também surgiu neste cenário já que ela ficava obscurecida pelas relações estabelecidas entre o militar-administrador e seus aliados empresários. Além disso, de acordo com Fausto (2001), a oposição dava sinais de estar se recompondo e o confronto entre o Estado e setores da Igreja Católica era desgastante para o governo.

Apesar do clima de liberdade impresso pela abertura política, a Arena foi derrotada nas eleições legislativas de 1974 e, durante o ano de 1975, Geisel combinou medidas liberalizantes, como suspender a censura aos jornais, com medidas repressivas, contra o PCB, acusado de tramar a vitória do MDB nas eleições⁴¹.

³⁹ A operação tartaruga está relacionada a uma redução da produção e foi bastante utilizada pelos operários mesmo antes do Golpe de 1964. Ela é eficaz na medida em que, se houver união dos trabalhadores, essa operação, estendida por uma semana, pode acarretar ao patrão a perda de um dia de produção (Jornal Unidade Operária, n 29, fev. 1974 apud FREDERICO, 1990). Já a operação zelo diz respeito a um funcionário que zela pela máquina na qual trabalha e por isso diminui o ritmo da produção para não danificá-la. Mais o zelo é tanto que é preciso chamar o sindicato para intervir e uma antecipação salarial, por parte do empregador, põe fim ao cuidado (Jornal Estado de São Paulo, 25/11/1973 apud MATTOS, 2009).

⁴⁰ Retomaremos essa discussão mais adiante, quando surgirá no país o chamado “novo sindicalismo”.

⁴¹ O MDB acabou se tornando um canal de expressão dos descontentamentos da população, reunindo desde liberais até socialistas. O trabalho conjunto deste partido com o movimento sindical, a Igreja e outros setores projetou a luta anti-ditatorial de forma mais ampla, criando possibilidades reais de derrota do regime vigente (Cf. ARCH A 1.19 (2)-3 Asmob apud FREDERICO, 1990).

Em 1976, o partido do governo seria novamente derrotado nas eleições para prefeito e o MDB conquistou a maior parte das Câmaras Municipais. Em 1978, o governo iniciou um diálogo com líderes da oposição e da Igreja para encaminhar a restauração das liberdades públicas e, a partir de 1979, o AI-5 perdeu sua vigência.

Para Celso Frederico (1990), a crise da ditadura fez com que diversos segmentos sociais passassem a contestar o regime e as palavras de ordem democráticas deram a tônica desse novo contexto. Em 1973 surgiu o Movimento Feminino pela Anistia; os estudantes voltaram a realizar atos públicos contra a ditadura; e o movimento Custo de Vida nasceu e se desenvolveu entre 1973 e 1976.

As atividades operárias também começaram a se rearticular durante o Governo Geisel, assumindo novas feições e partindo do interior das empresas, a partir da ampliação das comissões de fábrica (HIRATA, 1980). As formas de luta mais recorrentes eram: a recusa em fazer hora extra, as paralisações temporárias e a redução da produção. O eixo mais combativo se deslocou do setor público para a indústria automobilística, onde, de acordo com o Jornal Unidade Operária (nº 29, fev. 1974 apud FREDERICO, 1990), se encontravam os operários mais experientes e conscientes, e onde sempre havia oferta de emprego.

De acordo com Hirata (1980), as indústrias modernas, produtoras de bens de consumo duráveis, onde se destaca a indústria automobilística, foram responsáveis pela acumulação de práticas que não existiam no setor tradicional, como a utilização corrente das horas extras. Fausto (2001) acrescenta que a grande concentração de trabalhadores em um número reduzido de unidades também favoreceu a organização das lutas, assim como a mobilização das lideranças operárias, por vezes ligadas à Igreja, e a relativa abertura política.

Já Samuel Segovia (1990) observa que alguns fatores motivadores dessa reorganização da atividade operária já estavam presentes na sociedade brasileira, e Hirata (1980) concorda que a super-exploração do trabalho, a intensificação do ritmo e das jornadas nas empresas, bem como o aumento crescente do custo de vida tiveram papel importante neste quadro. Segovia (1990) afirma ainda que a intensificação do ritmo e das jornadas provocaram,

ao longo dos anos, um crescimento no número de acidentes de trabalho, como podemos observar no quadro 4. Entre 1969 e 1973, houve um aumento de cerca de 8% no percentual de acidentados.

Quadro 4 - Acidentes de Trabalho no Brasil, 1969-1973

Anos	Total de Trabalhadores Acidentados	Total de Trabalhadores Assegurados no INPS	Percentual de Acidentados
1969	1.059.296	7.268.449	14,6
1970	1.220.111	7.284.022	16,7
1971	1.330.523	7.553.472	17,6
1972	1.504.723	7.773.374	19,4
1973(1)	1.800.000	7.900.000	22,8

(1) Valor estimado

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social, 1972 (apud SEGOVIA, 1990). Elaboração própria.

Segovia (1990), no entanto, não desconsidera os fatores conjunturais, e acrescenta que a escassez generalizada de mão-de-obra, especialmente qualificada, ampliou o poder de barganha dos trabalhadores⁴². Além disso, ele concorda com Fausto (2001) no que diz respeito às contribuições trazidas pela mudança da presidência em 1974 e pela atuação da vanguarda operária, dando destaque para os Grupos Operários Independentes (GOIS).

Durante um bom tempo, as paralisações e mobilizações ficaram restritas a algumas partes das fábricas. O Jornal Unidade Operária (nº 29, fev 1974 apud FREDERICO, 1990) destaca que além de não haver, naquele momento, um organismo de classe capaz de ampliar as lutas, os trabalhadores tinham pouca consciência política e o movimento operário encontrava-se desunido. Contudo, o fato é que os sindicatos ainda tentavam impedir a radicalização dessas manifestações espontâneas. Edgar Pedroso (1990) cita como exemplo a tentativa de greve desfeita na Ford em 1973 e que, em 1974, apesar dos esforços dos sindicatos para evitá-la, acabou ocorrendo, sendo que o comportamento dos sindicatos foi repudiado até mesmo pelos trabalhadores mais atrasados. De acordo com os Cadernos Brasileiros de Crítica da

⁴² Neste período, as indústrias competiam pelos trabalhadores, e o operário via na mudança de emprego uma forma de receber um aumento. Como havia escassez de mão-de-obra, o trabalhador podia, em vez de pedir demissão e perder direitos como fundo de garantia e aviso prévio, reivindicar por melhores salários e condições de trabalho, pois se era despedido encontrava outro emprego facilmente, e se desse certo ele garantia o salário (FREDERICO, 1990).

Economia Política (jun. 1977 apud Frederico 1990), os sindicatos da época estavam subordinados ao Estado e serviam como instrumentos secundários do capitalismo imperialista. Os sindicatos teriam atingido um elevado grau de burocratização cumprindo tarefas assistenciais, para liberar o poder público da prestação desse tipo de serviço. Nessa publicação, o sindicato seria

[...] um órgão distante da classe e fora do controle dos operários, ineficiente e estreito para responder concretamente aos problemas da classe. O esvaziamento dos sindicatos dificulta, por outro lado, muitas vezes, a sua utilização como canal de controle da classe operária (Cadernos Brasileiros de Crítica da Economia Política, jun. 1977 apud Frederico, 1990, p. 197).

Mas essa visão sobre os sindicatos não era hegemônica. As polêmicas internas ao movimento operário continuavam existindo, e nesta época, de acordo com Frederico (1990), formaram-se duas grandes tendências. A primeira formada pelo PCB atuava prioritariamente na estrutura sindical, tentando compor uma frente democrática. A vitória do MDB em 1974 deu ainda mais força para essa linha política, já que o PCB há vários anos vinha se dedicando a montar os diretórios do MDB, apesar dos demais setores da esquerda não acreditarem nesta frente. Mas, como já dissemos anteriormente, depois da vitória do MDB, os órgãos repressivos realizaram uma caçada ao PCB, que teve dois terços dos membros do seu Comitê Central presos ou mortos. Ainda assim, as posições defendidas pelo PCB foram aos poucos sendo adotadas pelo MR-8 e pelo PC do B, e essas três organizações atuaram de maneira conjunta nos meios sindicais, ficando conhecidas como Unidade Sindical. Essa tendência, posteriormente, atuaria em conjunto também no Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat) e durante a formação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

A segunda grande tendência era composta por um conjunto heterogêneo de grupos de esquerda, que tinham um projeto político que ia de encontro àquele proposto pelos comunistas. Eles rejeitavam a participação na frente democrática ou davam a ela apoio crítico. Eles acreditavam que o movimento

operário deveria preservar sua autonomia através de uma política classista independente e para isso deveriam ser criados canais alternativos de participação. De acordo com L. M. Rodrigues (1991), o grupo dos autênticos, como eram chamados, não estava bem definido político-ideologicamente. Seus membros lutavam por mais espaço nas negociações com as empresas e se chocavam diretamente, através de greves, contra o controle do Ministério do Trabalho.

Cabe dizer que L. M. Rodrigues (1991) indica ainda outras duas tendências no movimento operário. As “oposições sindicais” eram compostas por militantes que estavam em oposição às lideranças pelegas. A principal diferença entre esta tendência e a dos autênticos era que os primeiros valorizavam mais as comissões de fábrica enquanto organizações autônomas fora do controle dos sindicatos e seu trabalho de base, colocando em segundo plano a luta pela democracia representativa. Já os autênticos valorizavam mais o delegado sindical e entendiam que as comissões de fábrica deveriam estar subordinadas às diretorias sindicais.

Finalmente, temos a “extrema esquerda”, composta por grupos de ativistas sindicais de pequenos partidos de orientação leninista e de tendências próximas ao sindicalismo revolucionário. Essas pequenas organizações tinham a luta pelo retorno à democracia e a ampliação do espaço político das classes trabalhadoras subordinadas à luta pelo socialismo “através de uma prática radical destinada permanentemente à aglutinação do conflito” (RODRIGUES, L. M., 1991, p. 30).

Cabe destacar que os autênticos, as oposições e a extrema esquerda, apesar de suas inúmeras diferenças, fundariam, juntos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Para Frederico (1990), a presença da Igreja, desde 1970, foi fundamental para o desenvolvimento desse movimento com sua rede de agências e com seus instrumentos de ação, como as Pastorais Operárias, as Comunidades Eclesiais de Base e a Ação Católica Operária. Além disso, a Igreja ainda conseguiu financiamentos para a campanha das oposições sindicais.

De acordo com Frederico (1990), a principal divergência entre essas correntes e a Unidade Sindical, no que diz respeito à ação sindical, era que o PCB, o MR-8 e o PC do B viam o sindicato como o instrumento principal para a

construção de uma política de massas unitária, enquanto as oposições privilegiavam o trabalho de base apoiado nos núcleos e comissões de fábrica.

Em 1977, o governo militar admitiu ter manipulado os índices de inflação referentes a 1973 e 1974 e com isso, os assalariados teriam perdido cerca de 31,4% de seu salário real no período. Por isso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, cuja presidência seria disputada e ganha por Luís Inácio Lula da Silva, em 1978, iniciou uma campanha pela reposição dos salários que atingiria seu auge nas greves de 1978 e 1979 (ROSSI; GERAB, 2009). As oposições sindicais, que vinham se estruturando desde 1973-74 com o discurso “[...] vocês precisam começar a entender a oposição não como uma chapa, mas a oposição à direção sindical como oposição à estrutura sindical brasileira”⁴³ (Entrevista de Lula publicada nos Cadernos do Presente, nº 2, p. 75 apud HIRATA, 1980, p. 104), começam a ser reconhecidas pelas bases operárias e saem da “clandestinidade”, chegando, em muitos casos, a serem eleitas direções dos sindicatos.

O PCB, compondo a Unidade Sindical, matinha sua posição de só reconhecer os sindicatos oficiais e, por isso, não tomava parte das comissões de fábrica e das coordenações inter-empresas, ou inter-fábricas. Ainda de acordo com os Cadernos do Presente (nº 2, p. 90 apud Hirata, 1980), essas comissões inter-fábricas parecem ter surgido no momento da expansão das greves do ABC para São Paulo, em 1978.

De acordo com Hirata (1980), o reforço das oposições sindicais e dos sindicatos combativos no contexto dos anos 1970⁴⁴ fizeram surgir um modelo

⁴³ Armando Boito Jr. (1991) aponta que a estrutura sindical brasileira tem como base o reconhecimento do sindicato pelo Estado, a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias e a tutela da Justiça do Trabalho sobre a ação sindical. Por isso, ele afirma que as correntes sindicais mais fortes à época lutaram apenas contra o modelo ditatorial de gestão dos sindicatos oficiais, se opondo ao controle policial dos sindicatos, ao monopólio do peleguismo, a determinação dos reajustes salariais através de decretos governamentais e etc. O autor afirma ainda que, na sua origem, o novo sindicalismo adotou uma política capaz de colocar em risco o sindicalismo de Estado, chegando a defender o fim da CLT no Encontro de Monlevade, realizado em 1980. No entanto, a partir de 1983, esse movimento acabou se acomodando à estrutura oficial. Quando o governo suspendeu as intervenções e convocou eleições para o sindicato oficial, o novo sindicalismo optou por sua reintegração ao sistema oficial. Retomaremos essa discussão mais adiante.

⁴⁴ Quando o modelo de organização sindical era de tutela do Estado com baixo nível de consciência dos trabalhadores, e quando eram proibidas quaisquer organizações políticas, exceto pelos dois partidos oficiais (HIRATA, 1980).

de mobilização operária de tipo neo-populista⁴⁵; e uma nova ideologia operária que defendia a autonomia das lutas sindicais por acreditar que o movimento operário poderia atingir o poder político sem fazer alianças de classe e sem precisar de um partido.

Em 1979, de acordo com Fausto (2001), cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve no país. Essas greves, que ainda eram consideradas ilegais por conta da Lei de Greve, mobilizaram cerca de um milhão de metalúrgicos em vinte e sete paralisações. A reivindicação central por reposição salarial foi atendida, e cerca de 80% dos trabalhadores foram imediatamente beneficiados. A maior parte das empresas atingidas pela greve se concentrava no ABC paulista e essa concentração geográfica certamente contribuiu para a eclosão do Novo Sindicalismo.

Diferentes autores, como Hirata (1980), Noronha (1991) e Gianotti (2007) afirmam que a característica mais marcante deste novo sindicalismo é a chamada “democracia sindical”, onde as esferas de decisão, no caso as assembleias gerais, reúnem milhares de operários em greve que multiplicam essa organização no interior das empresas. Essa centralização dos trabalhos era feita pelas comissões inter-fábricas.

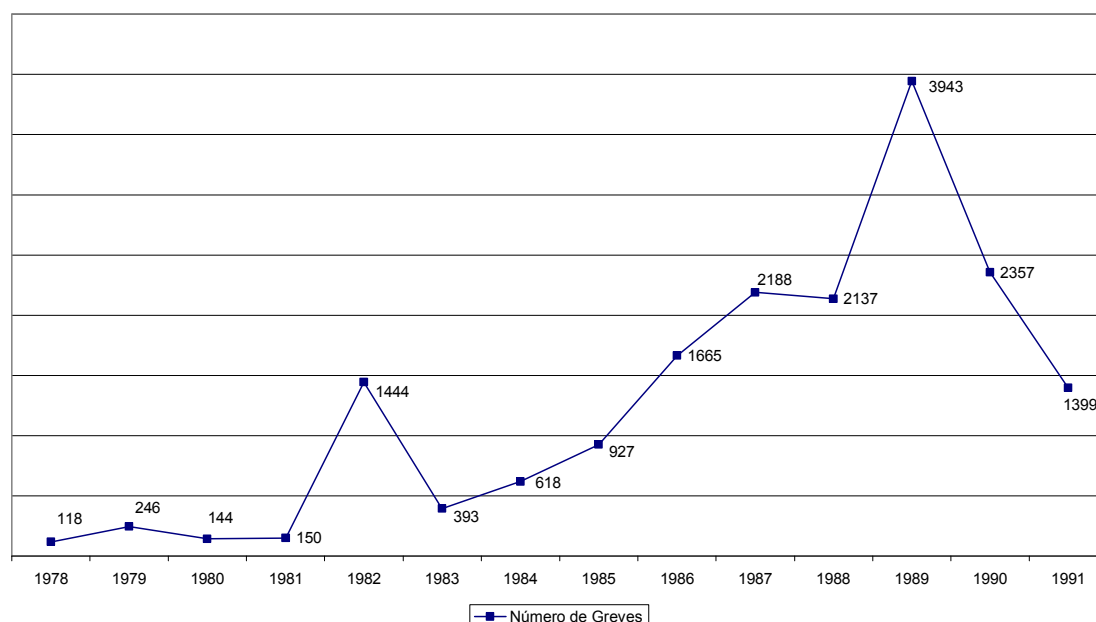
As principais reivindicações deste movimento que então surgia estavam relacionadas à maior liberdade sindical. Queriam poder divulgar as atividades sindicais e queriam que os dirigentes tivessem estabilidade. Para Hirata (1980), essa reivindicação foi amplamente influenciada pelos movimentos sociais dos anos 1977-79 que, como já mencionamos anteriormente, tinham como palavra de ordem a defesa das liberdades democráticas. Além disso, o Novo Sindicalismo reivindicava o controle do processo produtivo: queriam a modernização das empresas, salários compatíveis com a produtividade, controle sobre as condições de trabalho e negociar diretamente com os empregadores. As questões nacionalistas, tão presentes antes de 1964, acabaram preteridas pelas reivindicações ligadas à remuneração e à exploração do trabalho.

⁴⁵ Neo-populista na medida em que mesmo tendo se fundado na debilidade da consciência de classe dos trabalhadores, contribuiu para despertar esta consciência. Enquanto o populismo diluiu os interesses de classe dos trabalhadores em benefício da burguesia brasileira (HIRATA, 1980).

Neste momento surgem ainda reivindicações relacionadas às condições de reprodução da força de trabalho e à questão urbana onde os movimentos de bairro têm um papel fundamental ao exigirem melhores condições de transporte, habitação, assistência médica, alimentação, entre outras. Uma mostra da estreita relação construída entre os movimentos grevistas e os movimentos de bairro se deu durante uma greve ocorrida em 1980, no ABC paulista. O governo respondeu à essa greve, que durou quarenta e um dias, com forte repressão e com uma série de prisões. No entanto, com um dos maiores gestos de solidariedade já ocorrido no movimento sindical brasileiro, segundo Rossi e Gerab (2009), os trabalhadores conseguiram manter o movimento. A população da periferia de São Paulo, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e de outros movimentos populares, realizou uma ampla campanha de arrecadação de alimentos que foram distribuídos aos trabalhadores em greve.

Em 1978, ocorreram cerca de 118 greves no país e no ano seguinte, esse número já havia mais que dobrado, chegando a 246, como podemos ver no gráfico 2⁴⁶.

Gráfico 2 - Greves no Brasil, 1978 - 1991



Fonte: Noronha (1994 apud MATTOS, 2005). Elaboração própria.

⁴⁶ Mais adiante, no capítulo 3, analisaremos em profundidade os dados do que Noronha (2009) chamou de “grande ciclo de greves” brasileiro.

Ainda no final dos anos 1970, durante essas greves foi se fortalecendo a necessidade de criação de um instrumento capaz de unificar as lutas, uma central sindical. Essa idéia foi aceita pelos diferentes blocos de sindicalistas e, neste clima, em 1981, se realiza a 1ª Conferencia Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em São Paulo.

Na Conclat, as divergências entre a Unidade Sindical e os Autênticos se acentuam, já que os primeiros propunham a construção de um pacto social entre trabalhadores, empresários e governo, e os segundos defendiam uma central classista e independente. Essa Conclat marca uma segunda conferência, em 1982, para a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas por conta de uma manobra do bloco da Unidade, a conferência não acontece e é remarcada para 1983 (ROSSI; GERAB, 2009).

Em 1983, com a presença de cerca de cinco mil delegados e novecentas entidades, é fundada a CUT. Entre as reivindicações mais amplas aprovadas estava a reforma agrária, o não pagamento da dívida externa, a rejeição às privatizações, eleições diretas, entre outras. Específicas ao âmbito sindical foram ainda aprovadas resoluções pelo direito de greve, pela liberdade e autonomia sindicais, pelo reconhecimento da CUT, etc. O Congresso ainda propôs a transformação das comissões de fábrica em comissões permanentes por locais de trabalho e aprovou uma greve geral caso a política econômica do governo não fosse modificada.

O bloco da Unidade Sindical não compareceu à Conferência, assim como os sindicatos rurais liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e convocou um novo congresso em novembro do mesmo ano, também com o nome de Conclat. Então, cerca de três anos depois, em 1986, a mesma Conclat daria origem a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Neste congresso compareceram cerca de cinco mil e quinhentos delegados, representando cerca de mil e trezentas entidades. As principais divergências entre as centrais relacionam-se ao fato de que a CGT não aprova a Convenção 87 da OIT⁴⁷ e não faz nenhuma menção à greve geral.

⁴⁷ Esta convenção proclamava a não intervenção governamental nos assuntos sindicais e trabalhistas e, se aprovada no Congresso Brasileiro, permitiria a formação de mais de um sindicato da mesma categoria profissional numa mesma localidade, rompendo com um dos

Por reunir um conjunto muito heterogêneo de tendências, logo começaram a surgir divergências no interior da CGT. O então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antonio Medeiros, em aliança com Antônio Rogério Magri, lança o chamado sindicalismo de resultados⁴⁸, que se opunha ao sindicalismo de contestação, adotado pela CUT. Esse setor defendia a economia de mercado e isso rompeu “com uma longa tradição de tipo corporativo, nacionalista, socialista ou comunista predominante no interior dos setores militantes do sindicalismo brasileiro” (RODRIGUES, L. M., 1991, p. 37). Inicialmente o PCB rompe com a CGT após ser derrotado na aprovação da proposta de manter a contribuição sindical na Constituição. Esse partido forma a Corrente Sindical Classista, em 1989, e depois adere a CUT. O PCB e o MR-8 acabam se retirando da CGT quando Magri, então presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, defendendo um sindicalismo apartidário e anticomunista, vence as eleições para presidente da central. PCB e MR-8, então, decidem convocar outro congresso e fundam a Central Geral dos Trabalhadores, também com a sigla CGT⁴⁹. Poucos anos depois, os sindicatos influenciados pelo PCB também optam por aderir a CUT, permanecendo nesta CGT apenas os sindicatos do MR-8.

As greves de massa de 1978 colocaram em evidência a crise do modelo sindical implementado pela ditadura, e revelaram o isolamento no qual se encontravam os sindicatos oficiais. Esse movimento grevista se organizou fora dos sindicatos e era dirigido por lideranças emergentes e desconhecidas que, ou rejeitavam completamente a participação da direção dos sindicatos oficiais, ou permitiam que essas direções intermediassem algumas negociações. A ditadura não podia mais impedir as greves, e reprimir as direções sindicais acabara se tornando um incentivo à participação popular e a convivência da burguesia liberal, segundo Boito Jr. (1991). Pressionado, o ministro do trabalho

princípios básicos da estrutura corporativa, o sindicato único. Em nome da Unidade Sindical, a CGT opunha-se a essa convenção (RODRIGUES, L. M., 1991).

⁴⁸ O sindicalismo de resultados adotava a prática das mobilizações por categoria e dos acordos isolados com as empresas, priorizando a negociação, no lugar das greves.

⁴⁹ A CGT, em 1988, tinha adotado o nome de Confederação Geral do Trabalho, então quando rompeu com esta, o PCB e o MR-8 resolvem retomar o antigo nome da central (RODRIGUES, L. M., 1991).

do Governo Figueiredo, Murillo Macedo, define uma política de abertura sindical.

Essa política consistia em diminuir o controle sobre os sindicatos oficiais e aumentar sua margem de ação nas negociações coletivas, evitando também depor diretorias sindicais eleitas⁵⁰. Além disso, essa política prometia reformas, e isso começou a atrair as lideranças sindicais emergentes para o interior da estrutura sindical oficial. Tomou corpo um discurso de “romper com a estrutura sindical por dentro”, o que acabou provocando um isolamento das correntes sindicais que, ainda que nem sempre de maneira conseqüente, queriam constituir um sindicalismo livre a partir da organização dos trabalhadores através de seus locais de trabalho, como era o caso da Oposição Sindical Metalúrgica. Enquanto a parte conseqüente dessa corrente acabou isolada, uma outra parcela acabou neutralizada pela abertura política porque entendia que a estrutura sindical era o modelo ditatorial de gestão (BOITO Jr., 1991).

Cabe lembrar que, em 1979, o general João Batista Figueiredo assumiu a presidência do Brasil e os dois traços mais marcantes de seu governo foram a ampliação da abertura política e o aprofundamento da crise econômica. De acordo com Fausto (2001), a conjuntura internacional da crise do petróleo causou um aumento de preços e as taxas internacionais de juros continuaram aumentando. O país já tinha grandes dificuldades em contrair empréstimos, e os prazos de pagamento eram bem menores. Delfim Neto, nomeado ministro do planejamento, adotou uma política recessiva em fins de 1980 e, entre 1981 e 1983, o PIB do país foi negativo. Ainda assim, a inflação não baixou de maneira significativa e o país atravessou um quadro de estagflação, que combinava estagnação econômica com inflação.

No início de 1980, percebemos também uma contenção no número de greves no país. Isso porque, de acordo com Mattos (2009), essa conjuntura, que foi marcada pelo desemprego e pela crise econômica, contava com um empresariado e um governo mais preparados para enfrentar esses movimentos através de negociações menos flexíveis e do acionamento dos mecanismos repressivos da legislação sindical. No entanto, a partir de 1983, vemos um novo crescimento do número de greves e os anos seguintes foram marcados

⁵⁰ Cabe dizer que, mesmo após essa política de abertura ser estabelecida, direções sindicais eleitas foram depostas.

por uma intensa atividade grevista, como já observado no gráfico 2. Entre 1983 e 1989 foram convocadas ainda quatro grandes greves gerais, sendo que no ano de 1989, com a participação de mais de vinte milhões de trabalhadores, o novo sindicalismo daria sua última grande demonstração de força. Este aumento do número de greves pode ser resumidamente explicado pela reivindicação básica dos trabalhadores no período, que era de reajustes salariais capazes de compensar as perdas provocadas pela inflação. Eduardo Noronha (1991 apud MATTOS, 2009) aponta alguns fatores potencializadores dessas greves: o crescimento e a concentração industrial, o desrespeito sistemático à legislação trabalhista, incluindo as leis salariais, e o fato da reconstrução democrática ter mantido as greves como único canal eficaz de expressão política dos sindicalistas.

Além da política de abertura sindical, Fausto (2001) aponta que, no que diz respeito à abertura política, o Governo Figueiredo ainda aprovou, em 1979, a lei de anistia, que possibilitou o retorno dos exilados políticos e ampliou as liberdades públicas, e estabeleceu uma nova lei de organização partidária, que pôs fim ao MDB e a Arena. Como tinham que conter em seu nome a palavra “partido”, o MDB simplesmente se tornou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a Arena, numa tentativa de reverter sua impopularidade, se tornou Partido Democrático Social (PDS).

Com o fim da unidade da oposição, uma série de divergências foi surgindo e, a partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da Igreja e da classe média assalariada, surge o Partido dos Trabalhadores (PT) com seus estreitos laços com o sindicalismo do ABC e com a figura de Lula. Esse sindicalismo identificado com o PT é que fundou a CUT em 1983. Além disso, Brizola deixa o PMDB e, de acordo com Fausto (2001), numa tentativa de capitalizar o prestígio do trabalhismo, funda o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Em 1984, apesar do enorme sucesso da campanha das “diretas já”⁵¹, o Congresso, que tinha a maioria de seus membros filiada ao PDS, rejeitou a proposta de emenda constitucional pelas eleições diretas para presidência. Por

⁵¹ Em 1983, o PT assumiu como prioridade promover uma campanha pelas eleições diretas para Presidência da República e, após o sucesso de várias manifestações, o movimento acabou se convertendo em uma unanimidade nacional

isso, o PDS indicou Paulo Maluf como candidato à presidência e o PMDB, em aliança com o recém-formado Partido da Frente Liberal (PFL), lançou como candidato à presidência Tancredo Neves e para vice-presidente, José Sarney. Por mais contraditório que seja, a oposição, representada por Tancredo e Sarney, acabou eleita através do sistema eleitoral imposto pelo regime militar (FAUSTO, 2001).

Enquanto governou, Sarney, empossado devido à morte de Tancredo Neves, teve que administrar os problemas causados pela dívida externa e interna do país, que passou de US\$ 43,5 bilhões, em 1978, para US\$ 91 bilhões, em 1984. Além disso, a inflação alcançou níveis muito elevados, passando de 40,8%, em 1978, para 223,8%, em 1984, atingindo 235,5%, em 1985 (FAUSTO, 2001).

Neste mesmo ano, Almir Pazzianotto, então ministro do trabalho adotou uma série de medidas reformistas no campo da política sindical que estabeleceram um controle flexível sobre os sindicatos, extinguiram o modelo rígido de estatuto padrão, suspenderam o controle direto sobre as eleições sindicais, reconheceram as centrais sindicais e abandonaram as deposições de direções eleitas (BOITO Jr., 1991).

Cabe ressaltar que essas medidas não alteraram a estrutura sindical brasileira, de acordo com a definição de Boito Jr. (1991), e a Constituinte de 1988, pelo contrário, acabou elevando os principais elementos dessa estrutura ao patamar de norma constitucional. O artigo 8º da Constituição estabelece que os sindicatos precisam de reconhecimento do Estado, reafirma a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias e a divisão do movimento por categorias e municípios. Nos artigos 111, 112, 113 e 114 foi mantida a estrutura da Justiça do Trabalho e sua tutela sobre os sindicatos. Contraditoriamente, o inciso primeiro do artigo 8º estabelece que o Poder Público não pode interferir nem intervir na organização sindical.

L. M. Rodrigues (1990 apud ALVES, 2000), entretanto, acredita que a Constituição de 1988 marcou o início da crise do modelo corporativo de organização sindical. Ou seja, para o autor, ocorreu um enfraquecimento do poder governamental sobre os sindicatos e a estrutura corporativa acabaria se extinguindo. Para ele a unicidade sindical, o controle do Ministério do Trabalho e os poderes normativos da Justiça do Trabalho, considerados por Boito Jr.

(1991) pilares do corporativismo sindical, tenderiam a desaparecer em uma sociedade democrática e urbanizada. L. M. Rodrigues (1990 apud ALVES, 2000) afirma ainda que passaríamos a vivenciar um “sistema híbrido” no qual a autonomia das organizações sindicais deveria conviver com a unicidade sindical e a liberdade de negociação com a Justiça do Trabalho, mas destaca que “os elementos de natureza liberal acabariam conflitando com os de natureza corporativa num contexto econômico, tecnológico, político e cultural em que os valores democráticos tendem a ser hegemônicos” (RODRIGUES, L. M, 1990, p. 22 apud ALVES, 2000, p. 119)⁵².

Diniz e Boschi (1991) também acreditam que a longevidade da estrutura corporativa coloca em evidência uma certa plasticidade desta estrutura, revelando que, apesar de sua vinculação com a matriz autoritária, o corporativismo sofreu alterações que o tornaram mais flexível e permitiram a criação de outras formas de representação de interesses com a emergência de associações ligadas aos setores médios urbanos e a expansão de movimentos sociais. Os autores, que concordam com L. M. Rodrigues (1990 apud ALVES, 2000), concluem que, no caso brasileiro, o mais provável é que tenhamos estabelecido um sistema híbrido, marcado pela coexistência do corporativismo tradicional, com núcleos pluralistas e com o surgimento do neocorporativismo⁵³.

Contudo, de acordo com Fausto (2001), a Constituição de 1988 é um marco do fim do regime autoritário e reflete a pressão exercida por diferentes grupos sociais e os avanços ocorridos no país no que diz respeito à expansão dos direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias.

A Constituição também regulamentou as eleições diretas para presidente, determinando que o candidato que obtivesse mais de 50% dos votos válidos venceria. Caso isso não ocorresse, os candidatos mais votados disputariam um segundo turno. E foi isso que ocorreu na primeira eleição direta desde 1960. Luís Inácio Lula da Silva, representante da Frente Brasil Popular, formada pelo PT, PC do B e PSB, e Fernando Collor de Mello, claramente um

⁵² Vale dizer ainda que, mais tarde, Boito Jr. (1991 apud ALVES, 2000) apontaria o surgimento de um neocorporativismo de cariz societal no país e afirmaria que, ao lado da preservação da estrutura corporativa da Era Vargas, essas duas formas de corporativismo seriam responsáveis pela moderação das lutas dos trabalhadores. No terceiro capítulo poderemos observar as transformações ocorridas no movimento sindical nos anos posteriores à promulgação da Constituição de 1988.

⁵³ Discutiremos a temática do neocorporativismo mais adiante no capítulo três.

representante da direita, disputaram um segundo turno onde o segundo candidato acabou eleito (FAUSTO, 2001).

Capítulo 2 – Neoliberalismo, Reestruturação Produtiva e Mundo do Trabalho no Brasil dos anos 1990

"A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, portanto, as relações de produção, isto é, todo o conjunto das relações sociais. Esta mudança contínua da produção, esta transformação ininterrupta de todo o sistema social, esta agitação, esta perpétua insegurança distinguem a época burguesa das precedentes. Todas as relações sociais tradicionais e estabelecidas, com seu cortejo de noções e idéias antigas e veneráveis, dissolvem-se; e todas as que as substituem envelhecem antes mesmo de poder ossificar-se".

Karl Marx e Friedrich Engels. Manifesto Comunista. 1848.

No capítulo dois, discutimos a ascensão do projeto neoliberal ao poder no Brasil, através do discurso de modernização adotado pelo Governo Collor, e a reestruturação produtiva, iniciada nos anos 1980 e consolidada durante os anos 1990. Além disso, analisamos os impactos destes processos no mundo do trabalho, e o conseqüente aumento do desemprego, da precarização e da informalização.

2.1 - O Ideário Neoliberal e seu Avanço Mundial

Perry Anderson (1995) afirma que as premissas do ideário neoliberal teriam surgido inicialmente em 1944, em um texto de Friedrich Hayeck chamado "O Caminho da Servidão". Essa ideologia seria uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar keynesiano e ao solidarismo reinante, e estaria preparando as bases para um capitalismo "duro e livre de regras para o futuro". Segundo os teóricos neoliberais, o argumento básico era de que "o novo igualitarismo [...] deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos" (ANDERSON, 1995, p.10).

De acordo com Boito Jr. (1999), a ideologia neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente ao Estado, uma vez que, segundo o

neoliberalismo, de acordo com a oferta e a procura, o mercado poderia melhor alocar os recursos para atender as necessidades sociais, fazendo crescer a riqueza geral. Quando o Estado detém o monopólio dos serviços de saúde e educação, por exemplo, e tem interesse em promover o bem-estar social, a concorrência deixa de existir, e então o cidadão consumidor não pode mais punir o desperdício ou a ineficiência através do abandono das instituições que ele considera de má qualidade (BOITO Jr., 1999).

Para o autor, a ideologia neoliberal contemporânea pode ser caracterizada como um tipo de:

[...] liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia. Esse liberalismo econômico é distinto do liberalismo político, interessado nos direitos individuais do cidadão e num regime político representativo e adequado ao exercício daqueles direitos (BOITO Jr., 1999, p. 23).

No entanto, os governos neoliberais irão selecionar os setores e as atividades nas quais esses princípios serão aplicados. Eles criarão novas formas de intervenção estatal e, contrariando o discurso da livre concorrência, estimularão a formação de monopólios. Na América Latina, por exemplo, enquanto os salários dos trabalhadores foram desindexados, a dívida externa foi estatizada por exigência dos credores internacionais, o câmbio e os juros são mantidos elevados através da intervenção governamental e a cada crise inflacionária ou cambial, os neoliberais recomendam a intervenção do Estado com seus “pacotes de salvação”. Mesmo as privatizações, promovidas pelos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, criaram monopólios, e isso não desagradou os defensores da livre concorrência e da soberania do consumidor (BOITO Jr., 1999).

De acordo com a política neoliberal, a atividade econômica do Estado, enquanto produtor de bens e de serviços urbanos e sociais, o comércio exterior e o mercado da força de trabalho devem passar por processos de privatização,

abertura comercial e desregulamentação. Para Boito Jr. (1999), esse seria, resumidamente, o tripé dessa política.

É necessário dizer que a ideologia neoliberal foi decisiva para a formação dos governos neoliberais porque ela foi capaz de aglutinar a grande burguesia em torno de uma só proposta, e também foi capaz de criar elementos para convencer as classes populares de sua eficiência, como veremos mais adiante quando estudarmos o caso brasileiro.

No entanto, quando foi formulada, a doutrina neoliberal encontrava-se em um completo isolamento político, em um contexto de hegemonia do keynesianismo e do Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental, do capitalismo de estado com bem-estar no Leste Europeu e na União Soviética e do desenvolvimentismo e do populismo nos países latino-americanos (BOITO Jr., 1999).

A partir da década de 1930, os Estados passaram sistematicamente a intervir e regular as economias capitalistas mundiais, colocando limites à livre circulação do capital e pondo fim à hegemonia do liberalismo, que comandou o capitalismo do século XIX até a crise de 1929. De acordo com Emir Sader (1995), a partir desse momento, foram adotadas medidas de proteção ao mercado interno, a importação foi taxada com altos impostos e a exportação foi incentivada. Além disso, o Estado assumiu o controle sobre setores estratégicos da economia. Governos de direita e de esquerda adotaram essas funções de Estado e, do período que vai da recuperação da crise de 1929 até a década de 1970, o capitalismo atravessou sua maior fase de crescimento econômico e de menor injustiça social. Esse Estado de Bem-Estar Social permitia que os trabalhadores tivessem muita força reivindicativa e, entre as conquistas sociais alcançadas pelos mesmos, destaca-se a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais ainda vigente em vários países.

Anderson (1995) parece concordar que a economia regulada impôs um período de forte crescimento mundial, e isso também colaborou para barrar o avanço dos ideais neoliberais. O capitalismo viveu um longo ciclo expansivo e, enquanto os países centrais acompanhavam um acelerado crescimento econômico e distribuição de renda, a periferia dava passos significativos no que diz respeito ao desenvolvimento de suas economias.

Foram as mudanças econômicas e políticas que ocorreram no capitalismo mundial que trouxeram à cena a ideologia neoliberal. Na década de 1970, pudemos observar o desencadear de um quadro crítico do modo de produção capitalista devido à crise do sistema de produção taylorista-fordista⁵⁴. O traço mais evidente dessa crise foi o excesso de capacidade e de produção fabril, expresso em uma menor lucratividade agregada à produção, sobretudo nos países de economia avançada. Em resposta a esta crise, se iniciou um processo de reorganização, tanto econômico quanto ideo-político, do capitalismo mundial, que teve como face mais evidente o advento do neoliberalismo.

De acordo com Anderson (1995), a longa e profunda recessão entre 1969 e 1973 permitiu que os neoliberais avançassem com seu discurso de que a crise resultava do poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que corroeram as bases de acumulação capitalista e dos gastos sociais do Estado. Eles puderam defender que o Estado não intervisse na regulação do comércio exterior nem nos mercados financeiros, porque a livre circulação de capitais garantiria maior eficiência na redistribuição de recursos internacionais. Os neoliberais apresentaram como principal meta a estabilidade monetária e afirmaram que a mesma só seria possível mediante a contenção de gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” de desemprego, associada a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos.

Como vimos, o pensamento econômico que se apoiava no Estado intervencionista passou a considerar o Estado como um freio à livre circulação de capital, fazendo com que a economia perdesse sua vitalidade. Nesse contexto, a crítica liberal ao Estado voltou à cena, defendendo a desregulamentação, a abertura das economias ao mercado internacional e à privatização das empresas públicas (SADER, Emir, 1995).

Para Anderson (1995) e Navarro (1998 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2008), a hegemonia do neoliberalismo só se consolidou quando sua ideologia foi assumida por diferentes governos ao redor do mundo. A Inglaterra de Thatcher (1979), os EUA de Reagan (1980), a Alemanha de Kohl (1982) e a

⁵⁴ De acordo com L. M. Rodrigues (1999), o termo taylorista-fordista é usado para indicar “um sistema de trabalho fundado na especialização e repetição das tarefas, na supressão da iniciativa operária, na hegemonia dos escritórios de planejamento e na produção em massa padronizada” (RODRIGUES, L. M., 1999, p.197).

Dinamarca de Shlutter (1983) foram os principais expoentes desta política, no entanto, quase todos os governos da Europa ocidental, ao longo da década de 1980, implementaram programas seguindo as diretrizes neoliberais.

A partir daí, o processo de trabalho e de produção capitalista passariam por uma série de intensas mudanças e podemos afirmar que:

[...] a classe-que-vive-do-trabalho⁵⁵ presenciou a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2002, p. 71).

2.2 – Os Princípios da Reestruturação Produtiva

De acordo com Ricardo Antunes (2003b), neste período, a globalização dos avanços tecnológicos passaram a interferir nas relações de produção e de trabalho do capitalismo. O fordismo e o taylorismo começaram a se misturar com outros processos produtivos, com destaque para o toyotismo⁵⁶, também

⁵⁵ Para Antunes (2003b), o conceito classe-que-vive-do-trabalho nasceu com o objetivo de conferir validade contemporânea e dar amplitude ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Essa noção inclui a totalidade dos trabalhadores assalariados, tendo em seu núcleo central os trabalhadores produtivos, aqueles que produzem diretamente mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital. Contudo, a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço e que não se constituem como elemento diretamente produtivo. Essa noção incorpora ainda o proletariado rural, o proletariado precário, o part-time, os terceirizados, os informais, entre outros segmentos. Nas palavras do autor a classe-que-vive-do-trabalho é “uma expressão que procura captar e englobar a totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho” (ANTUNES, 2003b, p.103).

⁵⁶ Thomaz Wood Jr. (1992) afirma que nos anos 1950, o engenheiro japonês Eiji Toyoda conheceu a indústria automobilística estadunidense conduzida na linha fordista de produção, onde o fluxo normal é produzir primeiro e vender depois quando se tinham grandes estoques. Toyoda ficou impressionado com o que viu, mas para ele, seu país, arrasado pelo pós-guerra, não teria condições de desenvolver uma forma semelhante de produção.

Ele viu então a necessidade de criar uma nova forma de organização do trabalho, mais flexível e que exigisse menor concentração de estoques, pois sabia que o Japão possuía um mercado pequeno assim como capital e matéria-prima escassos. Ele sabia que não poderia comprar tecnologia do exterior e que a possibilidade de exportação era remota.

Para conseguir competir nos grandes mercados, a Toyota precisaria modificar e simplificar o sistema da empresa americana Ford. Iniciou-se um processo de mudanças na produção onde introduziram-se técnicas capazes de alterar as máquinas rapidamente durante

conhecido como modelo japonês de gestão. A produção em série e o cronômetro acabaram substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade e por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado.

Esses novos processos produtivos podem ser entendidos como uma estratégia de resposta do capital ao acirramento da concorrência intercapitalista e à necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho. Isso porque, desde meados de 1950, o sistema criado por Ford, e que fez com que as empresas americanas dominassem o mercado de automóveis, começou a dar sinais de esgotamento, quando fabricantes europeus começaram a aplicar os mesmos princípios e desenvolveram veículos mais adaptados às necessidades européias. Além disso, os trabalhadores que no sistema fordista não tinham perspectivas de carreira e tendiam a super-especialização e a perda de suas habilidades genéricas, intensificaram suas reivindicações em torno de melhores salários e menores jornadas de trabalho. A reorganização capitalista ocorrida no final dos anos 1970 também trouxe a cena novos concorrentes como, por exemplo, os japoneses, e se configurou como um marco da crise do sistema taylorista-fordista (WOOD JR, 1992).

A concorrência japonesa foi possível, sobretudo, pela introdução de inovações técnicas na linha de produção, que possibilitaram uma significativa redução no tempo necessário para alteração de seus equipamentos, simplificando as modificações nas características dos produtos e facilitando a observação dos problemas de qualidade que podiam ser rapidamente eliminados (WOOD JR, 1992).

A “autonomação”⁵⁷, considerada um dos pilares do modelo de gestão toyotista, faz com que “as máquinas e os modos de operação incluam protocolos de responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios

a produção, para ampliar a oferta e a variedade de produtos, pois, para eles, era onde se concentrava a maior fonte de lucro.

Essa idéia passou a ser a essência do modelo japonês de produção. A partir de então regras criteriosas foram incorporadas gradativamente à produção, caracterizando o chamado toyotismo. Partiram do princípio de que qualquer elemento que não agregasse valor ao produto, deveria ser eliminado (WOOD JR, 1992).

⁵⁷ Junção das palavras autonomia e automação. Esse conceito foi importado por Ohno da indústria têxtil, onde um operário operava diferentes máquinas ao mesmo tempo (ALVES, 2005).

postos de trabalho” (ALVES, 2005, p. 43). Trata-se da utilização de máquinas capazes de parar automaticamente quando surgem problemas para que, assim, o trabalhador que até então era treinado para desenvolver seu trabalho em uma única máquina possa se responsabilizar por várias, diminuindo a quantidade de trabalhadores necessários nas linhas de montagem. De acordo com Wood Jr. (1992), isso evitava também que os problemas no produto fossem identificados apenas ao final do processo de produção, o que reduzia os custos da produção e eliminava o “retrabalho”.

A idéia do toyotismo é desenvolver mecanismos capazes de evitar defeitos na produção e, para isso, se estabeleceu o princípio da linearização da produção e a organização do trabalho em torno de postos polivalentes. Este é um dos pontos em que o toyotismo rompe com o taylorismo/fordismo já que este modelo separava as tarefas de execução e de controle de qualidade. O toyotismo racionalizou o trabalho através da “desespecialização” dos trabalhadores qualificados, através da instauração da polivalência de trabalhadores e máquinas, e do tempo partilhado, baseados em tarefas múltiplas e com padrões de tempo e trabalho flexíveis (ALVES, 2005).

Outro elemento de destaque dentro do modelo toyotista é o chamado *just in time*. Ele foi inserido pela primeira vez na Toyota japonesa, em meados da década de 1970, por conta do surgimento da necessidade de se criar uma alternativa aos poucos espaços para armazenar estoques, tanto de matérias-primas quanto de mercadorias já produzidas. De acordo com Alves (2005), o *just in time* representa a gestão por estoques, e consiste em relacionar a intensidade da produção de bens em função da demanda de compra. Assim, toda demanda tem que ser produzida após ter sido efetivada a sua venda, mantendo um fluxo de produção contínuo. Como é a partir da fábrica que a produtividade deve ser obtida, foram criados os sistemas visuais de informação, os *kanban*, que possibilitam que os padrões de operação sejam visualizados em cada posto de trabalho. Também é possível saber a quantidade de peças necessárias para o dia e, dessa forma, os estoques passam a ser utilizados como fonte de informações sobre onde se deve aplicar a racionalização.

Como surgiu e se desenvolveu em um contexto de capitalismo restrito, o toyotismo tende a buscar de maneira incansável a economia dentro de suas

fábricas. A racionalização toyotista dispensa estoques e excesso de pessoal e de equipamentos, consolidando uma fábrica mínima com efetivo mínimo. A redução dos efetivos é considerada uma forma de minimizar os custos, o que é entendido como uma condição essencial para o crescimento de um negócio. De acordo com Alves (2005), a introdução de dispositivos organizacionais como o *just in time* e o *kanban* foram os meios utilizados para se alcançar um novo patamar de racionalização do trabalho, cujo principal impacto se daria sobre a força de trabalho. Para Ohno (apud ALVES, 2005), considerado pai do toyotismo, havia duas formas de aumentar a produtividade: aumentando as quantidades produzidas ou reduzindo o pessoal da produção. Podemos perceber que o objetivo da introdução desses dispositivos não consiste, então, em diminuir trabalho e sim, reduzir trabalhadores. Com isso, os acidentes de trabalho se tornaram constantes e verificou-se também um aumento no índice de suicídios. O nível de estresse também se elevou em decorrência da necessidade dos trabalhadores estarem sempre preparados para produzir o que pede a demanda, uma vez que a produção é feita sob encomenda. Desta maneira devem adaptar-se imediatamente para a nova produção no decorrer do dia. Também é necessário que o trabalhador esteja disponível para incorporar à sua rotina muitas horas de trabalho, caso seja necessário para suprir a demanda.

Para Wood Jr. (1992), o trabalho em equipe é também uma estratégia para racionalizar a utilização de mão-de-obra. A idéia consiste em agrupar os trabalhadores em equipes sob a orientação de um líder. Este trabalharia junto com os demais operários com a função de coordenar o grupo e substituir qualquer um que venha a faltar. Os trabalhadores recebem uma série de tarefas, como a conservação de seu espaço de trabalho, a realização de pequenos reparos e a inspeção de qualidade. Quando estes grupos estão funcionando bem, os trabalhadores se reúnem para discutir melhorias no processo de produção, com objetivo de eliminar o “tempo morto”, que não agrega valor à produção.

Ainda segundo o autor, para atingir os objetivos do padrão toyotista, os operários deveriam ser bem treinados e motivados e, para isso, foi implantado um processo de qualificação da mão-de-obra. É preciso um índice zero de desperdício para o sucesso da produção, ou seja, a lucratividade. Essa

“preocupação” com a qualidade total fez o país desenvolver um produto de alto padrão de qualidade e se inserir no competitivo mercado dos países centrais.

Além disso, Alves (2005) afirma que o toyotismo incentiva a participação crescente dos trabalhadores nos projetos de produtos e processos de produção. Além dessa ser uma forma de apropriação gratuita das forças naturais do trabalho social, a gerência participativa, assim como os fóruns tripartite, aparentemente mais democráticos, são meios de controle, que dificultam a organização nos locais de trabalho e criam obstáculos ao desenvolvimento da autonomia sindical. Os trabalhadores são levados a se sentirem participantes da empresa. Assumem postos de liderança e passam a responder pela marcha da produção. É uma sobrecarga de trabalho e responsabilidade. Contudo, os trabalhadores entendem como se estivessem sendo valorizados dentro da fábrica. Esse suposto avanço de posição dentro do setor de produção aumenta os níveis de competitividade, o que resulta em um aumento da produtividade, pois todo trabalhador deseja atingir o referido avanço. Isso acaba provocando a intensificação do individualismo e desarticulando o trabalho organizado. Assim a estratégia da gestão participativa traz consigo a tentativa, por vezes bem sucedida, de eliminação da ação sindical. Alves acredita que:

Por trás do novo tipo de agenciamento da linha de produção subsistiria a necessidade imperiosa da subsunção da subjetividade real operária a lógica do capital, por meio de um tipo de inserção engajada dos trabalhadores no processo de produção [...] (ALVES, 2005, p. 45).

Como dissemos, a flexibilização da mão-de-obra é um requisito essencial para o trabalhador inserido no sistema toyotista. É preciso ser polivalente para assumir qualquer posto que se faça necessário. Baseado neste princípio de multifuncionalidade é deflagrada nas últimas décadas a teoria das competências, onde o indivíduo precisa desenvolver uma série de capacidades para se inserir ou se manter no mercado de trabalho. A “desespecialização” gera uma ampliação do ciclo do trabalho, contribuindo para os ganhos de produtividade almejados por esse novo modelo de gestão da

produção. De acordo com Coriat (apud Alves, 2005), a flexibilidade é entendida como uma alavanca determinante da produtividade e, por isso, o toyotismo acaba se configurando como a maior expressão da acumulação flexível dentro do processo da reestruturação produtiva.

Uma das principais consequências deste novo padrão de acumulação flexível é a intensificação do trabalho, que traz consigo a desregulamentação dos direitos trabalhistas. Estes direitos “são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase” (ANTUNES, 2002, p.72). Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são eliminados, e isso afeta também sua consciência, sua subjetividade e suas formas de organização. Uma parcela significativa dos sindicatos acaba por adotar posturas defensivas, abandonando o sindicalismo de classe dos anos anteriores e aderindo ao sindicalismo de participação e de negociação.

Percebemos que a organização do trabalho necessita se dismantelar, pois a acumulação flexível de capital se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho e não pode conviver com um sistema jurídico que regule rigidamente a exploração da força de trabalho através da legislação trabalhista. Nesse contexto, a subcontratação passa a representar uma necessidade e um recurso poderoso dentro do modelo japonês de produção. Para as funções essenciais são selecionados trabalhadores efetivos, e as demais funções são deixadas para os subcontratados, que recebem salários mais baixos, têm uma carga horária de trabalho maior, desempenhando serviços desqualificados, e nenhum vínculo empregatício ou sindical (ANTUNES, 2002).

2.3 - Impactos sobre o Mundo do Trabalho Contemporâneo

Diante desses processos de reestruturação capitalista, Antunes (2002) apresenta algumas das principais tendências que estão presentes no mundo do trabalho contemporâneo e dentre elas destaca: a diminuição da classe operária industrial tradicional; a terceirização do trabalho, através de uma enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; heterogeneização; e subproletarização, provocada pela ampliação dos trabalhos parciais e precários. Estaria ocorrendo uma diminuição do operariado tradicional e um

aumento do que ele chamou de classe-que-vive-do-trabalho. Uma outra transformação também aparece em cena como consequência direta dos avanços tecnológicos e da introdução da automação no processo produtivo capitalista. Além da redução quantitativa do operariado tradicional, ocasionada pela substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto⁵⁸, ocorre uma alteração qualitativa na forma de ser deste trabalho. Em alguns ramos de tecnologia mais avançada e com indústrias mais automatizadas, o trabalhador se torna supervisor do processo de produção.

Dessa forma, e ainda de acordo com Antunes (2003), não há uma tendência única no mundo do trabalho contemporâneo. Caminham paralelamente as tendências de desqualificação e precarização de setores operários, como no setor automobilístico, e de superqualificação dos trabalhadores em alguns ramos produtivos, como o da siderurgia. De um lado vemos a necessidade de um trabalhador polivalente e multifuncional, e de outro uma massa cada vez mais precarizada e atingida pelo desemprego estrutural⁵⁹.

Boito Jr. (1999) afirma que muitos autores sinalizam que a modernização tecnológica é a única ou a principal causa do desemprego, mas, sem negar a importância dessa modernização, este autor aponta que os EUA e o Japão, no âmbito do capitalismo central, e a Coréia, na periferia, são economias que passaram por avanços tecnológicos bem maiores do que o Brasil e que mantêm taxas de desemprego menores que a nossa, como podemos ver no quadro 5.

⁵⁸ Alex Calinnicos (1983), em uma introdução ao *Capital*, de Karl Marx, explica que a produção capitalista envolve tanto o trabalho vivo - o trabalho operário que produz mercadorias de acordo com o valor de sua força de trabalho e ao mesmo tempo cria mais-valia - quanto o trabalho morto acumulado nos meios de produção. É chamado de trabalho morto aquele produzido pelos trabalhadores que fabricaram os meios de produção, ou as máquinas. Uma vez que a maquinaria deteriora-se ao passo que produz mercadorias, seu valor é transferido para essas mercadorias.

⁵⁹ A adoção de inovações tecnológicas (e organizacionais), vinculadas à acumulação flexível, contribuiu para o desenvolvimento crescente da produtividade industrial, o que, conseqüentemente, tende a aumentar a superpopulação relativa supérflua para o capital (ALVES, 2005).

Quadro 5 - Taxas de Desemprego, 2000.

Países	Taxas de Desemprego (%)
Brasil	7,5
Coreia do Sul	6,3
Japão	4,7
Estados Unidos	4,2

Fonte: Index Mundi. Elaboração própria.

É preciso ter em mente que grande parte das indústrias produtivas e de serviços, sobretudo nos países de capitalismo periférico, não passaram por grandes modificações tecnológicas e gerenciais e, por isso, é a política econômica neoliberal que explica a queda do emprego nesses segmentos. Mais adiante discutiremos como a abertura econômica, a redução dos gastos na área social e as privatizações também atuam como geradores de desemprego no Brasil (BOITO Jr., 1999).

A reestruturação produtiva e a hegemonia neoliberal também provocaram importantes reconfigurações nas políticas sociais. Segundo Behring e Boschetti (2008), o desemprego, a precarização e a ampliação da oferta de empregos em tempo parcial limitaram o acesso a direitos derivados de empregos estáveis. Dessa forma, se inicia um processo de transformações profundas nas políticas sociais dos países capitalistas centrais no sentido de sua restrição, seletividade e focalização, rompendo-se o compromisso do pós-guerra que permitiu a expansão do Welfare State.

O sindicalismo também foi afetado pelas transformações trazidas pelo avanço do neoliberalismo e pela reestruturação produtiva. Se nos países de capitalismo central esses impactos foram sentidos ainda na década de 1980, nos países periféricos, essas mudanças só serão percebidas a partir dos anos 1990, como veremos mais adiante⁶⁰. Houve uma redução do número de greves em vários países centrais, assim como um aumento dos casos de corporativismo, xenofobia e racismo. A intensificação das desigualdades entre os trabalhadores fez com que o poder dos sindicatos, historicamente ligado ao

⁶⁰ Cabe dizer que autores como Boito Jr. (1999) e Antunes (2002) compreendem que, a despeito dos traços gerais do capitalismo globalizado, todos os países apresentam suas singularidades, que devem ser estudadas a fim de que possamos compreender suas particulares, e para que possamos apreender que os efeitos do neoliberalismo não têm causado danos iguais aos trabalhadores em todas as partes do mundo, como veremos mais adiante ao destrincharmos o caso brasileiro.

operariado urbano tradicional, fosse reduzido. De lá para cá, o sindicalismo ainda busca desenvolver mecanismos de incorporação dos novos e heterogêneos segmentos de trabalhadores, como veremos mais adiante.

2.4 - A Reestruturação Produtiva e o Neoliberalismo no Brasil

2.4.1 - Primeiros Impulsos de Reestruturação – Anos 1980

De acordo com Alves (2005), foi a partir da crise da dívida externa, em 1981, que surgiram os primeiros impulsos deste processo de reestruturação produtiva no país. Sob orientação do FMI, a política recessiva adotada contraiu o mercado interno e incentivou as exportações para o mercado internacional. Esse primeiro choque de competitividade obrigou as grandes empresas a adotarem, ainda que de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos. A necessidade de elevar o nível de qualidade e produtividade das empresas fez com que ocorressem alterações nos padrões tecnológicos e de gestão da força de trabalho. De acordo com Gitahy e Rabelo (1991 apud Alves, 2005), no que diz respeito aos padrões tecnológicos, pode-se observar a introdução de inovações relacionadas a difusão da microeletrônica. Já no que diz respeito às mudanças no padrão de gestão, essas ocorreram de maneira mais lenta já que a introdução de métodos gerenciais mais participativos e a revisão das estruturas de cargos e salários sofreu maior resistência, tanto por parte dos trabalhadores, quanto por parte dos gestores.

Cabe ressaltar que essa reestruturação, nos anos 1980, se concentrou, principalmente, nas subsidiárias das corporações transnacionais. As empresas transnacionais passaram a organizar, além das finanças, o conjunto de suas subsidiárias por meio da idéia de redes mundiais, integradas por gerência, produção, marketing e tecnologia (BIELSCHOWSKY; STUMPO, 1996 apud ALVES, 2005).

Além da ampliação da concorrência capitalista, Alves (2005) afirma que não podemos deixar de levar em conta o interesse fundamental do Capital, durante seu processo de reestruturação produtiva, de controlar o avanço da luta de classes, que atingia um novo patamar no Brasil dos anos 1980, e de

reverter a crise de hegemonia que vinha atravessando no campo das relações de trabalho. Cabe dizer que, no Brasil, ao contrário do que ocorreu em outros países de capitalismo central, durante o início da reestruturação produtiva, o sindicalismo não optou por uma postura defensiva, e reagiu de maneira ofensiva buscando direitos, como a organizações por local de trabalho, que ainda não tinham sido alcançadas. O “novo sindicalismo” de caráter classista apresentava obstáculos a todo tipo de cooptação ideo-política dos trabalhadores.

No início dos anos 1980, o período recessivo da economia brasileira forçou as empresas a uma racionalização defensiva, pautada em uma redução de custos, que tinha como principal mecanismo as demissões em massa. Nesse período, várias empresas aproveitaram para demitir lideranças operárias que haviam se destacado nas greves de 1978-1980. A falta de investimentos não permitiu a generalização da introdução de novas tecnologias microeletrônicas, o que fez com que as empresas priorizassem a intensificação do trabalho e a flexibilização do uso da força de trabalho. A partir daí, foram introduzidos no Brasil os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e o sistema de produção Just-in-Time / Kanban (FLEURY, 1993 apud ALVES, 2005)⁶¹.

Cabe dizer que os CCQs são instaurados não apenas como um componente de “modernização produtiva”, mas são também uma nova forma de controle do trabalho, que se fortaleceu após a constituição das comissões de fábrica no início dos anos 1980. Os CCQs tinham o objetivo de canalizar os interesses de intervenção e participação dos trabalhadores para formas de organização que tivessem maior controle gerencial. No Brasil, o sindicalismo buscava denunciar o objetivo manipulatório desses mecanismos, fazendo com que muitas das iniciativas empresarias fossem esvaziadas. Mas, Castro (1995 apud Alves, 2005) afirma que os CCQs também não foram adiante devido ao que ele chamou de “cultura gerencial”, marcada pelo autoritarismo das chefias

⁶¹ Os CCQs eram pequenos grupos de operários que se reuniam para propor idéias capazes de melhorar o processo de trabalho e aumentar a produtividade das empresas. Procurava-se estimular o surgimento de operários comprometidos com os objetivos do capital através de mecanismos participativos de gestão. Já o Just-in-Time / Kanban, como já mencionado anteriormente, tinha o objetivo de racionalizar a produção com a redução de custos através da redução de estoque, da simplificação dos fluxos de informação e da flexibilidade da produção (ALVES, 2005).

intermediárias (supervisores e gerentes), que mantinham sua autoridade pautada em sua posição hierárquica e não em seu conhecimento e experiência. Para o autor, as próprias empresas resistiam em adotar estratégias que modificassem as formas de organização e gestão da mão-de-obra.

Já o Just-in-Time, no Brasil dos anos 1980, estabeleceu uma “nova rotinização do trabalho”, através da simplificação e padronização das tarefas e da intensificação do trabalho. Esse mecanismo foi adotado sem articular um “novo consentimento operário” e estabelecer novas relações de trabalho, demonstrando sua incapacidade em articular uma nova hegemonia do capital na produção (ALVES, 2005).

A nova rotinização do trabalho contribuía para a reprodução da superexploração sob novas bases técnico-organizacionais, e a depreciação salarial, ou arrocho salarial, vivido nos anos 1980, era tido como mais um motivo de insubordinação sindical, preservando o antagonismo de classe. A persistência da superexploração e do antagonismo dificultavam que a reestruturação produtiva alcançasse um de seus principais objetivos, a articulação do consentimento operário acerca do controle do trabalho, a fim de subordinar a subjetividade operária à lógica do capital. Sem a participação operária, os dispositivos organizacionais do toyotismo não podem ser instalados e, por isso, essa reestruturação necessita de uma nova subjetividade operária, conformista, interessada, com dedicação e subordinação às metas do capital. Para isso, é necessário anular o antagonismo de classe na produção, o que torna o sindicalismo classista, tal qual o que havia no Brasil nos anos 1980, um entrave ao desenvolvimento do novo sistema. Cabe dizer que o antagonismo de classe na produção era também reflexo de um processo político mais amplo de disputa da hegemonia no período da transição democrática, cujo desdobramento ocorreria nas eleições presidenciais de 1989 (ALVES, 2005).

O cenário industrial brasileiro dos anos 1980 é marcado pela mescla de novos paradigmas industriais, mas, de acordo com Alves (2005), é o toyotismo que tende a predominar e se estabelecer como o modelo predominante do complexo de reestruturação produtiva no período. Ele utiliza o conceito de

“toyotismo restrito”⁶² para caracterizar o caso brasileiro, no qual as novas estratégias de qualidade e produtividade tiveram que se adaptar às particularidades da exploração da força de trabalho no Brasil, principalmente em virtude de nossa inserção limitada na economia mundial, o que seria alterado, nos anos 1990, sob a era neoliberal.

2.4.2 - A Ascensão do Projeto Neoliberal ao Poder no Brasil – Governo Fernando Collor de Mello

De acordo com Emir Sader (1999), as primeiras experiências do neoliberalismo na América Latina ocorreram na Bolívia e no México. O diferencial dessa política na região se deu pelo combate à inflação, um fenômeno de longa data no continente. O receituário proposto pelo FMI e pelo Banco Mundial considerava que os gastos estatais, fonte do déficit público, eram a principal causa da inflação, tomada como impedimento ao crescimento e a modernização tecnológica. Então, a meta dos governos que quisessem reduzir a inflação deveria ser reduzir os gastos estatais através das privatizações e da contenção nos gastos com o funcionalismo e com serviços sociais do Estado. Entretanto, a ascensão do neoliberalismo no Brasil só foi possível devido a uma conjunção complexa de fatores que articula a situação internacional à história brasileira. Para Boito Jr. (1999),

nessa conjuntura interferem fatores de ordem econômica (alternância de recessões com períodos de crescimento moderado, desemprego), de política internacional (reunificação do campo imperialista, desagregação da União Soviética), de política interna, fatores ideológicos (crise do movimento socialista) e outros. Alguns desses fatores são de longa

⁶² Cabe dizer que alguns autores, como Elizabeth Bortolaia Silva, caracterizam esse período como pós-fordismo, e outros, como Ruy de Quadros Carvalho e Hubert Schmitz, destacam que houve um fortalecimento do fordismo. Mas, para Alves (2005), o processo de reestruturação produtiva brasileiro, nos anos 1980, representou um processo de transição entre o “arcaico” e o “novo”, sendo que o conceito de “toyotismo restrito” se coloca como uma mediação entre o pleno desenvolvimento da reestruturação produtiva, no centro capitalista, e o seu caráter restrito nas condições do capitalismo brasileiro, marcado pela permanência de práticas fordistas (e tayloristas) na produção.

duração, outros circunstanciais – como as peculiaridades da eleição presidencial brasileira de 1989 (BOITO Jr., 1999, p.122).

Como já mencionamos, o neoliberalismo só avançará definitivamente sobre a política brasileira a partir da década de 1990. De acordo com Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (1993 apud POCHMANN; BORGES, 2002), o avanço das forças populares e democráticas desde o final da década de 1970 fez com que o Brasil fosse “o país da periferia do capitalismo que mais resistiu ao neoliberalismo”, retardando suas reformas centradas na desregulamentação do mercado, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado. Boito Jr. (1999) concorda com os autores ao afirmar que, enquanto em outros países latino-americanos, como Chile e Argentina, o neoliberalismo não sofreu tanta resistência, no Brasil, o neoliberalismo chegou ao poder sob um regime democrático e teve que enfrentar um movimento operário e popular mais ativo, se deparando com partidos reformistas e revolucionários de oposição à política neoliberal.

Emir Sader (1999) afirma que o Governo Collor representou o primeiro projeto neoliberal coerente, e teve como pilares as privatizações, a desregulamentação e a abertura ao capital estrangeiro. Collor foi eleito defendendo uma campanha desenvolvimentista, modernizante e moralizadora, de combate àqueles que ele chamava de “marajás” do serviço público, responsabilizados pela crise financeira do Estado. As questões sociais foram deixadas de lado, dando lugar ao tema da corrupção, o que já apontava para o surgimento do pensamento neoliberal no Brasil.

Segundo Antunes (2004), o objetivo essencial do Governo Collor era dar um salto para a modernidade capitalista, acentuando o modelo produtor para exportação, competitivo ante as economias avançadas. Seguindo o receituário neoliberal, Collor começou a facilitar as importações, dispensou um grande número de funcionários públicos, liberou os preços dos produtos de consumo básico e vetou os aumentos salariais. E, para diminuir ainda mais os custos do Estado, o então presidente iniciou um plano de privatização de empresas nacionais, que teve início com a Companhia Siderúrgica Nacional. Essas ações foram recebidas com apoio pelas elites dominantes e, apesar de ter minoria no

Congresso, Collor conseguiu aprovar todas as medidas que enviou pra votação, através de ameaças aos seus opositores e com o apoio da grande imprensa (SADER, Emir, 1999).

No entanto, passada a “euforia inicial” que aglutinou as elites em torno deste governo, foi possível perceber que o projeto do Governo Collor, segundo Antunes (2004), forçou uma brutal reestruturação do país dentro dos marcos do capitalismo avançado, levando a desindustrialização⁶³ de inúmeros setores que haviam se expandido nas últimas décadas. Isso fez com que significativas parcelas do capital industrial privado fosse destruído e se visse na eminência da extinção, incapaz de acompanhar a concorrência externa.

Antunes (2004) afirma que foi esse descontentamento de parcelas do empresariado que fez com que, já em 1992, os rumores de corrupção do Governo Collor começassem a ser ouvidos. As denúncias, confirmadas por diferentes fontes após a instalação de um inquérito parlamentar, apontavam para a existência de um caixa dois no governo, ou seja, existiam contas no Brasil e no exterior para onde eram enviados recursos oriundos dos processos de privatização dos bens públicos brasileiros. Foi neste mesmo ano que começaram as mobilizações exigindo o impeachment do então presidente. Collor acabou sendo punido e seu grupo foi afastado do poder (SADER, Emir, 1999).

Cabe dizer que Collor já conseguira dar um importante passo em direção à política neoliberal à época de seu impeachment. Além do Estado, os direitos sociais e econômicos foram responsabilizados pelos problemas do país. As reivindicações dos trabalhadores, taxadas de corporativas, foram apontadas como contrárias aos interesses gerais da sociedade, e os salários foram vistos como responsáveis pela inflação, pelo déficit público, pelo atraso tecnológico e até pela falta de investimento produtivo. Por isso, os movimentos de trabalhadores que tentaram resistir à ofensiva contra os salários e os empregos sofreram violenta repressão por parte do governo (SADER, Emir, 1999).

Para Antunes (2004), a partir daí, o mundo do trabalho, penalizado pela modernização neoliberal, faria com que os indivíduos não conseguissem sequer viver de seu próprio salário, aumentando o número de pessoas

⁶³ Retomaremos a questão da desindustrialização mais adiante.

obrigadas a viver na economia informal. Aqueles que conseguiriam sobreviver na formalidade passariam a vivenciar reduções salariais e superexploração. A “rebeldia do mundo do trabalho”⁶⁴ se pautaria por uma ação defensiva, por conta dos caminhos seguidos por seus organismos de representação sindicais e políticos, assunto do próximo capítulo.

Quando Itamar Franco assumiu a presidência houve um breve período de incertezas no panorama brasileiro, mas logo em seguida já estava claro para as elites, satisfeitas com os avanços feitos por Collor, que existia um consenso entre as forças que apoiavam o Governo Itamar no que diz respeito à continuidade da implementação da política neoliberal. Como o que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, houve uma tentativa de se estabelecer o parlamentarismo, a fim de reduzir os poderes de Itamar Franco, mas o plebiscito para que a população escolhesse a forma de governo a ser adotada pelo país, previsto na Constituição de 1988, ratificou o presidencialismo (SADER, Emir, 1999).

Nesta época, Itamar Franco convidou Fernando Henrique Cardoso (FHC), então ministro das relações exteriores, para assumir o Ministério da Fazenda. Este Ministério havia se tornado essencial neste período de alta inflação, no qual a economia não dava sinais positivos. Lembramos que, em 1989, o grupo de FHC havia fundado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) quando se viu marginalizado dos cargos de poder no PMDB de São Paulo. Parte deste grupo se identificava com a social-democracia europeia e parte se identificava com a democracia cristã, de modo que o PSDB, que provinha de uma frente democrática de oposição, contava com uma composição pluriclassista. Cabe dizer que, ao contrário da social-democracia europeia e latino-americana, no Brasil, o PSDB não tinha nenhum vínculo com o movimento operário nem com o movimento sindical (SADER, Emir, 1999).

Lançado em julho de 1994, o Plano Real foi a principal medida adotada por FHC como ministro da fazenda. Este plano tinha o objetivo de deter o processo inflacionário a partir da criação de uma nova moeda, o Real, que, ao ser instituído, valia cerca de 20% a mais que o dólar. “Isso se deu não como reflexo de uma transformação de fundo na economia brasileira, mas como um

⁶⁴ Para mais ver: ANTUNES, Ricardo. A Rebeldia do Trabalho. O Confronto Operário no ABC Paulista: as Greves de 1978/80. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992

mecanismo de mercado, isto é, arranjos na superfície da economia” (SADER, Emir, 1999, p. 44). A valorização da nossa moeda se deu pela entrada de uma grande quantidade de dólares no país, que ocorreu porque o governo fixou as taxas de juros reais (juros menos inflação) em patamares altíssimos. Isso atraiu uma grande quantidade de capitais especulativos, remunerados com juros e não com os ganhos de produção.

Inicialmente, os efeitos do Plano Real foram tidos como positivos, pois a estabilização monetária fez com que a inflação fosse reduzida rapidamente. As camadas mais pobres da população aumentaram seu poder aquisitivo e puderam ter acesso a bens de consumo que representaram uma melhoria significativa em seu nível de vida. Esse fato foi fundamental para a vitória eleitoral de FHC em 1994 (SADER, Emir, 1999).

De acordo com Emir Sader (1999), os impactos negativos do Plano Real seriam sentidos com o passar dos anos. A taxa de juros alta, que atraiu os capitais estrangeiros, também incidia sobre os pagamentos da dívida pública brasileira, que aumentou seis vezes nos primeiros cinco anos do Plano Real. Com a moeda brasileira altamente valorizada, a exportação dos produtos nacionais foi dificultada pelos altos preços dessas mercadorias no exterior, fazendo com que o Brasil perdesse espaço no mercado mundial. As altas taxas de juros também prejudicaram a expansão da economia brasileira, pois dificultaram o financiamento do consumo e dos investimentos, elevando a inadimplência e provocando a falência de empresas nacionais. A abertura aos mercados internacionais, aliada a supervalorização da moeda, possibilitou a entrada de mercadorias importadas a preços baixos e com isso a produção e o mercado de trabalho nacionais foram prejudicados.

2.4.3 - O Governo Fernando Henrique Cardoso

Durante a campanha eleitoral de 1994, FHC fortaleceu seu discurso em defesa da economia privada, deslocando o foco dos problemas, de maneira definitiva, para o Estado. A inflação era apontada como a grande vilã, pois além de bloquear a entrada de capitais estrangeiros, prejudicava os mais pobres. A redução quase imediata da inflação, em consequência do Plano Real,

alavancou a candidatura de FHC que, em poucas semanas, ultrapassou Lula, até então favorito na corrida presidencial. A oposição acabou sem propostas capazes de se contrapor aos efeitos positivos imediatos gerados pela política econômica proposta por FHC e, assim, mais uma vez, a direita, que acreditava ter esgotado suas possibilidades de eleger um presidente após o impeachment de Collor, conseguiu eleger seu candidato (SADER, Emir, 1999).

A popularidade de FHC se manteve durante seu primeiro mandato, baseada na elevação do poder aquisitivo das camadas populares e no aumento da oferta de produtos disponíveis para consumo popular. Externamente, FHC fortaleceu a imagem do país, seja por seu prestígio intelectual, seja pela estabilização monetária e pelo atendimento dos interesses dos capitais internacionais. Dessa forma, o capital especulativo continuou a circular no país, supervalorizando o real. Com isso, o governo pôde realizar as reformas que, de acordo com seu diagnóstico, permitiram superar o déficit público, fonte primordial da inflação. Essas reformas permitiram a redução do papel do Estado na economia e a aceleração das privatizações (SADER, Emir, 1999).

De acordo com Emir Sader (1999), o governo desenvolveu uma campanha sistemática contra o que chamou de interesses corporativos dos trabalhadores, sobretudo aqueles do setor público, que seriam responsáveis, junto com os aposentados, pela maior parte dos gastos públicos. Desta forma, entre as reformas propostas pelo governo FHC estavam a da administração pública e a da previdência. Os argumentos acerca da ineficiência dos serviços públicos ajudaram a desqualificar os serviços estatais e os funcionários públicos, mas vale dizer que a privatização piorou o funcionamento de diversos serviços essenciais para a população, como o da educação e o da saúde.

O sistema bancário também passou por um processo de saneamento já que passou a ter um papel central na hegemonia do capital financeiro. Em pouco tempo sete bancos brasileiros de grande porte, que estavam em dificuldade, foram comprados por bancos estrangeiros, que passaram rapidamente a ocupar um dos setores chaves da economia (SADER, Emir, 1999).

Segundo FHC, a globalização era inevitável e por isso era preciso que o Brasil se adequasse às condições necessárias para esse processo, através da

redução das regulamentações, da abertura do país para o capital e para as mercadorias externas, da redução do papel do Estado e da privatização de empresas. Mas essas transformações tiveram conseqüências. Foram fechadas várias empresas consideradas ineficientes e sem condições de competir no mercado internacional. O desemprego se elevou, tendo o então presidente admitido, em entrevista à imprensa, a existência de milhões de inempregáveis no país, pessoas que não tinham nenhuma possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal. Além disso, um grande número de trabalhadores deixou de ter carteira assinada (SADER, Emir, 1999)⁶⁵.

Enquanto FHC, seguindo as recomendações do Banco Mundial, que afirmava ter uma política econômica única para todos os países latino-americanos expressa no Consenso de Washington⁶⁶, começava a pensar nas eleições de 1998⁶⁷, a economia mundial entrava em um período de crise prolongado, devido à recessão que se instalou no sudeste asiático, em meados de 1997 (SADER, Emir, 1999).

De acordo com Emir Sader (1999), essa mudança no plano internacional, aliada à debilidade da economia brasileira frente aos impactos

⁶⁵ Mais adiante retomaremos as conseqüências da implementação do projeto neoliberal no país.

⁶⁶ Em novembro de 1989, reuniram-se em Washington funcionários do governo dos Estados Unidos e de organismos financeiros internacionais ali instalados: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Segundo José Luís Fiori (1996), o objetivo do encontro era analisar as reformas econômicas empreendidas e em curso na América Latina, e suas conclusões passaram a ser denominadas informalmente por Consenso de Washington. Tal encontro ratificou a proposta neoliberal, que o governo norte-americano vinha defendendo, como condição necessária para que qualquer país pudesse receber cooperação financeira externa bilateral ou multilateral. Em síntese, defendia-se o livre mercado, que deveria se auto-organizar em suas relações internas e externas, e o Estado mínimo, que deveria ser reduzido a esta condição de maneira rápida e drástica.

As elites latino-americanas passaram a assumir aquelas propostas em um discurso tido como modernizador, tornando-as parte integrante de suas metas de ajustes estruturais, uma vez que somente assim conseguiriam financiamentos para garantir o desenvolvimento dos países. A crise econômica latino-americana era compreendida como se não possuísse raízes externas, na medida em que desconsiderava-se a elevação das taxas de juros internacionais - que incidem sobre as dívidas externas e financiamentos - o preço do petróleo, a deterioração dos termos de intercâmbio, etc. A crise era apontada como resultado de políticas nacionalistas e estatizantes, ligadas aos regimes militares que fechavam os países à livre circulação do Capital. Defendiam que a liberalização da economia traria, com o passar do tempo, à resolução dos problemas sociais, e que o Estado daria prioridade a esses problemas depois de normalizada a economia, superando-se a fase de ajustes estruturais (FIORI, 1996).

⁶⁷ A Constituição de 1988 não dava direito de reeleição aos presidentes e, por isso, FHC deixou temporariamente de lado seus projetos de reforma do Estado, alguns de caráter polêmico, para conseguir aprovar uma emenda constitucional que possibilitaria sua reeleição (SADER, 1999).

externos, produziu a crise econômica brasileira de 1999. A abertura econômica, considerada positiva de início, pois imaginava-se que seus efeitos negativos seriam transitórios, acabou fazendo com que a economia brasileira tivesse como característica central e irreversível uma debilidade diante da pressão externa. Para Reinaldo Gonçalves (2002 apud POCHMANN; BORGES, 2002), o aumento significativo da vulnerabilidade externa da economia brasileira colocou o país numa trajetória de instabilidade e crise, tendo sido esta uma das “heranças mais trágicas” do governo FHC.

Quando o endividamento brasileiro, causado pelo ciclo vicioso: estabilidade monetária – entrada de capitais especulativos – altas taxas de juros, começou a colocar em dúvida a capacidade do país de pagar suas dívidas, os donos dos capitais especulativos passaram a preferir a segurança dos investimentos nos países centrais do capitalismo, apesar destes terem um retorno muito menor. Com a acelerada saída de capitais que ocorreu no país, o governo foi obrigado a desvalorizar o real em cerca de 50% e elevar a taxa de juros, com o objetivo de frear a saída de capitais. Mas, com a desarticulação do mecanismo básico do plano real, que era a entrada de capitais como fator de estabilidade monetária, o Brasil entrou num ciclo recessivo (SADER, Emir, 1999).

De acordo com Marcio Pochmann e Altamiro Borges (2002), temos como saldo do Governo FHC, no plano econômico, uma maior estagnação, dependência e vulnerabilidade do país. A dívida externa, que era de US\$ 148 bilhões em 1994, passou a ser de US\$ 231 bilhões em 2000, sendo que, durante estes anos, foram gastos quase US\$ 200 bilhões em juros e amortizações. A dívida interna foi de R\$ 68 bilhões para R\$ 680 bilhões. O acelerado processo de desnacionalização e a privatização do patrimônio público, que deveriam fazer com que o Brasil se inserisse no Primeiro Mundo, fizeram com que, nos oito anos de governo de FHC, o PIB brasileiro encolhesse, com uma taxa média anual de crescimento de 2,3%. Já a renda per capita cresceu apenas 0,9% ao ano entre 1995 e 2000.

Para pagar aos credores, FHC aumentou os impostos em uma escala inédita e cortou despesas sociais. Entre 1995 e 2000, os recursos da saúde caíram de 2,1% para 1,96%, os da educação foram de 1,4% para 1,2%. De acordo com Jean Ziegler, relator especial da ONU para o Direito à Alimentação,

que esteve no Brasil em 2002, o governo brasileiro estaria cometendo um “genocídio silencioso” (POCHMANN; BORGES, 2002).

2.4.4 - Os Pilares do Neoliberalismo: Abertura ao Capital Externo, Flexibilização e Privatização

Como vimos, o Brasil foi o último dos países ditos “emergentes” a empreender as reformas neoliberais de abertura comercial e reforma do Estado, via privatização e ajuste fiscal. Foi a abertura comercial, iniciada em 1988, que pôs fim às políticas desenvolvimentistas de substituição de importações, mas só em 1994 esta abertura se aliou à sobrevalorização cambial e às altas taxas de juros para criar o principal mecanismo de estabilização da moeda nacional e dar início a um “choque de competitividade” na economia brasileira (CARDOSO, 2003).

De acordo com Boito Jr. (1999), no Brasil, a abertura comercial, incentivada pelo Governo Collor, no início dos anos 1990, através da extinção das barreiras não-tarifárias e da redução das alíquotas de importação, deu início a um processo de desindustrialização no país, mas foi com a implantação do Plano Real que este processo acelerou-se. O Governo FHC promoveu uma nova redução das tarifas aduaneiras que, aliada à sobrevalorização do câmbio introduzida pelo Plano Real, fez aumentar o número de importações, inclusive de produtos manufaturados. Entre 1992 e 1995, as importações cresceram de 20,5 bilhões para 49,6 bilhões de dólares, representando um crescimento de 142%, enquanto as exportações cresceram apenas 30%, foram de 35,7 bilhões para 46,5 bilhões de dólares. Maurício Mesquita Moreira e Paulo Guilherme Corrêa (1997 apud BOITO Jr., 1999) verificaram que ocorreu um aumento generalizado e substancial do coeficiente de importação de manufaturados no Brasil, sendo que o setor mais afetado pela abertura comercial foi o setor de bens de capital. Quanto à exportação, os segmentos que mais cresceram foram: a indústria de madeiras, sucos e condimentados, conservas de frutos e legumes, calçados, celulose, metalurgia de não-ferrosos e siderurgia. Dessa forma, de acordo com Boito Jr. (1999), a economia brasileira teria seguido a

mesma tendência de “regressão agromercantil” que afetou toda economia latino-americana.

Mas, embora ampla, essa desindustrialização não significa que os países latino-americanos estejam regredindo para uma produção estritamente primária. Parte dessa desindustrialização, menos visível, ocorre ao longo da cadeia produtiva, através do aumento do índice de importação de componentes em setores como eletrônico, automobilístico, de eletrodomésticos, entre outros, sucateando parte da malha industrial de muitos países, sobretudo do Brasil (BOITO Jr., 1999 e CARDOSO, 2003).

Essa desindustrialização estaria de acordo com os interesses neoliberais de adequar as economias dos países latino-americanos aos interesses das grandes empresas industriais dos países centrais do capitalismo. Esses governos centrais estariam redesenhando o setor industrial das principais economias latino-americanas como forma de reforçar as antigas funções dessas economias na divisão internacional do trabalho: o fornecimento de matérias-primas para as economias centrais e a oportunidade de mercado para o escoamento de seus produtos manufaturados. Algumas regiões estavam se afastando dessas funções devido ao avanço da industrialização nessas áreas (BOITO Jr., 1999).

Como vimos, neste período emerge uma nova forma de inserção da economia brasileira no mercado internacional, que tem o sucateamento industrial e o desemprego como conseqüências. De acordo com Adalberto Moreira Cardoso (2003), são esses efeitos negativos que vêm sustentando o discurso de flexibilização⁶⁸ das relações de trabalho no Brasil. A abertura comercial expõe as empresas brasileiras à competição internacional, ao mesmo tempo em que dificulta a penetração externa competitiva de seus produtos em razão dos diferenciais de produtividade. Uma vez condenadas a vender no mercado interno, essas empresas ainda têm que aumentar seus níveis de produtividade e qualidade para competir com as empresas

⁶⁸ De maneira simplificada, Cardoso (2003) afirma que a flexibilização seria o mesmo que revisão do direito do trabalho, do ordenamento jurídico-normativo das relações de trabalho. O que supõe a existência de algo que esteja impedindo o bom funcionamento deste mercado. Krein (1999 apud MARTINS; RODRIGUES, 1999) acrescenta que flexibilizar as relações de trabalho significa relegar ao mercado a regulação das contratações, demissões e do custo da força de trabalho.

multinacionais, sendo forçadas a aprofundar seus processos de reestruturação produtiva. Essa reconversão tecnológica se dá crescentemente através de importações de máquinas e equipamentos, inicialmente por parte dos setores mais dinâmicos, mas logo toda a indústria se vê obrigada a aderir à reestruturação, mesmo que de forma segmentada. Com isso, temos movimentos de concentração de capitais via falências, fusões e aquisições, sobretudo naqueles setores mais afetados pela competição externa.

A flexibilização das práticas de trabalho, facilitada e forçada pela desregulamentação em suas variadas formas (MÉSZAROS, 2006), foi defendida pelo Governo FHC, que afirmava que tais mudanças aumentariam o número de empregos, reduziriam o trabalho informal e elevariam o padrão de vida dos brasileiros. Segundo Pochmann e Borges (2002), foi por isso que, quando o Plano Real deu sinais de avanços, logo o debate acerca do “Custo Brasil” assumiu maior importância. A dificuldade crescente com as exportações, ante o avanço das importações gerou um quadro complexo de déficit comercial, o que complicou a sustentação do crescimento econômico brasileiro. Com isso, ao invés de adotar uma política de estímulo à produção e à geração de empregos em âmbito nacional, o Governo FHC optou por alardear que a rigidez do mercado de trabalho brasileiro, sustentado na idéia de atraso da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e elevado custo do trabalho eram entraves para o crescimento econômico e para a geração de novos empregos⁶⁹. De acordo com Heloísa de Souza Martins e Iram Jácome Rodrigues (1999), um dos maiores defensores da flexibilização do mercado de trabalho é José Pastore, que afirma que os encargos sociais, vinculados à folha de pagamento, são responsáveis pelo alto custo do trabalho e que, por isso, defende sua diminuição, através da desregulamentação do mercado de

⁶⁹ Aqui cabe registrar que, de acordo com dados do Ministério do Trabalho, em 2002, o Brasil já era um dos recordistas em rotatividade no emprego, atingindo 35% dos registrados no país, o que já seria prova da flexibilidade existente (POCHMANN; BORGES, 2002). Além disso, estudos produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) demonstraram que existe uma enorme flexibilidade alocativa e salarial no país, o que daria inteira liberdade aos capitais produtivos (CARDOSO, 2003). De acordo com Montagner e Brandão (1994 apud ALVES, 2005), esta flexibilidade “estrutural” está relacionada à acelerada rotatividade da força de trabalho, possível através de contratos de trabalho flexíveis, que permitem a adequação numérica dos trabalhadores à demanda empresarial, e às flutuações do nível de rendimento dos salários, realizada através do arrocho salarial.

trabalho. Para ele, dessa forma seria possível alcançar um nível mais alto de emprego e uma melhor remuneração para os trabalhadores.

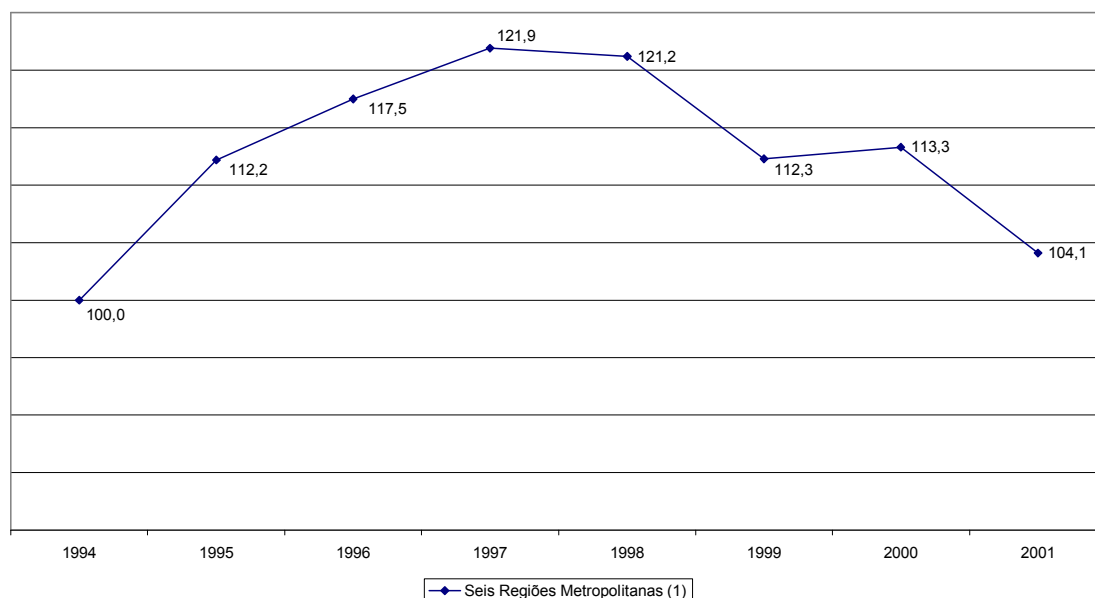
De acordo com Oscar Ermida Uriarte (1996 apud POCHMANN; BORGES, 2002), o debate sobre a ineficiência econômica da legislação trabalhista e das relações de trabalho tradicionais esconde por detrás o pensamento único neoliberal. A fase de acumulação flexível capitalista que se iniciava tinha como objetivo racionalizar a produção através, também, da redução de empregos e, por isso, baratear o custo da mão-de-obra, não faria com que as empresas contratassem trabalhadores dos quais não precisavam.

Dessa forma, uma outra consequência da política neoliberal foi a degradação do emprego, através da adoção de medidas de desregulamentação do mercado de trabalho. A principal medida legal implementada no Brasil foi a desindexação dos salários. Ela foi realizada ainda no Governo Collor, revogada por Itamar Franco e reimplantada por FHC, através do Plano Real (BOITO Jr., 1999). O abandono da política salarial⁷⁰ foi defendido em nome da livre negociação coletiva que, mesmo em um ambiente de inflação decrescente, teve um ganho no rendimento contido e localizado espaço e temporalmente. Com o passar dos anos, a perda ficou evidente num quadro de desemprego em alta. Sem a interferência do poder público, coube aos sindicatos e empresas negociar os salários nominais. Essa liberdade de negociação esteve comprometida fortemente pelo desemprego crescente, o que tornou a privatização do processo de definição dos salários negativa para maior parte dos trabalhadores (POCHMANN; BORGES, 2002).

No gráfico 3, vemos que, durante um primeiro momento, entre 1994 e 1997, o Plano Real teve impactos positivos sobre a elevação do rendimento do trabalho. Contudo, diante do baixo crescimento econômico e do aumento do desemprego, a capacidade de negociação dos trabalhadores se arrefeceu, o que fez com que a evolução dos salários, pós-1997, passasse a ser decrescente, eliminando os efeitos positivos da estabilização monetária.

⁷⁰ A política salarial foi implantada para o conjunto da economia no início do Regime Militar, em 1964, com o objetivo de coordenar a macro dinâmica salarial com as políticas de combate à inflação (POCHMANN; BORGES, 2002).

Gráfico 3- Evolução do Rendimento do Trabalho, 1994-2001
Brasil



(1) Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Fonte: FIBGE (Pochmann; Borges, 2002). Elaboração própria.

Cabe dizer que FHC foi o principal agente implementador de medidas desregulamentadoras no Brasil. Logo que assumiu, o presidente deixou claro que tinha como objetivo “acabar com a Era Vargas”. O primeiro ministro do trabalho do Governo FHC, Paulo Paiva, propôs a extinção do artigo 7º da Constituição, que fixa os direitos trabalhistas. O então ministro disse que os objetivos do governo eram:

1) flexibilização dos direitos sociais; 2) implantação do contrato coletivo de trabalho; 3) redução dos encargos trabalhistas; 4) eliminação do poder normativo da Justiça do trabalho; 5) fim da contribuição sindical compulsória; 6) e introdução do pluralismo sindical (“A Reforma Trabalhista”, Jornal da Tarde, 10/05/1995 apud POCHMANN; BORGES, 2002, p. 64).

Mas a proposta não foi adiante e, com a redução de sua legitimidade, FHC percebeu que teria dificuldades para alterar a Constituição e optou por medidas de flexibilização mais graduais. Através de (pouco democráticas) Medidas Provisórias, de Projetos de Lei (PLs) em regime de urgência de votação e das portarias e normas do Ministério do Trabalho, o Governo FHC

foi, aos poucos, adulterando a legislação trabalhista. Pochmann e Borges (2002) destacam algumas dessas alterações⁷¹:

- MP nº 1.053, convertida na Lei nº 8.542 – Determinou a “livre negociação” dos salários, proibindo sua indexação⁷²;
- Lei nº 8.949, de dezembro de 1994 – Regulamentava as cooperativas e visava estimular formas solidárias de trabalho. Teve apoio popular, mas foi utilizada pelo empresariado como forma de evitar os encargos trabalhistas através da criação de falsas cooperativas;
- Portaria 865, de setembro de 1995 – Impediu a aplicação de multas sobre as empresas que descumprissem convenções e acordos trabalhistas;
- Decreto 2.100, de dezembro de 1996 – Retirou do direito brasileiro a norma mundial (Convenção 158 da OIT) que limita a demissão imotivada;
- MP nº 1.530, convertida na Lei nº 9.468, de 1997 – Institui o Plano de Demissão Voluntária dos servidores federais, sendo depois seguida pelos estados e municípios;
- MP nº 1539, renumerada para 1.619 e 1.698 e convertida na Lei nº 10.101 – Regulamentou a Participação nos Lucros e Resultados (PLR)⁷³;
- Lei 9.601, de 1998 – Instituiu o contrato por tempo determinado, conhecido como contrato temporário⁷⁴. Quando demitido o trabalhador contratado

⁷¹ Eles ainda apresentam: Lei nº 9.032, de maio de 1995; Lei nº 9.300, de 1996; Portaria nº 2, de maio de 1996, Lei nº 9.525, de 1997; MP nº 1523, convertida na LEI nº 9.528, de 1997; Lei 9.527, de dezembro de 1997; MP nº 1.415, convertida na Lei nº 9.971; Lei nº 9.608, de 1998; Lei 9.957, de 2000 (POCHMANN; BORGES, 2002).

⁷² Os reajustes salariais passam a depender da força dos sindicatos e de sua capacidade de organização e mobilização, uma vez que as empresas deixam de ser obrigadas a aumentar os salários de seus empregados de acordo com o índice oficial de inflação. Sem um patamar mínimo de reajuste, as diferenças salariais por setores e por regiões tende a aumentar (GALVÃO, 2002).

⁷³ A PLR, apesar de ser uma demanda histórica do sindicalismo, produz efeitos nefastos sobre os direitos trabalhistas flexibilizados, porque não incide sobre ela nenhum encargo trabalhista ou previdenciário, e sobre a ação sindical, pois dificulta a realização de mobilizações ampliadas por reajustes salariais, uma vez que a aferição dos lucros e resultados é feita por empresas. Essa forma de remuneração variável também permite pouco controle sindical, uma vez que estes não dispõem de informações sobre as receitas das empresas, e estão pouco organizados nos locais de trabalho. Além disso, por ser condicionada às metas de produção, a PLR acaba estimulando o aumento da produtividade, integrando os trabalhadores às empresas (GALVÃO, 2002).

⁷⁴ Desde 1996, a Força Sindical já estabelecia contratos temporários em várias empresas, realizando assembleias para conseguir a adesão dos trabalhadores, que acabavam aceitando a redução de seus direitos, em troca da promessa da geração de novos empregos. Nas palavras de Paulinho, presidente da Força Sindical desde fevereiro de 1999, “Foi por isso que,

temporariamente não tem direito ao aviso prévio e à multa de 40% sobre o FGTS. A Lei também permitiu a instituição de jornada de trabalho superior a 44 horas semanais sem o pagamento de horas extras. Criou o banco de horas⁷⁵, determinando a compensação das horas extras no período de um ano;

- MP nº 1.709-4/98, renumerada para 1.779 e 2.168 – Criou o contrato parcial de trabalho que permite uma jornada de trabalho de 25 horas, com redução do salário e do tempo de férias;

- MP nº 1.726, de 1998 – Instituiu a demissão temporária com suspensão de contrato de trabalho por cinco meses⁷⁶;

- Lei nº 9.958, de 2000 – Criou comissões paritárias de conciliação prévia, que inviabilizam a reclamação dos direitos do trabalho na Justiça.

Essa desregulamentação foi ainda acompanhada por uma ofensiva contra a Justiça do Trabalho que representou e, ainda representa, com o arrefecimento do poder sindical, um importante mecanismo no que diz respeito à proteção dos direitos trabalhistas⁷⁷. Além disso, o Governo FHC demonstrou

há dois anos, junto com oito sindicatos patronais, eu e a diretoria de meu sindicato idealizamos o contrato de trabalho por tempo determinado, com redução de encargos, para estimular as empresas” (Folha de S. Paulo, 25/01/1998 apud GIANNOTTI, 2002).

⁷⁵ O banco de horas, inicialmente proposto pelos metalúrgicos de São Paulo, principal base da Força Sindical, e incorporado também pela direção da CUT como um instrumento de combate ao desemprego, flexibiliza a jornada semanal de trabalho, e sua extensão passa a ser determinada pelos interesses das empresas. Quando se torna anual, a jornada de trabalho dificulta a fiscalização de sua duração pelos inspetores do trabalho e prejudica a vida familiar dos trabalhadores (BOITO Jr., 1999).

⁷⁶ Esta MP estabeleceu a suspensão do contrato de trabalho por tempo indeterminado segundo a vontade da empresa, adiando o momento da dispensa efetiva. Neste período o trabalhador receberia o seguro desemprego e uma bolsa para participar de cursos de qualificação profissional. Vale dizer que este período de suspensão não contaria para efeitos de aposentadoria, FGTS, 13º salário e férias. A Força Sindical apoiou essa medida alegando que a mesma poderia melhorar a situação das empresas e amenizar a situação do trabalhador demitido, pelo menos durante o período em que ele receberia os auxílios (TRÓPIA, 2002).

⁷⁷ Noronha (1998 apud CARDOSO, 2003) iria mais adiante ao afirmar que o modelo brasileiro de relações de trabalho é do tipo legislado. Para o autor, que contraria a maior parte dos estudos sobre o tema, mesmo o corporativismo varguista teve seu formato geral definido em lei e não em negociações livres entre entidades representantes de capital e trabalho, intermediadas pelo Estado. O autor afirma que, aqui, a lei cumpriria o papel que as convenções ou contratos coletivos cumprem em outros países e, dessa forma, é de se esperar que parte da solução dos conflitos cotidianos do trabalho seja remetida à Justiça. No entanto, para Cardoso (2003), nos momentos em que o movimento sindical encontra-se fortalecido, este pode fazer cumprir seus direitos somente com o auxílio da fiscalização do Estado, via Ministério do Trabalho; enquanto isso, em períodos de maior adversidade, como os anos 1990, o número de recursos judiciais nas relações trabalhistas tende a aumentar. Para o autor, tudo sugere que a deslegitimação das normas legais pelos capitalistas, o enfraquecimento do poder sindical e o

seu interesse em reprimir as lutas dos trabalhadores ao apresentar o PL nº 1.802, em 1996, criminalizando todas as greves e estabelecendo multas diárias para os sindicatos. Este governo ainda pressionou pela limitação do número de dirigentes sindicais, através do estatuto padrão, estabelecido pelo regime Militar; proibiu os descontos das contribuições confederativa e assistencial, visando asfixiar financeiramente os sindicatos; e levou adiante a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 623, que tinha por objetivo eliminar os limites à pluralidade, mas esta não foi adiante (POCHMANN; BORGES, 2002).

Mesmo em 2001, já no final do mandato de FHC, o Ministério do Trabalho apresentou um projeto de alteração do artigo 618 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que propunha que o negociado deveria prevalecer sobre o legislado, colocando em perigo todas as históricas conquistas dos trabalhadores. De acordo com Patrícia Vieira Trópia (2002), este Projeto de Lei 5.843/01, de autoria do Executivo, foi aprovado pela Câmara Federal em dezembro de 2001, mesmo sob protesto de representantes da CUT, da CGT e do MST. Este Projeto abria brechas para que uma série de direitos trabalhistas fosse eliminada, uma vez que estes passariam a ser estabelecidos através de negociações entre empresários e trabalhadores, em convenções ou acordos coletivos, variando de caso a caso. Sob o pretexto de fortalecer os sindicatos e minimizar a interferência do Estado nas negociações coletivas, esse Projeto acabaria liquidando a CLT e a Justiça do Trabalho. Para a autora, “trata-se, na prática, do mais duro golpe desferido contra os direitos dos trabalhadores desde a implementação das políticas neoliberais no país” (TRÓPIA, 2002).

A reação a este Projeto de Lei foi generalizada. Diversos setores da sociedade se manifestaram contrários a ele, como centrais sindicais⁷⁸, juristas e entidades civis e parlamentares. Essa resistência, aliada ao fato de que a proposta foi feita em ano eleitoral e à instabilidade da base de sustentação do governo, fez com que o Projeto não fosse adiante, tendo sua votação no Senado suspensa, em março de 2002 (POCHMANN; BORGES, 2002).

afrouxamento dos órgãos de controle estatais, conferiram à Justiça do Trabalho um lugar central na década de 1990, judicializando o confronto de interesses de capital e trabalho.

⁷⁸ A Força Sindical mais uma vez se posicionaria favorável à desregulamentação dos direitos trabalhistas, apoiando este Projeto. Mais adiante retomaremos esta discussão.

Mas, vale dizer que, apesar dessa derrota, o processo de flexibilização trabalhista avançou a passos largos no Brasil. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil foi um dos países que mais adotou medidas de desregulamentação na década de 1990. Apesar disso, os supostos avanços que seriam alcançados através dessa flexibilização não foram percebidos no país (POCHMANN; BORGES, 2002 e TRÓPIA, 2002). Ao longo desta dissertação, veremos que o desemprego não foi reduzido, que a informalidade aumentou e que as condições de trabalho se tornaram ainda mais precárias no Brasil.

Os dados do Ministério do Trabalho, apresentados por Pochmann e Borges (2002), indicam que em dois anos de vigência do contrato de trabalho por tempo determinado foram admitidas apenas 16.099 mil pessoas nesta modalidade de contratação, em um universo de 22,5 milhões de pessoas contratadas com registro em carteira. Além disso, a criação do banco de horas só fez aumentar a jornada de trabalho do brasileiro. Segundo os dados da Fundação Seade e do Dieese, no ano de 2002, cerca de 40% dos assalariados na região metropolitana de São Paulo trabalharam além das 44 horas semanais fixadas na Constituição⁷⁹. Com a vigência do banco de horas, apontado como um dos principais responsáveis pelo aumento da carga horária de trabalho, os empresários, que não precisam pagar pelas horas extras, incentivam seus funcionários a realizar maiores expedientes, ao invés de contratar novos funcionários. Segundo Martins e Rodrigues (1999), o banco de horas significou para as empresas uma redução nos custos da força de trabalho, permitindo que as jornadas fossem adaptadas às necessidades e oscilações da produção e da demanda. Já os trabalhadores tiveram suas vidas desorganizadas pela jornada “flexível” e deixaram de receber pelas horas extras trabalhadas, que passaram a ser compensadas com folgas distribuídas de acordo com a conveniência patronal.

⁷⁹ Cabe destacar que, em 2002, uma pesquisa do Instituto Sodhexo Alliance revelou que o Brasil possuía a segunda maior jornada de trabalho do mundo, ficando atrás apenas dos EUA. Em outro estudo, de 1999, Cláudio Dedecca, através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, chegou a um resultado semelhante. Ele calculou uma jornada efetivamente trabalhada de 1.920 horas para os brasileiros que, comparada aos dados da Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), coloca o Brasil no segundo lugar do ranking mundial, atrás apenas dos EUA, com 1.962 horas (POCHMANN; BORGES, 2002).

Já os acordos de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), tratam de uma remuneração variável que só leva em conta os resultados fixados nas metas de produção, porque as empresas não abrem sua contabilidade. Essa é uma forma de criar um clima cordial e de cooperação entre trabalhadores e empresas, já que ambos passam a depender do aumento da produtividade para terem maiores benefícios.

A terceirização nas empresas também se expandiu muito. Apesar da Lei afirmar que os terceirizados só poderiam executar as atividades-meio, como limpeza e segurança, a terceirização atingiu diversos segmentos. Já em 2002, dos 394 mil bancários do país, 108 mil eram vinculados a firmas prestadoras de serviços.

Os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais também aumentaram com a flexibilização trabalhista. De acordo com dados da OIT (apud POCHMANN; BORGES, 2002), neste período, o Brasil estava entre os quinze piores países do mundo nestes quesitos. Em 1990, foram 150 óbitos por milhão, um número três vezes maior do que a média européia. A principal causa destes acidentes é a falta de legislação específica no país. Em 2001, cerca de 310 mil paulistanos já sofriam de Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e de Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho, e outros 4,7 milhões de trabalhadores já relatavam sintomas dessas doenças, de acordo com uma pesquisa do Instituto Nacional de Prevenção de LER/Dort (POCHMANN; BORGES, 2002).

Diante desse quadro, apesar de longo, creio que esse trecho de Luciano Vasapollo (2006) é bastante elucidativo da forma como a flexibilização pode ser entendida :

“liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuïrem; liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite; faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade do trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional; possibilidade de a

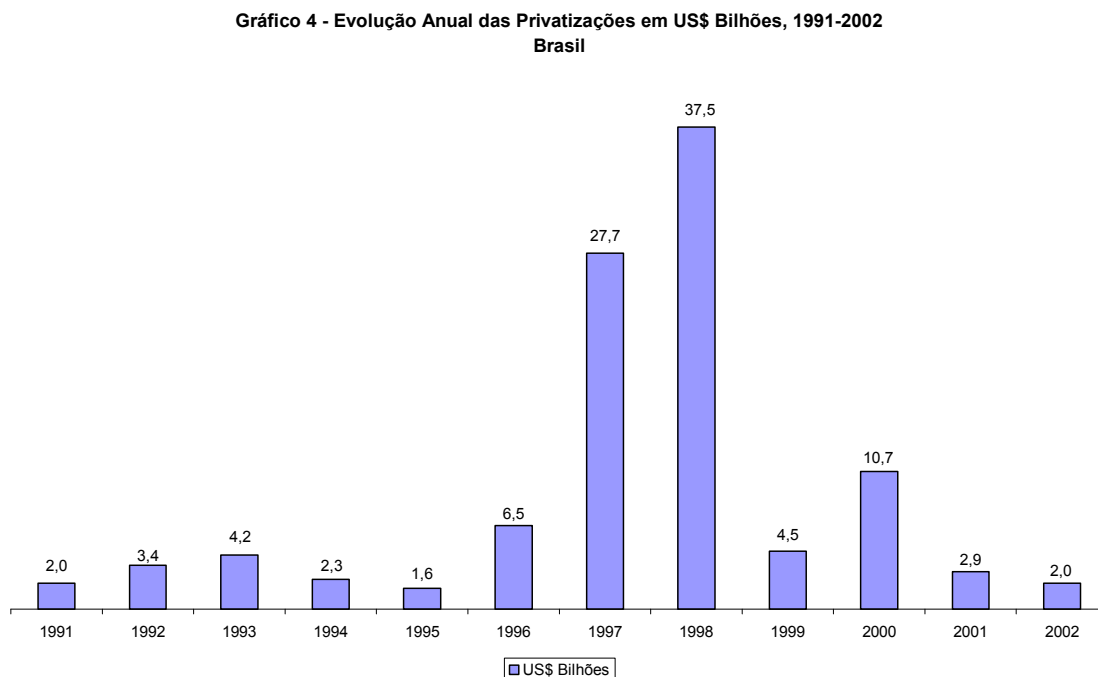
empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, em tempo parcial, horário flexível, etc.); liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas; possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa” (VASAPOLLO, 2006, p. 45).

Podemos perceber que as alterações realizadas na legislação brasileira citadas anteriormente acompanham este “receituário” e que a flexibilização, longe de ser uma solução para aumentar os índices de emprego, se revelou uma forma de impor salários mais baixos e em condições mais precárias aos trabalhadores. É neste contexto que estão sendo reforçadas novas ofertas de trabalho, através do mercado informal, ampliando ainda mais o trabalho precário, irregular e sem direitos trabalhistas (VASAPOLLO, 2006).

Além da abertura comercial e da flexibilização, completando o tripé que caracteriza a política neoliberal, temos as privatizações (BOITO Jr., 1999). Foi durante o Governo FHC que este processo se intensificou e se tornou mais abrangente. Isso porque foi neste período que os serviços públicos e estratégicos foram transferidos à iniciativa privada, dentre eles os setores de eletricidade, transportes e telecomunicações. Essas privatizações foram realizadas segundo os ditames do Consenso de Washington, cujos principais objetivos eram o ajuste fiscal, com a eliminação do déficit público primário, redução do tamanho do Estado, privatizações das empresas públicas, abertura comercial com redução de alíquotas de importação, fim das restrições às instituições financeiras internacionais e privatizações de serviços públicos (BASTOS, 2003)⁸⁰.

⁸⁰ Cabe lembrar que, de acordo com Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna (1998), a reforma do Estado brasileiro, ou a reforma da reforma instituída pela Constituição de 1988, se fortaleceu por conta da ineficiência e da má qualidade do sistema público aliada aos discursos que afirmam que a proteção social oferecida pelo Estado onera os gastos com a mão-de-obra. No que tange o mundo do trabalho, pudemos observar um movimento de “transferência” do estado de bem-estar social para dentro do ambiente empresarial, onde os interesses de patrões, em manter seus funcionários envolvidos com a produtividade das empresas, e empregados,

No gráfico 4 podemos ver a intensificação do processo de privatização durante o primeiro mandato de FHC, sendo que, em 1998, as privatizações bateram o recorde de receita de venda em 37,5 bilhões de dólares.



Fonte: BNDES, Área de Desestatização e Reestruturação, jul. 2002 (apud Bastos, 2003). Elaboração própria.

FHC criou o Conselho Nacional de Desestatização (CND) e sancionou a Lei de Concessões, alargando o alcance do Plano Nacional de Desestatização (PND), que poderia, além de vender as estatais, fazer licitações para a exploração de serviços públicos. O governo intensificou a política de privatizações através de dispositivos e modificações na Constituição, e incluiu as empresas Eletronorte, Eletrosul, Furnas, Chesf e a Eletrobrás no PND. Além disso, ele remarcou os leilões suspensos durante o Governo Itamar Franco, inclusive o de oito petroquímicas. O Governo FHC ainda confirmou os leilões da Light, RFFSA, Escelsa e Meridional, incluiu 31 portos na lista do CND e abriu ao capital privado o segmento das telecomunicações. Em maio de 1997,

desejosos de uma proteção social mais ampla e de maior qualidade, parecem convergir, mas estão longe de atingir o sucesso esperado. Isso ocorre porque a diminuição do mercado formal de trabalho restringe cada vez mais o número de beneficiados deste tipo de iniciativa. A prática sindical adotada em meados dos anos 1990 será, também, reflexo desse processo e acabará prejudicando, mesmo que indiretamente, a universalização da proteção social (VIANNA, 1998).

FHC ainda privatizou a Vale do Rio Doce, a maior estatal já vendida no Brasil, a despeito dos protestos (BASTOS, 2003).

Esse avanço do processo de privatização reflete a necessidade do Capital em redefinir o papel do Estado na nova configuração da economia mundial e, ao mesmo tempo, indica o interesse das elites em definir políticas questionáveis de apropriação dos bens públicos. Aloysio Bionde (1999) afirma que a política de privatizações no Brasil comandou a desapropriação de bens públicos, de acordo com a nova legislação em vigor, e a apropriação desses bens por parte de alguns grupos privados. O Programa Nacional de Desestatização promoveu uma reordenação no grande capital brasileiro e, neste processo, cerca de vinte grupos foram beneficiados. Assim ficou definido quais conglomerados passariam a deter o poder econômico das próximas décadas. De acordo com Boito Jr. (1999), foram as grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil que viram seu patrimônio aumentar com as privatizações, já que arremataram empresas lucrativas a preços reduzidos, com as chamadas “moedas podres”⁸¹ e com empréstimos favorecidos pelo BNDES. Esses grandes grupos monopolistas nacionais e seus associados estrangeiros, através da apropriação do discurso neoliberal, que contraditoriamente defende o mercado e a concorrência, acabaram por consolidar sua posição monopolista.

A Revista Exame, de agosto de 1995 (apud BASTOS, 2003), publicou a lista das 500 maiores e melhores empresas brasileiras, dentre elas estavam 21 empresas privatizadas a partir de 1991. Na revista, essas empresas aparecem com um patrimônio líquido de US\$ 22,3 bilhões, mas elas foram vendidas por cerca de US\$ 6,66 bilhões, sendo que o governo brasileiro só recebeu em dinheiro US\$ 1,19 bilhão⁸².

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), a transferência dos serviços públicos estratégicos à iniciativa privada foi realizada com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à

⁸¹ O que tem sido chamado de “moedas podres” ou “moedas de privatização” são títulos públicos desvalorizados, comprados até 40% abaixo de seu valor de face, e que entram na compra de estatais com seu valor total (BASTOS, 2003).

⁸² Isso ocorreu porque os gestores das privatizações adotaram um método de avaliação das estatais recomendado pelas instituições estrangeiras (FMI e BIRD), o chamado fluxo de caixa, que avalia o potencial de geração de resultados do seu ativo operacional. Assim calculado, o valor da estatal tem pouco a ver com o valor do seu patrimônio líquido real (BASTOS, 2003).

sociedade, através do aumento dos investimentos realizados pelos novos gestores (BASTOS, 2003). Mas, depois das privatizações, acumularam-se denúncias de mau funcionamento e inoperância gerencial, e reclamações quanto ao atendimento e ao tratamento aos consumidores. Ao lado do descontentamento em relação à qualidade dos serviços, começaram a surgir críticas firmes aos preços, que aumentaram significativamente após as privatizações.

Além disso, os esforços no sentido de comprimir os gastos do setor público também fizeram com que o governo brasileiro demitisse funcionários públicos não estáveis, adotasse programas de demissão voluntária, fechasse organismos estatais e aprovasse uma reforma administrativa, indicando o interesse governamental no sentido de enxugamento de pessoal. Com isso, o setor público enfraqueceu seu papel como gerador de empregos, tendo diminuído sua participação no total da ocupação⁸³ (POCHMANN; BORGES, 2002).

2.4.5 - Reestruturação Produtiva - Anos 1990

O choque de competitividade imposto pelas transformações neoliberais ao longo dos anos 1990 fez avançar um novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil. As grandes empresas adotaram novas estratégias produtivas que atingiram de forma mais intensa o mundo do trabalho no país (ALVES, 2005 e ANTUNES, 2006). Começou a se consolidar o chamado toyotismo sistêmico⁸⁴, caracterizado por seus avanços quantitativos e qualitativos na implementação de avanços tecnológicos e organizacionais, ou seja, o esforço de reestruturação mais integrado e a adoção de estratégias mais sistêmicas caracterizam esse novo impulso de reestruturação produtiva, cujo objetivo é a parceria entre capital e trabalho no campo da produção.

⁸³ Durante a década de 1980, o setor público foi um dos principais geradores de emprego e, durante a recessão de 1990/92, chegou a registrar uma maior quantidade de empregos do que a indústria de transformação (POCHMANN; BORGES, 2002).

⁸⁴ De acordo com Rachid (1994 apud ALVES, 2005), o caráter sistêmico do toyotismo decorreria da utilização integrada das inovações tecnológicas com a adoção de técnicas abrangentes de gestão do processo produtivo.

Alves (2005) aponta que os principais determinantes sócio-históricos desse novo impulso de reestruturação produtiva no país foram: a) a nova etapa do capitalismo mundial, caracterizada pela mundialização do capital⁸⁵, que tende a projetar nas subsidiárias das transnacionais novas estratégias de produção, exigências do novo tipo de acumulação flexível; b) o avanço da política neoliberal, que impulsionou a modernização industrial no Brasil e adotou uma política de liberalização comercial abrupta e desregulada, fazendo com que as empresas brasileiras fossem forçadas a concorrer no mercado mundial; e c) a crise das estratégias políticas (e sindicais) de matriz socialista no Brasil, decorrente da derrota do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nas eleições de 1989 e 1994, e do desmoronamento do socialismo real, que atingiu importantes parcelas do movimento sindical no país.

A liberalização (ou abertura) comercial é um dos principais aspectos da política neoliberal no Brasil. Ela surge como necessidade do capital mundial e são as agências multilaterais que exercem pressão sobre as economias nacionais para que elas facilitem o fluxo de capitais estrangeiros nos países⁸⁶. Nesse novo cenário de competitividade internacional, as transnacionais implantadas no Brasil percebem a necessidade de impulsionar um novo complexo de reestruturação produtiva capaz de torná-las aptas para concorrer tanto no mercado internacional e no mercado local e regional, que aparecem como novos espaços de valorização, sobretudo com o Mercosul⁸⁷ (ALVES, 2005).

⁸⁵ A mundialização do capital decorre da nova lógica de valorização do capital que tem como principais agentes as empresas, as corporações e os conglomerados transnacionais, apoiadas pelas “*tecno-estruturas mundiais*” (FMI, Banco Mundial e OMC), que consolidam a nova estrutura do capitalismo mundial. Essa mundialização não é decorrência apenas de decisões econômicas, mas de políticas capazes de propiciar a nova ação do capital. Dessa forma, o avanço das coligações neoconservadoras de matriz neoliberal contribui para a consolidação da mundialização do capital (ALVES, 2005). Para mais ver: CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996. e ALVES, GIOVANNI. Trabalho e Mundialização do Capital: a Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. 2 ed. Londrina: Práxis, 1999.

⁸⁶ O FMI, o Banco Mundial e a OMC são conhecidos por condicionar a liberação de seus empréstimos ao cumprimento das políticas neoliberais (BASTOS, 2003)

⁸⁷ A constituição desses novos espaços de valorização do capital em âmbito regional impõe um novo ritmo à reestruturação produtiva, não apenas em virtude da necessidade de incrementos na produtividade do trabalho, mas também por seu potencial de desindustrialização. A formação de blocos regionais, parte intrínseca da mundialização do capital, é um processo de

Convém lembrar que já existia, desde o final da década de 1980, uma pressão internacional para que o Brasil adotasse uma política ampla de liberalização comercial, mas foi no Governo Collor que a abertura comercial se tornou um dos principais eixos da política neoliberal. Collor instituiu as “Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior” (PICE) que trouxe importantes medidas de desregulamentação do comércio exterior e de redução das alíquotas de importação. O Programa de Modernização, instituído pelo governo visava a abertura comercial e o incentivo ao capital privado nacional para que ele se reestruturasse com o apoio de créditos oficiais, que deveriam ser utilizados na reestruturação das indústrias brasileiras e na expansão para o comércio exterior (GOUVÊA, 1991 apud ALVES, 2005). Essa liberalização comercial prosseguiu durante o Governo Itamar e se aprofundou com FHC, como vimos anteriormente.

No que diz respeito à crise das estratégias políticas (e sindicais) de matriz socialista no Brasil, ALVES (2005) afirma que esta crise e o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva no Brasil se retroalimentam. Na medida em que a crise criou as condições “subjetivas” para a nova hegemonia do capital na produção, o toyotismo sistêmico buscou a captura de um consentimento operário, sobretudo no que diz respeito às organizações sindicais, o que, como veremos adiante, implica em “debilitar posturas classistas de cariz socialista, avessas à parceria com o capital na produção” (ALVES, 2005, p.190).

Cabe dizer, no entanto, que a passagem do toyotismo restrito para o toyotismo sistêmico é complexa e descontínua, sendo determinada pelo cenário macroeconômico brasileiro. É por isso que Alves (2005) distingue dois períodos na era neoliberal nos quais se estabelecem as novas bases para o impulso do novo processo de reestruturação produtiva no país: o Governo Collor (1990-1993) e o Governo FHC, a partir do Plano Real, em 1994.

Durante o Governo Collor, o destaque vai para a abrupta liberalização comercial que gerou um choque de competitividade, determinando que as grandes empresas deveriam reestruturar-se, reduzindo custos e estabelecendo o consentimento operário. As condições adversas da economia brasileira, com

inclusão e exclusão, no qual os “perdedores” não são apenas as empresas, mas países (CHESNAIS, 1996 apud ALVES, 2005).

uma das mais profundas recessões da história do país, fez com que as indústrias, de início, adotassem estratégias defensivas de racionalização de custos através da redução da jornada de trabalho e de salários e, principalmente, de demissões. No entanto, a pressão da concorrência forçou as empresas a avançarem em seus processos de reestruturação e, com isso, ainda que os investimentos em novas tecnologias se mantivessem reduzidos, as técnicas organizacionais, obviamente adaptadas ao contexto brasileiro, começaram a avançar. A terceirização, o *Just-in-Time / Kanban*, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), o Controle Estatístico de Processo (CEP), o Controle de Qualidade Total (CQT), *Kaizen*, entre outros, nascidos nos anos 1980, começaram a se expandir. Em muitas indústrias, esses métodos foram adotados como simples formas de reduzir os custos, mas nos pólos mais desenvolvidos, eles eram incorporados com uma perspectiva sistêmica de envolvimento dos trabalhadores (ALVES, 2005).

[...] é preciso buscar o consentimento operário, um dos principais requisitos para a obtenção de qualidade e produtividade na era da mundialização do capital, sob a Terceira Revolução Tecnológica (ALVES, 2005, p. 198).

A contradição entre a busca pelo comprometimento operário e o momento recessivo, que fazia com que as empresas racionalizassem seus custos através do corte de pessoal, não permitiu que fossem adotadas essas novas estratégias de envolvimento operário com amplitude e eficácia. O *downsizing*⁸⁸ comprometia o discurso de parceria entre capital e trabalho. Alguns sociólogos, como Leite (1994 apud ALVES, 2005), afirmam que o caráter “descartável” que os empresários atribuíam à força de trabalho era incompatível com os princípios do toyotismo. Mas, de qualquer forma, avanços foram alcançados, sobretudo no que diz respeito à produção enxuta (*lean production*) e ao aumento da produtividade. As empresas se tornaram capazes de produzir mais com menos (ALVES, 2005).

⁸⁸ O downsizing implica em uma ampla redução da força de trabalho ocupada, que se explica pela necessidade de eliminação “de gorduras desnecessárias para a produção” (LIMA, 2006, p.305).

Durante o Governo FHC, a adoção sistêmica de novas práticas organizacionais, vinculadas à lógica do toyotismo, se aprofundou para além do processo produtivo, por exemplo, com a adoção de novos sistemas de pagamento, como o bônus de produtividade e a participação nos lucros e resultados. Além disso, o novo ciclo de crescimento do capitalismo brasileiro, alcançado após a implementação do Plano Real em 1994, impulsionou os investimentos produtivos em capitais fixos, o que acelerou a automação microeletrônica na produção industrial, sobretudo em seus pólos mais desenvolvidos. Isso, junto com o consentimento operário, fez com que as indústrias brasileiras atingissem novos padrões de qualidade e produtividade, indispensáveis para a inserção do Brasil no mercado mundial (ALVES, 2005).

Após a instauração do Plano Real, os empresários tiveram melhores condições de promover o “envolvimento estimulado” dos trabalhadores à nova lógica da produção, não só por conta de uma estabilidade macroeconômica, mas também por causa de condições sociais e políticas, como o surgimento de um “novo e precário” mundo do trabalho e de um sindicalismo debilitado estruturalmente e politicamente (ALVES, 2005).

Cabe lembrar que o objetivo deste processo de reestruturação produtiva é a implantação da acumulação flexível. Dentre seus principais aspectos, Alves (2005) e Antunes (2006), destacam a descentralização produtiva, caracterizada pelo processo de terceirização e de transferência de unidades e plantas produtivas, como um dos maiores desafios à luta sindical no país, como discutiremos mais tarde.

A terceirização aparece com um componente central na passagem para a acumulação flexível, pois fragmenta o campo da produção de mercadorias e pulveriza o trabalhador coletivo. Se antes, essa terceirização só atingia os setores de apoio à produção, as chamadas atividades-meio, hoje, como vimos, ela tende a atingir atividades vinculadas diretamente a esfera da produção. Este processo de terceirização está centrado na lógica da focalização da produção, que ocorre quando uma empresa se especializa na produção daquelas mercadorias sobre as quais detém evidentes vantagens competitivas. Mas, para isso, é necessário constituir uma rede de subcontratações, onde os fornecedores precisam estar qualificados para oferecer para as empresas contratantes, produtos de qualidade no momento necessário (ALVES, 2005).

A adoção da estratégia de terceirização representa uma série de vantagens para as elites empresariais, como a redução de custos administrativos e uma maior concentração em atividades estratégicas, como logística e marketing. Além disso, permite também um maior controle sobre a força de trabalho devido a sua menor concentração por empresa. Mas, os problemas com os custos e a qualidade têm feito com que algumas empresas recuem nesse processo indiscriminado de terceirizações. A Scania, em São Bernardo, por exemplo, contratou 150 operários para voltar a trabalhar dentro de sua fábrica de montagem porque as peças que estava recebendo de outras indústrias estavam chegando com muitos defeitos e tendo que ser refeitas. Para Alves (2005), isso retoma a questão da necessidade de que as empresas que fazem parte dessas redes de subcontratação também passem por processos de racionalização para que a lógica da terceirização possa contribuir para obtenção de lucros para as corporações transnacionais.

De acordo com Alves (2005), existem dois modelos distintos de terceirização. O primeiro seria aquele em que uma empresa grande e uma pequena se unem para qualificar fornecedores e aumentar a qualidade da produção. E o segundo seria aquele onde existe uma combinação entre as inovações das grandes e médias empresas com formas precarizadas e instáveis de emprego. Neste segundo modelo, a terceirização tende a desenvolver, em maior ou menor proporção, uma série de segmentações que articula o “arcaico” e o “moderno” e, dessa forma, a cadeia de subcontratações é permeada, em sua base, pelos piores salários e pelas piores condições de trabalho.

A instauração da acumulação flexível, além das inovações tecnológicas e organizacionais e da descentralização produtiva, também trouxe para o país uma flexibilização na dimensão jurídico-institucional da relação entre capital e trabalho assalariado. Se nos países capitalistas centrais, a ofensiva do capital buscou desarticular o Welfare State, no caso do Brasil, a reestruturação já encontrou um mercado de trabalho flexível, baseado na precarização do emprego e do salário. Contudo, a acumulação flexível necessita de um novo tipo de flexibilidade, um tipo que aprofunda a “flexibilidade estrutural” e que atinge os setores industriais de ponta da economia, atingindo a parcela mais qualificada do mundo do trabalho e “adequando-a” a operação das novas

tecnologias microeletrônicas de produção. Se, de início, esta flexibilidade era instaurada pela negociação coletiva entre capitalistas e sindicatos, ela depois se consolidou através do campo institucional, pelas novas leis trabalhistas, que já foram apontadas anteriormente (ALVES, 2005).

Um exemplo dos impactos do novo processo de reestruturação produtiva são os recentes acontecimentos relacionados à indústria de calçados de Franca, no interior de São Paulo, apontados por Antunes (2006). Técnicas de gerenciamento da força de trabalho foram implementadas de modo a envolver os trabalhadores, com a finalidade de aumentar a produtividade das fábricas. Uma das principais conseqüências desse processo foi uma significativa redução de postos de trabalho, em função do denominado trabalho multifuncional. Além dessa mudança, o setor também intensificou suas tercerizações por meio da ampliação do trabalho em domicílio e nas pequenas unidades produtivas, o que contribuiu para o agravamento das condições de trabalho e na alteração do espaço familiar e de suas condições de vivência. Constatou-se ainda uma forte degradação dos direitos sociais do trabalho e um aumento do trabalho infantil, conseqüências diretas da transferência do trabalho das fábricas para o espaço familiar, onde o controle se torna ainda mais difícil.

2.5 - Desemprego, Precarização e Informalidade

Logo que tomou posse, FHC afirmou que sua meta era retirar do Estado seu papel regulador do mercado e flexibilizar a legislação trabalhista, favorecendo a “livre negociação”. Neste discurso, ele garantiu que esta política democratizaria a relação entre capital e trabalho, possibilitaria a geração de empregos e a melhoria dos rendimentos e das condições de trabalho dos brasileiros (POCHMANN; BORGES, 2002). Mas, o aprofundamento das políticas neoliberais e o avanço do novo processo de reestruturação produtiva, iniciados ainda no Governo Collor, fizeram surgir no Brasil um “novo (e precário) mundo do trabalho” com uma crescente precarização do emprego e do salário e com um crescente desemprego estrutural (ALVES, 2005).

Pochmann (2008) diferencia o desemprego conjuntural e estrutural da seguinte forma: o desemprego conjuntural é aquele associado ao nível de atividade econômica e representa quase dois terços do total de desempregados no país; já o desemprego estrutural é caracterizado por sua longa duração, é aquele associado ao modo de inserção do país na economia mundial. Enquanto o desemprego conjuntural pode ser mais facilmente revertido pela elevação do ritmo do crescimento produtivo do país⁸⁹, e desemprego estrutural requer mudanças mais profundas na relação entre o Brasil e a globalização.

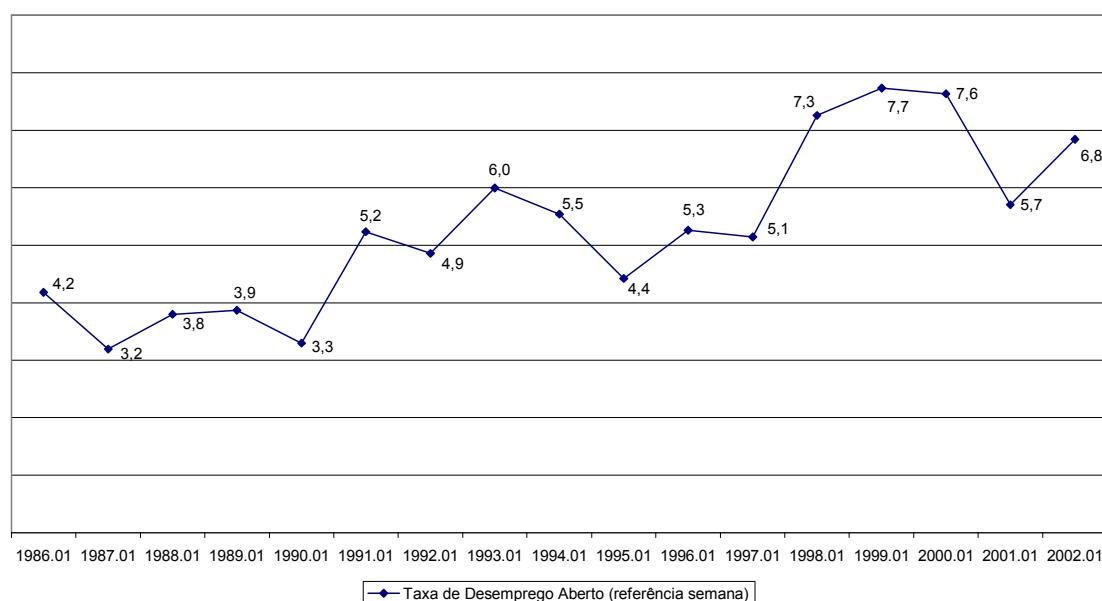
Segundo Pochmann (2008), o crescente desemprego estrutural tem se manifestado de três formas distintas no Brasil. A primeira delas é o *desemprego repetitivo*, que se concentra no segmento jovem e na transição do sistema escolar para o mundo do trabalho. A segunda forma é o *desemprego de conversão*, associado à população entre 25 e 45 anos de idade, que faz com que mesmo indivíduos com maior escolaridade tenham dificuldade de retornar a uma situação laboral equivalente, com probabilidade de ser desempregado de forma recorrente. A terceira forma de manifestação do desemprego estrutural é o *desemprego de exclusão*, associado aos trabalhadores com quarenta anos ou mais. Uma vez demitido, esse trabalhador encontra grandes dificuldades de recolocação no mercado de trabalho em um posto compatível ao anterior, uma vez que o preconceito etário se torna mais decisivo que o elevado grau de escolarização que o indivíduo possa ter.

Dessa forma, o desemprego aberto, considerado residual e concentrado nos segmentos tradicionalmente identificados como mais vulneráveis da população economicamente ativa até os anos 1980, se generaliza nos anos 1990, afetando todos os segmentos sociais. Para Pochmann (2008), “inegavelmente, o baixo crescimento econômico do país, acompanhado das políticas neoliberais e da inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, foi o responsável pelo novo quadro de desemprego massivo e estrutural” (POCHMANN, 2008, p.38)

⁸⁹ Pochmann (2008) traz uma interessante discussão sobre as limitações do desenvolvimento econômico, associado à posição de cada país na ordem mundial. Para o autor, como não há condições de universalizar o padrão de desenvolvimento dos países centrais, seja por restrições ambientais, seja pelo uso das forças produtivas globalizadas, o desenvolvimento tende a expressar uma condição de mito, conforme já havia afirmado Celso Furtado.

Com a chegada de Collor à presidência, em 1990, o desemprego aberto registrou um novo patamar, em grande parte devido à recessão dos anos 1990/92. A recuperação econômica alcançada pelo Plano Real não seria suficiente para reduzir os índices de desemprego no país e, ao longo do Governo FHC, esses números aumentaram ainda mais (POCHMANN; BORGES, 2002). No gráfico 5, vemos que, no início dos anos 1990, a taxa de desemprego aberto marcava 3,3 e, em 2000, ela atingia 7,6, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹⁰. Podemos observar que houve uma pequena redução desta taxa após a implantação do Plano Real, mas logo este efeito positivo foi dissipado e a taxa voltou a crescer.

Gráfico 5 - Taxa de Desemprego Aberto nas Seis Regiões Metropolitanas Pesquisadas, 1986-2002
Brasil (1) (2)



(1) Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

(2) Refere-se às pessoas com 15 anos ou mais de idade.

Fonte: PME/IBGE. Ipadata. Elaboração própria.

Cabe ressaltar que muitos autores, como Pochmann e Borges (2002), Boito Jr. (1999) e Waldir Quadros (2003), consideram que as estatísticas

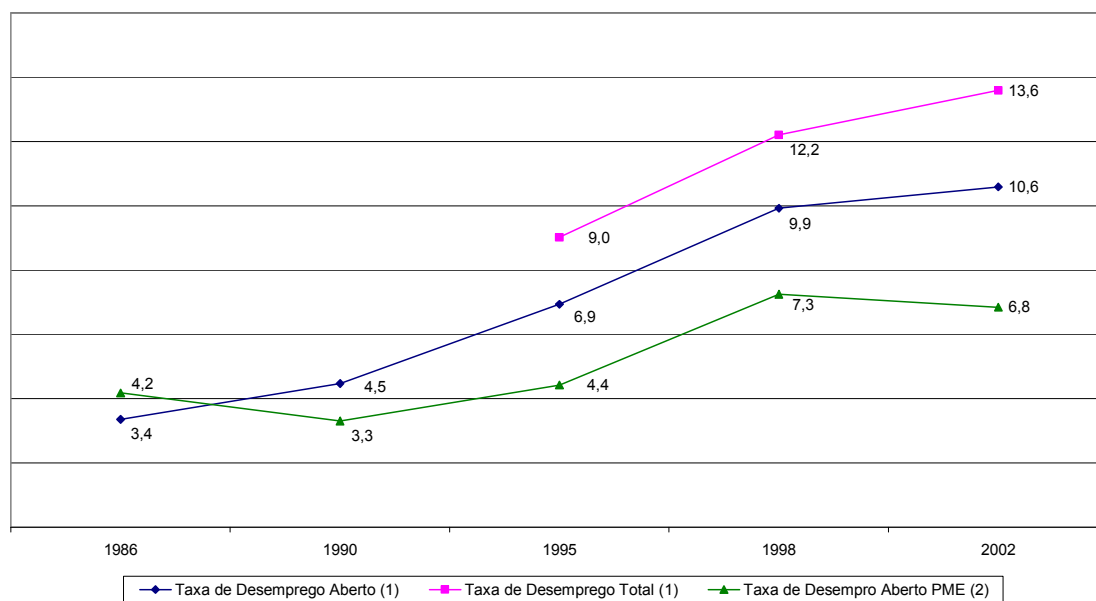
⁹⁰ Cabe destacar que esta taxa de desemprego é calculada com base nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) e nas pessoas com 15 ou mais anos de idade. Esses dados foram elaborados a partir da metodologia antiga da PME, que foi reformulada em 2002.

oficiais de desemprego no Brasil são subestimadas, na medida em que sua metodologia não dá conta da complexidade do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. Dessa forma, considerando que a metodologia desenvolvida pela parceria entre a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) é mais abrangente neste sentido, optamos por elaborar uma taxa de desemprego aberto e total, adaptando a metodologia desta pesquisa para a base de dados disponibilizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE⁹¹.

Este indicador revelou uma taxa de desemprego superior ao da taxa calculada pela PME, como podemos observar no gráfico 6. No entanto, apesar de apresentarem valores distintos, ambas as taxas indicam um comportamento similar no que diz respeito ao crescimento do desemprego ocorrido durante os anos 1990. Enquanto a taxa de desemprego aberto registra 4,5, no início da década, a taxa de desemprego da PME registra 3,3, sendo que no final da década, a primeira taxa aponta um desemprego de 9,9 e a segunda de 7,3. Ambas registraram um crescimento de mais de 4 pontos percentuais no desemprego do país entre 1990 e 1998, e revelam também uma desaceleração deste crescimento a partir de 1998, sendo que a taxa da PME chega a registrar certa retração neste indicador. Cabe ainda destacar que, se levássemos em conta a taxa de desemprego total, o quadro do emprego no Brasil se encontraria em uma situação ainda pior. Em 1995, esta taxa já atingira 9,0, chegando em 13,6 em 2002.

⁹¹ Para maiores informações acerca da construção dos indicadores de elaboração própria com base na PNAD/IBGE, apresentados ao longo desta dissertação, ver o anexo metodológico.

Gráfico 6 - Taxas de Desemprego, 1986-2002
Brasil



(1) Refere-se às pessoas com 10 anos ou mais de idade.

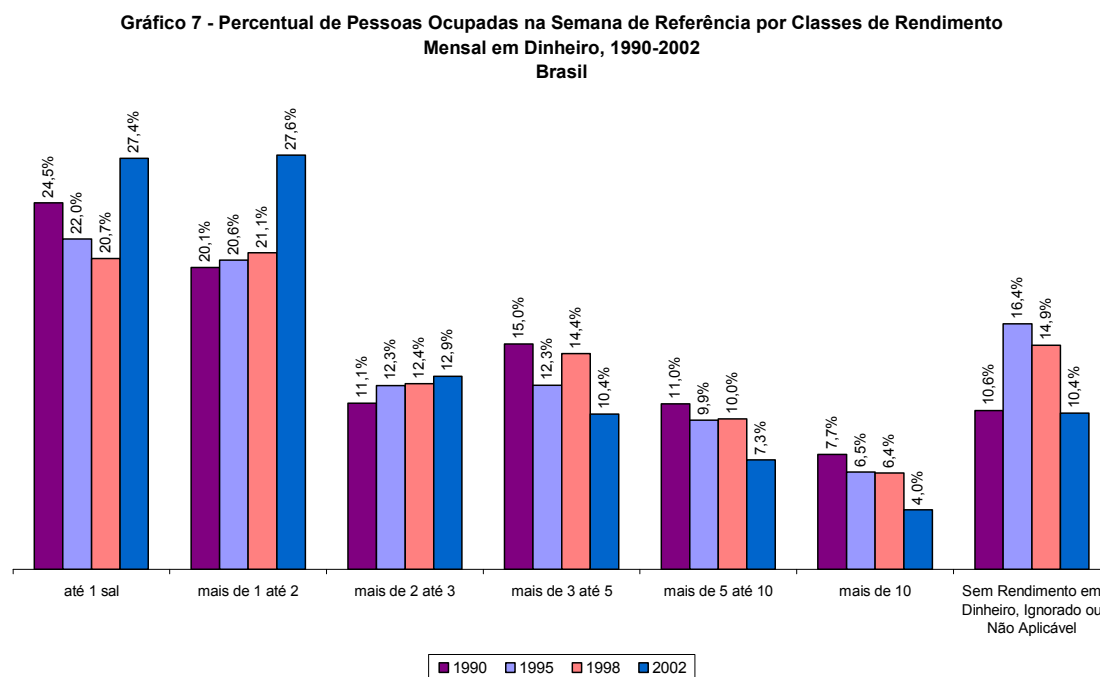
(2) Refere-se às pessoas com 15 anos ou mais de idade.

Fonte: PME e PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Pochmann e Borges (2002) apontam que houve uma mudança significativa no perfil dos desempregados durante o Governo FHC. Se, nos anos 1980, o desemprego concentrava-se nos trabalhadores de baixa escolaridade, geralmente negros, mulheres e jovens, na década de 1990, os índices de desemprego aumentaram entre os indivíduos com maior escolaridade, adultos, chefes de família e que ocupavam cargos elevados. Estas transformações relacionam-se ao processo de criação e destruição de alguns tipos de ocupações, relacionado ao comportamento mais geral da economia. Durante o Governo FHC muitas das ocupações criadas estavam vinculadas a formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência, e não ao novo paradigma tecnológico. Ou seja, eram ocupações associadas ao baixo rendimento e a formas precárias de trabalho que tendem a ser ocupadas por trabalhadores com menor escolaridade.

No que diz respeito às ocupações com baixo rendimento, vemos no gráfico 7 que o percentual de pessoas ocupadas em postos de trabalhos com rendimento acima de três salários mínimos diminuiu entre os anos de 1990 e 1998, passando de 33,7 para 21,7 do total de pessoas ocupadas. Enquanto isso, o percentual de pessoas que recebiam entre dois e três salários teve um

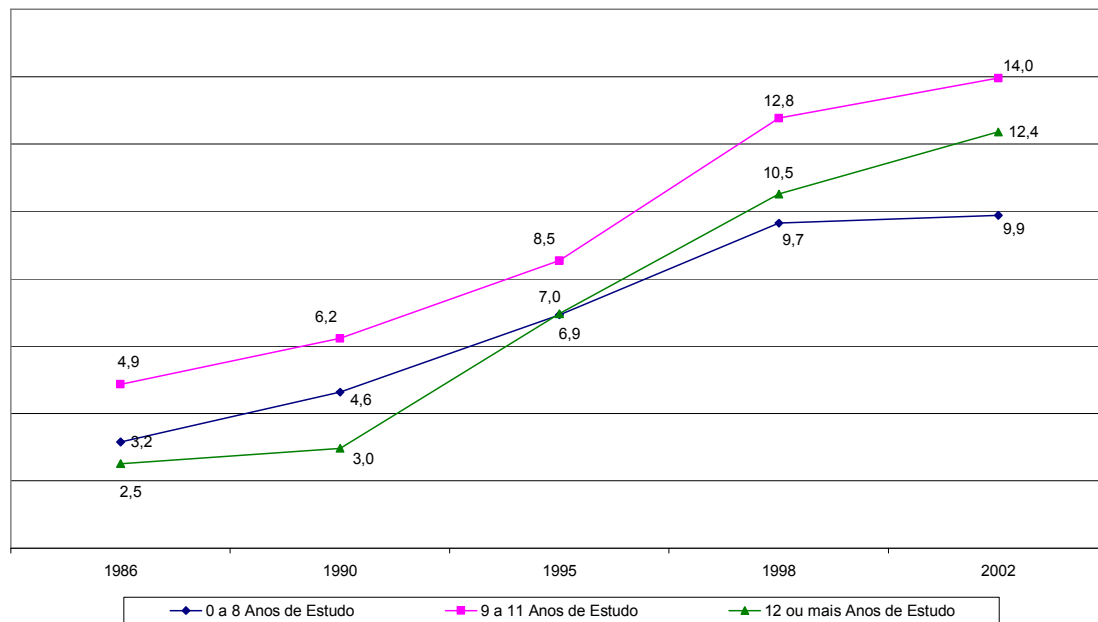
pequeno aumento de cerca de 1,8%, e o percentual de pessoas que recebiam até dois salários aumentou significativamente, passando de 44,6 para 55,0. A mudança neste aspecto do perfil das ocupações se deu principalmente entre os anos 1998 e 2002, durante o segundo mandato de FHC.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria

Pochmann (2008) afirma também que, se entre 1970 e 1980, ter elevada escolaridade garantia menor risco de ficar desempregado, o gráfico 8 abaixo revela que, a partir do início da década de 1990, a taxa de desemprego disparou em todos os grupos de anos de estudo. Entre os anos 1990 e 2002, a taxa de desemprego subiu cerca de 5,2%, entre aqueles com 0-8 anos de estudo, 7,7% entre aqueles com 9-11 anos de estudo, e 9,4% entre aqueles com 12 ou mais anos de estudo. No entanto, a partir do ano de 1995, o desemprego entre os indivíduos com 12 ou mais anos de estudo superou o daqueles com 0-8 anos de estudo e manteve esse comportamento até o ano 2002.

Gráfico 8 - Taxa de Desemprego Aberto por Grupo de Anos de Estudo, 1986 - 2002
Brasil



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

De acordo com Pochmann (2008) essa é uma anomalia específica do Brasil nas últimas duas décadas. A experiência dos países desenvolvidos revela que crescentes investimentos têm sido feitos em novas tecnologias, fazendo com que o desemprego atinja mais intensamente a força de trabalho com menor escolaridade. Temos o exemplo da Alemanha, onde, de acordo com a OECD, o desemprego entre os indivíduos com ensino básico subiu 3,3 vezes, enquanto entre aqueles com ensino superior subiu 2,6 vezes. Nos EUA, o movimento também foi o mesmo, entre aqueles com ensino básico o desemprego cresceu 2,3 vezes e entre aqueles com ensino superior, 1,9 vez.

Para o autor, isso ocorre porque a educação, embora fundamental para a disputa no mercado de trabalho, não é suficiente para garantir empregos. Outras variáveis estão em jogo, como o crescimento econômico do Brasil e a inserção do país na economia mundial. Isso enfraquece os discursos que responsabilizam os indivíduos por seu desemprego, colocando em xeque a questão da empregabilidade⁹².

⁹² Cardoso (2003), ao discutir o sentido que a empregabilidade adquire na “ortodoxia econômica dominante”, afirma que, atualmente, se diz que os indivíduos têm maior ou menor empregabilidade e que eles são responsáveis por melhorá-la, piorá-la ou mesmo perdê-la, em casos de invalidez ou por estarem em determinadas faixas etárias. Para o autor, essa noção se baseia na desigualdade de distribuição de recursos ou ativos empregáveis entre os trabalhadores, que acarreta uma desigualdade de oportunidades de acesso aos postos de

Podemos observar na tabela 1 que, entre 1940 e 1980, o mercado de trabalho brasileiro registrou uma ampliação dos empregos assalariados, sobretudo dos registrados, e uma redução do desemprego e das ocupações por conta própria e sem remuneração. Podemos ainda observar que, nos anos 1940, de cada 100 ocupados, cerca de 45 eram assalariados e destes, 29 possuíam registro em carteira, 64,4%. No entanto, nos anos 1980, de cada 100 ocupados, cerca de 65 eram assalariadas, sendo que destes 51 possuíam registro, ou seja, 78,5%. (POCHMANN, 2008).

Em 1980, a crise da dívida externa levou ao colapso do padrão de financiamento e fez com que o país adotasse programas de ajuste que até hoje inviabilizam seu crescimento econômico sustentado. Com isso, até os anos 2000, o desemprego aberto e as ocupações assalariadas sem registro apresentaram uma tendência de elevação, enquanto o assalariamento com registro decresceu. De cada cem ocupações, cerca de 67 eram assalariadas, sendo 42 com registro, ou seja, 63,4% (POCHMANN, 2008).

trabalho. Com isso, o desemprego ocorreria para aqueles indivíduos que não investem adequadamente em si mesmos para tornar sua força de trabalho atraente para os empregadores (PASTORE, 1997; 1998 apud CARDOSO, 2003). Dessa forma, a educação, que já era considerada, na teoria do capital humano, como responsável pelo fim das desigualdades de renda, passa ser a nova panacéia para acabar com as diferenças na empregabilidade das pessoas. No entanto, o que essa teoria não dá conta é que “não há nada que garanta que o ritmo de investimento das pessoas (e famílias) em sua qualificação equivalerá ao de criação de postos de trabalho adequados a ela” (CARDOSO, 2003, p. 105). Para Cardoso (2003), essa noção de empregabilidade tem sido usada para substituir o direito ao trabalho dos indivíduos e a proteção social oferecida aos desempregados, relegando ao trabalhador a responsabilidade de encontrar um emprego e manter-se nele.

Tabela 1 - Evolução da População Economicamente Ativa, 1940-2000, Brasil

População Economicamente Ativa	1940	1980	2000
Total	15.751,0 100,0%	43.235,7 100,0%	76.158,5 100,0%
Ocupados	93,7%	97,2%	85,0%
Empregador	2,3%	3,1%	2,4%
Conta-própria	29,8%	22,1%	19,1%
Sem remuneração	19,6%	9,2%	6,3%
Assalariado	42,0%	62,8%	57,2%
Com registro	12,1%	49,2%	36,3%
Sem registro	29,9%	13,6%	20,9%
Desempregados	6,3%	2,8%	15,0%

Fonte: FIBGE; MTE (POCHMANN, 2008). Elaboração própria.

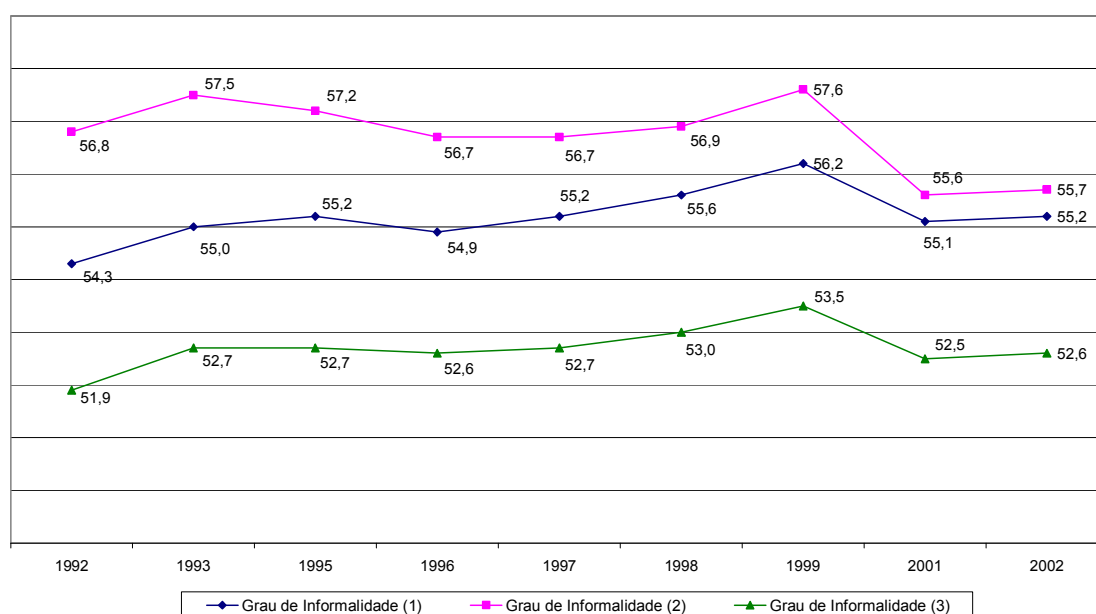
Ao longo das décadas entre 1940 e 1980, com maior ou menor expansão econômica, o número de pessoas com carteira assinada aumentou no país, o que permitia, na prática, a integração destes aos direitos sociais e do trabalho. No Brasil, para ser cidadão era necessário ter contrato formal de trabalho e conseqüentemente, direito a férias, licença maternidade, aposentadoria, etc. Uma parte reduzida das ocupações mantinha-se ligada ao assalariamento ilegal (sem registro), ao trabalho autônomo, às ocupações domésticas e àquelas sem remuneração. Durante os períodos de desaceleração econômica, os trabalhadores sobranes do mercado de trabalho formal transferiam-se para essas formas de trabalho informais, fazendo com que o desemprego aberto fosse bastante reduzido (POCHMANN; BORGES, 2002). No entanto, a elevação do desemprego ao longo dos anos 1990 tornou o emprego com carteira assinada um privilégio de poucos e, de acordo com Filberto Dupas (1999 apud MARTINS; RODRIGUES, 1999), a década de 1990 foi marcada pelo crescimento da precarização e da insegurança no que se refere à entrada e permanência no mercado formal de trabalho.

De acordo com Pochmann (2008), a taxa de precarização⁹³ subiu de 34,1%, em 1980, para 40,4%, em 2000. No que diz respeito à informalidade, no

⁹³ A Taxa de precarização foi calculada pela soma do percentual de conta-própria, sem remuneração e desempregado da tabela 1.

gráfico 9 vemos que, apesar de calculadas a partir de metodologias distintas⁹⁴, os três graus de informalidade indicam um crescimento entre os anos de 1992 e 1999, com uma pequena retração entre 1994 e 1996. A partir de 1999, vemos uma redução nestas taxas, mas em 2001 elas voltam a sofrer uma pequena elevação. Dois fatos devem ser destacados: o primeiro diz respeito à influência significativa dos empregadores no grau de informalidade. A diferença entre o grau (1) e o (3) se explica pela inclusão dos empregadores no denominador do cálculo, causando uma alteração de mais de 2%; o segundo, se refere ao fato de que o maior grau de informalidade, o número (2), inclui os trabalhadores não remunerados no numerador, indicando uma significativa participação deste tipo de ocupação no total dos informais.

Gráfico 9 - Grau de Informalidade, 1992-2002
Brasil



- (1) Empregados sem carteira + conta-própria / trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + conta-própria.
 (2) Empregados sem carteira + conta-própria + não remunerados / trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + conta-própria + não-remunerados + empregadores.
 (3) Empregados sem carteira + conta-própria / trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + conta-própria + empregadores.

Fonte: IBGE; Ipeadata. Elaboração própria.

O crescimento da informalidade teria causado implicações na qualidade do emprego e afetado os esquemas de proteção social. Por isso, ainda

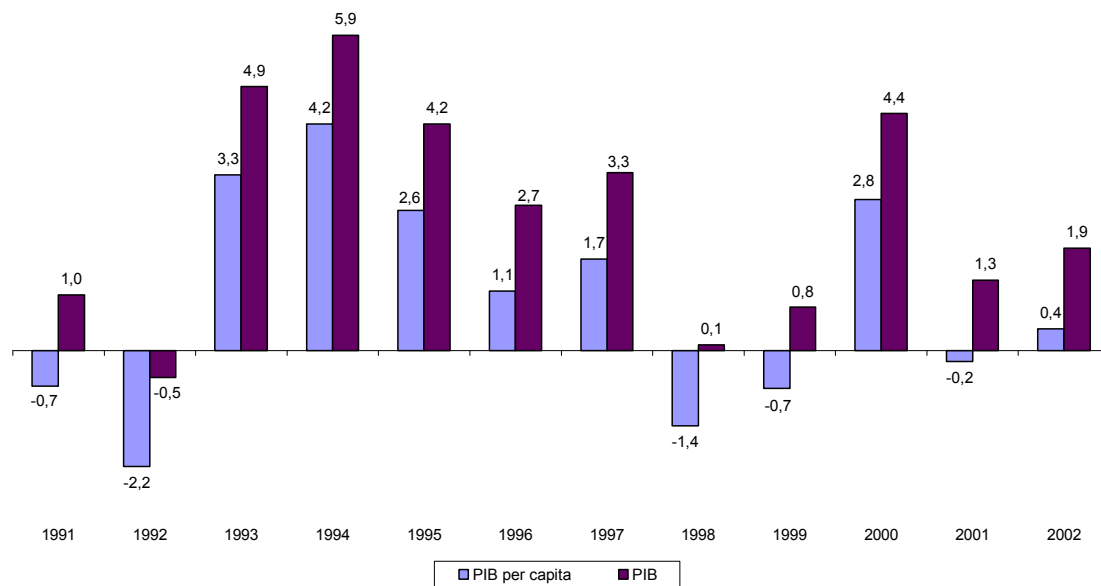
⁹⁴ O IPEA apresenta três graus distintos de precarização, calculados com base nos dados da PNAD/IBGE.

segundo Dupas (1999 apud MARTINS; RODRIGUES, 1999), os trabalhadores mantêm como referência os postos de trabalho formais, aspirando às garantias de direitos trabalhistas e previdenciários associadas a este tipo de trabalho. O temor da perda do emprego e a dificuldade de colocação e recolocação no mercado de trabalho fazem com que os trabalhadores cedam às pressões e exigências empresariais, aceitando as novas condições impostas e a flexibilização de direitos.

Apesar das múltiplas causas que podem ser associados ao aumento do desemprego no Brasil, Pochmann e Borges (2002) apontam duas causas principais para essa expansão que, se corrigidas, poderiam reverter o grosso do desemprego. A primeira é a persistência de baixas taxas de expansão da economia brasileira entre as décadas de 1980 e 2000, e a segunda é a condução de um novo modelo econômico desde 1990.

Sobre as baixas de taxas de expansão da economia nas referidas décadas, Pochmann e Borges (2002) mostram que entre 1981 e 1999, a renda por habitante cresceu uma média de apenas 0,1% por ano, sendo que entre 1961 e 1980, esta média foi de 4,0%. Ou seja, a renda *per capita* no Brasil foi 40 vezes menor nas duas últimas décadas do século XX. A economia brasileira esteve bastante instável neste período, passando por dois períodos de recessão (1981-83 e 1990-92) e três de desaceleração do nível de atividade produtiva (1987-89, 1998-99 e 2000-02). Essa instabilidade macroeconômica impediu tanto a elevação sustentada da renda per capita nacional, quanto a elevação do número de empregos formais. De acordo com o gráfico 10, entre os anos 1991 e 2002, o PIB brasileiro teve uma variação anual média de 0,9%.

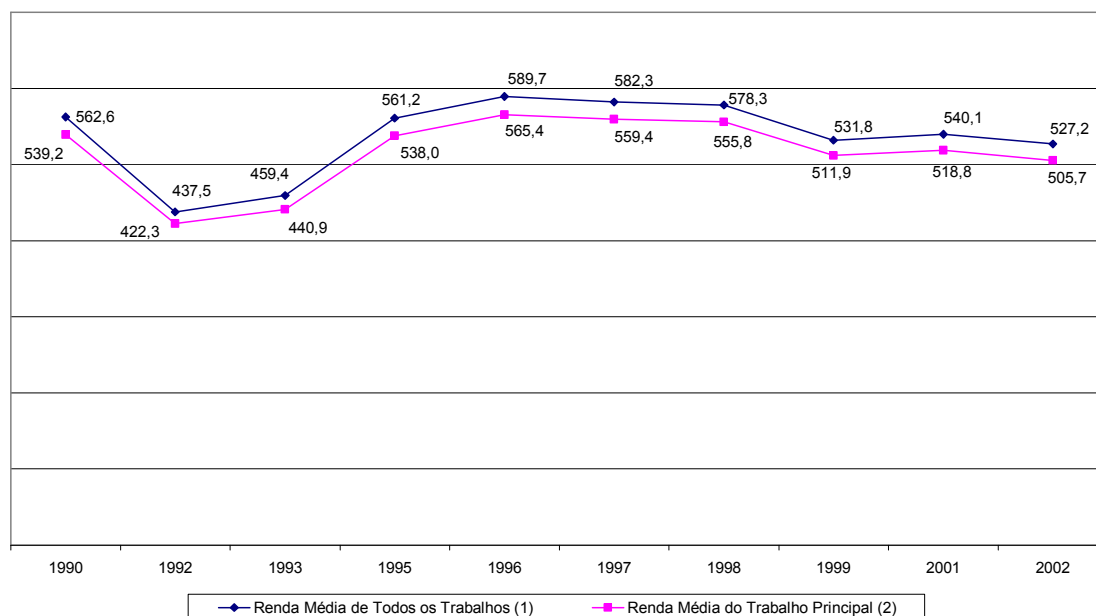
Gráfico 10 - Variação Real Anual do PIB per capita e do PIB (%), 1991-2002
Brasil



Fonte: FIBGE. Elaboração própria.

O Gráfico 11 indica que a renda do trabalho dos ocupados caiu neste período. Foram cerca de -6,3% na média da soma da renda de todos os trabalhos entre os anos 1990 e 2002. Vale registrar que, entre 1992 e 1996 houve certa recuperação neste indicador, mas a partir de 1996 ele persistiu em queda até 2002. O mesmo movimento ocorreu com a média da renda do trabalho principal dos ocupados, que teve uma variação negativa de 6,2%.

Gráfico 11 - Renda do Trabalho dos Ocupados em Reais, 1990-2002
Brasil



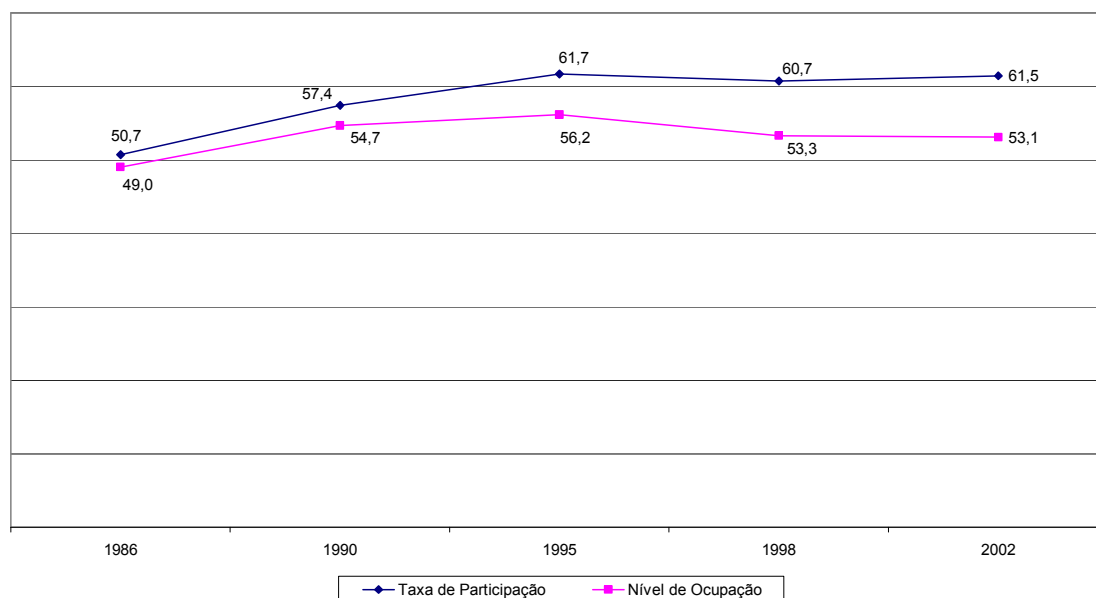
(1) Média da soma da renda de todos os trabalhos daqueles que se declararam ocupados.

(2) Média da renda do trabalho principal daqueles que se declararam ocupados.

Fonte: IPEA. Ipeadata. Elaboração própria.

Durante a década de 1990, cerca de 1,9 milhões de pessoas ingressaram no mercado de trabalho brasileiro por ano, mas sem a economia crescendo a altas taxas, a oferta de emprego não conseguiu acompanhar essa expansão do mercado de trabalho. No gráfico 12, o comportamento da taxa de participação indica que o número de pessoas que ingressaram na população economicamente ativa aumentou 4,4 em relação à população total, entre 1990 e 2002. Já o decréscimo no nível de ocupação indica que o número de pessoas ocupadas diminuiu 1,6 em relação ao total da população.

Gráfico 12 - Taxa de Participação (1) e Nível de Ocupação (2), 1986-2002
Brasil



(1) Percentual de pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas.

(2) Percentual de pessoas ocupadas em relação ao total de pessoas.

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Sobre a condução de um novo modelo econômico a partir de 1990, Pochmann e Borges (2002) destacam os impactos da reinserção externa do Brasil no mercado mundial, o processo de reestruturação industrial e o ajuste do setor público brasileiro, aspectos que já foram discutidos anteriormente.

Alves (2005) concorda com Pochmann e Borges (2002) que as condições do mercado de trabalho também sofrem determinações conjunturais, relacionadas aos ciclos de crescimento da economia e à política de ajuste neoliberal. Mas ele destaca que o novo complexo de reestruturação produtiva tem alterado a dinâmica de crescimento do emprego assalariado, principalmente nas indústrias em que ele incide com maior intensidade. Para Alves (2005), apesar do aumento dos investimentos, existe uma tendência de redução do emprego assalariado. Essa reestruturação se desenvolve com base na descentralização produtiva e na introdução de novas tecnologias microeletrônicas e, conseqüentemente, gera um aumento na precariedade do emprego e dos salários, e impulsiona o desemprego estrutural na indústria, debilitando a própria sociabilidade do trabalho e o poder sindical, como discutiremos adiante.

Esse desemprego é muitas vezes creditado à tecnologia, fazendo supor que esta tenha o poder de demitir trabalhadores, quando, na verdade, ela só possibilita que as mercadorias sejam produzidas em menos tempo. Cabe à organização dos trabalhadores e de outros agentes sociais definir se é a jornada de trabalho que deve ser reduzida ou se é o número de trabalhadores empregados que deve diminuir (SADER, Emir, 1999).

Capítulo 3 – O Sindicalismo nos Anos 1990

“As cabeças levantadas
Máquinas paradas
Dia de pescar
Pois quem toca o trem pra frente
Também de repente
Pode o trem parar”

Chico Buarque. Linha de Montagem. 1980.

Entendemos que a crise do sindicalismo no país, ou melhor, a crise de um modelo específico de sindicalismo⁹⁵, vivenciada durante os anos 1990, vincula-se a um processo de transformações iniciado mundialmente a partir dos anos 1970 e localmente a partir dos anos 1980. Dessa forma, no capítulo três, analisamos os principais indicadores do movimento sindical brasileiro, assim como a trajetória assumida por este movimento frente às transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no período.

3.1 - Indicadores do Movimento Sindical

As taxas de sindicalização são comumente utilizadas na análise do sindicalismo mundial. A redução do número de associados aos sindicatos tem sido entendida como um indicador representativo da crise, reflexo da diminuição da capacidade de influência econômica e política e do poder sindical em nível mundial.

No entanto, Cardoso (2003) apresenta algumas limitações para esse indicador. Inicialmente, ele destaca que a delimitação do numerador e do denominador da taxa de sindicalização traz problemas para a comparação

⁹⁵ O tema da crise sindical ainda é bastante controverso e existem opiniões diversas no que diz respeito a esse assunto. Entendemos, assim como Costa (2005), que a crise do sindicalismo a qual nos referimos remete à crise do modelo sindical baseado no sistema fordista/taylorista de produção. Um sindicalismo de confronto e de classe. No momento atual, como veremos adiante, acompanhamos uma transformação das teorias e práticas sindicais, que podem indicar o surgimento do que Melo (2007 apud Noronha 2009) denominou de sindicalismo cidadão.

entre países, pois os modelos de representação sindical variam, e a taxa acaba medindo coisas diferentes em cada país. Por exemplo, no Brasil e nos EUA, os sindicatos representam apenas os empregados, enquanto na Suécia e na Austrália, essas entidades representam também os trabalhadores desempregados. Em alguns países, como o Brasil e a França⁹⁶, o trabalhador não precisa se filiar para ser coberto por um acordo coletivo, sendo que em outros países é necessária a filiação. Acrescenta-se a isso o fato de que o poder sindical não deve ser medido por sua capacidade de arregimentar filiados, pois ela nem sempre reflete disposição para a ação coletiva que, em última instância, é a forma de exercício do poder sindical. Neste caso temos o exemplo do Leste Europeu e da antiga URSS, onde a sindicalização compulsória chegava a quase 100% e onde, no entanto, os sindicatos não atuavam como instituições autônomas que lutavam pelos interesses de seus representados.

Sobre o Brasil, Cardoso (2003) afirma que os sindicatos adotaram diferentes estratégias no que diz respeito à filiação, o que afetou as taxas de sindicalização ao longo dos anos. O autor cita como exemplo o fato do corporativismo da década de 1960-70, impedido de representar os trabalhadores por conta do regime Militar, ter limitado a filiação sindical, pois não era capaz de prestar serviços para um número muito grande de adeptos. Além disso, essa limitação foi usada para evitar a competição nas eleições sindicais, sendo comum a desfiliação de trabalhadores às vésperas das eleições. Já o “Novo Sindicalismo” realizou campanhas de filiação maciças, com o objetivo de reverter a intervenção autoritária nos sindicatos. Em ambos os casos, a filiação foi usada como instrumento de disputa pelo controle dos sindicatos.

Dessa forma, Cardoso (2003) esclarece que as taxas de sindicalização devem ser consideradas indicadores aproximados do que se passa com a representatividade e o poder sindical no Brasil. No entanto, como essa é a medida mais utilizada no mundo, ela permite comparações mais abrangentes.

⁹⁶ Na França, a taxa de filiação é inferior a 9%, mas 90% da população assalariada é coberta pelos acordos coletivos e os sindicatos franceses têm poder social e econômico suficiente para parar o país em greves gerais (ILO, 1997 apud CARDOSO, 2003).

Cabe ainda ressaltar que, salvo em alguns países, acompanhamos um movimento geral de declínio da filiação sindical, como indica a tabela 2⁹⁷. Os países foram separados por Cardoso (2003) em quatro grupos: 1) os que mantiveram a filiação sindical, considerados *mais ou menos bem-sucedidos* frente à nova ordem mundial; 2) os com variação negativa de até 20%, considerados *sobreviventes*; 3) aqueles onde a densidade sindical caiu entre 20% e 40%, percebidos como países em que os sindicatos encontram-se *em dificuldades*; e 4) países onde os sindicatos perderam mais de 40% de sua densidade sindical, em *crise profunda*.

Ao analisar os dados apresentados na tabela 2, Cardoso (2003) afirma que não há uma nítida relação entre a intensidade da variação percentual e a taxa de filiação na origem. Tanto países com elevadas taxas de filiação, quanto países com taxas reduzidas no início, como Israel e França respectivamente, tiveram uma variação percentual negativa. Da mesma forma, países com altas e baixas taxas no início, como Suécia e Espanha respectivamente, tiveram variações positivas.

Tabela 2 - Variação Percentual na Taxa de Filiação Sindical dos Trabalhadores Assalariados em Países Selecionados, 1985-1995

País	Anos	Taxa no início	Variação (%) (1)	País	Anos	Taxa no início	Variação (%) (1)
Grupo 1				Grupo 3			
África do Sul	85-95	17,7	130,8	Eua	85-95	18	-21,1
Espanha	85-94	11,5	62,1	Reino Unido	85-95	45	-27,7
Finlândia	85-95	68,3	16,1	Austrália	85-95	50	-29,6
Suécia	85-94	83,8	8,7	Azerbaijão	85-95	96,3	-33,7
Canadá	85-93	36,7	1,8	França	85-95	14,5	-37,2
Grupo 2				Grupo 4			
Itália	85-94	47,6	-7,4	Argentina	86-95	67,4	-42,6
Brasil	88-98	21,9	-8,4	Costa Rica	85-95	29,1	-43
Holanda	85-95	28,7	-11	Portugal	86-95	51,4	-50,2
Japão	85-95	28,8	-16,7	Estônia	85-95	82,5	-56,3
Áustria	85-95	51	-19,2	Israel	85-95	100	-77

(1) ((taxa de início / taxa fim) - 1) * 100

Fonte: ILO (1997) e PNAD/IBGE apud Cardoso (2003). Elaboração própria.

⁹⁷ Nesta tabela optamos por apresentar dados de apenas cinco países de cada um dos grupos apresentados por Cardoso (2003), uma vez que é nossa intenção não nos alongarmos na análise do sindicalismo mundial. O autor apresenta a variação das taxas de filiação de quarenta e quatro países, sendo treze deles do grupo um, treze do grupo dois, dez do grupo três e oito do grupo quatro.

A literatura de cada país identifica, além de fatores estruturais mais gerais, uma combinação de determinantes relacionados à trajetória específica de seu sindicalismo como responsável pela queda das taxas de filiação sindical. Um exemplo disso é o caso de Israel, que aparece com o pior desempenho na tabela 2. A imensa redução na densidade sindical do país se explica no fato de que a filiação universal à única central sindical do país, a Histadrut, ocorria porque cabia a ela a administração dos planos públicos de saúde, o que mudou, em 1995, depois da promulgação da Lei Nacional de Seguro Saúde, que transferiu o controle deste serviço para o Estado (CARDOSO, 2003). Neste estudo, centraremos nossa discussão no recuo do movimento sindical brasileiro, objeto de estudo desta dissertação.

Na tabela 3 apresentamos três diferentes medições da taxa de sindicalização brasileira. A primeira e a segunda foram medidas com base na metodologia proposta por Cardoso (2003), para que elas tivessem uma melhor comparabilidade internacional. Foi, portanto, estabelecida uma relação entre o número de associados e uma população ocupada específica, mais próxima da população assalariada usada nas medições internacionais. Optamos por apresentar a taxa 1 e 2, uma vez que a primeira, elaborada por Cardoso (2003) foi usada na comparação da evolução da taxa de sindicalização brasileira com a de outros países, já apresentada na tabela 2; e a segunda, de elaboração própria, cobre um intervalo maior de tempo. No entanto, tanto a taxa 1 quanto a taxa 2 revelam pouca oscilação, acumulando uma perda de 1,85% e 0,39%, respectivamente.

A taxa 3 apresentada na tabela foi calculada com uma metodologia diferente, estabelecendo uma relação entre o número de associados a sindicatos e a população economicamente ativa (IBGE, 1987-2001). De acordo com a publicação *Sindicatos: Indicadores Sociais 2001*, esta taxa tende a ser superestimada, uma vez que ela é calculada com base no número de associados declarado pelos dirigentes sindicais, estando sujeito às percepções destes quanto à dimensão e à representatividade de seus sindicatos, podendo estar incluídos os aposentados e os associados que não estão quites com suas contribuições sindicais. Ainda assim, cabe dizer que esta taxa demonstra que, entre 1987 e 1988, houve um aumento significativo na taxa de sindicalização, o que pode ser explicado pelo fato de que neste período a sociedade brasileira

encontrava-se em um momento de plena disputa política e explosão do movimento grevista por conta da promulgação da Constituição. A partir de 1988, a taxa de sindicalização iniciou uma trajetória de queda, acumulando perdas de cerca de 4%, até o ano 2001, quando foi realizada a última Pesquisa Sindical.

Tabela 3 - Taxa de Sindicalização, 1986-2002 - Brasil

Anos	Taxa de Sindicalização 1 (1)	Taxa de Sindicalização 2 (1)	Taxa de Sindicalização 3 (2)
1986		18,98	
1987			23
1988	21,94		28
1989			27
1990		x	26
1991			
1992	22,53		25
1993	22,22		
1994	x		
1995	21,64	21,79	
1996	21,03		
1997	20,73		
1998	20,09	20,09	
1999			
2000			
2001			24
2002		19,37	

(1) Exclui os menores de 18 anos. Empregados e empregados domésticos de qualquer tipo e funcionários públicos associados a sindicatos / Total de empregados e empregados domésticos de qualquer tipo e funcionários públicos.

(2) Exclui os associados a sindicatos de empregadores e de agentes autônomos. Associados a sindicatos / PEA

Fonte: Cardoso (2003) para taxa 1; PNAD/IBGE (1986-2002) para taxa 2; e Pesquisa Sindical (1987-2001) para taxa 3. Elaboração própria.

Cardoso (2003) afirma que a taxa de sindicalização esconde, sob grandes números, movimentos mais finos e em direções contrárias que se anulam no agregado. Dessa forma, poderia parecer que o movimento sindical brasileiro se manteve relativamente estável durante a década de 1990, o que decididamente não ocorreu. A crise profunda vivida pelos sindicatos que teriam sido os pilares do movimento sindical nos anos 1980, cabe dizer: os trabalhadores bancários e metalúrgicos, acaba obscurecida, se não

mascarada, quando baseamos nossas análises somente neste indicador. No entanto, aprofundaremos esta discussão ao longo de todo este capítulo.

Apesar de ser o mais utilizado, a taxa de sindicalização não é o único indicador no que tange a análise do movimento sindical. O número de greves, número de grevistas e número de jornadas não trabalhadas também aparecem como indicadores importantes para autores como Alves (2000), Noronha (2009), Costa (2005) e I. J. Rodrigues (1999).

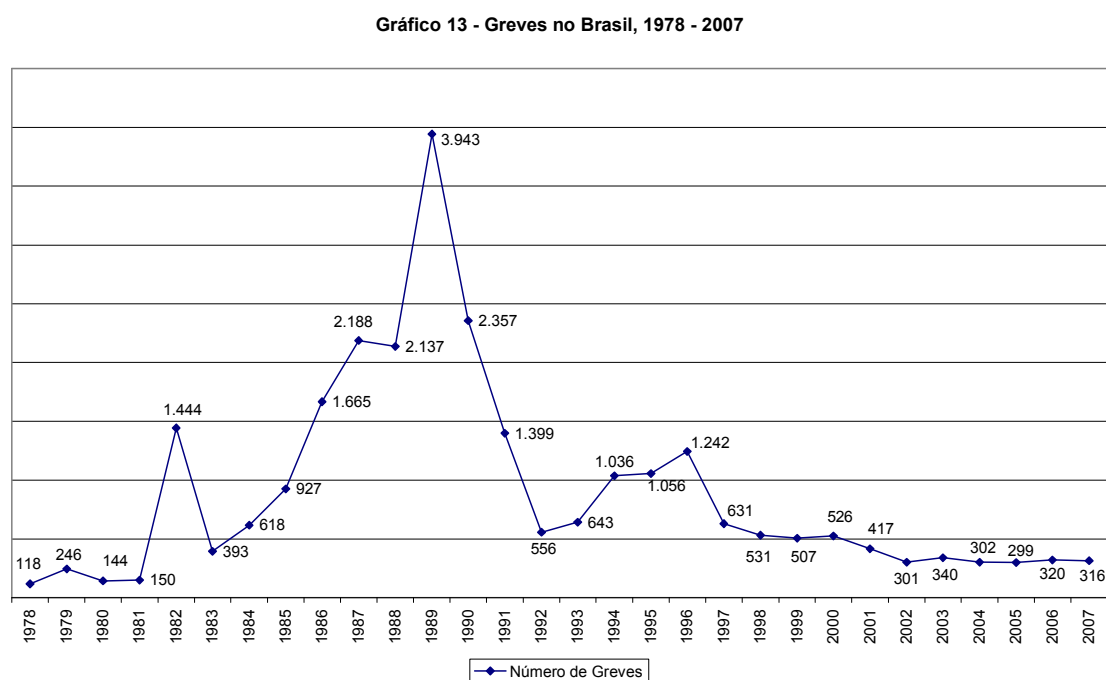
Segundo Eduardo G. Noronha (2009), a literatura sobre sindicalismo aponta a existência de greves no Brasil desde o final do século XIX, mas a incidência dessas era muito reduzida, em média, duas por ano, no Estado de São Paulo⁹⁸. No entanto, com o avanço do processo de industrialização no país, as paralisações foram se tornando mais freqüentes, atingindo a média de quarenta e três por ano durante o período populista. Já nos dois últimos anos anteriores ao golpe, elas somaram cerca de duzentas greves. Não existe uma produção de estatísticas consistente acerca do volume de greves ocorridas no país pré-1964, mas estudos parciais revelam um baixo grau de atividade sindical no país em comparação com países de tradição industrial, como França e Inglaterra.

No entanto, o final da década de 1970 representou uma ruptura na história das relações de trabalho no Brasil. A tradição populista foi rompida, houve alterações no sistema partidário durante a transição política que impediram pactos entre sindicatos e governos e a transição política em si provocou implicações na lógica da ação coletiva, como veremos mais adiante. Essa conjugação de fatores permitiu a eclosão do que Noronha (2009) chamou de “o primeiro grande ciclo de greves no Brasil”⁹⁹. Segundo o autor, a partir do

⁹⁸ Noronha (2009) aponta que a produção brasileira de estatísticas de greve é bastante diminuta. Os dados de greves deflagradas até 1945, apresentados por ele em seu artigo, foram elaborados por Simão (1981) e se referem somente ao Estado de São Paulo. Mas, como o autor considera que estas representavam a grande maioria, ele as tomou como parâmetro para o Brasil da época. Ele destaca ainda o trabalho de Sandoval (1994) que trata das greves realizadas no Brasil entre 1945 e 1964.

⁹⁹ Segunda Noronha (2009), no início da década de 1960, alguns estudos internacionais comparados sobre greves, discutiam uma tendência de diminuição das greves devido à evolução das relações de trabalho, a incorporação dos trabalhadores aos sistemas de proteção social e a adoção de hábitos de consumo similares aos da classe média por parte dos trabalhadores. No entanto, a retomada das greves ocorrida no final dos anos 1960, mostrou que esses estudos estavam errados e, por isso, atualmente, a maioria dos analistas tende a

ano de 1978, vimos uma deflagração crescente de greves no Brasil, que começou a partir das montadoras do ABC Paulista e se espalhou por diversas categorias profissionais e regiões do país. Esse ciclo teria durado vinte anos, de 1978 a 1997, e apresentaria três fases: ascensão (1978-1984), auge (1985-1992) e declínio (1993-1997), como mostra o gráfico 13.



Fonte: Noronha (1994 apud MATTOS, 2009) para os anos entre 1978-1991. Noronha (2009) para os anos 1992-2007.
Elaboração Própria.

A primeira fase desse ciclo de greves, como já observamos no capítulo um, ocorreu durante o período militar de liberalização e de constituição de um sindicalismo grevista, e a segunda durante um período de explosão do movimento grevista quando a transição democrática se completou com a promulgação da Constituição de 1988. Nesta etapa do trabalho, focaremos nossos estudos acerca da terceira e última fase desse grande ciclo de greves, seu declínio, que ocorreu a partir de 1993, com a democracia consolidada e o modelo desenvolvimentista superado. O período que vai de 1998 a 2007 é considerado pelo autor como um momento de estabilização do número de greves no Brasil (NORONHA, 2009).

encarar as greves como um fenômeno cíclico. Mesmo a crise sindical não levou ao fim das greves diante dos impactos violentos da política neoliberal no Reino Unido, por exemplo.

No entanto, cabe dizer inicialmente que Noronha (2009) aponta que o ciclo de greves brasileiro possui uma particularidade, uma vez que seu início teve como uma de suas causas a existência de um processo de transição política para a democracia que implicou na mobilização da opinião pública e em incentivos à ação coletiva. Para o autor, essa explicação política fez com que todos os trabalhadores, independentemente de suas condições específicas de trabalho, se tornassem mais propensos a aderir às greves. Noronha (2009) acredita que, apesar de não ser possível mensurar essa influência, o fato dos atores acreditarem que as greves eram pertinentes foi decisivo para este ciclo, ainda que os demais fatores socioeconômicos não possam ser desconsiderados. Para o autor, “a excepcionalidade deste ciclo só pode ser explicada pela conjunção de fatores macroeconômicos e macropolíticos favoráveis às greves” (NORONHA, 2009, p. 160).

Devemos apontar ainda que, de acordo com os padrões internacionais, o Brasil dos anos 1980 apresentou um número relativamente pequeno de greves, se considerarmos o total de sua força de trabalho (NORONHA, 2009). Foi um total de cerca de 2.749 greves entre 1980 e 1984, 10.860 entre 1985 e 1989 e 3.756 entre 1990 e 1991 (NORONHA, 2009). Na tabela 4 apresentamos o número de greves ocorridas em alguns países selecionados de acordo com os grupos considerados por Cardoso (2003) na tabela 2. Selecionamos esses países por eles representarem exemplos de trajetórias sindicais distintas, contudo, não encontramos dados disponíveis para o grupo 4. Destaca-se na tabela 4 o fato de se tratar do **número de greves por milhão de empregados**, sendo que os dados do Brasil se referem **ao total de greves** ocorridas no país.

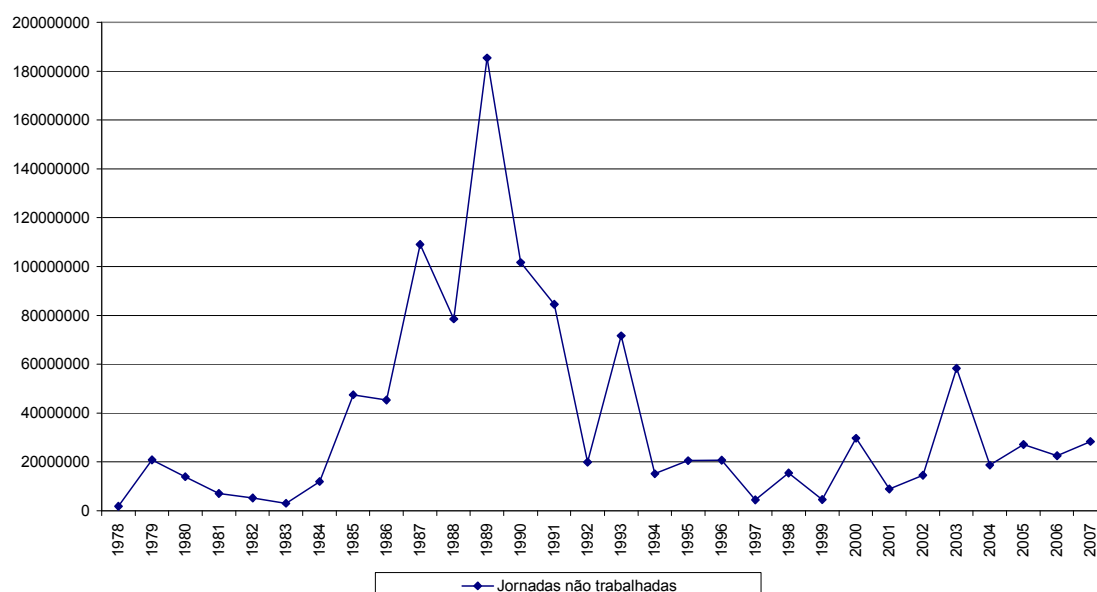
Tabela 4 - Número de Greves por Milhão de Empregados, 1980-1991

País	1980-84	1985-89	1990-91
Grupo 1			
Finlândia	728,0	373,0	145,0
Suécia	29,5	27,4	16,5
Grupo 2			
Itália	92,6	67,2	50,9
Holanda	2,7	6,7	4,7
Grupo 3			
Reino Unido	53,3	36,6	18,6
França	115,0	84,7	64,7

Fonte: OIT apud Edwards; Hyman (1994 apud RODRIGUES, L. M., 1999) para os demais países. Elaboração própria.

No entanto, o elevado número médio de grevistas e a longa duração das greves, fizeram com que o país apresentasse uma das maiores médias anuais de jornadas não trabalhadas em função de greves, como podemos ver no gráfico 14 e no quadro 6. Foram cerca de 9 milhões entre 1978 e 1984, 84 milhões entre 1985 e 1992, 26 milhões entre 1992 e 1997 e 23 milhões entre 1998 e 2007 (NORONHA, 2009).

Gráfico 14 - Jornadas Não-Trabalhadas, 1978-2007
Brasil



Fonte: Noronha (2009). Elaboração própria.

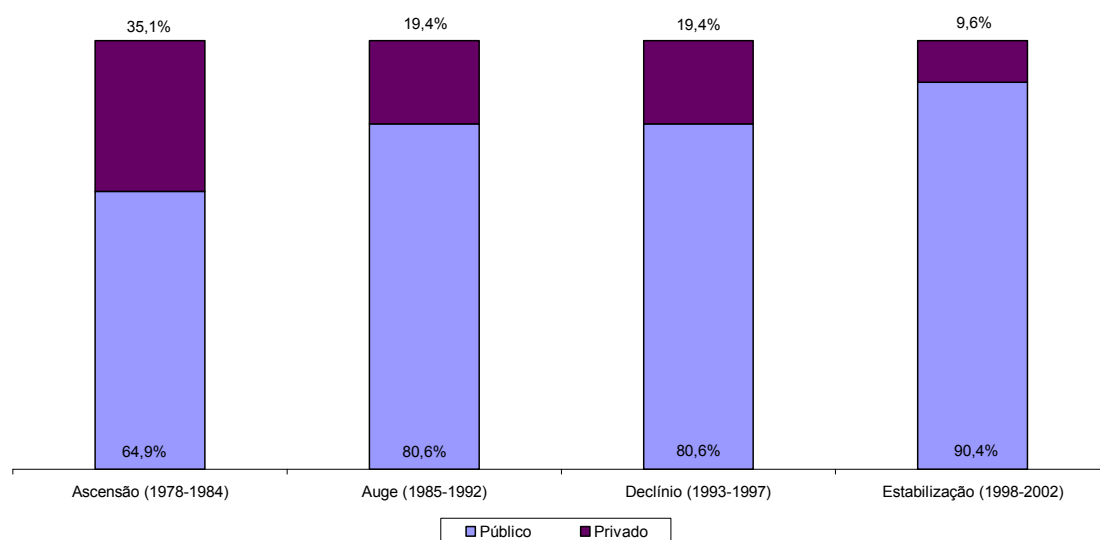
Quadro 6 - Total e Média de Jornadas Não-Trabalhadas, 1978-2007 - Brasil

Anos, Total e Média	Jornadas Não-Trabalhadas	Anos, Total e Média	Jornadas Não-Trabalhadas
1978	1.820.000	1993	71.718.135
1979	20.783.000	1994	15.214.852
1980	13.910.000	1995	20.445.950
1981	6.979.000	1996	20.650.683
1982	5.165.000	1997	4.387.376
1983	2.995.451	Total	132.416.996
1984	11.884.678	Média	26.483.399
Total	63.537.128	1998	15.459.524
Média	9.076.733	1999	4.560.286
1985	47.517.724	2000	29.771.880
1986	45.377.252	2001	8.830.721
1987	109.045.860	2002	14.483.272
1988	78.630.520	2003	58.404.757
1989	185.474.619	2004	18.677.539
1990	101.622.497	2005	27.171.406
1991	84.503.234	2006	22.474.321
1992	19.930.886	2007	28.383.311
Total	672.102.592	Total	228.217.016
Média	84.012.824	Média	22.821.702

Fonte: Noronha (2009). Elaboração própria.

Para Noronha (2009), nosso elevado número de jornadas não trabalhadas ocorreu porque nossos sistemas de mediação de conflitos eram muito precários e os trabalhadores e empresários encontravam dificuldades para finalizar negociações. Ainda segundo o autor, o setor público é responsável pela maior parte das jornadas não trabalhadas, o que pode ser observado no gráfico 15. Isso ocorre porque a amplitude dos sindicatos e associações de servidores públicos contrasta com a segmentação, que facilita as negociações dos sindicatos do setor privado (NORONHA, 2009).

Gráfico 15 - Jornadas Não Trabalhadas por Setores de Atividade, 1978-2007
Brasil



Fonte: Noronha (2009). Elaboração própria.

O Brasil apresentou uma média de 101 e 62 grevistas a cada mil trabalhadores entre 1985-1989 e 1990-1991 respectivamente (Noronha, 2009). Quando comparamos esses valores com o número de grevistas de outros países, apresentados na tabela 5, observamos que o Brasil teve uma média elevada de grevistas em ambos os períodos analisados, sobretudo se lembrarmos do fato de que na tabela 4 e 5 não são apresentados dados acerca de nenhum dos países *em crise profunda*, de acordo com os critérios estabelecidos por Cardoso (2003).

Tabela 5 - Número de Grevistas por Mil
Empregados, 1980-1991

País	1980-84	1985-89	1990-91
Grupo 1			
Finlândia	173,0	96,3	67,3
Suécia	42,0	15,3	8,4
Grupo 2			
Itália	452,0	190,0	76,0
Holanda	5,7	2,8	5,3
Grupo 3			
Reino Unido	51,2	32,0	8,7
França	20,9	12,3	10,2

Fonte: OIT apud Edwards; Hyman (1994 apud RODRIGUES, L. M., 1999) para os demais países. Elaboração própria.

Entre 1990 e 1992 houve uma retração tanto do número total de greves quanto do número de jornadas não-trabalhadas, como revelaram os gráficos 13 e 14 respectivamente. Para Noronha (2009), essa retração coincide com o período da divulgação das notícias de corrupção do Governo Collor que geraram instabilidade política e fizeram com que as lideranças sindicais adotassem uma atitude cautelosa, reduzindo as paralisações. Além disso, a ampliação acelerada do desemprego, ocasionada pela abertura econômica mal administrada, também deve ser considerada, pois esta reduziu a adesão dos trabalhadores às greves. Esse período de instabilidade político-econômica teria afetado a visão dos trabalhadores acerca da eficácia das ações grevistas e, para o autor, em momentos de normalidade democrática e política, uma vez que as greves são um recurso utilizado para a obtenção de ganhos trabalhistas, devemos reconhecer que um fator explicativo para se realizar greves é a percepção dos atores envolvidos de que esse instrumento pode trazer mais vantagens do que desvantagens.

Alves (2000) aponta ainda que, além da profunda recessão e do desemprego crescente gerados pelo Plano Collor I, não podemos deixar de considerar que a implementação das práticas inovadoras, de caráter organizacional, nas empresas brasileiras, que se constituíram como uma estratégia importante de envolvimento dos trabalhadores, como vimos no capítulo dois, também influenciaram esse decréscimo ocorrido nos primeiros anos da década de 1990.

O período subsequente, de 1992 a 1996, foi de relativa estabilidade, mas no ano de 1997 vemos uma nova queda significativa no volume das greves: os dois milhões de jornadas não trabalhadas constituíram o mais baixo índice desde 1978. Segundo Noronha (2009), as estatísticas referentes à década de 1990 revelam uma ruptura com os anos anteriores. Ele afirma que os Governos Collor, Itamar e FHC mudaram as perspectivas do movimento operário com suas políticas de abertura comercial, os ajustes neoliberais, as demissões em massa, as altas taxas de desemprego e o controle inflacionário. Entre 1993 e 1994 os sindicalistas tentaram recuperar seu poder de mobilização, o que elevou o número de greves, mas como adotaram estratégias mais pragmáticas, isso não impediu a redução da média de dias parados, que vinha decrescendo constantemente desde 1989. O autor destaca que a redução expressiva das taxas de inflação a partir de 1994 e o crescimento abrupto da taxa de desemprego a partir de 1992 foram os dois indicadores econômicos que exerceram maior influência na redução das greves.

A queda no volume dos conflitos entre 1997 e 2002 é consequência da estabilidade de preços, que eliminou a necessidade de revisão permanente dos acordos salariais, bem como as altas taxas de desemprego, que aumentavam os riscos das greves, e a alteração da percepção pública sobre a pertinência das greves¹⁰⁰. Noronha (2009) acrescenta ainda que a adesão à ortodoxia neoliberal, mesmo que parcial, em detrimento ao modelo desenvolvimentista, também contribuiu para o fim do primeiro grande ciclo de greves brasileiro.

Alves (2000) destaca a importância de se observar, para além dos dados quantitativos, alterações nas formas de ser das greves, o que, para ele, indicaria uma mudança nas estratégias sindicais no país. As greves podem assumir diferentes modalidades, como por empresa, por categoria ou geral, mas a forma de greve que mais se destacou nos anos 1980 foi a greve por empresa: “A partir dos anos 1980, aumentou o número de paralisações por empresas, chegando a representar 75,5% do total das greves desencadeadas

¹⁰⁰ Para Noronha (2009), até a Constituição de 1988, a opinião pública se mantivera favorável à expansão dos direitos trabalhistas, pois se acreditava haver uma dívida social provocada pelo período em que o regime militar estivera instaurado. No entanto, na década de 1990, a idéia de legalização de direitos foi substituída pela desregulamentação que, sobretudo durante o Governo FHC, se tornou pauta principal.

em 1984” (ANTUNES, 1991 apud ALVES, 2000, p.115). Para o autor, essa preponderância das greves por empresas já indicava um avanço do sindicalismo de resultados, cuja expressão política mais clara, a Força Sindical, será apresentada mais adiante.

Noronha (1992 apud Noronha, 2009) apresenta ainda dados acerca das principais reivindicações feitas durante esse ciclo de greves. Entre 1978 e 1987 mais de 70% das greves apresentaram pautas salariais, sendo que as outras demandas mais comuns se davam acerca do não cumprimento de leis e acordos coletivos, cerca de 17%, e exigências relativas a melhores condições de salários, cerca de 10 a 20%. Ele destaca que em momentos de crise, como entre 1980 e 1984, o percentual de demandas contra o desrespeito das leis se aproximou daquele acerca de reivindicações salariais (Dieese, 1997d apud Noronha, 2009). Galvão (2002) acrescenta que, durante os anos 1990, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e a desindexação salarial fizeram com que o reajuste salarial deixasse de ocupar o centro das convenções coletivas. Aumentou o número de cláusulas relativas às metas de produção e remuneração variável, à prevenção e acompanhamento de vítimas de acidentes de trabalho; à flexibilização da jornada; e às garantias aos trabalhadores demitidos. No que diz respeito às greves, em 1993, 62% das greves foram ocasionadas por questões relativas à remuneração, sendo que esse número caiu para 37% em 1999. Neste mesmo período, aumentou de 24% para 51% o percentual de greves provocadas pelo não cumprimento de leis (DIEESE, 2001 apud GALVÃO, 2002).

De acordo com os dados da Pesquisa Sindical, realizada pelo IBGE entre 1986 e 1991 e em 2001, o número de sindicatos aumentou significativamente ao longo da década de 1990. Em 1991, eram 11.193 sindicatos, sendo que em 2001 esse número chegou a 15.961. Segundo Almeida (1998 apud COSTA, 2005), existia uma tendência de multiplicação e fragmentação das entidades sindicais¹⁰¹ que, aliada à queda da taxa de sindicalização, fez com que o poder de barganha destes fosse reduzido.

¹⁰¹ L. M. Rodrigues (1999) e Boito Jr. (1999) ratificam esta posição. Discutiremos a fragmentação sindical mais adiante.

3.2 - As Causas da Crise do Movimento Sindical

Apesar de já termos previamente observado parte dos elementos responsáveis pelo recuo do sindicalismo brasileiro ao analisarmos os indicadores quantitativos acerca do primeiro grande ciclo grevista apresentados por Noronha (20009), os estudos acerca dessa temática são extensos e, por isso, acreditamos ser necessário uma observação mais profunda das principais causas apresentadas na literatura acerca do sindicalismo.

De acordo com L. M. Rodrigues (1999), diferentes pesquisadores, como Crouch (1992), Kane e Marsden (1988), Green (1992), Metcalf (1989), Visser (1991), Kochan (1988), Jefferys (1995) e Lipset (1986) concordam em linhas gerais no que diz respeito aos diferentes fatores que tendem a levar ao recuo do sindicalismo, mas discordam em relação à classificação desses fatores e à extensão dos estragos que eles podem causar. O autor opta por utilizar dois grandes blocos de fatores que estariam minando as bases do sindicalismo: os socioeconômicos, que tendem a ser fenômenos estruturais de longa duração e com menor chance de serem revertidos, e os político-institucionais, mais sujeitos a intervenção dos atores ligados ao trabalho, ou seja, do governo, empresários e sindicatos. Nesse segundo bloco incluir-se-ia também os fatores culturais e valorativos que só atingem o sindicalismo quando afetam as relações de poder e as alianças entre grupos de interesses.

Apesar de sua análise estar voltada para o sindicalismo dos países ditos desenvolvidos, a classificação dos fatores utilizada por L. M. Rodrigues (1999) nos parece apropriada para nortear nossa discussão acerca do recuo do sindicalismo brasileiro, ocorrido uma década depois. De acordo com Marco Aurélio Santana (2000), o caso brasileiro, apesar de suas especificidades, não se desenvolveu de modo muito distinto, uma vez que a inserção do país na lógica global nos impôs novos processos socioeconômicos que se refletiram no mundo da organização da produção e do trabalho. Dessa forma, durante os anos 1990, os sindicatos brasileiros sofreram os impactos dessas transformações e viveram duros momentos. Devemos ressaltar que, como L. M. Rodrigues (1999) sugere, a separação dos fenômenos em classes distintas é útil no sentido de enumerá-los e discuti-los, contudo o entendimento das causas do recuo do sindicalismo no Brasil depende de uma compreensão

acerca da interação dos diferentes fenômenos entre si e a relação dos mesmos com os demais aspectos da sociedade brasileira.

3.2.1 - Fatores Socioeconômicos

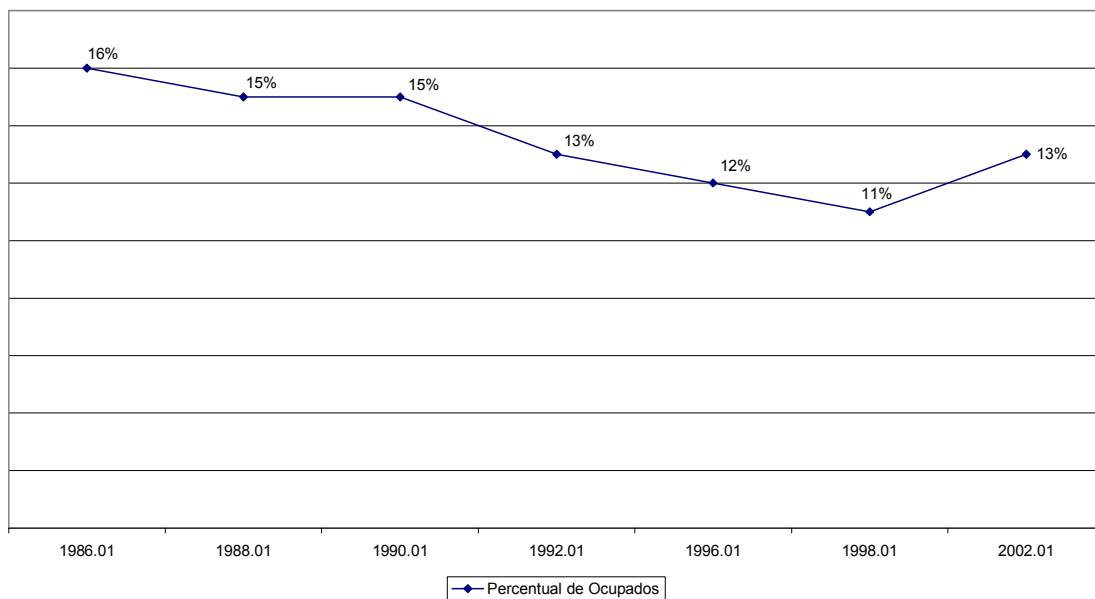
Entre os fatores socioeconômicos destacam-se: a forma de organização da produção, as mudanças tecnológicas, o desemprego, o deslocamento das indústrias, o declínio da atividade econômica, as mudanças na composição profissional da mão-de-obra e sua distribuição por ramos, o mercado internacional, variáveis tecnológicas e administrativas, etc. (RODRIGUES, L.M., 1999).

No que diz respeito às variáveis tecnológicas e administrativas, a introdução da automação e a informatização constituem-se dois dos principais elementos de recuo do sindicalismo, já que reduzem o número de trabalhadores manuais, causando o desemprego setorial. Essas inovações afetaram principalmente as camadas de trabalhadores nas quais os sindicatos estavam mais bem implantados e possuíam maior capacidade de mobilização.

De acordo com os documentos do IVº Congresso Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores (apud SANTANA, 2000), no Brasil, também são as categorias mais tradicionais e de maior capacidade de luta que vêm sofrendo a mais drástica redução em seus números. Cardoso (2003) aponta que, na indústria em geral, dos 8 milhões de empregos com carteira assinada existentes no setor, em 1988, 1,7 milhão foram destruídos até 1998.

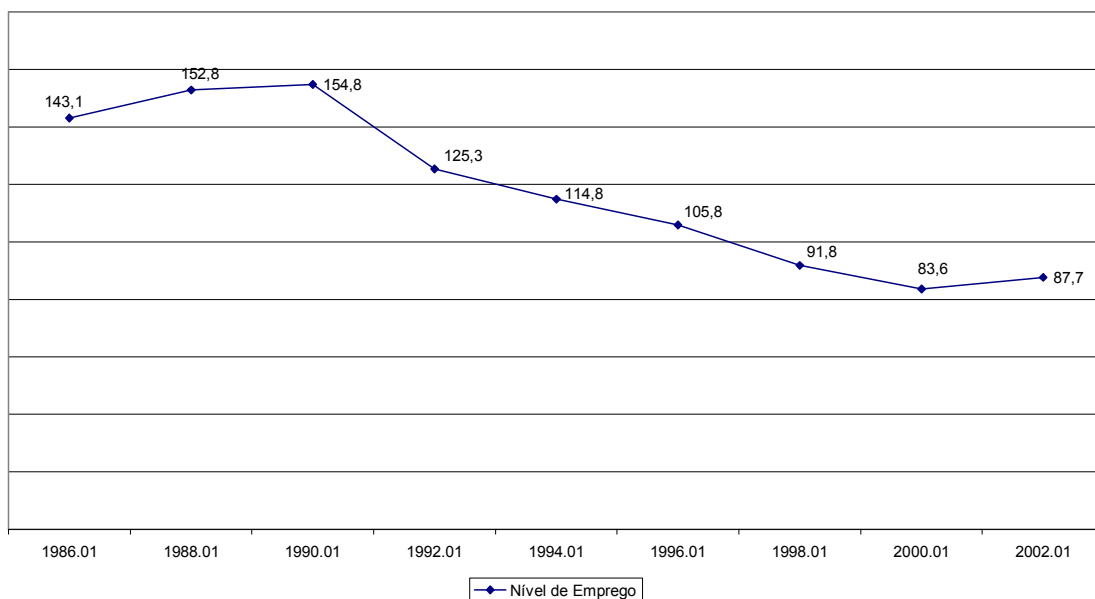
Como mostra o gráfico 16, o percentual de ocupados na indústria sofreu uma queda de 4% entre 1990 e 1998. O nível de emprego na indústria do Estado de São Paulo também sofreu uma redução de 67,1% entre 1990 e 2000, o que é ilustrado no gráfico 17.

Gráfico 16 - Percentual de Ocupados que Trabalham no Setor Industrial, 1986-2002
Brasil



Fonte: IPEA. Ipeadata. Elaboração própria.

Gráfico 17 - Nível de Emprego na Indústria de São Paulo, 1986-2002
Brasil



OBS: Jun. 2005 = 100

Fonte: FIESP. Ipeadata. Elaboração própria.

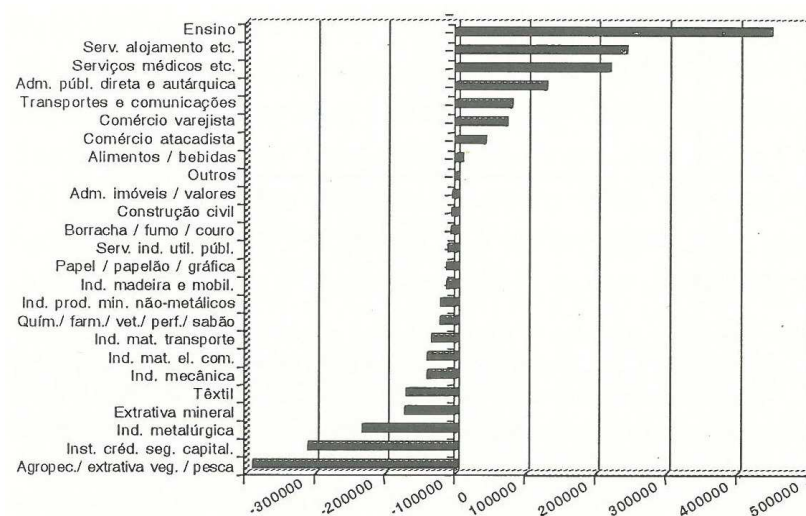
Citamos ainda o caso dos metalúrgicos, que tinham o Estado de São Paulo como seu principal reduto. Essa categoria teve uma das participações mais ativas no movimento sindical brasileiro durante os anos 1980, tendo

mantido sua importância ao longo da década seguinte. Este setor, de acordo com Trópia (2002), foi um dos mais atingidos pelo desemprego nos anos 1990, com o fechamento de cerca de 26% de seus estabelecimentos. Em 1996, Paulo Pereira da Silva, que viria a ser presidente da Força Sindical, avaliou que 33 mil metalúrgicos tinham perdido seus empregos, só na cidade de São Paulo, desde o início do Plano Real. Já no que diz respeito aos metalúrgicos do Rio de Janeiro, Ramalho e Santana (1999 apud SANTANA, 2000) afirmam que, segundo depoimentos de dirigentes, a massa de votantes do sindicato caiu de 10 mil, em 1996, para 5 mil, em 1999, sendo que a mesma guarda relação com o número de associados.

O gráfico 18 revela que houve um deslocamento de filiados da agricultura e da indústria para o setor terciário. Destacamos o desempenho dos serviços de ensino que se mostraram eficazes na filiação de novos adeptos em um período de expansão de sua base em mais de 750 mil postos de trabalho¹⁰². Em consonância com a experiência internacional, a sobrevivência do movimento sindical, medida em termos de taxa de adesão, foi possível, justamente, devido à capacidade dos segmentos em expansão de incorporar os novos contingentes de trabalhadores.

¹⁰² Em menor escala, a administração pública direta e autárquica e os serviços médicos, veterinários, de enfermagem e etc. também foram bem sucedidos na filiação de novos membros. Junto com os profissionais de ensino, estes setores são estratégicos na estrutura da CUT, o que pode indicar a adaptação da Central às mudanças estruturais do mercado de trabalho (CARDOSO, 2003).

**Gráfico 18 - Variação no número absoluto de filiados segundo setores econômicos:
Brasil, 1988-1998, população assalariada de 18 anos ou mais**



Fonte: PNAD (1988 e 1998) apud Cardoso, 2003, p.227.

A tabela 6 revela que, se entre 1992 e 2001 o número total de sindicatos cresceu cerca de 49,2%, só o setor terciário apresentou um crescimento percentual em seu número de sindicatos. Foram cerca de 9,5%. Enquanto isso, o percentual de sindicatos do setor primário e secundário caiu cerca de 5% no mesmo período.

Tabela 6 - Número e Percentual de Sindicatos de Trabalhadores Segundo Setores Econômicos e Grandes Grupos Profissionais, 1992-2001 - Brasil

Grandes Grupos Profissionais	1992		2001	
Total	7.612	100,0%	11.354	100,0%
Primário	2.976	39,1%	3.912	34,5%
Trabalhadores na agricultura	2.976	39,1%	3.912	34,5%
Secundário	1.593	20,9%	1.822	16,0%
Trabalhadores na indústria	1.593	20,9%	1.822	16,0%
Terciário	3.043	40,0%	5.620	49,5%
Trabalhadores no comércio	1.010	13,3%	1.579	13,9%
Trabalhadores em transportes marítimos, fluviais e aéreos	202	2,7%	221	1,9%
Trabalhadores em transportes terrestres	220	2,9%	656	5,8%
Trabalhadores em comunicações e publicidade	134	1,8%	137	1,2%
Trabalhadores em empresas de crédito	212	2,8%	235	2,1%
Trabalhadores em estabelecimentos de educação e cultura	162	2,1%	266	2,3%
Profissionais liberais	379	5,0%	488	4,3%
Servidores públicos	694	9,1%	1.947	17,1%
Outras categorias profissionais	30	0,4%	87	0,8%
Categorias não constantes da classificação ou sem declaração	0	0,0%	4	x

Fonte: Pesquisa Sindical/IBGE. Elaboração própria.

Cabe lembrar ainda que os sindicatos de bancários também foram fortemente afetados no período e perderam mais de 200 mil filiados, sendo que 180 mil deles foram perdidos depois de 1994. O setor perdeu ainda 500 mil dos 1,1 milhões de empregos com carteira assinada que possuía, o que fez com que sua base de arrecadação sindical caísse quase pela metade. Em termos relativos, Cardoso (2003) afirma que a devastação foi relativamente mais intensa entre os bancários do que entre os metalúrgicos por conta da reestruturação do sistema financeiro no país, que combinou a privatização ou fechamento de bancos estaduais, a redução dos bancos a varejo, a internacionalização e concentração do sistema como um todo e informatização do atendimento ao cliente (JINKINGS, 2000 apud CARDOSO, 2003).

Cabe dizer que alguns autores, como Lojkin (1990 apud RODRIGUES, L. M., 1999), contestam as teses de queda no número de trabalhadores

industriais, ao incluírem na classe operária outros profissionais assalariados, como os engenheiros. Dessa forma, o autor entende que o que está ocorrendo é uma mudança de natureza da classe operária, que estaria se ampliando e rompendo com uma concepção estreita de classe operária, incluindo novas camadas de trabalhadores intelectuais que não se reconhecem como operários.

A indústria da produção em série, fordista/taylorista, favorecia a homogeneização dos trabalhadores que, submetidos a uma rotina de trabalho repetitivo e alienado, se sentiam desmotivados pelas tarefas em si e, por isso, buscavam compensações econômicas e materiais. Além disso, a proximidade dos locais de trabalho, hoje superada pelo deslocamento das indústrias, e as semelhanças no poder de consumo, nos níveis de instrução e nos valores dos salários favoreciam o fortalecimento de uma cultura de classe coletivista, que, ainda assim estava longe de consolidar o bloco homogêneo de trabalhadores que só existiu, de acordo com L. M. Rodrigues (1999) nos discursos e na literatura política.

Dessa forma, além de terem sua base reduzida, os sindicatos acompanham uma melhora no ambiente de trabalho daqueles que conseguem manter seus empregos, através da introdução de modelos de gestão mais participativos, tornando-os menos propensos à adesão sindical. A automação e a informatização aumentam as diferenças entre os empregados, e os sindicatos se vêem obrigados a desenvolver estratégias capazes de envolver tanto os segmentos mais qualificados quanto os menos qualificados, que normalmente necessitam de intervenções distintas para alcançar seus objetivos (RODRIGUES, L. M., 1999).

Ainda de acordo com o autor, essa maior heterogeneidade da força de trabalho, gerada pelo surgimento de novos postos de trabalho, aliada à descentralização das unidades de produção, à diminuição dessas unidades, à terceirização, às negociações por locais de trabalho, à flexibilização da legislação trabalhista e à maior participação da mulher no mercado de trabalho, leva a um processo conhecido como fragmentação dos interesses da classe trabalhadora. Para Garcia (1991 apud COSTA, 2005), essa fragmentação dificulta a percepção das similaridades existentes na situação de trabalho, a construção de identidades coletivas e a representação de interesses

homogêneos, colocando os trabalhadores em situação de concorrência e deslocando o conflito para o interior da classe trabalhadora.

Alves (2005) e Antunes (2006) destacam dentre estes fatores, a descentralização produtiva, caracterizada pelo processo de terceirização e de transferência de unidades e plantas produtivas, como um dos maiores entraves à luta sindical. L. M. Rodrigues (1999) afirma que o enxugamento das unidades produtivas ocorre através das subcontratações e terceirização de empresas menores onde além do paternalismo, da relação direta entre patrão e empregado e da informalidade, o autor destaca o fato dos sindicatos preferirem investir nas grandes empresas onde podem conseguir um número maior de adeptos, como fatores que dificultam a sindicalização. Mas, em tempos de heterogeneização profissional, alguns autores, como Galenson (1994 apud RODRIGUES, L. M. 1999), afirmam que os distintos interesses dos vários grupos profissionais podem ser conflitantes e dificultar a ação sindical. O autor aponta ainda que o deslocamento das fábricas ocorre para regiões de um mesmo país ou de outro onde os salários são mais baixos, a pressão sindical é menor e as condições de produção, como os preços das matérias-primas e da mão-de-obra, são mais favoráveis. Essas transferências das unidades de produção também se constituem como uma ameaça ao emprego local, reduzindo a capacidade de reação dos trabalhadores às pressões empresariais. Um estudo norte-americano intitulado “Fechamento de Fábricas e Direitos Trabalhistas” revelou que em 600 empresas pesquisadas, o empregador ameaçou os sindicatos que pretendiam representar os trabalhadores com o fechamento da empresa e, em 12% dos casos, nos quais o sindicato ganhou a eleição para a representação, o estabelecimento foi realmente fechado. O estudo, apresentado por Bronfenbrenner (1997, apud RODRIGUES, L. M., 1999), concluiu que a ameaça de transferência era real ao ponto de influenciar os resultados das eleições.

A flexibilização da legislação trabalhista, decorrente da flexibilização produtiva, surge da necessidade das empresas nacionais se adaptarem às demandas de um mercado internacional mais competitivo e exigente em matéria de qualidade e oferta de produtos variados, como já discutido no capítulo anterior. No entanto, o abandono das rígidas normas é um fator que

dificulta a sindicalização porque a falta de padronização regulatória faz com que os sindicatos não consigam preservar suas funções de representação.

Dentre os fatores complicadores desta questão, o primeiro decorre do fato de que ao defender a manutenção das normas gerais de regulamentação das tarefas, benefícios, direitos e deveres dos trabalhadores, o sindicalismo acaba visto como conservador e, por isso precisa repensar suas formas de intervenção para não cair nessa armadilha. O segundo complicador decorre do fato de que essas mudanças não foram nocivas para todos os trabalhadores. De acordo com Locke, Kochan e Piore (1995 apud RODRIGUES, L. M., 1999), nos EUA, a definição das tarefas se tornou mais flexível, os empregados foram mais envolvidos nas decisões das empresas, foram fortalecidos os sistemas de recompensa baseados nas competências individuais, foram implementados sistemas de bonificação compatíveis com os aumentos anuais de salários e houve ampliação das garantias contra demissões em contrapartida ao maior comprometimento do trabalhador.

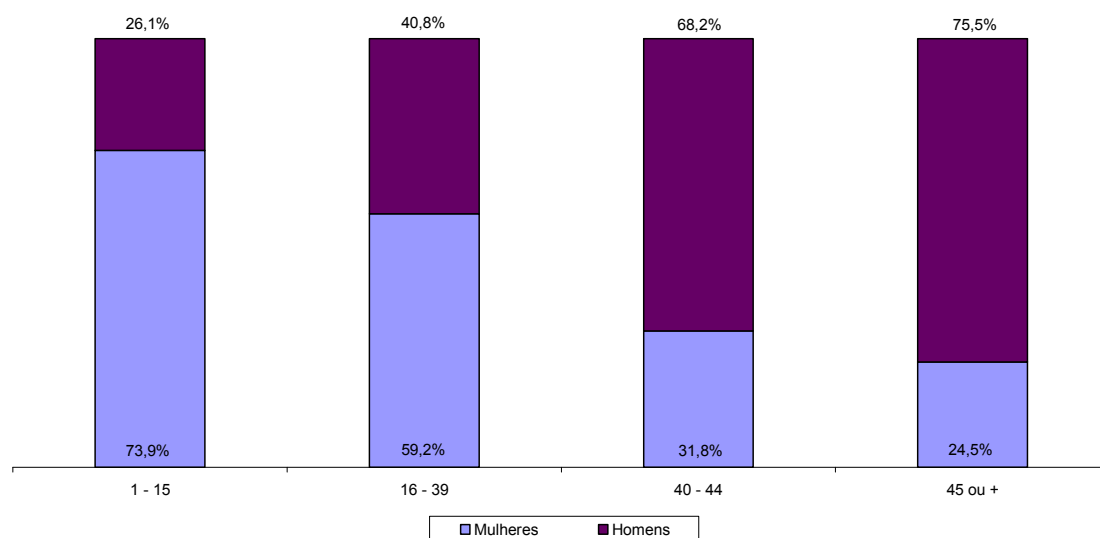
Santana (2000), assim como Pochmann e Borges (2002), afirma que a flexibilização das relações e dos contratos de trabalho caminhou a largos passos no Brasil dos anos 1990. Essas mudanças afetaram justamente o pólo organizado e formalizado dos trabalhadores, mais propensos à organização sindical. O autor destaca que, neste processo, o formal foi se tornando informal e ambos foram se precarizando, e os diferentes tipos de contrato e de formas de trabalho têm encontrado grande aceitação entre os empresários e os governos. De acordo com o Informacut, de dezembro de 1995, o aumento da diferenciação entre os trabalhadores faz parte uma “ofensiva patronal sobre o papel dos sindicatos na representação dos trabalhadores e um ataque sobre os sistemas de contratação nacionais [...] responsáveis por estabelecer garantias básicas e fundamentais para o conjunto dos trabalhadores” (CUT, 1995, p.8 apud SANTANA, 2000).

O contrato parcial de trabalho, regulamentado no Brasil através da MP nº 1.709, já mencionada anteriormente, também é um mecanismo de flexibilização das relações de trabalho que contribui para a diferenciação entre os trabalhadores. De acordo com L. M. Rodrigues (1999), a ampliação dos postos de trabalho em regime parcial está ligada, principalmente, ao aumento

da participação das mulheres no mercado de trabalho, que, por sua vez, foi facilitada pela flexibilização dos contratos de trabalho.

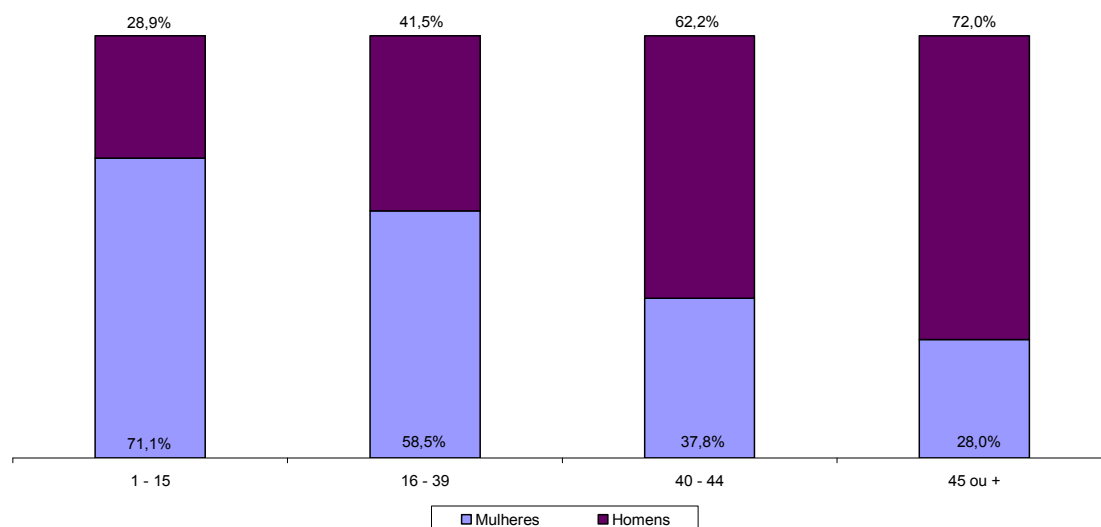
Bruschini (1998 apud CARLOTO, 2002) afirma que na faixa de 40-44 horas semanais, que corresponde ao período regular de trabalho no setor formal da economia, os homens são a maioria, enquanto na faixa de 16-39 horas, na qual estaria incluído o trabalho em tempo parcial, as mulheres se tornam maioria. De acordo com os dados apresentados nos gráficos 19 e 20, a participação das mulheres diminui conforme aumenta a jornada de trabalho. Podemos observar ainda que elas ocupavam em média 66,5% dos postos de trabalho com jornadas inferiores a quarenta horas, em 1990, sendo que em 2002 esse percentual caiu para 64,8%. Ou seja, observamos um pequeno movimento no sentido de igualar a participação masculina e feminina no que diz respeito à jornada de trabalho.

Gráfico 19 - Pessoas Ocupadas na Semana de Referência, por Classes de Horas Trabalhadas, segundo Sexo, 1990 - Brasil



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

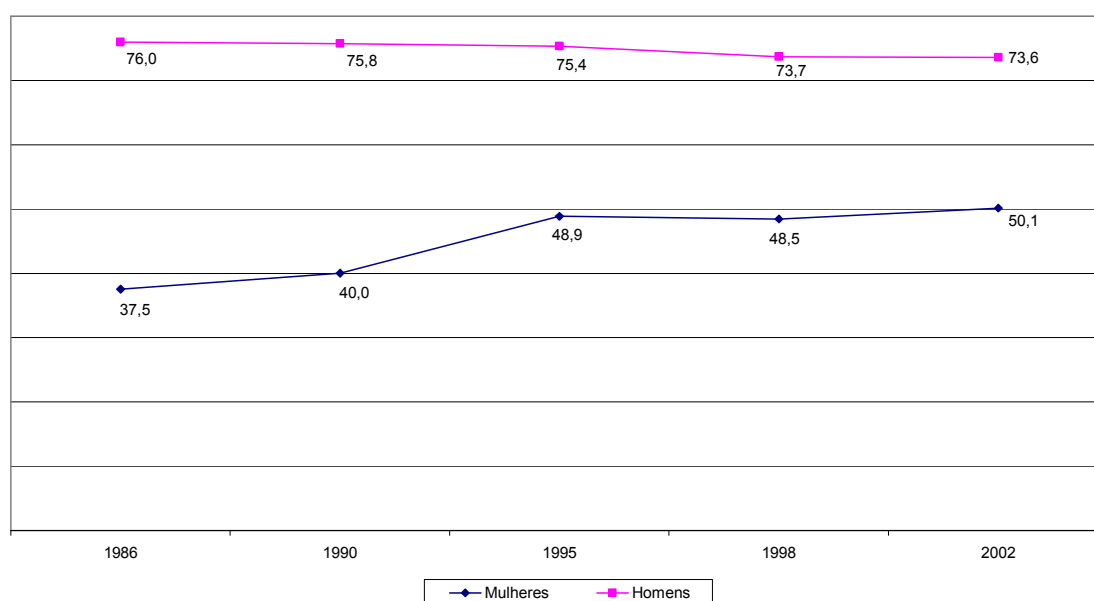
Gráfico 20 - Pessoas Ocupadas na Semana de Referência, por Classes de Horas Trabalhadas, segundo Sexo, 2002 - Brasil



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

O gráfico 21 nos mostra o aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro ao longo dos anos 1990. As mulheres elevaram sua participação em 10% enquanto os homens reduziram a deles em 2%, entre 1990 e 2002.

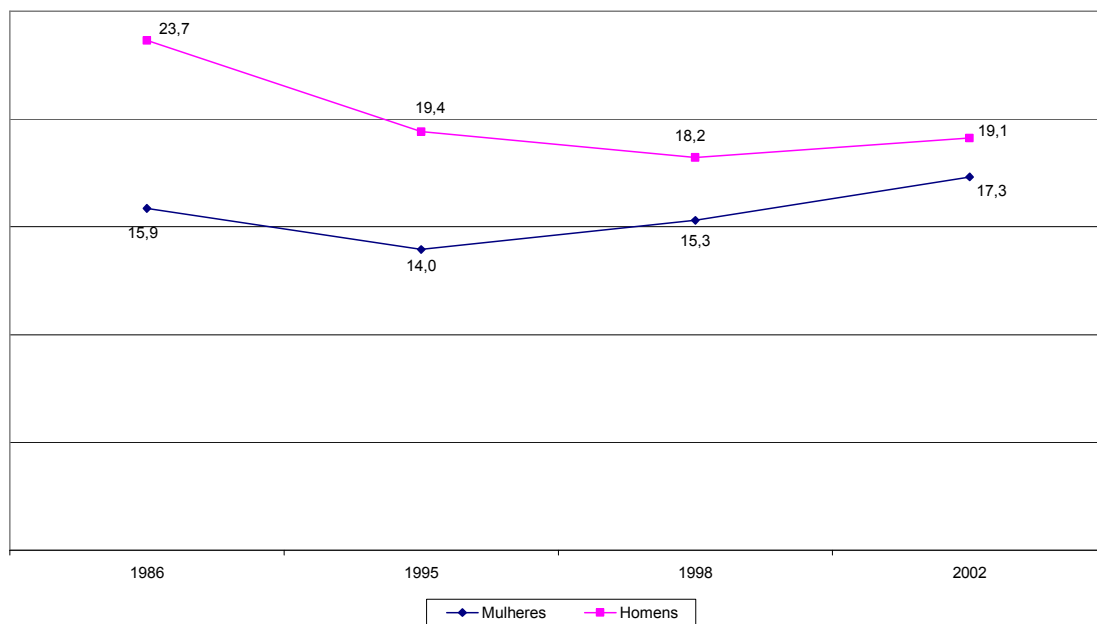
**Gráfico 21 - Taxas de Participação por Sexo, 1986-2002
Brasil**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Esse aumento da participação feminina no mercado de trabalho força os sindicatos, preponderantemente compostos por homens, a desenvolver políticas destinadas a incorporar esse segmento da população. Segundo dados da Pesquisa Sindical (2001), em 2001, 57% dos sindicatos urbanos eram compostos por mais de 60% de homens, e somente 17% tinham mais de 60% de mulheres. Já entre os sindicatos rurais esses percentuais eram de 47% e 14%, respectivamente. No que tange às diretorias, em 1992, 50% dos sindicatos tinham diretorias exclusivamente masculinas e 49% tinham diretorias mistas, sendo que em 2001, o percentual de diretorias exclusivamente masculinas caiu para 35%, e o de diretorias mistas aumentou para 64%. O gráfico 22 revela que a sindicalização feminina tem sido historicamente inferior à masculina, no entanto, podemos observar também que a proporção de mulheres associadas a sindicatos aumentou ao longo dos anos 1990, fazendo a diferença entre sexos ser reduzida de 8% para 2% entre 1986 e 2002. Cabe ressaltar que não existem dados para os anos 1990, mas de acordo com a análise dos demais indicadores já apresentados, acreditamos que a queda da sindicalização de ambos os sexos, ocorrida entre 1986 e 1995, se deu após 1990. No entanto, o que queremos aqui ressaltar é o aumento da taxa de sindicalização feminina entre 1995 e 2002, acumulando cerca de 3%, enquanto a taxa de sindicalização masculina permaneceu em queda até 1998, registrando uma recuperação de menos de 1% entre 1998 e 2002.

Gráfico 22 - Taxa de Sindicalização por Sexo, 1986-2002
Brasil



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Visser (1991, apud RODRIGUES, L. M., 1999) afirma que as taxas de sindicalização feminina tendiam a ser menores na medida em que as mulheres ocupavam postos de trabalho em atividades nas quais a sindicalização era baixa, como os serviços pessoais e o comércio varejista. Com a ampliação da participação feminina e a conquista de postos cada vez mais heterogêneos de trabalho, a sindicalização feminina tende a continuar aumentando.

O binômio alto desemprego e baixa inflação também aparece como um entrave ao avanço do sindicalismo. Ainda de acordo com Visser (1991 apud RODRIGUES, L. M., 1999), em um estudo comparando os índices de sindicalização e de desemprego dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), em que foram excluídos aqueles países em que os sindicatos estão envolvidos com a distribuição de fundos de auxílio aos desempregados, o autor constatou que entre a segunda metade da década de 1970 e 1985, após os anos 1980, o desemprego explica 44% do declínio da sindicalização. O desemprego provoca, sobretudo, uma diminuição no número de mobilizações e greves, mas também afeta os sindicatos enquanto instituições ao reduzir o volume de trabalhadores empregados, tendendo a reduzir as taxas de sindicalização e, com isso, as finanças dos sindicatos.

Além dessas conseqüências mais objetivas, o desemprego pode ter implicações subjetivas, tornando os trabalhadores mais temerosos em aderir aos sindicatos e participar de mobilizações e reduzindo o poder de pressão e barganha dessas organizações. No entanto, L. M. Rodrigues (1999) afirma que o desemprego vai afetar os diferentes países de forma diferenciada, porque, por exemplo, onde os desempregados continuam sindicalizados, as taxas de sindicalização não serão afetadas e onde o desemprego se concentra em atividades econômicas nas quais a sindicalização já era reduzida, os impactos nessa taxa não serão tão óbvios.

A queda dos índices de inflação, que também esteve associada ao aumento do desemprego, colaborou com a crise de representação sindical, uma vez que, anteriormente, o carro chefe das reivindicações dos sindicatos era a reposição dos salários reais, que atuava como elemento unificador dos interesses dos trabalhadores. Com a estabilização da inflação, ganham espaço outras questões como a defesa do emprego, as pensões e a flexibilização, sendo que muitas delas são de âmbito local, e fortalecem uma maior organização por locais de trabalho. Para L. M. Rodrigues (1999), o bom momento vivido pelos sindicatos dos países da União Européia, durante os anos 1960, deveu-se ao baixo desemprego combinado com a inflação; já a década de 1980, marcada pela crise do sindicalismo nesses países, coincide com o aumento das suas taxas de desemprego.

Optamos por mostrar na tabela 7 os dados de desemprego dos países da União Européia, cuja trajetória das taxas de filiação sindical foi previamente apresentada na tabela 2, para que assim possamos relacionar os dados¹⁰³. Podemos observar na tabela abaixo que a maior parte dos países sofreu uma forte elevação em suas taxas de desemprego entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980. No entanto, mais uma vez lembramos que esse indicador, assim como os demais, não devem ser observados de forma independente, pois é a conjunção deste com outros que pode explicar o desempenho do movimento sindical nos diferentes países. O caso da Espanha é exemplar neste sentido, pois, apesar de sua taxa de desemprego ter

¹⁰³ Não foram encontrados dados suficientes da Estônia para compor uma série histórica mínima. Só dispomos da informação de que a taxa de desemprego do país em 1989 e 1990 foi de 0,6 (Labour Force Survey; LABORSTAT).

alcançado a casa dos 21%, em 1984, o país teve uma variação positiva em suas taxas de filiação entre 1985-1994, cerca de 62%, sendo considerado por Cardoso (2003) um país de desempenho *mais ou menos bem sucedido*.

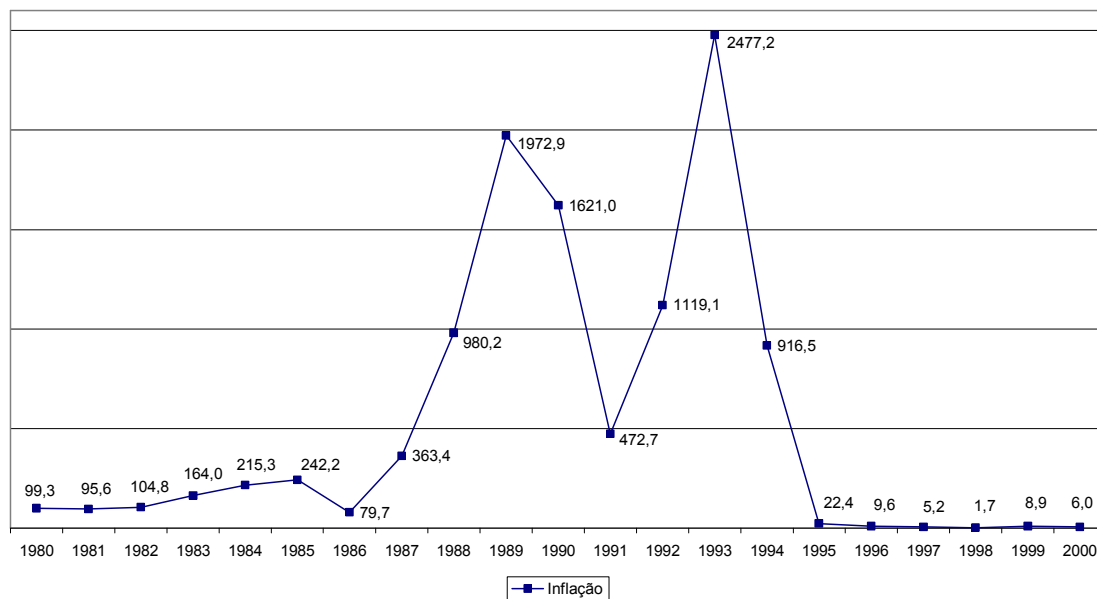
Tabela 7 - Taxa de Desemprego, 1970-1990

Países	1970	1972	1974	1976	1978	1980	1982	1984	1986	1988	1990
Grupo 1											
Finlândia	1,9	2,5	1,8	3,9	7,3	4,7	5,4	5,2	5,4	4,5	3,1
Suécia	1,5	2,7	2,0	1,6	2,3	2,0	3,2	3,1	2,2	1,7	1,6
Espanha	x	x	3,1	4,9	7,0	11,4	16,0	20,3	21,2	19,5	16,3
Grupo 2											
Itália	5,4	6,4	5,4	6,7	7,2	7,6	9,1	10,0	11,1	12,0	11,0
Áustria	2,4	1,3	1,3	2,0	2,1	1,9	3,7	4,5	5,2	5,3	5,4
Grupo 3											
Reino Unido	x	3,7	2,6	5,5	5,7	6,8	10,9	11,6	11,8	8,4	5,9
França	2,4	2,7	2,8	4,4	5,2	6,4	8,1	9,8	10,4	10,0	8,9
Grupo 4											
Portugal	x	x	1,8	6,4	8,1	7,8	7,4	8,5	8,3	x	4,7

Fonte: Labour Force Survey - Finlândia, Suécia, Espanha, Itália, Portugal; Employment Office Record - Áustria; Insurance Records - Reino Unido; Official Estimates - França. LABORSTAT. Elaboração própria.

No Brasil, diferentes autores também indicam a influência do desemprego elevado e da baixa inflação no recuo do sindicalismo, como Noronha (2009), Alves (2000 e 2005), Boito Jr. (1999) e Pochmann e Borges (2002). O gráfico 23 revela que a inflação sofreu fortes oscilações, sobretudo a partir do final dos anos 1980. Noronha (2009) afirma que não se pode negar o caráter desestabilizador da inflação para os acordos coletivos e, por isso, os anos 1980, marcados por uma forte instabilidade econômica, tiveram acordos renegociados com frequência. Isso fez com que os indicadores de atividade sindical fossem favorecidos nessa época, sobretudo na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, quando o movimento grevista atingiu seu auge no Brasil. No entanto, apesar de ter sofrido uma redução entre 1990 e 1992, a inflação se manteve elevada até o ano de 1994, quando o Plano Real obteve sucesso em sua estabilização. Ainda assim, as atividades grevistas não foram mais capazes de acompanhar a alta da inflação e iniciaram uma trajetória de declínio no início dos anos 1990, causada, sobretudo, por conta da brusca elevação da taxa de desemprego observada anteriormente no gráfico 6.

Gráfico 23 - Inflação IPCA, 1980-2000
Brasil



Fonte: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidos/IBGE. Ipeadata. Elaboração própria.

Noronha (2009) afirma que, apesar da importância do descontrole de preços, essa não é a variável que exerce maior influência no elevado volume de atividades sindicais que marcou os anos 1980. Ele faz essa afirmação ao observar que, apesar das evidências apontarem para esse fenômeno como sendo o principal responsável pelo recorde de greves ocorrido no Brasil em 1989, ele sofre forte influência das variações das taxas de desemprego e das expectativas de ganhos, sobretudo em períodos mais recentes.

Noronha (2009) afirma que o aumento da taxa de desemprego inibe as greves e que essa é uma das evidências mais comuns encontradas em estudos acerca da temática sindical. Assim como Pochmann e Borges (2002), Noronha (2009) afirma que, na disputa entre capital e trabalho, as demissões e a greve são os principais instrumentos utilizados por empregadores e trabalhadores, respectivamente. Pochmann e Borges (2002) apontam que o desemprego foi um componente político importante utilizado para fragilizar a ação sindical, uma vez que o movimento se colocava em posição de destaque no que tange à resistência ao avanço do projeto neoliberal. Ainda segundo os autores, foi produzida a mais grave crise do emprego na história nacional, que começou com a recessão no Governo Collor e foi mantida até meados dos anos 2000. Eles afirmam que o desemprego do Governo Collor teve origem na

recessão, mas que a manutenção das elevadas taxas de desemprego durante o Governo FHC teve “componentes políticos inquestionáveis”. Para o autor, “o fenômeno do desemprego e sua constante ameaça foram fundamentais aos empresários para o êxito da instalação, sem grande resistência operária, de uma nova disciplina laboral no interior das empresas” (POCHMANN; BORGES, 2002, p.30). Giannotti (2002) concorda que o medo do desemprego foi usado para diminuir os custos das empresas com o trabalho, através da eliminação dos direitos trabalhistas, e Martins e I. J. Rodrigues (1999), afirmam que o desemprego não só se tornou um dos elementos mais importantes da crise que atravessa a instituição sindical hoje, como se tornou a raiz estratégica da ação sindical, o que discutiremos adiante.

3.2.2 - Fatores Político-Institucionais

Para L. M. Rodrigues (1999), as leis trabalhistas e sindicais, que deveriam proteger o trabalho e o sindicalismo, se relacionam intimamente com os partidos no governo. Para o autor, partidos de esquerda tendem a promover legislações que favorecem os sindicatos e partidos de direita tendem a favorecer a redução do poder sindical. Entretanto, essa tendência nem sempre se confirma na prática, pois os demais elementos da estrutura social influenciam a relação entre partidos e sindicatos. Ainda assim cabe dizer que os sistemas de relações de trabalho não são independentes do sistema político geral.

No que diz respeito aos fatores políticos que criaram obstáculos ao avanço do sindicalismo, o fim dos regimes socialistas do Leste europeu e a vitória dos partidos conservadores e derrotas da esquerda no Ocidente, ao longo dos anos 1980, podem ser arrolados como fatores importantes. Estas mudanças deslocaram as preferências políticas do eleitorado mundial da esquerda para a direita, ou do socialismo para o liberalismo. Ainda que não seja possível quantificar a influência da queda dos regimes socialistas no recuo do sindicalismo, como os sindicatos funcionam com base em princípios coletivos, não é possível imaginar que a hegemonia do individualismo seria favorável ao fortalecimento das organizações sindicais. Dessa forma, mesmo

que indiretamente, através da ascensão ao poder de governos adversários ao sindicalismo, L. M. Rodrigues (1999) afirma que a derrocada dos regimes comunistas afetou a subjetividade dos trabalhadores.

No Brasil, a partir de 1985, a imprensa noticiou todas as últimas declarações de Gorbachov, mostrando o declínio do socialismo soviético. Para Giannotti (2002), esses anúncios diários acerca do fim do socialismo mundial influenciaram fortemente a expansão da onda neoliberal. Palavras como modernidade, mercado e estado cartorial figuravam diariamente na imprensa e acabaram absorvidas pela população em geral. Andréia Galvão (2002) concorda que a crise do pensamento de esquerda em muito contribuiu para a perda de um referencial teórico crítico, anticapitalista. Além disso, nossa tradição socialista teria, de acordo com Giannotti (2002), raízes mais superficiais do que nos países europeus, por exemplo, e isso também favoreceu o avanço da ideologia neoliberal quando essas políticas se tornaram a nova alternativa de superação da crise do capitalismo mundial.

Cabe registrar que mesmo o retorno de partidos social-democratas, socialistas e trabalhistas ao governo em período mais recente, como ocorreu no Brasil, pós-2000, não significa uma retomada aos antigos valores e projetos coletivos. Esses partidos, que sofrem influência da nova conjuntura mundial, tentam se adaptar às novas tendências do eleitorado para manterem-se “competitivos”, transformando-se no que Kirchheimer (1966 apud RODRIGUES, L. M., 1999) chamou de “*catch-all parties*”, que procuram apoio nos novos segmentos de trabalhadores da classe média, adotando campanhas eleitorais de ampliação máxima do eleitorado. Esse processo torna mais difícil observar os impactos das mudanças governamentais sobre o sindicalismo, uma vez que mesmo os partidos de centro-esquerda tendem a adotar políticas neoliberais, mas ainda assim L. M. Rodrigues (1999) defende a hipótese de que a existência de partidos de esquerda ou centro-esquerda no governo tende a favorecer o sindicalismo, enquanto os governos de direita tendem a prejudicar.

Para Wallerstein (1989 apud RODRIGUES, L. M., 1999), que buscou relações estatísticas entre o nível de sindicalização e algumas variáveis independentes normalmente utilizadas para explicar as diferenças nas taxas de sindicalização nacional, a “a importância de governos de esquerda” e “tamanho

da força de trabalho potencialmente sindicalizável” são as únicas variáveis significativas, capazes de explicar as discrepâncias existentes nos níveis de adesão aos sindicatos dos diferentes países analisados. Percebemos, a partir daí, uma combinação entre um fator político-institucional e um fator socioeconômico.

De acordo com L. M. Rodrigues (1999), outros autores, como McIlroy (1995), Howel (1995) e Marsch (1992), também apontam que os governos e políticas anti-sindicais tiveram maior impacto sobre os sindicatos quando o contexto político econômico favoreceu o enfraquecimento dessas organizações. Ao se referir ao caso inglês, esses autores defendem que a legislação trabalhista aprovada pelos conservadores durante o governo Thatcher estaria relacionada a uma reestruturação econômica que pressionava em direção a mudanças institucionais e, por isso, os sindicatos não se posicionaram tão fortemente contra as mudanças legislativas propostas pelo governo.

Destaca-se ainda o fato de que a relação entre os partidos de esquerda e os sindicatos varia de país para país e de acordo com o momento histórico analisado. Existem países em que os governos de esquerda possuem vínculos mais fracos com o sindicalismo e, em outros países, os governos de esquerda possuem vínculos mais estreitos com os sindicatos. No caso do Brasil, o primeiro partido de esquerda a chegar ao governo só o fez após os anos 1990, em 2003, quando Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, assumiu a Presidência da República¹⁰⁴.

No que diz respeito às múltiplas hipóteses responsáveis pelo recuo do sindicalismo, podemos afirmar que é difícil definir uma escala de importância para elas¹⁰⁵. Percebemos que é a relação entre diferentes fatores, sejam eles

¹⁰⁴ Cabe lembrar que, devido ao fato do governo Lula, reeleito em 2006, ainda estar em andamento, optamos por não debruçar nossos estudos acerca de seu governo, focando nosso esforço teórico sobre as transformações ocorridas nos sindicatos durante os anos 1990.

¹⁰⁵ Apesar de muitas pesquisas procurarem, através de recursos matemáticos, explicar porque o sindicalismo teria declinado mais em alguns países do que em outros, os resultados alcançados pelas mesmas têm sido contestados totalmente ou parcialmente por outros estudos (RODRIGUES, L. M., 1999). Noronha (2009) acrescenta que o caso brasileiro comprova que é impossível reduzir as explicações dos ciclos de greves a um conjunto mensurável de variáveis fixas.

socioeconômicos, sejam eles sócio-institucionais, a responsável pelos rumos tomados pelo sindicalismo no Brasil, após anos 1990.

3.3 – O Sindicalismo Brasileiro Durante os anos 1990

As motivações que explicam nossa opção pela compreensão do movimento sindical brasileiro dos anos 1990 a partir, principalmente, da ação política de duas centrais sindicais, remontam ao final dos anos 1970, mais precisamente em 1978, quando a classe trabalhadora inicia um processo de organização que culminou com a realização da primeira grande reunião nacional, a Conclat, em 1981. Ao longo desse processo, como vimos no capítulo um, se formaram dois grandes blocos com visões e práticas distintas. Desta reunião se formaram duas centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986. A CUT chegou ao início dos anos 1990 como principal organização das correntes sindicais reivindicativas. Já a CGT, acabou se dividindo em duas em 1988, ambas com o mesmo nome, sendo que uma manteve o nome original e a outra se tornou a Central Geral dos Trabalhadores.

Paralelo a essa organização, um outro setor mais tradicional, de origem varguista, se agrupou em uma inexpressiva, nas palavras de Giannotti (2002), União Sindical Independente (USI). A criação dessa central teria sido favorecida pelo empresariado, interessado em influenciar e controlar o movimento dos trabalhadores. Essa organização combatia qualquer ideologia estranha ao sindicalismo e tinha como lema “Deus, propriedade privada e livre empresa”. Seu principal articulador foi Antonio Pereira Magaldi que, de acordo com René Dreifuss (1988 apud GIANNOTTI, 2002), foi um dos maiores destaques do Movimento Sindical Democrático (MSD), vertente sindical do IPES/IBADE.

O sindicalismo de resultados, quando começou sua estruturação, em 1987, tinha como projeto reunir ambas as CGTs em uma mesma central sindical, mas a resistência de um de seus principais idealizadores, Rogério Magri, acabou fazendo surgir a necessidade da criação de uma outra central, a

Força Sindical. Essa central acabou agrupando parte dos sindicatos da USI e das CGTs.

Cabe lembrar que existiam no Brasil, no início dos anos 1990, quatro centrais sindicais. Eram elas a CUT, as duas CGTs e a USI. No entanto, até o final da década foram criadas a Força Sindical (FS), em 1991, a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), em 1995, e a Social Democracia Sindical (SDS), em 1997. O quadro 7 revela que a Central Geral dos Trabalhadores e a União Sindical Independente já tinham sido extintas em 2001. Além disso, podemos observar que, em nove anos, a CUT aumentou em 70% seu número de sindicatos filiados, enquanto a Força Sindical aumentou em 185% e a CGT em 133%.

Quadro 7 - Número Absoluto e Variação Percentual dos Sindicatos de Trabalhadores Filiados às Centrais Sindicais, 1992-2001 - Brasil

Centrais Sindicais	1992	2001	Variação (%)
Central Única dos Trabalhadores	1688	2834	70
Força Sindical	294	839	185
Confederação Geral dos Trabalhadores	102	238	133
Central Geral dos Trabalhadores	163	x	x
União Sindical Independente	35	x	x
Social Democracia Sindical	x	289	x
Central Autônoma dos Trabalhadores	x	86	x

Fonte: Pesquisa Sindical/IBGE, 2001. Elaboração própria.

A despeito da existência de outras centrais sindicais, só a CUT e a Força Sindical, chegaram ao ano 2000 com peso no cenário sindical nacional. Os dados do quadro 8 demonstram a força dessas duas centrais. A CUT representava, em 2001, 66% dos sindicatos filiados a centrais sindicais, enquanto a Força Sindical representava 19% desses sindicatos, sendo seguida pela SDS, CGT e CAT com 7%, 6% e 2%, respectivamente. Destacamos ainda o fato de que a maior parte dos sindicatos filiados a CUT em 2001 era de trabalhadores na agricultura, 45%, e na indústria, 16%, enquanto a Força Sindical representa, na maioria, sindicatos de trabalhadores na indústria, 46%, e de empregados no comércio, 24%. Isso pode ajudar a explicar a resistência da Central à abertura comercial, como discutiremos adiante, e também seu

crescimento, uma vez que ela foi capaz de agregar os sindicatos do setor de serviços, que expandiram sua filiação ao longo dos anos 1990.

Quadro 8 - Indicadores Seleccionados da Filiação de Sindicatos à Centrais Sindicais, 2001 - Brasil

Indicadores	Centrais Sindicais				
	CUT	FS	SDS	CGT	CAT
Distribuição da filiação sindical por central	66%	19%	7%	6%	2%
Predominância quanto ao tamanho dos sindicatos	Grandes (55%)	Médios (53%)	Médios (55%)	Médios (51%)	Médios (55%)
Predominância quanto ao grande grupo profissional	Trabalhadores na agricultura (45%) e trabalhadores na indústria (16%)	Trabalhadores na indústria (46%) e empregados no comércio (24%)	Empregados no comércio (31%) e trabalhadores na indústria (26%)	Trabalhadores na indústria (32%) e empregados no comércio (20%)	Servidores públicos (32%) e trabalhadores na indústria (19%)

Fonte: Pesquisa Sindical/IBGE, 2001. Elaboração própria.

Apesar de, segundo Trópia (2002), a CUT ser a maior central sindical brasileira, tendo representado, em 2002, cerca 21 milhões de trabalhadores, a FS cresceu bastante entre 1992 e 2001 e chegou a representar 14 milhões de trabalhadores. A autora destaca também que a FS estabeleceu sedes em vários estados do país, transparecendo a idéia de que o crescimento é prioridade para a Central.

Para que possamos ter uma visão mais abrangente dos projetos nacionais do sindicalismo brasileiro, extrapolando os limites das categorias e setores particulares, optamos por focar nossa discussão nas duas principais centrais sindicais em atividade do país, a CUT e a Força Sindical. Destacamos que essas Centrais possuem matrizes ideológicas bastante distintas. Apesar da ligação da CUT com o socialismo ser questionável, a Força Sindical é facilmente identificada com o projeto neoliberal, o que faz com que ambas, como veremos adiante, apresentem estratégias políticas e práticas sindicais bastante distintas no que diz respeito ao enfrentamento da crise sindical brasileira.

3.3.1 – A Central Única dos Trabalhadores

Apreendido o contexto brasileiro dos anos 1990 e as transformações político-econômicas e sociais ocorridas no período, assim como as principais causas apontadas como responsáveis pelo declínio do sindicalismo combativo,

podemos tentar entender os rumos assumidos pelas principais organizações sindicais no Brasil, neste período.

Na segunda metade da década de 1980, as correntes sindicais mais ativas na luta reivindicativa já estavam organizadas dentro ou ao redor da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os sindicalistas próximos ao Partido Comunista Brasileiro e ao Partido Comunista do Brasil já tinham aderido à Central, como vimos anteriormente, desde que Medeiros e Magri criaram, em 1987, a corrente denominada sindicalismo de resultados dentro ainda da CGT (BOITO Jr., 1999).

Durante os anos 1980, a CUT organizou campanhas, nacionalmente e internacionalmente, pelo não-pagamento da dívida externa; interveio a favor da inserção dos direitos trabalhistas e sociais já existentes, de novos direitos de proteção ao trabalho e da reforma agrária no texto Constitucional de 1988; realizou greves contra a política econômica do governo; e propagandeou sua plataforma de mudanças econômicas e sociais. De acordo com Boito Jr. (1999), essas manifestações foram as mais expressivas demonstrações de unificação da luta dos trabalhadores, onde a CUT procurou mobilizar o conjunto dos sindicatos filiados e inúmeras outras organizações sociais. Essa estratégia política baseava-se no entendimento de que a ação sindical não se limitava à defesa de salários e de condições de trabalho mais favoráveis, apesar de ter sido responsável pela importante conquista de direitos, como o direito de greve, a aposentadoria por tempo de serviço, a jornada semanal mínima de 44 horas e a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores domésticos, que se revelaram um obstáculo para a implementação da política neoliberal nos anos 1990¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Cabe ressaltar que, a despeito dos importantes avanços alcançados pelo movimento sindical brasileiro dos anos 1980, alguns autores apresentam críticas ao chamado sindicalismo de confronto. Para Oliveira (1993 apud ALVES, 2000), a explosão das greves dos anos 1980 não trouxe alterações substantivas na distribuição de renda dos assalariados, ainda que tenha evitado maiores perdas. Mattoso e Oliveira (1990 apud ALVES, 2000) destacam ainda que, mesmo neste período, o sindicalismo não foi capaz de superar uma prática reativa e reivindicativa, que é uma característica marcante da ação sindical em todos os países, mas que, no nosso caso, indicava também uma ausência de definições no plano estratégico. No entanto, Alves (2000) afirma que esses autores não perceberam que o principal valor político das lutas sindicais dos anos 1980 foi constituir, em seu nível mais elementar, uma consciência de classe que se refletiu no apoio maciço dado a candidatura da "Frente Brasil Popular", em 1989 e que dificultou o avanço ainda mais acelerado do projeto neoliberal no Brasil dos anos 1990.

Boito Jr. (1999) destaca que, ao contrário do que muitos analistas apontam, a CUT dos anos 1980 não foi tão bem sucedida por conta de seu caráter socialista e de seu profundo enraizamento na base, ou nos locais de trabalho. A CUT, assim como o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentava apenas um discurso simpático ao socialismo, que, para eles, no Brasil, deveria ser reinventado. Foi justamente o fato da CUT ter mantido seu programa de transformações adequado à conjuntura brasileira que permitiu o crescimento da central. Já o enraizamento na base nunca foi concretizado, pois a central optou por se organizar dentro da estrutura sindical do Estado e cresceu buscando obter reformas liberalizantes para essa estrutura¹⁰⁷. Mesmo onde havia comissões de empresa, o objetivo dos cutistas era manter o controle dos sindicatos oficiais sobre as mesmas.

A consagração da política neoliberal através das urnas, com a eleição de Collor, mudou a conjuntura brasileira e a Articulação Sindical percebeu a defasagem entre a linha ofensiva da CUT e o novo contexto. A derrota da candidatura apoiada pelo “novo sindicalismo” nas eleições presidenciais de 1989 significou, em última instância, a derrota do sindicalismo classista, de massas e de confronto. Essa derrota política contribuiu para o avanço da reestruturação produtiva que, aliado ao cenário nacional de desemprego e recessão, fez claras as limitações estruturais da prática sindical de confronto. Para Galvão (2002), a derrota de Lula para Collor nas eleições presidenciais foi um dos fatores que mais contribuíram para a mudança da prática sindical da CUT na virada dos anos 1990, pois esta significou a vitória do projeto neoliberal, sustentado por setores sociais conservadores e de conteúdo regressivo. Frente a este cenário, a CUT, mas também a Força Sindical, como observaremos mais adiante, desenvolveu estratégias sindicais propositivas, de cariz neocorporativo, entendidas por Alves (2000) como uma verdadeira “capitulação política e ideológica do trabalho diante da nova ofensiva do capital na produção” (ALVES, 2000, p. 117). Boito Jr. (1999) ainda acrescenta que a conjuntura desfavorável impunha um recuo, mas não pode ser considerada responsável pelo total abandono da crítica às políticas neoliberais. Em alguns

¹⁰⁷ Só no setor público, os sindicatos cutistas organizaram-se fora da estrutura sindical, pois estes estavam impedidos de se organizar dentro da estrutura corporativa do Estado.

momentos de crise, a CUT satisfez-se em denunciar as políticas recessivas do Governo Collor ao invés de avançar na crítica ao projeto neoliberal.

Com a posse de Collor, em 1990, a corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical, a despeito da resistência das correntes minoritárias, opta por uma mudança de concepção e de estratégia política. Aprovada na IVª Plenária da CUT, realizada em agosto de 1990, e consagrada no IVº Congresso Nacional da CUT (IVº Concut), realizado em setembro de 1991, a concepção de um sindicalismo propositivo¹⁰⁸ rompia com a ação essencialmente reivindicativa e grevista, experimentada pela central ao longo dos anos 1980. De acordo com Boito Jr. (1999), a mudança proposta pela corrente majoritária da CUT no IVº Concut determinava a adoção de uma linha de ação mais defensiva, normalmente conciliadora com as políticas neoliberais, o que causou grande desconforto entre as correntes minoritárias da CUT, provocando uma crise interna na Central. Para Antunes (1991 apud Alves, 2000), foi no interior na própria CUT que ocorreu um importante debate político-ideológico para o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro. Socialistas revolucionários e social-democratas¹⁰⁹ disputaram o modelo organizativo da Central e venceu a proposta “CUT – organização” e não a “CUT – movimento”. Cardoso (2003) acrescenta ainda que a estratégia cutista, ao contrário do que ocorria com a Força Sindical, resultava de negociações conflituosas entre os líderes de várias afiliações ideológicas. A Articulação Sindical, força política de maior peso na Central, conseguiu relativo controle sobre o desenho da estratégia geral de ação, contra as tendências mais a esquerda, algumas delas revolucionárias.

Ferraz (2003) afirma que as análises realizadas por autores como Giannotti e Lopes Neto (1991), I. J. Rodrigues (1999) e Cruz (2000), colocaram o IVº Concut no centro das reflexões acerca das transformações ocorridas no

¹⁰⁸ De acordo com Galvão (2002), o sindicalismo propositivo prioriza a ação institucional, ou seja, a negociação dentro da ordem e as concessões ao governo e ao empresariado. Suas críticas são pontuais e não requerem uma mudança na política econômica e na forma de gestão da força de trabalho. Já o sindicalismo combativo, experimentado pela CUT durante os anos 1980, se caracteriza pelo trabalho de organização e mobilização das bases, pela negociação contra-propositiva e pela luta a favor da manutenção e ampliação de direitos.

¹⁰⁹ À época do IV Concut, a esquerda socialista ou os socialistas revolucionários que faziam parte da CUT compunham as correntes CUT pela Base, Corrente Sindical Classista e Convergência Socialista (GALVÃO, 2002).

sindicalismo da CUT. Acrescentamos ainda a este rol de autores, Boito Jr. (1999), Galvão (2000) e Antunes (1991). Estes observam a passagem de um sindicalismo marcado pelo confronto para um sindicalismo mais aberto às negociações. Cabe ressaltar, no entanto, que, segundo Giannotti e Lopes Neto (1991 apud GALVÃO, 2002), esta mudança de concepção só foi possível porque no III Concut, alterações estatutárias acentuaram o peso das direções em detrimento às bases e às oposições sindicais, levando a burocratização e institucionalização da Central. Esse processo permitiu a ascensão de novas lideranças sindicais dispostas a negociar com os governos e empresários.

Para Ferraz (2003), o IVº Concut esteve muito centrado nas disputas ideológicas e pelo poder na Central e, por isso, ele afirma que o Vº Concut, realizado em maio de 1994, também foi definitivo na redefinição da ação cutista, esboçando as diretrizes que iriam nortear um conjunto mais amplo de sindicatos da base da Central, e não apenas aqueles sob controle da tendência majoritária¹¹⁰. Para o autor, entre a realização do IVº e do Vº Concut, a CUT conseguiu deixar para trás uma disputa que quase provocou a divisão da Central e construiu certo consenso, que refletiu na formação de uma chapa única para sua Direção Nacional em seu Vº Congresso.

Como afirma Ferraz (2003), durante o IVº Concut, muitas diferenças existiam entre o grupo majoritário, encabeçado pela Articulação Sindical, e as demais tendências da CUT, caracterizadas como uma esquerda socialista por I. J. Rodrigues (1997 apud FERRAZ, 2003). Dessa forma, muitas decisões tomadas no Plano de Lutas do Congresso não foram levadas à prática e significaram apenas uma demarcação discursiva das diferenças entre a CUT e as demais Centrais e entre as correntes internas à própria Central.

No entanto, algumas dessas resoluções se destacam por terem influenciado decisivamente às práticas sindicais que seriam adotadas pela CUT na década de 1990. Além de discussões relacionadas à organização da entidade e à disputa pelo poder interno, o IVº Concut determinou a participação da entidade em fóruns tripartites¹¹¹. Deveriam ser elaboradas propostas

¹¹⁰ Retomaremos as resoluções do Vº Concut mais adiante quando discutirmos o projeto CUT-Cidadã.

¹¹¹ Ainda durante o Governo de Sarney, a CUT tentou negociar um entendimento nacional, mas as reuniões entre o governo e a central acabaram não avançando. Neste período, os sindicatos

políticas que seriam negociadas nesses fóruns de composição sindical, governamental e empresarial. Analisando os dados colhidos neste Congresso, I. J. Rodrigues (1997 apud Ferraz, 2003) revela que a participação nos fóruns tripartites foi bem aceita pelos delegados participantes, inclusive entre aqueles que compunham as correntes de esquerda. Entre os sindicalistas de origem urbana, 35,2% se posicionaram favoráveis à participação da CUT nesse tipo de fórum, e entre os sindicalistas de origem rural, cerca de 54% foram favoráveis.

Outra resolução que merece destaque no IVº Concut diz respeito à luta pela democratização do Estado, reafirmando o papel insubstituível do mesmo na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais. Acrescenta-se a isso o apelo da entidade por órgãos de controle estatal, muitos dos quais já estavam previstos na Constituição de 1988. Ferraz (2003) acredita que nesta altura a CUT já vislumbrava um novo campo de ação sindical. Nas Resoluções do IVº Concut consta que a Central deveria

elaborar propostas referentes às reformas nas áreas de política industrial, social e em todas aquelas que afetarem os níveis de emprego, salário, renda e vida do trabalhador. Deve ainda reivindicar sua participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação (CUT, 1991 apud FERRAZ, 2003).

Depois do IVº Concut, a CUT abandonou a luta contra o modelo de desenvolvimento econômico que vinha sendo implementado no país em nome de uma ação pautada na proposta do que eles acreditavam ser alternativas mais concretas para a política nacional. O “participacionismo” da CUT se deu, principalmente, através dos fóruns tripartites. Segundo a direção da CUT em 1994, a central fazia parte de dezesseis fóruns organizados pelo Governo Federal (BOITO Jr., 1999). Cardoso (2003) afirma que essa opção de participar teve efeitos importantes sobre as táticas políticas da CUT no início dos anos

não abandonaram as mobilizações e esses encontros eram utilizados para divulgar a plataforma da CUT e denunciar a política econômica do governo, o que não aconteceria na década de 1990 (BOITO Jr., 1999). Ilustrativo deste período é a resolução da central: “A CUT entende que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto, os trabalhadores só têm a perder” (Resoluções do III Concut, 1988 apud GIANNOTTI, p.58, 2002).

1990. No entanto, para o autor, a Central não deixaria de pressionar o sistema político, impulsionada por suas tensões internas. Ainda que nos primeiros anos da década isso tenha se mostrado ineficaz, em 1998, tanto a CUT quanto a Força Sindical seriam empurradas para a mobilização sindical, como veremos mais adiante.

Para Galvão (2002), essa atuação institucional e a aceitação da negociação dentro dos limites impostos pelo discurso neoliberal, tornaram as reivindicações da Central cada vez mais “enquadradas” nesses limites. Cabe registrar que, apesar de terem aceito negociar em momentos difíceis de seus governos, tanto Collor, quanto Itamar, romperam essas negociações quando conseguiram elaborar propostas próprias de superação dos problemas que enfrentavam. A CUT acabou por limitar suas reivindicações à reposição salarial e essa tentativa de conciliação fez crescer nos sindicatos a idéia de que não seria possível um caminho alternativo para o desenvolvimento brasileiro, apacando a luta reivindicativa.

Além disso, como a CUT abandonou a defesa da luta unificada, o corporativismo começou a crescer na base do movimento. Nas condições de instabilidade econômica e de ofensiva do neoliberalismo, os sindicatos passaram a adotar uma visão mais contratualista e fragmentada, voltada para livre negociação entre patrões e empregados. Os sindicatos oficiais, antes constituídos pelas categorias legais definidas pela CLT, viram suas bases subdividirem-se em setores e por empresas, como os bancários, que se dividiram entre funcionários dos bancos públicos e dos privados, e os metalúrgicos, que se dividiram entre operários das montadoras e os demais. Com o passar do tempo essa divisão se deu por empresas, quando os bancários isolaram suas campanhas salariais por banco e os metalúrgicos por montadora (BOITO Jr., 1999).

As câmaras setoriais também fizeram parte da estratégia de ação da CUT no início dos anos 1990. Em 1991, elas foram apresentadas pela Articulação Sindical como uma alternativa para o sindicalismo, que, segundo a corrente majoritária da CUT, estaria fadado à reações defensivas diante das forças “cegas e incontroláveis” do mercado sem a intervenção macroeconômica do Estado (CARDOSO, 2003). Segundo a CUT, deveria ser criada uma câmara para cada setor da economia e, naqueles setores em que

estas já existiam, os sindicalistas deveriam passar a ter representantes que negociassem com o governo e o empresariado tanto as políticas setoriais que interessassem aos trabalhadores, quanto os preços ao longo da cadeia produtiva, controlando a inflação. Segundo Boito Jr. (1999), o interesse da CUT era aproveitar a contradição existente entre a política neoliberal, que favorece o capital financeiro internacional e o bancário, e a burguesia industrial, estabelecendo uma frente contra o desemprego e a desindustrialização. Contudo, suas intenções acabaram frustradas porque as câmaras setoriais avançaram no sentido de obter regalias fiscais e créditos para setores específicos que procuravam reduzir perdas particulares numa conjuntura de crise. Um dos principais exemplos disso foi a experiência da câmara setorial conduzida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, entre 1992 e 1995. Essa câmara privilegiou os interesses do setor automotivo a despeito dos interesses dos demais setores industriais e dos trabalhadores do setor, mas Alves (2000) destaca que o famoso “acordo das montadoras” ocorreu à revelia da deliberação da Executiva Nacional da CUT.

Andréia Galvão (1996 apud BOITO Jr., 1999) afirma que a lógica neocorporativa¹¹² em voga no movimento fazia com que cada sindicato fizesse reivindicações para o seu setor que muitas vezes entravam em conflito com os interesses dos demais. Os sindicatos disputavam verbas públicas para suas empresas ou setores e investimentos privados para sua categoria ou base territorial. Além da “guerra fiscal” entre estados, as câmaras setoriais abriram espaço para que os sindicatos se comprometessem a reivindicar menos em troca de maiores investimentos em seus municípios. Das vinte e seis câmaras dos governos Sarney e Collor, apenas três estabeleceram acordos com os sindicatos, sendo que, em 1995, com o início do Governo FHC, todas foram desativadas. De acordo com Alves (2000), esse neocorporativismo setorial tendeu a prevalecer cada vez mais no interior da CUT, debilitando a perspectiva de classe característica da luta política e sindical dos anos 1980.

¹¹² Essa nova forma de corporativismo é entendida por Galvão (2002) como uma defesa exclusiva de interesses setoriais em detrimento aos interesses da classe trabalhadora como um todo. Esses interesses podem ser de uma categoria profissional, dos trabalhadores de um grupo de empresas ou de uma empresa em particular.

Para Galvão (2002), o contrato coletivo, ao lado das câmaras setoriais, é a expressão máxima do sindicalismo propositivo. O contrato coletivo vinha sendo discutido pela corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical, desde 1990, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, quando se chegou a elaborar uma proposta de projeto de Lei para a introdução deste instrumento. No entanto, para a autora, o contrato coletivo é mais uma representação de um ideal do que uma orientação prática, uma vez que em nível nacional, poucos setores implementaram esse tipo de contratação. Para a Central, a implantação desse instrumento garantiria um patamar mínimo de direitos para todos os trabalhadores e preservaria as particularidades de cada categoria e região do país. Para a CUT, o contrato coletivo abriria espaço para a atuação das centrais sindicais, estimulando a negociação coletiva. Essa negociação reduziria as possibilidades de intervenção do Estado nas relações de trabalho, pois a partes precisariam de maior liberdade para definir as regras de contratação e uso da força de trabalho. Apesar do modelo de contrato coletivo da CUT se identificar com o discurso neoliberal da livre negociação, os objetivos de ambas as perspectivas são distintos. O neoliberalismo propõe a desregulamentação da legislação trabalhista e que o contratado prevaleça sobre o legislado, enquanto a CUT sugere que o Estado defina direitos mínimos que não poderiam ser desrespeitados pela contratação coletiva, ou seja, o contrato complementaria a legislação.

No entanto, Galvão (2002) destaca que a defesa da contratação coletiva traz riscos, pois pode fortalecer o discurso empresarial de que as distinções entre setores industriais e regiões inviabilizam a definição de regras e direitos nacionais, rebaixando-os a um nível mínimo, que represente menores custos para as empresas. Além disso, os contratos coletivos incentivam que cada categoria faça reivindicações e lute de acordo com as condições econômicas e de mobilização dos setores em que estão inseridas, fortalecendo um comportamento neocorporativo, uma vez que alguns setores podem assegurar mais vantagens que outros. Boito Jr. (1999) afirma ainda que essa proposta favorecia os sindicatos mais organizados em detrimento aos interesses dos demais trabalhadores e eram nesses setores mais fortes que a base social da Articulação Sindical se encontrava.

De acordo com Boito Jr. (1999), em 1992, a proposta do contrato coletivo teria sido reformulada e a CUT passou a defender um período de transição para que a proteção garantida pelos direitos sociais fosse substituída pelo contrato coletivo, deixando claro que a central poderia abrir mão dos direitos sociais e de uma política salarial unificada em longo prazo. Em julho de 1995, através da já citada MP nº 1.053, convertida na Lei nº 8.542, FHC decretou a desindexação dos salários como parte de uma estratégia política de implantar a livre negociação, substituindo a política salarial pela contratação direta, permitindo, em conjunturas desfavoráveis para o sindicalismo, a compressão dos salários sem o desgaste político daí decorrente. A CUT se opôs à medida, mas estava ideologicamente desarmada, pois esta proposta tinha princípios semelhantes àquelas que a própria central vinha defendendo. Galvão (2002) também acredita que a defesa do contrato coletivo teria estimulado a contratualização das relações trabalhistas, abrindo caminho para o ataque, desferido pelo ideário neoliberal, aos direitos assegurados pela Constituição e pela CLT.

Ao longo da década de 1990, a estratégia de negociação adotada pelos grandes sindicatos cutistas do setor privado resultou em concessões e perdas significativas de direitos. Temos o exemplo do setor metalúrgico, principal expoente do sindicalismo propositivo, que encontrava-se em situação complicada devido à queda na produção e nas vendas de automóveis. Para reduzir os estoques¹¹³, as montadoras recorriam às férias coletivas e ameaçavam seus empregados de demissão. Com o pretexto de reduzir o custo do trabalho sem promover demissões, as montadoras propuseram: repassar para os salários os custos com alimentação, plano de saúde e transportes, diminuir o pagamento das horas extras e do adicional noturno e realizar cortes no 13º salário, no abono de férias e na PLR. Em 1998, os trabalhadores da Volkswagen de São Bernardo do Campo aceitaram uma proposta de contrato com quatro dias de trabalho e redução de 15% na remuneração. O acordo, vigente até julho de 2000, foi criticado por dirigentes de oposição da própria

¹¹³ Os excedentes da indústria automobilística são usados recorrentemente para chantagear os trabalhadores e ameaçá-los de demissão, promovendo a flexibilização de direitos, com a mediação dos sindicatos (GALVÃO, 2002)

CUT e pelos trabalhadores da empresa, de acordo com Paula Beiguelman (2002 apud GALVÃO, 2002).

Para Boito Jr. (1999), as câmaras setoriais e o contrato coletivo de trabalho valorizavam negociações como de convênios de saúde e planos de aposentadorias privados, o que legitimava a restrição dos direitos sociais impostos pela política neoliberal. No entanto, a despeito das afirmações apresentadas acima, Boito Jr. (1999) e Galvão (2002) afirmam que a CUT não aderiu ao neoliberalismo, já que não estabeleceu acordos com nenhum governo neoliberal, seja porque estes não fizeram concessões efetivas, seja por conta da pressão exercida pelas correntes minoritárias da central. Além disso, mesmo a corrente majoritária da CUT assumiu posições abertamente contrárias à política neoliberal em alguns setores da atividade econômica, como, por exemplo, no setor público, onde os trabalhadores se posicionaram contra a reforma administrativa e da previdência, indo de encontro à linha propositiva adotada então pela central. Alves (2000) concorda que mais do que incorporar os valores neoliberais, a Articulação Sindical tentava se adaptar à nova institucionalidade vigente no país. Para Galvão (2002), a trajetória da CUT nos anos 1990 foi marcada por uma oscilação entre a assimilação de elementos do discurso neoliberal, que se refletem na elaboração de uma perspectiva propositiva, e a contraposição à política neoliberal, que em alguns momentos revelou a reativação de uma prática mais combativa. Galvão (2002) afirma ainda que Veras (2000) também observa a ambigüidade da estratégia cutista quando analisa a prática do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que revela uma capacidade de resistência e um nível de aderência frente ao discurso empresarial.

No que diz respeito às privatizações, a CUT também adotou posturas controversas. Se a central combateu a privatização das indústrias siderúrgicas e petroquímicas durante os governos Collor e Itamar, durante os dois primeiros anos do mandato de FHC, a central praticamente abandonou essa luta. Para Galvão (2002), a cruzada de Collor contra os funcionários públicos e a campanha da mídia contra as empresas estatais fizeram com que a reação popular às privatizações fosse reduzida. Além disso, a possibilidade de compra de lotes de ações das estatais pelos funcionários da própria empresa que seria privatizada facilitou a cooptação dos trabalhadores dessas empresas. Para

Boito Jr. (1999), a eleição de Vicente Paulo da Silva, em 1994, também contribuiu para o aprofundamento da linha propositiva da CUT que, depois de ter como presidente, desde os anos 1980, Jair Meneguelli, viu o principal responsável pela mudança da linha de atuação combativa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo assumir a presidência.

Apesar de terem ocorrido importantes manifestações nos anos que se seguiram, a CUT aprofundou sua linha propositiva e, em 1996, decidiu negociar a Reforma da Previdência com o Governo FHC, restringindo a luta contra as privatizações aos sindicatos diretamente afetados. Em 1997, a CUT retomou a luta por ocasião da privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Essa retomada não contou com o apoio massivo dos trabalhadores, apesar das CUT ter organizado atos de protesto em diferentes cidades que obtiveram êxito, ainda que temporariamente, em algumas ocasiões. Essa mudança deveu-se, em parte, ao fato que, passados dois anos, a política antipopular adotada pelo Governo FHC degradou o emprego, os salários e os serviços sociais e isso fez com que a CUT reavivasse suas posições mais críticas, inclusive no interior da Articulação Sindical (BOITO Jr., 1999).

No entanto, para Galvão (2002), apesar das posturas críticas terem sido reavivadas, a adoção do viés propositivo e participativo por parte da CUT fez com que a Central viesse a intervir no debate relativo às reformas “estruturais” do Estado, o que dificultou que a mesma mantivesse uma postura de resistência. Apesar da Central, durante seu VIº Congresso, em 1997, ter afirmado que a reforma do Estado acarretava graves consequências para o mundo do trabalho e para sociedade em geral, a CUT aceitou negociar todos os pontos da reforma proposta pelo governo, exceto a reforma administrativa¹¹⁴, visando se legitimar diante de seus interlocutores. Os dirigentes da entidade acreditavam que caso se recusassem a negociar, a Central poderia ser criticada pela Força Sindical e pela mídia por seu radicalismo e por sua postura antidemocrática. A entidade afirmou ainda no IVº Concut que, ao defender a tese do Estado mínimo, os governos se

¹¹⁴ Cabe ressaltar que a CUT não aceitou a negociar a reforma administrativa por compreender que “esse tipo de ação do governo teria impactos diretos em setores da classe trabalhadora [...] à medida que ele tenta retirar os direitos conquistados pelos servidores públicos [...] Efetua cortes no orçamento das áreas sociais, transforma órgãos públicos em organizações sociais e estabelece planos de demissão voluntária dos servidores” (CUT, 1998ª, p.94 apud SANTANA, 2000).

preocupavam em reduzir a atuação do Estado no que se refere à prestação de serviços, privatizando-o ou terceirizando-o. No entanto, a atuação do Estado em relação aos setores dominantes se fortaleceu com a ajuda aos bancos privados, e a redução dos impostos e a facilidade de aquisição de financiamento pelas empresas (CUT, 1998, p.94 apud SANTANA, 2000).

Galvão (2002) critica o fato da CUT, ao longo dessas negociações, não ter elaborado propostas que delineassem uma posição própria, acabando por incorporar elementos do discurso neoliberal. Devido ao contexto adverso, a postura defensiva da CUT, ao invés de evidenciar o conflito de interesses entre capital e trabalho, flexibilizou demandas, tornando-as compatíveis ao ideário empresarial.

Para Galvão (2002), assim como para Boito Jr. (1999), como já foi mencionado anteriormente, a limitação da estratégia propositiva decorre do fato de que, para as propostas serem aceitas nas mesas de negociação, elas devem ser adequadas à ideologia dominante, tornando-as interessantes para o empresariado e para o governo. O sindicalismo propositivo faz parecer que é possível conciliar os diferentes interesses de classe e acaba agindo no sentido de melhorar as condições de mercado. Nesse processo, a CUT acabou fazendo concessões crescentes e assumindo valores capitalistas como lucratividade, produtividade, qualidade e eficiência.

A CUT passou também a atuar nas brechas do Estado, não apenas propondo políticas, mas também assumindo a execução de serviços relegados pelo Estado. Para manter sua prática “participacionista”, a Central passou a intervir em outros espaços institucionais tripartites após o esvaziamento das câmaras setoriais, como o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional do Trabalho, o Conselho Nacional da Previdência Social, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o Conselho Curador do FGTS e o Conselho de Administração do BNDES¹¹⁵. Os serviços

¹¹⁵ O fato de o governo ter mudado as regras de funcionamento dos Conselhos, com o objetivo de minimizar a pressão dos movimentos sociais e a prática dos governos em adotar medidas sem consultar ou informar aos membros dos conselhos, fez com que a CUT se afastasse do Conselho Nacional do Trabalho e fez com que juristas se afastassem de outros conselhos tripartites. O então secretário geral da CUT, Vaccari Neto, declarou ao jornal O Estado de São Paulo, de 16/12/1996 que “o governo renunciou à Convenção 158 da OIT, inventou os projetos sobre contrato temporário de trabalho, lei de greve, uso do FGTS em privatizações e uma série de outros assuntos sem ao menos informar a comissão. Esse governo faz propaganda de suas comissões tripartites, mas tem uma prática imperial” (MARTINS; RODRIGUES, 1999, p.164).

assistenciais também adquiriram maior peso e visibilidade num contexto marcado pelo aumento do desemprego, que a ideologia dominante atribui à falta de qualificação profissional dos trabalhadores. Segundo Galvão (2002), a difusão dos serviços de educação e formação profissional foi possível em função da existência de um fundo destinado ao atendimento dos trabalhadores desempregados: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)¹¹⁶. Diante da disponibilidade de recursos, os sindicatos cutistas, que inicialmente resistiram ao uso do fundo, passaram a atuar na intermediação da mão-de-obra, através da criação de agências de emprego. Para coordenar essas atividades, que também envolvem a geração de emprego e renda, e disseminar o modelo de economia solidária, a CUT criou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), destinada a organizar e assessorar cooperativas, oferecendo-lhes capacitação e crédito.

Essas medidas fazem parte do que a CUT chama de sindicalismo cidadão e sua formulação, de acordo com Ferraz (2003), ocorreu a partir de uma releitura da sociedade capitalista feita pela CUT durante o Vº Concut, realizado em 1994. Neste Congresso, os delegados avaliaram que o capitalismo atual estendeu os palcos de conflito de classes para além do chão de fábrica e isso possibilitou que o Estado fosse percebido como um espaço de disputa política e não somente como um instrumento burguês de dominação. Santana (2000) confere força ao argumento de Ferraz (2003) quando explica que o entendimento da análise que as Centrais Sindicais realizam acerca do mundo contemporâneo pode nos ajudar a compreender suas formas de atuação.

A partir desse Congresso, a ocupação de espaços institucionais tornou-se uma tática importante para a CUT, tanto para o controle de fundos públicos como para a elaboração de políticas públicas. Segundo as Resoluções do Vº Concut, “o controle público da gestão do Estado deve ser feito através de

¹¹⁶ As resoluções do Codefat permitiram que os recursos do FAT, inicialmente destinados para a concessão de seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra, fossem utilizados em programas de requalificação profissional e de geração de emprego e renda. Esses serviços passaram também a poder ser prestados pelos sindicatos e por associações patronais. Em 1998, era repassado à CUT cerca de R\$ 3 milhões e, em 2000, esta soma chegou a R\$ 35 milhões. Esta verba tem substituído às contribuições sindicais obrigatórias, reduzidas pelo aumento do desemprego (GALVÃO, 2002).

nossa participação em conselhos, em seus diversos níveis, articulando-a permanentemente com a luta cotidiana e real dos trabalhadores” (CUT, 1994, p.22 apud FERRAZ, 2003). Cabe ressaltar que havia uma preocupação no sentido de que a Central não deveria simplesmente elaborar reivindicações que seriam paternalisticamente resolvidas pelo Estado, tratava-se de elaborar políticas concretas através de um aprofundamento dos estudos e pesquisas dos sindicalistas. Mas, para Oliveira (2002 apud FERRAZ, 2003), o sindicalismo cidadão inclui também a execução de políticas públicas, o desenvolvimento de projetos cooperativos e a oferta de serviços, o que, de acordo com Ferraz (2003), surge de forma polêmica nas Resoluções do Vº Congresso acerca da formação profissional. Enquanto os sindicatos de servidores públicos entendiam que a formação profissional era parte de um projeto educativo global e emancipador, sob responsabilidade do Estado, os sindicatos da área privada, dentre os quais destacavam-se os metalúrgicos e os bancários, concebiam que os cursos de formação profissional poderiam ser ministrados pelos sindicatos com financiamento público, principalmente proveniente do FAT. Mesmo sem uma resolução clara acerca deste assunto, Lima (1999 apud OLIVEIRA, 2002 apud FERRAZ, 2003) afirma que o Vº Concut lançou as bases que legitimariam as ações de metalúrgicos e bancários quando estes viessem a atender às demandas de suas bases.

Apesar das críticas sofridas pela Articulação Sindical, a corrente majoritária da CUT afirma que a prestação de serviços públicos permite ao sindicato atender o trabalhador como um ser integral. Para isso, a Articulação defende o uso dos recursos do FAT, garantindo que esta receita tenha um destino que atenda aos interesses dos trabalhadores, ao invés de deixar que governo e empresários decidam sobre o uso desse dinheiro. A Articulação alega que esta não é uma forma de substituir o Estado, mas sim construir um projeto alternativo.

De acordo com Galvão (2002), o sindicalismo cidadão é um desdobramento do sindicalismo propositivo, mas não se trata mais de negociar com o governo e empresários, propondo soluções realistas, e sim oferecer serviços aos trabalhadores, independente de sua condição de filiado.

Essas medidas, que acabam legitimando a política neoliberal, não são unânimes na Central. A disputa interna é acirrada, pois o discurso classista

ainda sobrevive entre as correntes de esquerda. Essas correntes criticam a prática conciliadora e de parceria, condenam a participação da Central em negociações que eles acreditam serem enganosas, discordam da prioridade dada à ação institucional e afirmam que o uso dos recursos do FAT reforça a dependência dos sindicatos em relação ao Estado.

Apesar dessas polêmicas internas acerca das práticas do sindicalismo propositivo e cidadão, a partir de 1999, por conta da desvalorização do real e do desgaste das políticas neoliberais, a CUT se envolveu e passou a atuar de forma significativa na oposição ao Governo FHC. A Marcha dos 100 Mil, o Grito dos Excluídos e o Grito da Terra foram manifestações marcantes deste período. A CUT passou a adotar ações mais ofensivas, recuperando parte de sua combatitividade, pressionada pelas correntes de esquerda. A eleição da nova direção da CUT também contribuiu para essa mudança, já que o novo presidente, João Felício, apesar de ser membro da Articulação, tem origem no setor público, rompendo a tradição da direção dos metalúrgicos do ABC (GALVÃO, 2002).

As tentativas frustradas da CUT em estabelecer acordos com os governos neoliberais têm reativado posições mais críticas no interior da Central. De acordo com Martins e I. J. Rodrigues (1999),

o governo usava o discurso da livre iniciativa na negociação entre empresários e trabalhadores, ao mesmo tempo em que procurava impor um novo modelo de relações de trabalho, atropelando a discussão e frustrando as expectativas dos sindicalistas, especialmente os da CUT (MARTINS; RODRIGUES, 1999, p.165).

Apesar da concepção do sindicalismo propositivo e cidadão ainda ser majoritária, a CUT participou das lutas contra o acordo acerca do pagamento da dívida do governo para com o FGTS, contra o racionamento de energia elétrica e contra as reformas trabalhistas, com destaque para a tentativa do governo de alterar o artigo 618 da CLT, estabelecendo a prevalência do negociado sobre o legislado, que já vimos antes (GALVÃO, 2002).

Galvão (2002) afirma que a trajetória do CUT ao longo da década de 1990 não foi linear, nem homogênea, devido às mudanças de conjuntura e às disputas no interior da Central. As ações da CUT variaram entre manifestações contrárias às privatizações e acordos que levaram a redução dos direitos dos trabalhadores. Apesar de ter adotado elementos do ideário neoliberal, procurando negociar com governos e empresários, o discurso cutista se mostrou mais ofensivo que sua prática. A coexistência de referenciais distintos aponta a necessidade e uma tentativa de acomodar as divergências, unificando suas diferentes correntes internas. A CUT demonstrou momentos de acomodação e de combate ao neoliberalismo, em uma oscilação que, para Boito Jr. (1999), foi característica da ação da Central neste período.

3.3.2 – A Força Sindical

A história da Força Sindical começa no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que, em 1964, depois da intervenção militar, se tornou centro da organização da direita sindical. Um de seus maiores expoentes era Joaquim Andrade, ativo militante do Movimento Sindical Democrático. Até 1978, os dirigentes desse sindicato eram interventores que tinham por objetivo impedir que a esquerda, agrupada na oposição sindical, retomasse o controle deste sindicato que, até a implantação do regime Militar, tinha sido um dos principais bastiões da política sindical do PCB. Contudo, a efervescência do movimento sindical, no final dos anos 1970, começou a mudar este quadro e, nas eleições para renovar a diretoria, foi necessária uma fraude para manter Joaquim Andrade à frente do sindicato. Nesta mesma época, retornavam do exílio os militantes do PCB que, nesta época, tinha como prática sindical a aliança com os dirigentes para atuar dentro dos sindicatos, procurando renovar e democratizar essas estruturas. Foi a partir da necessidade de ambos que nasceu a aliança entre o PCB e Joaquinção, descrita pelo próprio partido como um “entendimento político comum do projeto de renovação e fortalecimento do sindicato” (Resolução Sindical dos Comunistas de São Paulo, 1983 apud GIANNOTTI, 2002, p.26). Luiz Antonio de Medeiros, militante do PCB que tinha se exilado anos antes, passou, assim, a compor os quadros do Sindicato dos

Metalúrgicos de São Paulo. Já na chapa de 1981, Medeiros aparece como primeiro secretário da executiva da nova diretoria, e ele e seus companheiros tiveram que recorrer a fraudes e contar com o apoio explícito dos empresários, através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), para vencer a eleição.

Até se tornar um expoente do sindicalismo de resultados, a mídia colocava em dúvida a história de Medeiros, como vemos na seguinte passagem:

[...] Em pouco tempo, seus amigos começaram a ser presos, torturados ou mortos pela repressão e ele, amedrontado, partiu para o exílio voluntário no Chile. [...] Ele perdera o emprego e Joaquinção teve de lhe arrumar uma ‘colocação fantasma’ na Gradiente de Eugênio Staub (Isto É–Senhor, 31/05/1989 apud GIANNOTTI, 2002, p.30).

No entanto, após sua colocação como representante maior da vertente sindical neoliberal, a imprensa passou a se referir a ele como alguém que foi preso, torturado e exilado pelos militares e como um metalúrgico genuíno, interessado em defender os interesses dos trabalhadores, o que passou a lhe dar status no meio sindical. Vale lembrar que, anos mais tarde, em entrevista concedida a Revista Veja, em 25/03/1992 (apud GIANNOTTI, 2002), o próprio Medeiros viria a admitir que nunca trabalhara na Gradiente e Joaquinção confirmou que pediu ao Staub, que registrasse um rapaz que prometia ir longe no sindicalismo. Ainda assim, Medeiros era a pessoa certa, segundo o setor empresarial, para se contrapor ao ideário e a prática cutista, que vinha se expandindo no movimento sindical e na sociedade ao longo dos anos 1980. Ele tinha passagem pela esquerda e tinha sido treinado em uma escola socialista internacional durante o exílio e por isso dominava a ação política. Além disso, a partir de 1987, Medeiros começara a articular o discurso do sindicalismo de resultados, pregando um pacto¹¹⁷ entre capital e trabalho e se mostrando

¹¹⁷ Segundo Dreifuss (apud GIANNOTTI, 2002), o pacto social era uma necessidade política e econômica, dentro de uma ótica de classe, para a estabilização do quadro econômico brasileiro. Para o empresariado era fundamental formar e incentivar trabalhadores empenhados na defesa do capital já que não era possível “domesticar” o movimento sindical.

avesso à greve como principal instrumento de luta sindical. De acordo com Giannotti (2002), o ano de 1987 foi decisivo para Medeiros, que precisava vencer as eleições para a presidência do maior sindicato da América Latina para viabilizar seu projeto. Ele contou com a oposição de duas chapas, uma tipicamente cutista e outra de dissidentes da diretoria, mas essa divisão da oposição acabou colaborando para a vitória de Medeiros.

Foi em 1986, junto com Aloysio Azevedo, que tinha sido expulso do PCB, e com Antonio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e conhecido por suas ligações com o sindicalismo norte-americano, que Medeiros começou a elaborar a teoria do sindicalismo de resultados. Aloysio Azevedo assim o definiu, em entrevista ao jornal Estado de S. Paulo: “Essa forma de sindicalismo de resultados aparece de forma bastante cristalina nos EUA. Os sindicatos são criados em regime capitalista. Logo são instituições que servem à produção do capital e a luta sindical é essencialmente reformista” (O Estado de São Paulo, 10/08/1987 apud GIANNOTTI, p.43, 2002). O *business unionism*, como é conhecido nos Estados Unidos, se tornou a aposta das elites para reciclar sua capacidade de influenciar o movimento sindical passado o período do regime Militar, quando métodos menos democráticos puderam ser utilizados.

Tanto Medeiros quanto Magri faziam parte do grupo que tinha rachado à época da fundação da CUT, em 1983, e se reuniam para a formação da Confederação Geral dos Trabalhadores. Este grupo era bastante heterogêneo e logo os comunistas passaram a ficar em uma posição de desvantagem frente à liderança do sindicato dos metalúrgicos e dos eletricitários de São Paulo, sendo que parte deles optou por aderir a CUT e outra parte rachou e formou a Central Geral dos Trabalhadores (GIANNOTTI, 2002).

Em 1988, com o fracasso do Plano Cruzado, o Governo Sarney insistiu na idéia de montar uma mesa de negociação com os dirigentes sindicais para tentar superar a crise que o país atravessava, mas a CUT se negou a participar dessas negociações. Se aproveitando desse contexto, Medeiros e Magri despontam como interlocutores confiáveis e saem em defesa do capitalismo e da economia de mercado. Nesta época, o então presidente criou a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, atribuindo

artificialmente maior status ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio de Medeiros (BOITO Jr., 1999 e GIANNOTTI, 2002).

A partir daí, a imprensa investiu sistematicamente na divulgação do sindicalismo de resultados e seus líderes apareciam quase diariamente na televisão e nos jornais: “O capitalismo venceu no Brasil e os trabalhadores querem o capitalismo” (Medeiros ao Jornal Folha de S. Paulo, 20/08/1987 apud GIANNOTTI, 2002, p.51); “Não escolhi o modelo americano de sindicalismo e sim a vida real [...] De fato o trabalhador anseia por melhores condições de trabalho e melhores salários, e não pela derrubada do capitalismo” (Medeiros ao Jornal do Brasil, 23/08/1987 apud GIANNOTTI, 2002); “Só nos interessa o que traz riqueza e prosperidade para o trabalhador. Ideologia não enche barriga de ninguém” (Magri ao Jornal O Estado de S. Paulo, 26/07/1987 apud GIANNOTTI, 2002, p.48).

Depois de apoiar Collor¹¹⁸ durante as eleições presidenciais, Medeiros foi compensado com uma indicação para o Ministério do Trabalho. No entanto, ele recusou afirmando que faria mais pelo então presidente se ficasse no sindicato. “Sem mim, fatalmente, o sindicato cairia nas mãos da CUT” (Medeiros ao Jornal O Globo, 23/12/1989 apud GIANNOTTI, 2002, p.86). Ele sugeriu que Magri assumisse o cargo, e este, acompanhado de Aloysio Azevedo, como assessor ministerial, foi para Brasília.

Medeiros se ocupou da construção de uma central sindical e ele teve o apoio do Governo Collor para criar a Força Sindical. De acordo com Boito Jr. (1999), entre 1990 e 1992, o Ministério do Trabalho concedeu cento e trinta e duas cartas sindicais a entidades ligadas ao grupo de Medeiros, sendo que a CUT só recebeu treze concessões neste mesmo período. O grupo de Medeiros

¹¹⁸ Mesmo antes de Collor assumir, Giannotti (2002) afirma que o discurso neoliberal já vinha sendo difundido entre os sindicatos influenciados por Medeiros. O que antes parecia apenas um discurso anti-CUT foi se delineando como um discurso neoliberal na sua versão sindical. A Força Sindical apoiou o Governo Collor até o último instante antes de seu impeachment. Mesmo em agosto de 1992, quando todos saíam às ruas em protesto, a Força Sindical se limitou a publicar uma nota pedindo a renúncia do então presidente, e não seu impedimento. Depois a central convocou um ato junto com a FIESP, mas que, na opinião de Giannotti (1994 apud BOITO Jr., 1999), não passou de uma tentativa de melhorar a imagem do sindicalista, desgastada por sua omissão diante dos acontecimentos.

conseguiu ainda milhões de dólares do Governo Collor para montar seu aparelho sindical (GIANNOTTI, 1994 apud BOITO Jr., 1999)¹¹⁹.

Em meados da década de 1990, a CUT intensificou as denúncias acerca do papel desempenhado pela Força Sindical. Em São Paulo, o confronto foi mais acirrado e em um jornal local a CUT afirma: “Diz o ditado: quem paga a orquestra escolhe a música. Quem financiou a Força Sindical foi Collor, PC Farias e os patrões. Para que eles financiaram? Para escolher a música. Para a Força ser a Força Sindical Patronal” (Jornal da CUT/CNM, maio 1995 apud GIANNOTTI, 2002). Neste mesmo ano os jornais de circulação nacional publicavam: “Se houve uma pessoa que ajudou a fundação e a desenvolver a Força Sindical do ponto de vista material foi o Governo Collor. Ajudou com contribuições, pedindo a empresários que ajudassem” (Folha de S. Paulo, 24/03/1995 apud GIANNOTTI, 2002).

O pacto social foi fundamental para o crescimento da política da Força Sindical. Essa idéia elimina às classes sociais e trabalha em uma perspectiva de parceria, como se fosse uma negociação entre iguais. Um dos documentos mais ilustrativos sobre este tema, segundo Giannotti (2002) é um artigo assinado pelo presidente da FIESP, Mario Amato, e pelo presidente da Força Sindical, Medeiros, publicado no jornal O Estado de S. Paulo:

Trabalhadores e empresários não são inimigos. Eles podem ter divergências e interesses conflitantes, mas ambos desejam uma economia estável, com empresas saudáveis, que garantam maior nível de emprego e melhores salários (...) Eles devem ser sócios da modernidade (O Estado de S. Paulo, 14/06/1992 apud GIANNOTTI, 2002).

Apesar da Força Sindical, fundada em março de 1991, possuir um programa neoliberal, a grande maioria de seus dirigentes é caracterizada por um conservadorismo político genérico, pela moderação ou pela passividade na

¹¹⁹ Anos mais tarde, em 2001, vários jornais noticiariam os enormes financiamentos feitos para a criação da Força Sindical e o desvio de verba por parte de seus fundadores. O foco central das notícias esteve sobre o desvio de milhões por parte do então deputado federal do Partido Liberal (PL) e ex-presidente da Força Sindical, Medeiros. Cabe dizer que no mesmo ano, no dia 07/10/2001, a Revista Veja noticiou que até aquela data, a Força Sindical ainda era financiada por empresários (GIANNOTTI, 2002).

ação sindical. Essa central foi criada a partir de uma massa de sindicatos pequenos, com menos de 500 associados, alocados em setores com baixa capacidade de pressão, dispersos pelas pequenas e médias cidades do interior e cuja maioria de seus dirigentes jamais tinha participado de um congresso sindical. Mas também havia participação de sindicatos grandes dentre os quais se destaca o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde já vimos que Luiz Antonio de Medeiros lançou sua carreira política e sindical (BOITO Jr., 1999).

Passada a fase “áurea” do Governo Collor e na medida em que as denúncias de corrupção iam surgindo, Medeiros foi reduzindo suas declarações favoráveis ao governo. Ele se afastou de Magri quando este se viu envolto em denúncias de corrupção e, antes de Magri ser deposto do Ministério, a imprensa já não associava mais o nome dos dois como havia feito nos anos anteriores. No entanto, isso não significou o fim do apoio de Medeiros ao projeto de Collor (GIANNOTTI, 2002). O apoio da Força Sindical às políticas neoliberais foi importante no processo de privatização e desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro, ainda que a central tivesse um ponto de divergência com essa política: a abertura comercial, que acarretava o desemprego, sobretudo no setor industrial¹²⁰. Ao seu favor, a Força Sindical conta com a idéia, ainda presente no imaginário social, de que a privatização seria um avanço rumo à modernização, reduzindo a corrupção na burocracia do Estado; e com o medo do desemprego, que é permissivo com a desregulamentação travestida de instrumento capaz de aumentar a oferta de empregos (BOITO Jr., 1999).

Cabe dizer que a Força Sindical não se limitou a declarar apoio, mas também interveio, fez lobby e se mobilizou para fazer avançar o processo “modernizante” (GIANNOTTI, 2002). Nos sindicatos sob seu controle, a central

¹²⁰ Cabe afirmar que, inicialmente, a Força Sindical apoiou a abertura econômica, entendendo-a como uma garantia de modernização da economia e das relações de trabalho brasileiras. Entretanto, ao constatar os impactos negativos das políticas de abertura e de juros altos sobre a sua principal base, os metalúrgicos, a Central começou a questionar a inconseqüente implementação dessas políticas. A partir daí, sua direção saiu em defesa de um modelo de abertura gradual e restritivo. A Força Sindical chegou a participar de uma greve geral em 1996, que teria sido impulsionada pelo aumento do desemprego. Este crescimento já vinha sendo responsável pela maioria das greves isoladas deflagradas em São Paulo. Na ocasião a Força Sindical criticou a política econômica do Governo FHC, extrapolando os limites de seu tão propagandeado pragmatismo. A direção da Central deixou claro seu descontentamento com a política de juros altos e com os efeitos da abertura econômica. A entidade chegou a exigir a nacionalização de 70% das peças e o aumento da alíquota de importação de produtos para indústria automobilística (TRÓPIA, 2002).

defendeu ativamente a privatização em dois planos, através da propaganda e da agitação, se contrapondo a linha cutista, chamada por eles de “estatista e retrógrada”; e através da negociação com as direções das empresas que seriam privatizadas acerca do percentual de ações reservado para os funcionários, seu preço e financiamento. Os sindicatos ligados a Medeiros ainda montaram clubes de investimentos para compra de lotes de ações por funcionários, com o objetivo de garantir a parcela dos trabalhadores no processo de privatização, sendo que havia uma polêmica que dizia que os estatutos desses clubes permitiam a passagem dessas ações para empresários em momentos posteriores (BOITO Jr., 1999).

De acordo com Trópia (2002), no que tange a desregulamentação das relações de trabalho, a Força Sindical defendia a substituição da CLT. Santana (2000) acrescenta que a FS chegou a indicar contradições entre a CLT e as novas demandas trazidas pela sociedade contemporânea:

[...] é preferível, atualmente, brigarmos pelo que reza a CLT ou mantermos postos de trabalho? As respostas cabem a cada um de nós, mas as perguntas esclarecem bem o momento de transformações que estamos vivendo e a enorme contradição existente entre a Lei e a realidade (FS, 1998, p.2 apud SANTANA, 2000).

No entanto, Trópia (2002) afirma que, sabendo da polêmica que envolvia a questão, a Força Sindical optou pela desregulamentação “a varejo”. Quando se viu pressionada pelo aumento do desemprego, a Central optou por flexibilizar a jornada de trabalho, através do banco de horas, e o contrato de trabalho.

O projeto de lei estabelecendo o contrato de trabalho por tempo determinado foi inspirado em um acordo realizado, em 1996, entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Metalúrgica Aliança. Este acordo determinava que até vinte e cinco por cento dos trabalhadores da empresa poderiam ter um contrato especial que previa, dentre outras coisas, a dispensa do registro do trabalho em Carteira Profissional, a redução da contribuição da empresa ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o fim do Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a redução das férias e do décimo terceiro salário. Apesar de este acordo contrariar o disposto na Constituição e na CLT, FHC foi a público se pronunciar favorável a ele, mas a oposição de juristas e membros dos tribunais da Justiça do Trabalho fez com que ele recuasse e fosse obrigado a elaborar um projeto de lei sobre o tema (BOITO Jr., 1999).

A instituição das Comissões de Conciliação Prévia, em 2000, formadas por pessoas que não tinham nenhum vínculo com a Justiça do Trabalho, para resolver conflitos trabalhistas, também contribuiu para a redução dos direitos dos trabalhadores. O movimento sindical, que historicamente lutou pela implementação da livre negociação entre patrões e empregados, aceitou o fim da instituição dos juízes classistas. Acontece que estes, mesmo se posicionando ao lado dos empresários, não podiam propor acordos que rebaixassem os direitos firmados legalmente. O Governo FHC, em sua tentativa de esvaziar a Justiça do Trabalho, introduz as Comissões de Conciliação Prévia, que passam a negociar qualquer acordo, rescindindo contratos de trabalho com a redução ou não dos direitos trabalhistas. Mas não foi só a Força Sindical que viu benefícios nessas comissões, alguns grandes sindicatos filiados a CUT também viram essa mudança como um avanço no sentido de reduzir a ingerência dos governos e ampliar suas conquistas. Como observamos antes, esses sindicatos mais fortes, seguindo a lógica neocorporativa presente no movimento, acreditaram ser capaz de fechar acordos acima do patamar estabelecido pela legislação, apesar dessa não ser a realidade da imensa maioria dos sindicatos do país.

Acrescentamos ao rol de ações em apoio à flexibilização dos direitos trabalhistas, a intervenção da Força Sindical nos acontecimentos envolvendo as votações do Projeto de Lei 5.843/01, que determinava a prevalência do negociado sobre o legislado. Quando este Projeto, que já apresentamos no capítulo dois, foi votado em dezembro de 2001, a CUT, aliada ao MST e a CGT, e a Força Sindical voltaram a se enfrentar. Paulo Pereira da Silva, então presidente da Força, teve livre acesso às dependências da Câmara e ficou em Brasília para pressionar os deputados a aprovarem o PL. Além disso, o governo, que já havia solicitado “regime de urgência urgentíssima” para a votação, foi a público se posicionar favorável à aprovação do Projeto com o

apoio do presidente da Força Sindical, Paulinho, e o da Social Democracia Sindical, Enilson Simões. Até dias antes da suspensão da votação no Senado, em março de 2002, a Força Sindical e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo se organizavam para aprovar os artigos da CLT que seriam flexibilizados (TRÓPIA, 2002)¹²¹.

No que diz respeito à participação da Força Sindical em greves e manifestações ao longo dos anos 1990, Trópia (2002) destaca a intensa mobilização grevista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), que até hoje constitui a principal base da Central. Entre 1991 e 1999, esse sindicato realizou em média 65,8 paralisações ao ano, sendo a maioria delas organizadas por empresa. No que tange as greves por categorias, foram realizadas sete nesses nove anos (Boletins Dieese, 1991-1999 apud TRÓPIA, 2002). Além disso, a Força Sindical participou da Greve Geral de 1996, já discutida anteriormente, e do Festival de Greves, em 1999, junto com a CUT. No geral, as manifestações e greves deflagradas pelo SMSP foram motivadas por questões salariais, com destaque para a implantação da “Participação nos Lucros e Resultados” (PLR)¹²².

Neste sentido, Trópia (2002) acredita que pelo menos no plano econômico a principal base da Força Sindical se mostrou ativa. Entretanto, isso não minimiza o fato da Central ter uma atuação político-ideológica conservadora ao defender a implantação do neoliberalismo no país. A autora afirma que a Central atuou principalmente em duas frentes ao longo da década de 1990. Uma delas, como já pudemos observar, diz respeito à elaboração de propostas e a implantação das políticas neoliberais.

A outra frente encampada pela Força Sindical está ligada à oposição desencadeada contra a CUT e ao MST, fazendo propaganda contra a linha política adotada pela central rival e criando o “Força da Terra”, um programa

¹²¹ Cabe mencionar que o apoio da Força Sindical às políticas neoliberais não é homogêneo. Apesar das dissidências serem bastante reduzidas, neste episódio de votação, ao contrário da postura adotada pela cúpula nacional, alguns dirigentes da Central em São Paulo protestaram em Brasília contra o projeto de flexibilização ao lado da CUT (TRÓPIA, 2002).

¹²² De acordo com a proposta de livre negociação, a Força Sindical investiu na luta pela PLR. Apesar de só ter sido regulamentada em 1994, os sindicatos de base da Central já vinham negociando acordos coletivos que instituíam a prática da PLR desde 1991. A direção desses sindicatos afirmava que esse instrumento traria melhoras nas condições salariais do trabalhador (TRÓPIA, 2002).

que, em parceria com o governo, procurava amortecer a luta pela reforma agrária. Trópia (2002) aponta três episódios ilustrativos desta oposição. O primeiro ocorreu em 1991, quando a CUT e a CGT convocaram uma greve geral de protesto contra a política econômica recessiva do Governo Collor e a Força Sindical foi a público declarar que a ação era ultrapassada e retrógrada, fazendo coro com as críticas do governo à greve.

Um segundo episódio de confronto ocorreu em 1995, no início do Governo FHC, quando explodiu uma onda de greves de oposição, com destaque para a Greve dos Petroleiros. Nesta época, alguns segmentos do funcionalismo público paralisaram suas atividades, mas diante do aumento da repressão, esses segmentos voltaram ao trabalho, restando apenas a greve da Petrobrás. Os petroleiros tiveram sua greve desqualificada e criminalizada através da mídia, sendo que esses trabalhadores foram acusados de “corporativos” e “inimigos da nação”. O exército interveio em quatro das onze refinarias paralisadas e a Justiça do Trabalho declarou a greve ilegal. Cabe dizer que Paul Singer, em entrevista à Folha de São Paulo, de 16/06/1995 (apud MARTINS; RODRIGUES, 1999), afirmou que só havia visto um tratamento tão “despótico e repressivo” em relação a uma greve de trabalhadores durante a fase mais autoritária do regime militar. O governo se recusou a conversar com os petroleiros, demitiu e abriu inquéritos policiais contra os grevistas, que voltaram ao trabalho sem nenhuma reivindicação atendida e sob o risco de serem punidos e descontados pelos dias parados. Durante esses acontecimentos, a Força Sindical, que já havia realizado diversos discursos contra a greve e vinha, desde o início do ano, negociando com FHC e organizando manifestações favoráveis às reformas, passou a apoiar a privatização da Petrobrás e das empresas de telecomunicações.

O terceiro episódio diz respeito à oposição da Força Sindical à luta pela reforma agrária e ao MST. Desde 1999 a Central passou a atuar no campo com o intuito de formar lideranças rurais e fomentar dissidências na luta do campo. A criação do Força da Terra, já em 2001, institucionalizou sua parceria com o Ministério da Reforma Agrária e fortaleceu a implantação do Banco da Terra, programa que defende a reforma agrária sem a desapropriação de terras, com a aquisição dos terrenos pelos agricultores, através de empréstimos bancários (TRÓPIA, 2002).

Para Cardoso (2003), enquanto marcava suas diferenças em relação a CUT, a Força Sindical apoiou as políticas neoliberais que causariam desemprego, recessão, redução do mercado formal, aumento da precarização e destruição de parte do tecido industrial brasileiro, que sustentava tanto a ação da CUT quanto da FS. Para o autor, esse paradoxo pode ser compreendido na medida em que desrespeitando os interesses de seus representados, a Central foi recompensada em termos estritamente políticos, fazendo com que suas lideranças ascendessem a cargos no governo.

Segundo Trópia (2002) e Cardoso (2003), o Governo FHC também teve o apoio da Força Sindical nas discussões acerca da Reforma da Previdência e da Reforma Administrativa. A Central exigia a redução da diferença entre os trabalhadores do setor público e do setor privado. No entanto, ao invés de defender a ampliação dos direitos conquistados pelos servidores públicos, como a estabilidade e a aposentadoria integral, para todos os trabalhadores, a Central optou por caracterizar esses direitos como privilégios que deveriam ser extintos, levando, também, a demissão de uma grande parcela de servidores públicos. Mais uma vez a Central se opôs à CUT, acusando-a de defender uma “casta de privilegiados”. Quando as aposentadorias do setor privado foram ameaçadas, a Força Sindical esboçou uma reação, mas acabou acatando a proposta do governo¹²³.

Trópia (2002) afirma que, além do apoio do governo, dos empresários e da mídia, a Força Sindical conseguiu firmar bases sociais. A ação reivindicativa da Central responde a alguns interesses imediatos de sua principal base social, os metalúrgicos, e que o discurso antiestatista da Central atrai parcelas dos trabalhadores do setor privado. Além disso, a oferta de serviços por parte da entidade tem garantido uma maior sobrevivência à mesma. Como discutimos antes, em um contexto de desemprego e de desmonte dos direitos sociais, essa prática tem atraído novos filiados do setor formal e informal. Atualmente, todas as Centrais Sindicais estão integradas à estrutura sindical oficial via

¹²³ A EC 20/1998 alterou as regras de aposentadoria transformando o tempo de serviço em tempo de contribuição, determinou o fim da aposentadoria proporcional e o fim das aposentadorias especiais, salvo para professores do Ensino Fundamental e Médio e para trabalhadores expostos a condições especiais de trabalho, como a insalubridade (TRÓPIA, 2002).

verbas públicas, particularmente do FAT¹²⁴. A Força Sindical recebe a maior parcela desse recurso, com a qual sustenta sua agência de empregos, seus cursos profissionalizantes e seus outros serviços assistenciais. Acrescentamos ainda a criação do “sócio-usuário”, outra modalidade de atração dos trabalhadores do setor informal. Essa categoria de associação permite que, mediante o pagamento de uma mensalidade, os trabalhadores possam usufruir de alguns serviços prestados pelos sindicatos.

3.3.3 – Mais Relações entre as Centrais Sindicais

Boito Jr. (1999) e Galvão (2002) ressaltam que os governos neoliberais brasileiros, ao contrário do que possa parecer, não adotaram iniciativas diretas para acabar com a estrutura sindical oficial, diferentemente do que ocorreu na Inglaterra, onde se acumulam leis contra a organização dos *trade-unions*. Durante o Governo Collor houve uma tentativa de enfraquecimento da estrutura sindical através de um projeto de lei, encaminhado em 1991, que visava abolir o imposto sindical, condicionando a cobrança da taxa assistencial à autorização de cada trabalhador. Esse projeto também previa que as comissões de empresa pudessem negociar salários e condições de trabalho diretamente com as empresas, o que a unicidade sindical atribuía como função exclusiva dos sindicatos oficiais. No entanto, este projeto de lei acabou deixado de lado. No geral, a reforma trabalhista empreendida por FHC manteve inalterada a estrutura sindical corporativa, limitando-se a combater os direitos trabalhistas. Mesmo a Proposta de Emenda Constitucional nº 623, que inicialmente foi recebida como uma medida que promovia a extinção da estrutura sindical oficial, apenas retirava a garantia constitucional dessa estrutura, tornando mais fácil reformá-la ou suprimi-la.

¹²⁴ Cabe dizer que, em 1999, Paulo Pereira da Silva assumiu a presidência da Força Sindical, pois Medeiros teve que se afastar após ser eleito deputado federal pelo PL, e deu continuidade ao projeto iniciado por seu antecessor. Apesar da mudança da terminologia de “sindicalismo de resultados” para “sindicalismo-cidadão”, Paulinho, como ficou conhecido, manteve a idéia de expandir a prestação de serviços por parte da central, utilizando os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Como a Força Sindical recebe mais recursos do FAT do que qualquer outra central, foram cerca de 40% em 2000, muitos sindicatos aceitam a filiação à central para ter acesso a esses recursos.

Para Galvão (2002) a estrutura sindical brasileira não tem sido um obstáculo à reforma trabalhista, pelo contrário, o fortalecimento do neocorporativismo pode ter favorecido as tendências de descentralização da negociação coletiva e de flexibilização das relações de trabalho, na medida em que fragmenta as organizações sindicais por categorias e regiões, dificultando a ação coletiva. Boito Jr. (1999) afirma que a disseminação do peleguismo permitiu que os governos neoliberais adotassem medidas de manutenção da unicidade sindical, que aumentaram o poder desta estrutura oficial. Temos o exemplo do projeto de lei acerca do contrato de trabalho por tempo determinado, que estabelece que os sindicatos tenham que aprovar a liberação dessa forma de contratação dentro das empresas. Além disso, o Governo FHC assinou um convênio entre o Ministério do Trabalho e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, para que o segundo assumisse a tarefa de requalificação profissional dos desempregados de sua base, em conformação com o ideário neoliberal de repasse da prestação de serviços sociais, antes de responsabilidade do Estado, para associações de diversos tipos.

Como mostra o quadro 9, em 2001, 52% dos sindicatos urbanos e 24% dos sindicatos rurais prestavam serviços aos seus associados, sendo que, em ambos os casos, os serviços de natureza jurídica eram maioria. Chama atenção ainda o papel de destaque dos convênios médicos e odontológicos e dos serviços de educação.

Quadro 9 - Sindicatos Urbanos e Rurais, segundo os Serviços Prestados e Atividades Oferecidas aos Associados, 2001 - Brasil

Indicadores	Trabalhadores	
	Urbanos	Rurais
Total	10.263	5.698
Percentual de sindicatos que oferecem algum tipo de serviço ou atividade	52	24
Principal serviço prestado ou atividade oferecida	Jurídico (77%)	Jurídico (52%)
Segundo serviço prestado ou atividade oferecida	Convênios médicos (45%)	Educação e formação sindical (31%)
Terceiro serviço prestado ou atividade oferecida	Convênios odontológicos (42%)	Convênios médicos / Serviços odontológicos (24% cada)
Quarto serviço prestado ou atividade oferecida	Educação e formação sindical / Esportivas, culturais e sociais (39% cada)	Esportivas, culturais e sociais (22%)

Fonte: Pesquisa Sindical/IBGE. Elaboração própria.

Além disso, pudemos perceber que as percepções e análises da CUT e da Força Sindical acerca da sociedade contemporânea e as formas de superar os desafios impostos por esta são distintas. No entanto, ambas as Centrais compreendem que o mundo do trabalho vem passando por transformações radicais, com fortes impactos sobre os trabalhadores e suas formas de organização.

De acordo com Santana (2000), enquanto a CUT entende que esse novo quadro tem trazido sérios riscos para os trabalhadores, ainda que nem sempre consiga se posicionar de forma a protegê-los desses riscos, a Força Sindical vê neste cenário uma possibilidade de melhoria das condições de vida e trabalho para os trabalhadores através da modernização da economia e das relações de trabalho. Além disso, apesar da qualificação profissional ter assumido papel de destaque nas práticas de ambas as Centrais, a CUT evita a idéia de que os trabalhadores devem adequar-se às novas exigências e busca disputar idéias-chaves do processo, enquanto a Força sindical opta por investir na idéia de inserir os trabalhadores neste “novo modelo”, responsabilizando-os por sua adaptação e conferindo-lhes os riscos que daí decorrem.

Além disso, a CUT confere maior destaque ao papel do Estado e à necessidade de democratização do mesmo, com a manutenção de seus investimentos na área social e a valorização do setor público. Para esta

Central, o Estado teria um papel fundamental na redução dos impactos nocivos causados pela implantação das políticas neoliberais e pela reestruturação produtiva em curso. Já a Força Sindical entende que o Estado deveria ser estrategicamente reestruturado através da privatização de empresas estatais, da desregulamentação de áreas da economia controladas pelo mesmo e do aprimoramento da gestão pública e do funcionalismo, conjugando uma reforma administrativa e uma requalificação dos funcionários deste setor (SANTANA, 2000).

A CUT defende um sindicalismo capaz de articular lutas programáticas, como a defesa da reforma agrária, do não pagamento da dívida externa, da não privatização nos moldes neoliberais e de uma política econômica que garanta a geração de novos empregos e a distribuição de renda, com as demandas mais imediatas da luta sindical. De acordo com Giannotti (2002), tem crescido entre os trabalhadores a consciência de que as demandas por melhores salários e mais empregos não são resolvidas somente no espaço das empresas, sendo que o maior reflexo disso teria sido o crescimento do PT e a posterior vitória de Lula nas eleições presidenciais. A CUT nega o apoliticismo defendido pela Força Sindical, que mascara em meio a seus ideais pragmáticos, a defesa do modelo capitalista e da ideologia do lucro e da competitividade.

Não podemos deixar de apontar que, diante dos graves problemas apresentados aos trabalhadores, o movimento sindical brasileiro, apesar de suas significativas distinções, tentou realizar ações conjuntas. Segundo Santana (2000) existem várias menções a reuniões e encontros entre as Centrais nos documentos analisados pelo autor, refletindo uma tentativa de elaboração de uma pauta unificada para o movimento social acerca de questões como a qualificação profissional, a questão da mulher trabalhadora e do desemprego. Em termos de ações concretas, podemos citar a Greve Geral de 1996 e o Festival de Greves, realizado em fins de 1999, ambos já mencionados anteriormente. Além disso, podemos incluir as iniciativas de qualificação profissional, área na qual as Centrais já desenvolvem iniciativas conjuntas.

O quadro 10 revela que, em 2001, 24% dos sindicatos urbanos e 14% dos sindicatos rurais ofereciam algum tipo de curso de educação, qualificação

ou requalificação de mão-de-obra. O curso básico de informática era o principal curso oferecido em ambos os tipos de sindicato.

Quadro 10 - Sindicatos Urbanos e Rurais, segundo os Cursos de Educação, Qualificação e Requalificação de Mão-de-Obra, 2001 - Brasil

Indicadores	Trabalhadores	
	Urbanos	Rurais
Total	10.263	5.698
Percentual de sindicatos que oferecem algum tipo de curso	24	14
Principal curso oferecido	Curso básico de informática (14%)	Curso básico de informática (6%)
Segundo curso oferecido	Idiomas (7%)	Cursos ligados à agricultura e a pecuária (5%)
Terceiro curso oferecido	Curso de educação regular (1) (6%)	Curso de educação regular (1) (4%)

(1) Cursos de alfabetização, ensino básico, ensino fundamental ou supletivo, entre outros.

Fonte: Pesquisa Sindical/IBGE. Elaboração própria.

No que diz respeito à prestação de serviços na área da educação, devemos destacar a existência de polêmicas acerca da inserção institucional das Centrais nos fóruns de debate e no uso dos fundos públicos. Santana (2000) critica o fato da inserção das Centrais nos fóruns institucionais, sobretudo da CUT, ter ocorrido em detrimento da mobilização e organização dos movimentos sindical e social, relegadas ao segundo plano. Para o autor, parte da paralisia da Central se deve à prioridade atribuída a este tipo de intervenção. Santana (2000) afirma que a dedicação da CUT e da Força Sindical aos projetos de qualificação profissional não poderia ter se tornado a única alternativa de ação dessas centrais, sobretudo por seu caráter defensivo e porque ainda são poucos os estudos que analisam a eficiência destes programas no combate à exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho.

Para Alves (2000), a maior participação dos sindicatos na elaboração e execução de políticas públicas é também um sintoma da crise do sindicalismo. Diante da diminuição da eficácia da ação sindical e da incapacidade dos sindicatos em romper com a lógica econômico-corporativa, centrais sindicais e sindicatos buscam dar sentido às suas práticas políticas.

Considerações Finais

Por certo não há muitas razões para sermos otimistas, mas nem por isso devemos nos seduzir por um pessimismo paralisante, na prática e na teoria. Nessa ‘nova era das desigualdades’ em que vivemos, os sindicatos não podem deixar de estar presentes, a um só tempo garantindo aos trabalhadores um lugar digno na sociedade e pleiteando um mundo mais justo e igualitário.

José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana. Além da Fábrica. 2003

Inicialmente, gostaria de sinalizar que muitas de minhas conclusões foram expostas ao longo desta dissertação com a intenção de tornar mais clara a linha de pensamento que eu seguia, portanto neste último momento retomaremos algumas dessas considerações simplesmente com o intuito de reafirmá-las.

Devo ressaltar que, por entender que as relações de trabalho localizam-se em um quadro mais amplo de relações sociais, cuja dinamicidade nos impõe uma análise conjuntural, mas também estrutural, tomei cuidado para não desprezar o caráter duradouro de muitas das práticas que permanecem, apesar das modificações introduzidas para que, na verdade, nada mude. Minha análise foi realizada numa perspectiva histórica para que, com base nas origens e no passado das relações de trabalho e da estrutura sindical brasileira, pudéssemos compreender a recente caracterização de seu cenário contemporâneo.

Considerei também o fato do Brasil ser alvo de estratégias econômicas de organismos multilaterais e de sofrer pressão política de governos internacionais, sendo influenciado ideologicamente por suas correntes de pensamento. Por isso, tentamos analisar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho brasileiro observando a inserção do país no cenário internacional.

No primeiro capítulo deste estudo, busquei trabalhar alguns elementos da história político-econômica brasileira relacionando-os à trajetória do movimento operário no país, levando em conta a relevância desse desenvolvimento na determinação do posterior quadro do sindicalismo no país. Dessa forma, foi possível compreender as modificações que aconteceram no

mundo do trabalho brasileiro ao longo dos anos 1990, e que influenciaram profundamente no movimento sindical, aspecto central deste estudo.

As práticas autônomas do movimento operário brasileiro foram sendo institucionalizadas e se massificaram, sobretudo a partir de 1935, quando foram introduzidas novas institucionalidades no mundo do trabalho, a partir da regulamentação das relações de trabalho no país. A criação de normas e instituições legais, que responderam ao desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho, aliada a técnicas repressivas, foi fundamental para a consolidação das bases do sistema sindical vigente até nossos dias.

O corporativismo se consolidou como um traço marcante das relações entre Estado, trabalhadores e empresariado. Apesar das polêmicas existentes no que diz respeito ao desenvolvimento do modelo sindical corporativo brasileiro, Boito Jr. (1999) afirma que a Constituinte de 1988 elevou os principais elementos da estrutura corporativa ao patamar de norma constitucional. Dessa forma, o sindicalismo brasileiro chegou aos anos 1990 com características marcadamente corporativas e que viriam a influenciar sua estratégia de ação frente às transformações ocorridas no mundo do trabalho em consequência da implantação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva capitalista.

No capítulo dois, analisei a relação entre a ascensão do projeto neoliberal ao poder, o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva capitalista e as transformações ocorridas no mercado e nas relações de trabalho no Brasil. Apresentei aspectos gerais da difusão da ideologia neoliberal a nível mundial, associando sua consolidação ao desencadeamento de um quadro crítico no modo de produção capitalista, provocado pela crise do sistema de produção taylorista-fordista. Esse cenário permitiu que os neoliberais avançassem com o discurso acerca do poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário e dos gastos excessivos do Estado, responsabilizando-os pela crise. A partir daí, o Estado passou a ser considerado um freio à livre circulação de capitais e o discurso assumido foi em defesa da desregulamentação, da abertura comercial ao mercado internacional e da privatização das empresas públicas.

No Brasil, a intensificação do choque competitivo, imposto pelas transformações neoliberais, consolidou a reestruturação produtiva no Brasil ao

longo dos anos 1990. A globalização dos avanços tecnológicos passou a interferir nas relações de trabalho e de produção do capitalismo e o sistema taylorista-fordista começou a se misturar com outros processos produtivos, com destaque para o toyotismo. Segundo Antunes (2002), esses novos processos produtivos devem ser entendidos como uma resposta do capital ao acirramento da concorrência intercapitalista e à necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho. Dentre as principais conseqüências desse processo, o autor destaca a intensificação do trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas e, por isso, esse processo revela sua necessidade de dismantelar a organização do trabalho e o sistema jurídico responsável pela regulação da exploração da força de trabalho.

A intensificação do trabalho foi possível através da flexibilização e da desregulamentação do trabalho e, desde o início dos anos 1990, sob o discurso de resolução de problemas como desemprego e informalidade, que se acentuaram profundamente ao longo da década, foi sendo progressivamente estabelecida uma nova legislação trabalhista no sentido de (des)regulamentar as relações de trabalho sobre novos pilares, alterando o padrão estabelecido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e contrariando importantes princípios estabelecidos pelo direito do trabalho.

Em um contexto de desemprego e vulnerabilidade da classe trabalhadora, a implementação de uma legislação trabalhista mínima e flexível significou a precarização do trabalho e a intensificação do processo de fragmentação da classe trabalhadora.

As inovações estabelecidas nos acordos e convenções coletivas, em alguns contextos, podem trazer avanços nas relações de trabalho dos segmentos mais organizados de trabalhadores, no entanto, este tipo de trabalhador vem perdendo participação relativa no total da ocupação do país. O segmento não-organizado (pequenas e micro-empresas, pequenos negócios, ocupações sem registro, por conta própria e sem remuneração), que aumenta rapidamente sua participação relativa no total das ocupações, acaba sofrendo uma precarização ainda mais intensa de suas condições de trabalho, uma vez que praticamente não possui nenhuma organização sindical, tem uma legislação trabalhista de difícil acesso e relações de trabalho autoritárias e sem transparência.

Ou seja, se para uma parte dos sindicatos de empregados assalariados urbanos, a CLT expressa certo atraso nas formas de regulação das relações de trabalho, para uma parcela ainda mais considerável de trabalhadores, essa regulamentação não pode ser desprezada, pois não deixa de ser, ainda, um parâmetro de atualidade face à modernização conservadora empresarial.

Uma parcela significativa de trabalhadores não se encontra contemplada no conjunto das leis trabalhistas, em decorrência da desestruturação do mercado de trabalho ocorrida pós-1990, que ocasionou a ampliação do desemprego e do desassalariamento, e a geração crescente de ocupações não-assalariadas, precárias e de baixa produtividade. O abismo entre os trabalhadores formais e informais se ampliou com as diferenças de rendimento, tipo e condição de trabalho. Percebemos, com isso, sinais de inversão na tendência de inclusão condicionada que ocorria desde os anos 1930, quando a estruturação do mercado vinha acompanhada do fortalecimento do assalariamento e, por consequência, de uma menor exclusão dos trabalhadores do sistema corporativo de relações de trabalho.

O novo modelo econômico implementado pós-1990, que acarretou alterações nas formas de gestão da produção e na organização do trabalho, possui fundamentos ainda mais competitivos que provocaram um aumento da produtividade do trabalho, reduzindo empregos através da reorganização do trabalho e da produção. Além disso, a “desindustrialização”, ocasionada pela abertura comercial, e a redefinição do papel do Estado, que fez o setor público perder a condição de maior gerador de empregos, que ocupou no final dos anos 1980, assim como as baixas taxas de crescimento, também contribuíram para o aumento do desemprego e da informalidade.

O aprofundamento das políticas neoliberais e o avanço do processo de reestruturação produtiva transformaram o desemprego em um indicador social preocupante. E, de acordo com Pochmann (2008), este fenômeno não só explodiu nos anos 1990, como também mudou de perfil e se generalizou, afetando diversos setores sociais. Em consequência, a insegurança no que se refere à entrada e permanência no mercado formal de trabalho, assim como a informalidade, aumentou. Para o autor, não podemos ignorar o fato de que o desemprego se encontra desigualmente difundido no país e por isso as políticas públicas de emprego devem levar em conta as especificidades

regionais. Quando se trata da questão de forma homogênea, se compromete insatisfatoriamente os já escassos recursos destinados à situação geral dos desempregados. Por isso, diferentes formas de desemprego exigem políticas públicas que levem em conta as diferenças existentes entre os variados grupos sociais e sua relação com a dinamicidade do mercado de trabalho. Para o autor é fundamental e urgente adequar as políticas de emprego a esses paradigmas, assim como o enfrentamento das causas do desemprego estrutural no Brasil.

Diante da menor oferta de emprego, o mercado de trabalho tornou-se mais competitivo, dificultando o acesso às ocupações formais. A escassez de empregos com carteira assinada fez a informalidade atingir altos níveis no Brasil da década de 1990. São autônomos, pessoas que vivem “de bico”, micro empresários, empregados de firmas à margem da formalidade, que se tornaram “empreendedores” não por vocação, mas por falta de opção.

Apesar de discordarmos da utilização do termo empreendedorismo¹²⁵ quando nos referimos à informalidade imposta aos trabalhadores, optamos por lançar mão do termo unicamente a fim de fazer uma breve colocação sobre este conceito.

Se até os anos 1970 a noção de informalidade alimentava a expectativa de uma incorporação progressiva à chamada “cidadania regulada”, seu esvaziamento enquanto categoria analítica e referência ideológica atual, parece coincidir com a ascensão da noção de empregabilidade (e sua extensão, o empreendedorismo) como equivalente funcional da informalidade ao capitalismo recente. Essa substituição gradual se dá por conta da incapacidade da dinâmica produtiva atual de absorver toda a mão-de-obra existente:

[...] a noção de empregabilidade, tal como a esquematizei anteriormente, remete a requisitos subjetivos relacionados aos trabalhadores individuais, expressando o que me parece ser uma fonte muito importante de legitimação de novas formas de controle social, menos objetivas, que dependem mais

¹²⁵ Para mais ver: SILVA, Luís Antonio Machado. Mercado de Trabalho, Ontem e Hoje. In SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. Além da Fábrica. São Paulo: Boitempo, 2003.

fortemente do engajamento pessoal dos trabalhadores (SILVA, 2003, p.167).

Até a década de 1990 a tendência era a redução das formas de subutilização do trabalho, identificadas pelo desemprego e pelas ocupações sem remuneração e por conta própria, no entanto, durante os anos 1990, a maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho foi para ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomas, cooperativas, entre outras. Um fator relevante acerca desta questão diz respeito ao fato de que o trabalho por conta própria ao qual nos referimos, e que mais cresceu no Brasil, é aquele que se caracteriza por condições de trabalho e remuneração precárias, e não aquele identificado como nova inserção ocupacional moderna que propicia, principalmente nas grandes empresas, condições de remuneração e trabalho mais favoráveis para técnicos especializados e com experiência profissional.

Na Pesquisa do IBGE sobre economia informal urbana¹²⁶, realizada em 2003, o órgão afirma que existiam 13,9 milhões de pessoas empregadas em pequenos empreendimentos informais, ou seja, cerca de 26% da forma de trabalho das cidades brasileiras, excetuando-se os empregados domésticos. No entanto, este setor representou apenas cerca de 6% do produto interno bruto brasileiro, revelando que o setor informal cumpre muito mais uma função “social” de absorver mão-de-obra e amenizar a crise do mercado de trabalho, do que a função de gerar riquezas propriamente. Segundo Ângela Jorge, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE à época, em entrevista ao Jornal O Globo de 20 de maio de 2005, “se essas pessoas não tivessem como atuar e garantir sua sobrevivência, estariam pressionando, por um lado, o mercado e trabalho e, por outro, os programas de transferência de renda do governo”. O IBGE também registrou uma queda de quase 20% nos rendimentos do setor informal de 1997 para 2003, o que provocou jornadas de trabalho mais longas, contratos mais precários e maior dificuldade na venda de produtos.

¹²⁶ Cabe registrar que o IBGE segue as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para definir os empreendimentos informais. Foram incluídos os negócios com até cinco empregados, nos quais não há separação entre capital e trabalho (o dono também é empregado) e não há distinção entre o patrimônio e a receita da empresa, e os bens e rendimentos da família do seu dono.

Cabe dizer que o movimento sindical brasileiro não se mostrou capaz de criar obstáculos efetivos à intensificação do trabalho, à fragmentação da classe trabalhadora e ao aumento do desemprego e da informalidade. O sindicalismo brasileiro, assim como o mercado e as relações de trabalho, também sofreu com os fortes impactos das transformações ocorridas na sociedade brasileira durante os anos 1990, como pude discutir no capítulo três. O movimento sindical que tinha começado a se reestruturar em fins da década de 1970 e começou a trilhar um caminho de lutas durante a redemocratização da década de 1980, foi subitamente interrompido na década de 1990.

Como afirma Antunes (2004), visando acelerar o processo de racionalização da produção, incorporando a flexibilização das relações de trabalho, o empresariado tem a necessidade de investir contra os direitos trabalhistas, questionando as conquistas adquiridas anteriormente pelos trabalhadores, com propostas patronais de flexibilização de remuneração, de contratação, de jornadas de trabalho, etc. Esse novo contexto afetou diretamente a qualidade do emprego, as condições de trabalho e, conseqüentemente, a organização sindical.

Os sindicatos acabaram por se adaptar ao momento e às condições impostas por esse modelo econômico reestruturado. No lugar de um sindicato organizado por local de trabalho, sustentado pelas contribuições sindicais, fortalecido pelo discurso classista, na defesa dos direitos e buscando a unificação de todos os setores da classe trabalhadora; encontramos uma organização marcada pela disputa de cargos, rebaixada na politização, sobrevivendo com dinheiro do FAT e/ou de outros convênios adicionais e sustentadas no neocorporativismo.

Entraram em cena como debates prioritários, os fundos de pensão, a assistência médica hospitalar, a requalificação profissional, as sedes campestres, os convênios variados e empresas de empréstimos, isso para fazer frente aos baixos salários. A ação sindical, em conseqüência a este processo, volta-se para o debate da participação e divisão dos lucros, para a gestão coletiva das empresas privadas, para as câmaras setoriais, entre outras questões. Os sindicatos tendem a concentrar suas ações em torno de lutas decorrentes do descumprimento da legislação trabalhista, num contexto de escassez de empregos. Assim, o movimento sindical se alterou

significativamente na década de 1990, se caracterizando “[...] pela substituição da prática de confronto por uma prática mais propositiva e pela tendência à fragmentação da ação sindical” (GALVÃO, 1999, p. 115).

Apenas dizer que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva impuseram essas contenções ao movimento sindical me parece muito limitado. A discussão acerca dos elementos responsáveis pelo recuo do sindicalismo brasileiro neste período é extensa e, por isso, optei por categorizar os elementos causadores da crise do sindicalismo brasileiro em dois grandes blocos, como foi proposto por L. M. Rodrigues (1999). Entre os fatores socioeconômicos destacam-se: a introdução da automação e da informatização, a fragmentação dos interesses da classe trabalhadora, a flexibilização e desregulamentação trabalhista, a queda da inflação e o aumento do desemprego. Entre os fatores político-institucionais, merecem destaque: o tipo de sistema político geral e a ascensão de partidos neoliberais ao governo.

Uma vez apreendido o contexto brasileiro dos anos 1990 e as transformações político, econômicas e sociais ocorridas no período, assim como as principais causas apontadas como responsáveis pelo declínio do sindicalismo combativo, ainda no capítulo três, passamos à análise da trajetória assumida pelo movimento sindical brasileiro ao longo dos anos 1990.

Apesar de ser parte de uma tendência internacional, as mudanças que ocorreram no sindicalismo brasileiro foram também determinadas por fatores internos à sociedade brasileira que podem ser resumidos na derrota de Lula em 1989; na posse de um presidente eleito pelo voto direto, conferindo legitimidade às ações do poder político; na adoção da alternativa neoliberal, que impulsionou a reestruturação produtiva; na burocratização da CUT, distanciando a cúpula da base do movimento; na ampliação do neocorporativismo nos sindicatos; e no surgimento de uma nova central, a Força Sindical, acirrando a concorrência político-ideológica no cenário sindical.

Na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a central considerada mais combativa durante os anos 1990, pelo menos dentre aquelas com referência nacional e expressão quantitativa, observamos, segundo José de Lima Soares (1998), três tendências principais: o sindicalismo de “concertação social”, que lança mão de instrumentos como as câmaras setoriais e os acordos patronais;

o sindicalismo de caráter social-democrata, com forte presença governamental; e uma terceira tendência que avalia que o “novo sindicalismo” ainda estaria voltado para os interesses dos trabalhadores.

Segundo estudo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) e da Escola Sindical São Paulo, publicado no Jornal da UNICAMP, de junho de 2004, nos anos 1990 ocorreram mudanças importantes no perfil e no projeto político da CUT. A entidade, que nasceu em 1983, ainda se autodenomina a mais combativa do sindicalismo brasileiro, mas a realidade não é bem essa. A CUT se aproximou do Estado, se afastou da base e envelheceu diante da reestruturação produtiva neoliberal, mantendo vigentes elementos da velha estrutura sindical da primeira metade do século XX, sem contar a ligação de setores da organização com o empresariado. A tendência majoritária da CUT, a Articulação Sindical, liderou este movimento e defendeu intensamente a substituição de uma ação sindical combativa e com contornos políticos, preponderante nos anos 1980, por uma política cada vez mais subordinada à ordem, negocial e parceira do Capital nos anos 1990.

Ainda segundo a pesquisa do CESIT e da Escola Sindical São Paulo acerca do perfil da nova CUT, uma das mudanças mais significativas ocorridas na Central relaciona-se ao fato de que, nos anos 1980, esta defendia o fim da CLT, da Justiça do Trabalho e a não interferência do Estado nas relações trabalhistas; no entanto, durante os anos 1990 a CUT passou a defender a regulação dos direitos mínimos pelo Estado, e que os demais direitos fossem discutidos em negociações patronais. Isso indica que a CUT passou a atribuir importância ao Estado no que diz respeito à preservação de direitos mínimos. Em julho de 2003, no 8º Congresso Nacional da CUT, 77% dos delegados entrevistados disseram que a Justiça do Trabalho devia continuar existindo com modificações. Percentuais expressivos de delegados afirmaram ainda a necessidade de que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), as férias, o 13º salário e as licenças à maternidade e à paternidade fossem regulados exclusivamente pela lei. “Essa mudança se deve à necessidade de preservar os direitos mínimos dos trabalhadores ante as mudanças no cenário político-econômico”, analisa o economista Cláudio Dedecca, um dos coordenadores do estudo.

Na década de 1980, o movimento sindical estava emergindo com força e achava que tinha capacidade de se impor pela força da mobilização, mas na década de 1990, o movimento enfrenta um período de fragilização em razão do desemprego, crise econômica, recessão e as conquistas começam a ficar mais escassas (DEDECCA, em entrevista publicada no Jornal da UNICAMP, jun. de 2004)

Cabe registrar que tanto a Força Sindical quanto a CUT, apesar de terem manifestado críticas ao corporativismo estatal em algum ponto de sua trajetória, parecem ter recuado diante da ofensiva neoliberal. Ao invés da defesa genérica de liberdade e autonomia sindical, elas passaram a defender a manutenção da estrutura corporativa que, de entrave à organização sindical, passou a ser considerada uma proteção, uma garantia dos direitos sindicais e trabalhistas, constantemente ameaçados pelos governos neoliberais. Essa ambigüidade é certamente um importante fator explicativo para a compreensão da atual estrutura sindical brasileira. Creio que devemos repensar até que ponto a estrutura sindical colocada não acaba sendo útil ao bloco no poder brasileiro, uma vez que, de acordo com Boito Jr. (1999), esta oferece um canal “seguro” de negociação, que permite a participação controlada dos trabalhadores nos processos de decisão, servindo como uma forma de suprimir manifestações populares e autônomas por direitos sociais e trabalhistas.

Acerca do surgimento da Força Sindical, os estudos que apresentei no capítulo três revelaram a estreita relação desta Central com o neoliberalismo, principalmente no que tange a defesa da economia de mercado. Contudo, a Força Sindical não se limitou a declarar apoio às políticas neoliberais e nos sindicatos sob seu controle defendeu ativamente as privatizações e a desregulamentação das relações de trabalho, defendendo o banco de horas, o contrato de trabalho por tempo determinado e as Comissões de Conciliação Prévia. De acordo com Cardoso (2003), enquanto marcava posição contra a CUT e ao MST, a Força Sindical apoiou ainda as discussões acerca das Reformas da Previdência e Administrativa durante o Governo FHC.

Ao final do capítulo três pudemos perceber que a CUT e a Força Sindical adotaram visões distintas acerca das transformações ocorridas na sociedade

brasileira ao longo dos anos 1990. Enquanto a CUT entendeu que este cenário trouxe sérios riscos para os trabalhadores, a Força Sindical viu uma possibilidade de melhoria das condições de vida e trabalho da população através da modernização da economia e das relações de trabalho. Além disso, a CUT manteve um papel de destaque para o Estado, entendendo que este seria fundamental na redução dos impactos nocivos causados pela implantação das políticas neoliberais e da reestruturação produtiva, enquanto a FS defendia a reestruturação do Estado através da privatização, da desregulamentação e da reforma administrativa e previdenciária.

Apesar das divergências e diante dos graves problemas apresentados aos trabalhadores na década de 1990, as Centrais Sindicais tentaram realizar algumas atividades conjuntas. Segundo Santana (2000), existem várias menções a reuniões e encontros entre as Centrais em seus documentos, refletindo uma tentativa de elaboração de uma pauta unificada. No que diz respeito às ações concretas, destacam-se as iniciativas conjuntas de qualificação profissional.

Ramalho e Santana (2003) resumem o panorama sindical brasileiro dos anos 1990 como um cenário em que o desemprego e a precarização forçaram os sindicatos a mudar suas pautas de reivindicação da questão salarial, fortemente presente nos anos 1980, para a garantia do emprego e combate ao desemprego, buscando ampliar seu escopo de ação através de novas institucionalidades. Para os autores, esse cenário se abateu tanto sob os sindicatos de base, quanto sob as estruturas intersindicais, que acabaram por se envolver em projetos variados de formação profissional, constituição de cooperativas de trabalho e intermediação entre trabalhador e emprego, sendo que, em muitos casos, essa inserção se deu de forma defensiva, em detrimento a mobilização dos trabalhadores.

Finalmente, gostaria de levantar alguns questionamentos acerca da crise do sindicalismo brasileiro, uma vez que alguns autores, como Sônia M. K. Guimarães (2007), Armando Boito Jr. e Paula Marcelino (2010) e Hyman (1996 apud RAMALHO; SANTANA, 2003) têm questionado o caráter e a extensão deste fenômeno. De acordo com Ramalho e Santana (2003), existem divergências na interpretação dos efeitos da crise sobre a instituição sindical. Para alguns, este processo indica um declínio “inexorável” do sindicato, para

outros, a crise não teria atingido a instituição sindical, mas um tipo de sindicalismo diretamente afetado pelas transformações na produção.

Guimarães (2007) questiona a crise do sindicalismo e afirma que esta questão possui diferentes perspectivas. O sindicalismo estaria em crise se entendido como um movimento classista na perspectiva do conflito, mas, se entendido como um movimento capaz de fazer emergir novas estratégias capazes de criar novos campos de negociação, o sindicalismo estaria apenas em fase de transição, reagindo ao atual cenário do mundo do trabalho brasileiro.

De acordo com Hyman (1996 apud RAMALHO; SANTANA, 2003), o que vem ocorrendo não é uma crise do sindicalismo, mas uma crise do modelo e da orientação tradicional dos sindicatos. Por isso, o autor faz uma análise da questão da solidariedade e do coletivismo e da relação entre esses princípios, em geral vinculados à ideologia socialista de transformação social, e a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores organizados em categorias específicas. Para o autor, a idéia de uma solidariedade absoluta “distorce nossa percepção da dinâmica atual dos movimentos trabalhistas”. O autor afirma ainda que a questão da crise sindical não é irreversível e ainda existe espaço para iniciativas dos movimentos trabalhistas, mas que é necessário “uma nova lógica, um novo vocabulário de motivos para a solidariedade dos trabalhadores” (HYMAN, 1996, p.20-21 apud RAMALHO; SANTANA, 2003, p.26).

Boito Jr. e Marcelino (2010) defendem a hipótese de que a atividade sindical no Brasil dos anos 2000 é um indicador muito forte do equívoco da tese de declínio histórico do sindicalismo. Ainda que acreditem que o sindicalismo brasileiro atravessou um período de crise nos anos 1990, ao analisarem o ciclo de greves em curso no Brasil, desde 2004, perceberam a presença de um caráter ofensivo nessas manifestações e a conquista de vitórias por parte da classe trabalhadora.

Para os autores, os dados indicam que houve um refluxo no movimento sindical quando comparamos a situação do sindicalismo brasileiro nos anos 1980 e 1990. Contudo, afirmam ser errôneo caracterizar esse fenômeno como crise estrutural ou declínio histórico, como o faz Rodrigues (1999). Eles acreditam que, quando a crise do sindicalismo tem sua explicação centrada na

irreversibilidade da nova ordem social mundial, somos obrigados a admitir que não haveria saída para os sindicatos. Ao minimizar o papel da conjuntura política e ideológica, essas análises incorrem no equívoco de analisar a classe operária e o movimento sindical separadamente do processo político nacional e internacional. Ao analisar a história do movimento operário, Boito Jr. e Marcelino (2010) relacionam o desenvolvimento do mesmo aos benefícios trazidos pela expansão do socialismo em escala internacional, e acreditam que os novos setores da classe trabalhadora iniciaram a luta sindical numa conjuntura política desfavorável de ofensiva do neoliberalismo. O crescimento da sindicalização em alguns setores que antes não tinham tradição de luta, como os trabalhadores do setor de serviços, bem como das mulheres que entraram massivamente no mercado de trabalho, pode representar um novo sopro de vida no movimento reivindicativo dos trabalhadores.

Além disso, Boito Jr. e Marcelino (2010) acreditam que a fragmentação e a heterogeneização da classe trabalhadora não são fenômenos exclusivos da atual fase do capitalismo. Como dito anteriormente, e de acordo com Hyman (1996 apud RAMALHO; SANTANA, 2003), o bloco homogêneo de trabalhadores só existiu nos discursos e na literatura política, que mitificaram o passado como “uma época dourada em que os trabalhadores eram espontaneamente coletivistas e as organizações laborais alinhavam-se por detrás de um projeto de classe unificador” (1996, p.19 apud RAMALHO; SANTANA, 2003, p.26). Dessa forma, afirmar que a fragmentação é a causa fundamental da crise do sindicalismo, minimiza o fato de que, paralelo a esse processo, temos acompanhado um processo de homogeneização entre alguns setores, como os trabalhadores de classe média e os operários, os trabalhadores de diferentes nacionalidades e os homens e as mulheres. “Dessa forma, a segmentação atual entre os trabalhadores pode ser um obstáculo de monta para sua organização; mas não é mais que isso” (BOITO Jr.; MARCELINO, 2010).

Os autores avaliam que, desde 2004, o movimento sindical brasileiro mostra sinais de superação da crise vivenciada ao longo dos anos 1990, e as ações grevistas mantêm-se em níveis razoavelmente altos e têm alcançado vitórias para os trabalhadores. Apesar de analisarem somente os indicadores de greves, os autores acreditam que a atividade grevista e a ação mais

contundente e de maior visibilidade política e social realizada pelos trabalhadores. Os autores apresentam algumas causas prováveis para a recuperação do movimento sindical brasileiro nos anos 2000, como: a retomada, ainda que tímida, do crescimento econômico; uma ligeira recuperação do emprego; o crescimento discreto da inflação dos alimentos; a existência de um regime democrático; o fato do governo ser composto por pessoas oriundas do movimento sindical; o desgaste da ideologia neoliberal; a variedade de orientações político-ideológica oferecida pelas centrais sindicais; e o crescimento da experiência, por parte do movimento sindical, no enfrentamento da flexibilização proposta pela reestruturação produtiva. Ou seja, para Boito Jr. e Marcelino (2010), as alterações na conjuntura econômica política e ideológica podem ter favorecido a recuperação do sindicalismo no Brasil.

Ramalho e Santana (2003) afirmam que a investigação sociológica sobre a crise do sindicalismo tem levado a propostas alternativas para o desenvolvimento futuro do sindicalismo. Segundo os autores, essas alternativas passam por mudanças nas atividades sindicais mais tradicionais de representação coletiva, ampliando as atividades dessas organizações no sentido de incluir a representação dos trabalhadores desempregados, precarizados e excluídos. Laranjeira (1998 apud RAMALHO; SANTANA, 2003) sugere um “sindicalismo comunitário” que, juntamente com outros movimentos sociais, atenderia as necessidades dos que se encontram excluídos do mundo do trabalho. Para Ramalho e Santana (2003), essa proposta retomaria, em grande parte, a tradição que foi se enfraquecendo ao longo da história do movimento operário por conta de sua institucionalização.

No entanto, para que novas alternativas sejam possíveis, parece consenso que o movimento sindical precisa adaptar sua organização, sua estrutura e práticas à heterogeneidade do mundo do trabalho contemporâneo, sobretudo porque, de acordo com Mingione (1998 apud RAMALHO; SANTANA, 2003), a estabilidade da lei trabalhista, a necessidade de representação sindical e a falta de uma alternativa concreta para a representação dos trabalhadores parece indicar muito mais uma adaptação do que uma revolução nos mecanismos de representação coletiva.

Parece-me equivocado aceitar o simples fim do sindicalismo brasileiro, que já passou tantas dificuldades e períodos de recuo, já serviu a tantos fins, organizou tantas lutas, agrupou tão variados tipos de trabalhadores e esteve inserido em tanta contestação política. Devemos repensar a organização dos trabalhadores, como se estabelecer rupturas práticas e formais com o corporativismo e, acima de tudo, como reconhecer as transformações que vêm ocorrendo nas relações entre capital e trabalho, para que possamos incluir os trabalhadores informais, que atingiram a marca dos 57,6% da ocupação em 1999, segundo cálculo elaborado a partir de dados do IBGE.

A partir da compreensão dos reflexos das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva neoliberal, sobre as organizações sindicais, podemos pensar em um modelo de movimento que atualize a organização dos trabalhadores em consonância com seus interesses de classe e que seja capaz de alterar a correlação de forças existente na atual conjuntura de acumulação flexível.

Discordo da lógica neoliberal, que reduz o papel do Estado na área social, afirmando que as organizações de trabalhadores devem assumir suas funções, movimento este que tem sido reforçado, mesmo que indiretamente, pelas centrais sindicais estudadas.

Isso seria um declínio do sindicalismo tal como ele existiu, com suas várias faces, ao redor do mundo. A revitalização do sindicalismo deve estar baseada na formação de um tipo de movimento mais democrático, menos burocratizado, mais dinâmico e mais capaz de atrair os trabalhadores marginalizados e os não-organizados, as minorias étnicas e as mulheres. Acredito que os sindicatos devem voltar sua atenção para os problemas que afetam o trabalhador como cidadão, retomando o vínculo antes existente entre trabalho e cidadania, que foi desfeito para que a cidadania passasse a estar vinculada ao potencial de consumo dos indivíduos.

Anexo

Metodologia

Uma vez que o interesse desta dissertação é analisar de que maneira a política neoliberal e o processo de reestruturação produtiva transformaram as relações e o mercado de trabalho e, com isso, afetaram o desenvolvimento das organizações sindicais no Brasil pós-1990, avaliamos ser necessário trabalhar comparativamente as taxas de desemprego, participação e sindicalização brasileiras registradas nos anos de 1986, 1990, 1995, 1998 e 2002¹²⁷.

Os conceitos utilizados para construir os indicadores apresentados ao longo desta dissertação foram definidos concomitantemente à avaliação das variáveis disponíveis nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), pesquisas que consideramos ter a base de dados mais adequada para a realização deste estudo, dado sua abrangência, periodicidade anual e suas temáticas principais, tanto das pesquisas básicas quanto das suplementares. A PNAD, que teve origem na implantação gradativa do Programa de Pesquisas Contínuas por Amostra de Domicílios, em 1967, foi criada com o objetivo de ser um sistema de pesquisa por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional, para atender a diversos propósitos. Sua pesquisa básica abarca os temas definidos como de maior importância para medir e acompanhar a evolução socioeconômica da população do país. Os temas pesquisados desde o início da PNAD são habitação e mão-de-obra, associados a algumas características demográficas e educacionais (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991).

¹²⁷ A escolha desses marcos se deu devido ao início de governos presidenciais em 1990, 1994, 1998 e 2002, sendo que em 1994 não houve realização da PNAD e por isso, analisamos o ano de 1995. A escolha de 1986 se deu por conta da necessidade de um marco anterior à década de 1990 que mantivesse a regularidade dos intervalos da série histórica.

Quadro 1 - Dados Gerais da PNAD

Ano da PNAD	Total de Pessoas da Amostra	Total da População Expandida em Milhões
1986	289.783	130,9
1990	306.493	141,6
1995	334.263	152,4
1998	344.975	158,2
2002	385.431	171,7

OBS: Numa pesquisa amostral a utilização do peso é necessária para chegarmos ao total da população expandida, visto que cada pessoa na amostra representa não só ela própria, mas o valor que cada uma possui como valor de peso atribuído.

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Optamos por utilizar o software Statistical Analysis System (SAS)), que além de fornecer um bom gerenciamento de bancos de dados, é uma ferramenta estatística importante para construir nossos indicadores porque este programa permite que trabalhemos os microdados da PNAD e, desta forma, nos dá maior liberdade para a construção de indicadores complexos e adaptados às metodologias de pesquisa de trabalho já existentes.

A taxa de desemprego pode ser calculada com base em diferentes metodologias. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) medem esta taxa. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, trabalha com uma taxa de desemprego que considera desempregado aquele que, na semana de referência, estava sem trabalho, que estava disponível para assumir um trabalho nessa semana e que tomou alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem ter tido qualquer trabalho ou após ter saído do último trabalho que teve nesse período. O cálculo da PME é feito com base nos dados das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O Seade e o Dieese, através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizam a pesquisa no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte. Essa parceria adota o conceito de desemprego total, que engloba além do desemprego aberto (abordado pelo IBGE), o desemprego oculto por trabalho precário e por desalento. Essa diferença metodológica leva a resultados bastante diferentes.

Se, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), em 2002, a média da taxa de desemprego nacional foi de 7,15%, para o Seade/Dieese a taxa foi de 19,5%.

Nesta pesquisa optamos por apresentar duas taxas distintas de desemprego, construídas com base nos microdados da PNAD. A taxa de desemprego aberto mantém a comparabilidade entre as taxas das PNADs pesquisadas, pois os dados de trabalho dos anos de 1986 e 1990 não nos permitem capturar o desemprego oculto por trabalho precário e por desalento. Já a taxa de desemprego total, apresentada para os anos de 1995, 1998 e 2002, aponta diferentes tipos de desemprego existentes no país e demonstra, por comparação, que a omissão desses dados acaba subestimando os reais números de desempregados existentes no Brasil.

Segundo Pochmann (2002), as informações oficiais sobre desemprego no Brasil são subestimadas, pois utilizam metodologias incapazes de dar conta do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. O autor aponta que a melhor informação existente é a produzida pela parceria entre a Fundação SEADE e o DIEESE, mas avalia que a existência de informações somente para as regiões metropolitanas dificulta a avaliação do mercado de trabalho nacional. Por isso, adaptamos para a PNAD, que abrange todo o território brasileiro¹²⁸, a metodologia utilizada pelo convênio SEADE / DIEESE. Acreditamos que ela seja a mais adequada para compreender a atual dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. A PED aponta que o emprego e o desemprego, no país, possuem especificidades que ultrapassam as conceituações mais tradicionais, sobretudo por conta da precariedade de nosso mercado de trabalho, buscando construir indicadores mais adequados à nossa realidade.

A taxa de desemprego total apresentada se refere à soma do número de indivíduos em situação de:

¹²⁸ Exclusive a população da área rural da Região Norte, nos anos de 1986 e 1990, e exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, nos anos de 1995, 1998 e 2002 (o que equivale a cerca de 3% da população do país, segundo o texto Para Compreender a PNAD, de 1991).

- desemprego aberto - indivíduos que estavam sem trabalho na semana de referência¹²⁹ e que tomaram alguma providência para conseguir trabalho no período de trinta dias.

- desemprego oculto por trabalho precário - indivíduos que exerceram trabalho remunerado precário ou não remunerado na semana de referência e que procuraram mudar de emprego nos últimos 365 dias.

- desemprego oculto por desalento - indivíduos que estavam sem trabalho na semana de referência e que procuraram emprego nos últimos 365 dias, mas não nos últimos 30 dias.

A taxa de desemprego é calculada pela proporção da População Economicamente Ativa (PEA) que se encontra em situação de desemprego. Ou seja: Taxa de Desemprego = (número de desempregados / PEA) x 100. As taxas específicas de desemprego foram construídas pela divisão do número de desempregados em determinado segmento pelo total da PEA deste mesmo segmento. Ou seja: Taxa Específica de Desemprego = (número de desempregados do segmento (Y) / PEA do segmento (Y)) x 100.

A taxa de participação¹³⁰ representa a proporção de pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade (População em Idade Ativa – PIA). As taxas específicas de participação de determinados segmentos foram calculadas através da proporção da PIA deste segmento particular incorporada a PEA. Ou seja: Taxa de Participação = (PEA / PIA) x 100 e Taxa de Participação Específica = (PEA do segmento (Y) / PIA do segmento (Y)) x 100.

O nível de ocupação é o percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade. Ou seja: Nível de Ocupação = (Ocupados / PIA) x 100.

A Taxa de Sindicalização, calculada com base na conceituação da PNAD/IBGE, trata-se da proporção de pessoas ocupadas no período de referência de 365 dias que, no mês de referência, eram filiadas a algum

¹²⁹ A PNAD 2002, por exemplo, tem como data de referência o dia 28 de setembro de 2002 e sua semana de referência vai de 22 a 28 de setembro de 2002. Cada PNAD estabelece suas datas e períodos de referência.

¹³⁰ O convênio Dieese/Seade utiliza o conceito taxa de participação, enquanto na metodologia da PNAD / IBGE, o conceito é intitulado taxa de atividade.

sindicato. Devemos destacar que, seguindo as orientações metodológicas de Cardoso (2003), a taxa foi calculada para aqueles maiores de 18 anos de idade e que compunham uma população ocupada específica para que sua comparabilidade em nível internacional fosse melhorada¹³¹.

A PNAD entende como sindicato, a associação de uma ou mais categorias para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais de todos aqueles que exercessem atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, e que tivesse Carta de Reconhecimento do Ministério do Trabalho ou registro em cartório como tal. A pesquisa não considerou como associado a sindicato a pessoa que representava uma empresa filiada a sindicato patronal.

Cabe ainda elucidar alguns conceitos utilizados:

- PIA - consideramos parte da População em Idade Ativa todos aqueles que na semana de referência da pesquisa eram maiores de dez anos de idade¹³².

- PEA - fazem parte da PEA todos aqueles que na semana de referência da pesquisa eram maiores de dez anos de idade e que encontravam-se ocupados ou desempregados. Os ocupados são aqueles indivíduos que tinham trabalho na semana de referência, ainda que não estivessem trabalhando por motivos como férias ou licença. Os desempregados já foram descritos anteriormente.

- Trabalho Principal – utilizamos o conceito da PNAD/IBGE que considera que o trabalho principal é o único trabalho que a pessoas tinha na semana de referência. Para as pessoas que tinham mais de um trabalho, adotaram-se os seguintes critérios, de acordo com a ordem enumerada, para definir o principal desse período.

Nos anos de 1986 e 1990:

¹³¹ População ocupada: empregados e empregados domésticos de qualquer tipo e funcionários públicos.

¹³² Nas pesquisas realizadas entre 1983 e 2002, o IBGE considerava como parte da PIA aqueles maiores de quinze anos de idade, mas a nova metodologia só considera os maiores de dezoito anos. Consideramos os maiores de dez anos de idade porque acreditamos que a inclusão deste grupo de idade, inferior ao legalmente estipulado como mínimo para trabalhar no país, decorre do fato de que a presença dessa parcela populacional no mercado de trabalho é resultado da realidade social do país (Metodologia PED/Dieese).

1º) Considerou-se como principal aquele trabalho remunerado ao qual dedicou maior número de horas na semana de referência; e 2º) Quando houve igualdade no número de horas trabalhadas na semana de referência, considerou-se o principal aquele que proporcionava maior rendimento.

Nos anos de 1995, 1998 e 2002:

1º) Considerou-se como principal o trabalho da semana no qual a pessoa teve mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias; 2º) Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais; e 3º) Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporcionava maior rendimento.

- Ramo de Atividade – de acordo com a PNAD/IBGE, a classificação do ramo de atividade foi obtida através da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social”. Ascensão (e Crise) do Sindicalismo no Brasil 1978-1988. Rev. Sociol. Polit., Nº 15, Curitiba, nov. 2000.

_____. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um Balanço Crítico da Década Neoliberal. Rev. Sociol., 19, p. 71-94, Curitiba, nov. 2002.

_____. O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo (Orgs). Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: um Estudo sobre a Consciência de Classe, da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Paulo: Ensaio, 1988.

_____. O Novo Sindicalismo. 1 ed. São Paulo: Scritta, 1991.

_____. Global Economic Restructuring and the World of Labor in Brazil: the Challenges to Trade Unions and Social Movements. In: Geoforum. v. 32, Issue 4, p. 415-565. Elsevier Science, 2001.

_____. Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro. In: ANTUNES, Ricardo (org). Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra. 2 ed. São Paulo, Boitempo, 2002.

_____. Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

_____. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2003b.

_____. A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. O Estancieiro, o Príncipe e o Artífice: Construção e Desconstrução da Legislação Social no Brasil. In: Revista Margem Esquerda. nº 5. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A Era da Informatização e a Época da Informalização: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

BASBAUM, Leôncio. História Sincera a República 1961-1967. vol 4. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

BASTOS, Fábio de Mendonça. Neoliberalismo, Projeto Neoliberal e Privatização no Brasil; Mudanças Institucionais e Privatização dos Serviços Públicos. In: _____. Neoliberalismo e a Recente Política de Privatização no Brasil: o Caso da Malha Nordeste da Rede Ferroviária Federal S.A. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERNARDO, João. Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores. Ainda Há Lugar para os Sindicatos? 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BIONDI, Aloysio. O Brasil Privatizado. Um Balanço do Desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BOITO Jr., Armando. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. In: _____ (org). Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.

_____; MARCELINO, Paula. O Sindicalismo Deixou a Crise para Trás? Notas sobre o Caso Brasileiro. In: VI Congreso Latinoamericano de Estudios del Trabajo. GT 4: Sindicatos y Movimientos de los Trabajadores. Cidade do México, 2010.

CALLINICOS, Alex. Capitalism. In: _____. "The Revolutionary Ideas of Karl Marx". Londres: Bookmarks, 1983. Tradução: Ruy Polly. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/038/38tc_callinicos.htm. Acesso em: 20 maio 2010, 15:30.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal: a Era Vargas Acabou? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino. In: Serviço Social em Revista, vol. 4, nº 2, jan/jun 2002, Londrina: UEL.

CARONE, Edgard. Movimento Operário no Brasil 1945-1964. Vol 2. São Paulo: DIFEL, 1981.

CASTRO, Sandra. Apogeu e Crise do Populismo (1945-1964). In: LÖWY, Michael. et al. Movimento Operário Brasileiro: 1900/1979. Belo Horizonte: Vega, 1980.

COSTA, Walber Carrilho da. Sindicalização e Greves: História Recente do Movimento Sindical Brasileiro. In: Revista História Hoje; Revista Eletrônica de História, vol 2, nº 6, mar. 2005. Disponível em <WWW.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=6>. Acesso em: 20 maio 2010, 18:32.

DEDECCA, Claudio Salvadori; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de Trabalho e Informalidade nos Anos 90. Revista Est. Econ., São Paulo, vol 27, nº especial, p. 68-84, 1997.

_____. As Estatísticas sobre Trabalho no Brasil. In _____; PRONI, Marcelo Weishaupt (Orgs). Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido. Campinas/SP: Unicamp. Brasília/DF: Ministério do Trabalho e Emprego; Unitrabalho, 2006.

_____ et al. As Mudanças Recentes nas Relações de Trabalho no Brasil. Relatório de Pesquisa para OIT. Campinas: IE/CESIT, 1998.

DIAS, Everardo. História das Lutas Sociais no Brasil. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. O Corporativismo na Construção do Espaço Público. In: BOSCHI, Renato R. Corporativismo e Desigualdade: a Construção do Espaço Público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

DUARTE, Oseas. Os Mercadores de Ilusões: uma Análise Crítica do “Sindicalismo de Resultado”. São Paulo: Brasil Debates, 1988.

FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo: DIFEL, 1986.

_____, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: EdUSP, 2001.

FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. CUT-Cidadã: uma Avaliação do Sindicalismo Recente. In: Encontro Anual da ANPOCS, 27, 2003, São Paulo: USP.

FIORI, José Luís. Palestra em evento da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros, set. 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso_w.htm. Acesso em: 15 fev. 2007, 15:30.

FREDERICO, Celso (org). A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984. A Crise do “Milagre Brasileiro”. vol 2. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

FREDERICO, Celso (Org). A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984. A Reconstrução. vol 3. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

GALVÃO, Andréia. Do Coletivo ao Setor, do Setor à Empresa: a Trajetória do “Novo Sindicalismo” Metalúrgico nos Anos 90. In RODRIGUES, Iram Jácome Rodrigues (Org). O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois. São Paulo: Vozes, 1999.

_____. A CUT na Encruzilhada: Impactos do Neoliberalismo sobre o Movimento Sindical Combativo. Revista Idéias, Campinas, 9 (1): 105-154, 2000.

GIANNOTTI, Vito. Força Sindical: a Central Neoliberal: de Medeiros a Paulinho. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. Histórias das Lutas dos Trabalhadores do Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOMES, Ângela Maria Castro. Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GUIMARÃES, Sônia M. K. Sindicatos em Transformação. Modelos de Ação Sindical: o Debate Internacional. In Revista Bib, n. 64, p. 91-107. São Paulo: USP, 2º semestre de 2007.

HIRATA, Maria Helena. Movimento Operário sob a Ditadura Militar (1964-1979). In: LÖWY, Michael. et al. Movimento Operário Brasileiro: 1900/1979. Belo Horizonte: Vega, 1980.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 1995.

IANNI, Octavio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IBGE. Para Compreender a PNAD (um texto simplificado) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Emprego e Rendimento – Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 34 pp.

KONDER, Leandro. História das Idéias Socialistas no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LIMA, Jacob C. Trabalho Informal, Autogestionário e Gênero. Revista Sociedade e Cultura, v. 9, nº 2, jul/dez 2006, p. 303-310.

LINHARES, Hermínio. Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

LÖWY, Michael. Do Movimento Operário Independente ao Sindicalismo de Estado (1930-1945). IN: LÖWY, Michael. et al. Movimento Operário Brasileiro: 1900/1979. Belo Horizonte: Vega, 1980.

MARQUES, Guilherme. Novo Sindicalismo: a Estrutura Sindical e a Voz dos Trabalhadores 1977-1995. Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Irám Jácome. O Sindicalismo Brasileiro na Segunda Metade dos Anos 90. Revista Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 11 (2): 155-182, out. 1999 (editada em fevereiro de 2000).

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 1, O Processo de Produção do Capital, vol 2. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988), Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Sônia Regina. As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente. In: LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil Recente (1964-1980). 2 ed. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

MÉSZAROS, ISTVÁN. Desemprego e Precarização: Um Grande Desafio para a Esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

NORONHA, Eduardo. Explosão das Greves na Década de 1980. In: BOITO Jr., Armando (org). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de Greves, Transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007. Revista Lua Nova, São Paulo, 76: 119-168, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica a Razão Dualista e O Onitorrinco. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Isabela Fadul. Reforma da CLT e Flexibilização do Direito do Trabalho. In Emprego e Desemprego. Salvador: SEI, 2003.

PEDROSO, Edgar. A Recuperação do Movimento Operário: Possibilidades e Limitações. In FREDERICO, Celso (org). A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984. A Crise do “Milagre Brasileiro”. vol 2. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

POCHMANN, Marcio. Adeus a CLT? O “Eterno” Sistema Corporativo de Relações de Trabalho no Brasil. Revista Novos Estudos CEBRAP, nº 50, p. 149-166, mar. 1998.

_____. Trabalho sob Fogo Cruzado: Exclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. O Emprego no Desenvolvimento da Nação. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____; BORGES, Altamiro. Era FHC: a Regressão do Trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

QUADROS, Waldir. Classes Sociais e Desemprego no Brasil dos Anos 1990. Revista Economia e Sociedade, Campinas, vol. 12, nº 1(20), p.109-135, jan/jun 2003.

RAMALHO, José Ricardo. Precarização do Trabalho e Impasses da Organização Coletiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra. 2 ed. São Paulo, Boitempo, 2002.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. In: _____ (orgs). Além da Fábrica. São Paulo: Boitempo, 2003.

RODRIGUES, Edgar. Pequena História da Imprensa Social no Brasil. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

_____. ABC do Sindicalismo Revolucionário. 2 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

RODRIGUES, Iram Jácome. A Trajetória do Novo Sindicalismo. In _____ (Org). O Novo Sindicalismo: Vinte Anos Depois. Petrópolis/RJ: Vozes; São Paulo: EDUC; UNITRABALHO, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe Operária e Sindicalismo no Brasil. In: _____. (org). Sindicalismo e Sociedade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

_____. Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais. In: BOITO Jr., Armando (org). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. O Declínio das Taxas de Sindicalização: a Década de 80. Rev. Bras. Ci. Soc., vol. 13, nº 36, São Paulo, fev. 1998.

_____. Destino do Sindicalismo. São Paulo: EdUSP; São Paulo: Fapesp: 1999.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. Para Entender os Sindicatos no Brasil: uma Visão Classista. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SADER, Eder. Do Anarquismo ao Comunismo de Estado (1900-1929). In: LÖWY, Michael. et al. Movimento Operário Brasileiro: 1900/1979. Belo Horizonte: Vega, 1980.

SADER, Emir. Dilemas Nacionais no Século XXI. São Paulo: Atual, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. As Centrais Sindicais Brasileiras e a Reestruturação Produtiva: Análises e Propostas. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p. 186-225.

SEGOVIA, Samuel. As Lutas Operárias em 1973 e 1974. In: FREDERICO, Celso (org). A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1984. A Crise do “Milagre Brasileiro”. vol 2. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SILVA, Jorge E. O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as Primeiras Lutas Operárias (1890-1935). In: Seminário sobre Pensamento Libertário, do Mestrado em Educação da UFSC, 1999, Santa Catarina. Disponível em: http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/o_nascimento%20_da_organizacao_sindical_no_brasil_jorge_silva.pdf. Acesso em: 20/01/2010, 11:00.

SILVA, Luíz Antonio Machado. Mercado de Trabalho, Ontem e Hoje: Informalidade e Empregabilidade como Categorias de Entendimento. In SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Org). Além da Fábrica. São Paulo: Boitempo, 2003.

SIMÃO, Assis. Sindicato e Estado: suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo. São Paulo: Ática, 1981.

SINGER, Paul. Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, José de Lima. Sindicalismo no ABC Paulista. Brasília: Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. O Grande Salto para o Caos: a Economia Política e a Política Econômica do Regime Autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. A Adesão da Força Sindical ao Neoliberalismo. Revista Idéias, Campinas, 9 (1), 2002.

VASAPOLLO, Luciano. O Trabalho Atípico e a Precariedade: o Elemento Estratégico Determinante do Capital no Paradigma Pós-Fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil: Estratégias de Bem-Estar e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Revan; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

WEFFORT, Francisco. Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-Guerra). In: Seminário Movimentos Laborales em América Latina, 1972, Cidade do México. Disponível em Estudos Cebrap 4

<[HTTP://cebrap.org.br/biblioteca-virtual/biblioteca-virtual-exibe.php?i=69](http://cebrap.org.br/biblioteca-virtual/biblioteca-virtual-exibe.php?i=69)>.

Acesso em: 10 jan. 2010, 16:10.

WOOD JR, Thomaz. Fordismo, Toyotismo e Volvismo. Os caminhos da Indústria em Busca do Tempo Perdido. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo, 32 (4): 6-18, set/out, 1992.

Outras Referências

Anuário de Proteção 2006. Disponível em: <http://www.protecao.com.br/novo/template/page.asp?menu=566&CodMenu=566&Lbt=0>. Acessado em 2 jun 2010, 12:24h

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, 1990, 1995, 1998 e 2002.

IBGE. Pesquisa Sindical. 1987-2001.

Index Mundi. Disponível em <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=74&c=sp&l=pt>. Acesso em 10 maio 2010, 16:00.

Jornal O Globo, 20 de maio de 2005.

Livro Revista História Imediata. Nº 2. A Greve na Voz dos Trabalhadores: da Scania a ITU. São Paulo: Alfa-Omega, 1979

Matéria “Pesquisa Traça o Perfil da Nova CUT” de Clayton Levy, publicada no Jornal da UNICAMP Ed. 257, de 28 de junho de 2004.

www.dieese.org.br – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

www.ibge.gov.br - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

www.tst.gov.br – Site de notícias do Tribunal Superior Regional do Trabalho